

74

JANEIRO 2026 – ABRIL 2026

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY

ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM

ARTURO HUERTA UNAM

FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA

FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)

FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE

LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS

ANITA KON PUC-SP

ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (*IN MEMORIAM*)

CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP

FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA

GUIDO MANTEGA FGV-SP

JOÃO ANTONIO DE PAULA UFMG

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO UNICAMP

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB

MARIO DUAYER UFF (*IN MEMORIAM*)

NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU

PAULO NAKATANI UFES

PAUL SINGER USP (*IN MEMORIAM*)

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA UFRGS

REINALDO CARCANHOLO UFES (*IN MEMORIAM*)

ROSA MARIA MARQUES PUC-SP

THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (*IN MEMORIAM*)

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (*IN MEMORIAM*)

MARISA SILVA AMARAL (UFU) PRESIDENTE

GILIAD DE SOUZA SILVA (UNIFESSPA) VICE-PRESIDENTE

DIRETORIA

Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente UFF

Ellen Lucy Tristão UFVJM

Fábio Antonio de Campos UNICAMP

Leda Maria Paulani USP

Lucas Milanez de Lima Almeida UFPB

Maurício de Souza Sabadini UFES

Pedro Henrique Evangelista Duarte UFG

COMITÊ EDITORIAL

Leda Maria Paulani USP (EDITORA-CHEFE)

Carla Curty UFRJ

Janaína Elisa Patti de Faria UFSCAR

Jaime Ernesto Winter Hugues León UFRJ

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

REVISÃO

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello
francinesakata@gmail.com

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

NÚMERO 74

JAN 2026 - ABR 2026

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

14 **Amazônia em disputa: das engrenagens do capital às pegadas invertidas**

Luiza Wermelinger Almeida

49 **No meio do caminho tinha rendas de monopólio: desafios ao desenvolvimento econômico brasileiro postos pelo “sorriso desfigurado” das cadeias globais de valor**

Elohá Cabreira Brito e André Rego Viana

84 **Sobre o cálculo da jornada de trabalho no Brasil: técnicas empresariais de ampliação da mais-valia absoluta**

Daniel Ferrer de Almeida

111 **Investimento público, mercado de trabalho e avanço da financeirização: uma interpretação do desempenho da economia brasileira de 1981 a 2019**

Vinicius Brandão e Carmem Feijó

145 **Transformações na constituição da classe trabalhadora e nas formas de lutas trabalhistas na China**

Isabela Nogueira, Cassiano Schwantes e Alexis Saludjian

172 **Ambivalência, ironia e tradução de *Entfremdung* e de *Entäusserung* nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx**

Ciro Domingos de Oliveira

RESENHAS

222 **Dependency in the Twenty-First Century? The political economy of China-Latin America relations, de Barbara Stallings**

Igor Serejo Vale Arcos

228 **Quincas Borba: romance da modernização tardia, de Rogério Cordeiro**

Filipe de Freitas Gonçalves

233 **Automação e o futuro do trabalho, de Aaron Benanav**

Vinícius de Oliveira Santos

238 **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

APRESENTAÇÃO

Neste mês de março de 2026, enquanto escrevemos esta apresentação do número 74 de nossa revista, o mundo experiencia, num grau certamente inédito desde o fim da Segunda Grande Guerra, uma situação de incerteza que se alastra em múltiplas dimensões, todas vitais para os destinos da sociedade humana — catástrofe ambiental, turbulência econômica, anomia social, ameaça tecnológica, belicismo exacerbado, perigo nuclear. Dadas algumas figuras bizarras hoje no comando do poder global, a começar pelo presidente americano Donald Trump, é enorme a tentação de “fulanizar a história” (a expressão é de Roberto Schwarz). Qualquer analista, porém, que acompanhe minimamente o andamento da conjuntura geopolítica e socioeconômica mundial das últimas décadas, sabe perfeitamente que o problema não começa aí, e tampouco aí termina.

Por trás das engrenagens visíveis das tensões sociais, dos conflitos armados, do imperialismo despudorado, por trás do cenário alarmante dos eventos climáticos extremos, da xenofobia crescente e do fantasma nuclear, pulsa um modo de vida extremamente dinâmico do ponto de vista material, e ao mesmo tempo geneticamente predatório, capaz de destruir a própria vida humana no planeta. A lógica capitalista que comanda hoje a reprodução material da sociedade em praticamente todo o globo vai produzindo de forma crescente, em seu movimento cego, assincronias e assimetrias responsáveis pelo cenário desolador que hoje nos cerca.

Foi a economia política clássica (Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill) que tentou dissecar esse modo de vida e extrair dele suas leis. Foi

Marx quem descobriu sua essência fetichizada e sua capacidade sem fim de gerar contradições e desequilíbrios. O presente número desta *Revista da SEP* evidencia de maneira exemplar esse poder inesgotável da lógica do capital. Formas renovadas de acumulação primitiva, financeirização, rentismo modernizado, fetiche ainda mais intenso na relação capital/trabalho, são alguns dos elementos que despontam nos trabalhos aqui reunidos.

No primeiro artigo, Luiza Almeida mostra como, apesar de elevada à condição de patrimônio da humanidade, a região amazônica segue sendo tratada como nova fronteira de acumulação. A partir de três eixos de análise (a inserção subordinada da Amazônia no mercado mundial, os impasses da questão agrária brasileira em sua relação com o avanço da fronteira agropecuária e a conversão da floresta em ativo financeiro — mercado de carbono etc.), a Amazônia surge como chave interpretativa a desvelar a continuidade histórica de dinâmicas neocoloniais e expropriadoras, as quais aprofundam as assimetrias entre o Norte e o Sul Global.

A permanência da contraditória relação centro-periferia, que vai ganhando, a cada ciclo, nova roupagem, acusa a crescente importância de refletir sobre, e buscando renová-la, a teoria da dependência, a exemplo de Barbara Stallings em livro publicado pela Cambridge University Press (*Dependency in the Twenty-First Century?*), e resenhado por Igor Arcos. Como mostra a resenha, para a autora, a dependência continua bastante útil enquanto ferramenta analítica a fim de se entender as novas configurações do sistema internacional.

Compreender o passado dessas relações em países como o Brasil, ancorado desde o início como apêndice do sistema que se consolidava na Europa, é também de fundamental importância para melhor descortinar o cenário de hoje. Em livro resenhado por Filipe Gonçalves (*Quincas Borba: romance da modernização tardia*), seu autor, Rogério Cordeiro, professor titular de Literatura Brasileira na UFMG, aponta a percepção acurada e absolutamente precoce de nosso maior escritor, Machado de Assis, justamente sobre o processo de desenvolvimento da economia capitalista em ambiente periférico.

Nesse sentido, *Quincas Borba*, o segundo romance da dita segunda fase de Machado, propiciaria a análise, nas palavras de Cordeiro destacadas pelo resenhista, “dos transtornos inerentes à inserção do país na corrente de modernização capitalista que se espalhou na segunda metade do século XIX”.

Expropriação e subordinação de povos, classes e regiões, fazem parte, portanto, da história do capitalismo desde seu início, com o monopólio da propriedade, assevera Marx, no centro desses processos. No segundo artigo, Elohá Brito e André Viana procedem a uma crítica bem fundamentada da assim chamada “curva sorriso”, a qual consiste na representação gráfica da capacidade de agregação de valor das atividades que integram as cadeias globais de valor (CGV). O maior valor apropriado nas etapas pré e pós-produção (atividades intangíveis, como inovação/P&D, gestão de marcas, cadeia de fornecedores, distribuição, suporte pós-venda, propaganda), frente ao valor mais baixo capturado nas etapas da produção propriamente dita (atividades tangíveis, como manufatura, montagem, embalagem, e serviços a elas integrados), desenha o formato de sorriso da citada curva. Corretamente optando pela conceituação envolvida na versão original da curva (trata-se de apropriação e não de criação de valor), demonstram os autores que a transformação de parte dos serviços de maior valor adicionado em monopólios (ou quase monopólios) que propiciam rendas, torna inadequada a discussão sobre a capacidade de agregação de valor e elevada produtividade das atividades que se encontram nas extremidades da curva. Segundo eles, essa nova sorte de rentismo produzido pelo capitalismo contemporâneo foi ocasionada pela evolução tecnológica — que transformou em propriedade privada o conhecimento científico — e institucional, a qual veio conferindo importância cada vez maior às marcas. Para o desenvolvimento de economias periféricas, concluem os autores, isso não significa que tais atividades não sejam importantes, mas convém reconhecer a dificuldade trazida pelo fato de não serem nacionais os setores mais dinâmicos das CGV.

O destino das economias periféricas não está preso apenas à dinâmica propriamente econômica do processo de acumulação, tal como expresso pela força crescente dos movimentos de centralização de capital e de formação de grandes corporações, as quais monopolizam globalmente elementos essenciais à produção de bens e serviços. Decisões que implicam escolhas políticas de governos locais também têm papel destacado. No terceiro artigo, Vinícius Brandão e Carmem Feijó ponderam quanto, ao deslocar o foco da política econômica para a consolidação fiscal e a estabilização de preços, o avanço das políticas de cunho liberal na economia brasileira entre as décadas de 1980 e 2010 contribuiu para a queda continuada da formação bruta de capital fixo, sobretudo do investimento público, com reflexos negativos no nível de emprego. Com a adoção, em 1999, do chamado tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, resultado primário positivo nas contas públicas e câmbio flexível), argumentam eles, o novo viés da política econômica foi definitivamente institucionalizado, com a primazia da financeirização, tornando a economia brasileira cada vez mais dependente de ciclos positivos de exportação de *commodities*. Vale observar que tal situação, apontada por Brandão e Feijó, confere sentido à ideia, defendida por alguns autores, segundo a qual, do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, o Brasil regrediu à sua posição pré-1930, voltando a ser essencialmente uma economia centrada na produção de bens de baixo valor agregado, com grande peso das atividades extrativas a dilapidar os recursos naturais do país — já exemplificado, no que se refere à Amazônia, pelo artigo de Luiza Almeida.

Permanecendo em sua condição periférica, nosso país vai experimentando também os reflexos de transformações em curso no sistema mundial, as quais se apresentam aqui de forma mais acentuada. No quarto artigo, Daniel Ferrer debate como, em pleno século XXI, com desenvolvimentos tecnológicos impensáveis poucas décadas atrás, a mais-valia absoluta continua fundamental na dinâmica da acumulação. Para tanto, a partir dos fundamentos teóricos da teoria marxista e da análise de escalas e cálculos de horas-relógio e horas legais, Ferrer examina a persistência no país das

estratégias empresariais de ampliação da jornada de trabalho e de compressão do valor da força de trabalho. Para ele, o capital contemporâneo não abandonou essa forma, digamos assim “primitiva”, de extração de valor excedente; ele a sofisticou, dissimulando-a sob a capa da flexibilidade e da autonomia contratual.

Tal sofisticação é tendência mundialmente disseminada, sendo perceptível inclusive na China, país, em princípio, “socialista”, mas que vem assumindo, como se sabe, o protagonismo na dinâmica capitalista global. Isabela Nogueira, Cassiano Schwantes e Alexis Saludjian elencam, no quinto artigo, as lutas e formas de mobilização dos trabalhadores urbanos chineses, no intuito de mostrar que, nos bastidores dos movimentos recentes, encontram-se mudanças na própria forma de constituição da classe trabalhadora chinesa, que transitou, conforme a análise, de uma forma semiproletarizada para a precarização neoliberal. Assim, apesar dos aumentos de salários observados nos últimos quinze anos, novas formas de precarização do trabalho despontam na China. Para os autores, tal como no restante do mundo, a precarização neoliberal chinesa é caracterizada por um modo de controle do trabalho internalizado pelo trabalhador, produzindo uma forma de autodisciplina alinhada aos imperativos do capital e em contraste com as formas anteriores (de controle direto e disciplina) exercidas pelas empresas e pelo Estado. Também lá, finalizam os autores, a luta por melhoria nas condições trabalhistas vai paulatinamente abandonando sua condição de construção coletiva de classe e assumindo o caráter estritamente individual de petições judicializadas.

A questão das transformações agudas nas relações capital/trabalho é tema de discussão já há algumas décadas. Enfocando sobretudo a revolução tecnológica recente, hoje sintetizada na expressão capitalismo 4.0, ou, mais restritamente, indústria 4.0 (computação em nuvem, inteligência artificial, robótica, internet das coisas etc.), a interpretação de tais transformações popularizou conclusões acerca da diminuição paulatina da importância do trabalho nos processos produtivos e, no limite, da demanda mesma por

trabalho. As peripécias do capital brasileiro para burlar as precárias formas de controle da jornada de trabalho de que dispomos parecem, como visto no artigo de Ferrer, desmentir tais diagnósticos. Também parece ir de encontro a eles a precarização neoliberal da força de trabalho na China, consoante o artigo de Nogueira, Schwantes e Saludjian. A última resenha, assinada por Vinícius de Oliveira Santos, discute exatamente esse ponto. Em livro originalmente de 2020, mas publicado aqui no Brasil no ano passado (*Automação e o futuro do trabalho*), Aaron Benanav, assentado em ampla análise de dados e evidências empíricas, questiona a evolução tecnológica como fator dominante nas flutuações do emprego e da produtividade do trabalho. Indicando que se confunde muitas vezes a baixa demanda estrutural por força de trabalho que caracteriza o sistema com uma suposta autonomia da tecnologia, que ensejaria a substituição de homens por máquinas ou dispositivos digitais, Benanav, segundo o resenhista, entende que tais transformações estão mais relacionadas à reorganização da força de trabalho do que à eliminação da demanda por trabalho vivo.

O trabalho vivo como elemento do processo de produção e sua transformação em mercadoria pontificam, como se sabe, no centro da análise, feita por Marx, do modo de produção capitalista. A despeito de tema da maturidade do autor, em fase, portanto, já posterior a seu rompimento com o grupo dos novos hegelianos, a questão já está presente em trabalhos anteriores, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MEF). Escritos em 1844, mas publicados pela primeira vez apenas em 1932, os MEF desencadearam enorme discussão dentro do marxismo a respeito de sua relação com o materialismo aberto, que vai marcar a obra madura do autor. O cotejo entre a análise do capital que Marx esboça em sua obra magna e as observações de caráter filosófico que caracterizam os MEF serviu de argumento para leituras como a do filósofo francês Louis Althusser, para quem haveria uma ruptura radical entre o primeiro e o segundo Marx, dado estarem os referidos manuscritos assentados no “conceito ideológico” de *alienação*. O último artigo, de autoria de Ciro de Oliveira, se debruça sobre a questão da tradução dos termos *Entfremdung* e *Entäußerung* que comparecem amiúde nos MEF. Para

o autor, as traduções de *Entfremdung* por “alienação” ou “estranhamento” e de *Entäußerung* por igualmente “alienação” ou “exteriorização” deixam de perceber o uso ambivalente, além de irônico, desses termos por Marx, impedindo a compreensão correta de seu significado. Isto posto, de acordo com Ciro de Oliveira, trabalho alienado significa, nos MEF, apenas e tão somente *trabalho vendido*, ou seja, Marx não teria criado nenhum conceito novo; teria apenas assinalado como o “trabalho comerciado” (na tradução dele) se configura na realidade. Por conseguinte, não haveria um conceito de alienação nos MEF, e sim, mediante o uso irônico da ambivalência das palavras *Entfremdung* e *Entäußerung*, uma análise crítica, em âmbito filosófico, do fenômeno da venda de força de trabalho. Ora, confirmada tal interpretação, leituras que afirmam a existência de um Marx jovem e filósofo, contraposto a outro, maduro, economista e materialista, podem ser fortemente questionadas.

Esperamos que o conjunto de artigos ora apresentado faculte uma visão mais lúcida, seja da realidade corrente, com seu enorme contingente de incerteza e perplexidade, seja de textos clássicos, como os MEF de Marx. A permanência da reprodução material da sociedade sob a batuta do capital, seja no centro, seja na periferia, constitui claro indício de que uma boa compreensão dos reveses que nos atingem não pode escapar da economia política crítica. Boa leitura!

Comitê Editorial

LUIZA WERMELINGER ALMEIDA

AMAZÔNIA EM DISPUTA: DAS ENGRENAGENS DO CAPITAL ÀS PEGADAS INVERTIDAS

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 13/08/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1292

AMAZÔNIA EM DISPUTA: DAS ENGRENAGENS DO CAPITAL ÀS PEGADAS INVERTIDAS

Resumo

O artigo analisa as múltiplas dimensões do colapso socioecológico e seus impactos específicos sobre a Amazônia, a partir da formação socioeconômica brasileira e do avanço da financeirização da vida, inclusive da natureza. Examinam-se os limites da modernização tecnológica subordinada ao extrativismo verde e à expansão agropecuária, evidenciando a instrumentalização da Amazônia como nova fronteira de acumulação. Sustenta-se que a região não constitui apenas um território de abundância de recursos naturais, mas o epicentro de disputas, sendo mobilizada como chave interpretativa para desvelar a continuidade histórica de dinâmicas neocoloniais e expropriadoras, aprofundando as assimetrias entre Norte e Sul Global. A análise estrutura-se em três eixos: (I) a inserção subordinada da Amazônia no mercado mundial à luz do sociometabolismo do capital em seus efeitos materiais e simbólicos; (II) os impasses da questão agrária brasileira, particularmente no território amazônico, marcados pela concentração fundiária e avanço da fronteira agropecuária; e (III) a chamada “retomada verde”, articulada a mercados de carbono e a dispositivos de certificação, compensação e rastreabilidade ambiental, que convertem a floresta em ativo financeiro. Conclui-se que uma transição socioecológica justa requer a ruptura com a lógica de reprodução capitalista e o reconhecimento da Amazônia como território de resistência, regeneração e soberania.

Palavras-chave: Amazônia; colapso socioecológico; capitalismo predatório; territorialidades; justiça socioambiental

LUIZA WERMELINGER
ALMEIDA

Doutoranda do Instituto de
Economia da Universidade
Estadual de Campinas (IE-
Unicamp).

Email: luizawermelinger02@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9905-4273>

Abstract

This paper explores the multiple dimensions of socioecological collapse and its specific impacts on the Amazon, grounded in Brazil's socio-economic formation and the advance of the financialization of life, including nature itself. It critically assesses the limits of technological modernization subordinated to green extractivism and agribusiness expansion, highlighting the instrumentalization of the Amazon as a new frontier of capital accumulation. The article argues that the region is not merely a territory of abundant natural resources, but rather the epicenter of disputes, and is mobilized as an interpretative key to reveal the historical continuity of neocolonial and expropriative dynamics, deepening asymmetries between the Global North and the Global South. The analysis is structured around three axes: (i) the Amazon's subordinate integration into the world market in light of the socio-metabolism of capital and its material and symbolic effects; (ii) the impasses of Brazil's agrarian question, particularly in the Amazonian territory, marked by land concentration and the advance of the agricultural frontier; and (iii) the so-called "green recovery", articulated through carbon markets and environmental certification, compensation, and traceability mechanisms that transform the forest into a financial asset. The article concludes that a just socioecological transition requires a rupture with the logic of capitalist reproduction and the recognition of the Amazon as a territory of resistance, regeneration, and sovereignty.

Keywords: Amazon; socioecological collapse; predatory capitalism; territorialities; socioenvironmental justice.

Introdução

No século XXI, consolida-se a tensão entre os princípios normativos da democracia liberal, a ética do mérito individual e a lógica predatória do capital, conformando um cenário de policrises — ecológica, sanitária, política e civilizatória — interdependentes (Fernandes, 2024; Svampa, 2023). Esse encadeamento reflete uma consciência crescente de que as catástrofes ambientais já se manifestam no presente ou se tornaram, em muitos casos, inevitáveis. Na América Latina e no Caribe, verificam-se episódios como a seca histórica no Rio Negro em 2023-2024 e as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, com mortes, deslocamentos e perdas materiais. Os chamados “desastres naturais” são, na realidade, expressões de vulnerabilidades socioambientais acumuladas ao longo do tempo, revelando a insuficiência de infraestruturas adaptativas e a negligência estatal em garantir políticas voltadas às populações historicamente marginalizadas, sobretudo povos indígenas, comunidades negras, mulheres, trabalhadores informais, pescadores artesanais e pequenos produtores (Cepal, 2024; OMM, 2024). Vivencia-se, assim, um período histórico marcado por instabilidades, no qual mudanças ambientais rápidas, não lineares e potencialmente catastróficas desafiam não apenas políticas públicas e modelos econômicos, mas também formas de pensar, sentir e se relacionar com o mundo mais-que-humano (Head, 2016).

Além do campo institucional, as disputas em torno do futuro também se materializam na esfera cotidiana. A ascensão de práticas e racionalidades autoritárias no globo tem instrumentalizado o discurso da crise como estratégia de mobilização popular, convertendo inseguranças sociais em adesão a agendas excludentes. Ressentimentos coletivos são então reorientados para fronteiras morais e políticas, ao mesmo tempo que o neoliberalismo financeirizado é resgatado da lata de lixo da história (Fraser, 2024). Esse movimento revela a falência das antigas gramáticas de governança e a renovação de formas de dominação social e de apropriação destrutiva da natureza, expressas através do racismo ambiental, da escalada de refugiados

climáticos e da sobrecarga dos trabalhos de cuidado com viés de gênero, tidos como preço a ser pago pelo “desenvolvimento”.

Nesse contexto, a Amazônia é, há séculos, objeto de disputa entre forças internas e externas, inserida nas fronteiras de expansão do capital, revelando assimetrias históricas que atravessam processos de acumulação e lutas em torno dos bens comuns. Entre 1990 e 2020, cerca de 69 milhões de hectares de floresta amazônica foram devastados, sendo que as terras indígenas preservaram 99% de sua vegetação nativa, ao passo que nas áreas privadas a perda atingiu 20% (MapBiomas, 2023). A região articula, assim, uma vasta riqueza biocultural e pressões predatórias. Diante desse quadro, torna-se fundamental retomar, de maneira crítica e situada, os fundamentos das relações sociais capitalistas que se estruturam no território amazônico. Isso implica não apenas atualizar categorias analíticas e epistemológicas, mas também repensar os modos pelos quais sujeitos e territórios são socio-historicamente produzidos e sistematicamente despossuídos e marginalizados. Com base nesse horizonte, o artigo propõe uma análise interdisciplinar das relações capitalistas enraizadas na região amazônica, considerando suas múltiplas determinações, econômicas, políticas e sociais. Parte-se do entendimento de que os sujeitos e os espaços historicamente subalternizados são constituídos como o “Outro” no interior da racionalidade moderno-colonial, concebidos como entraves ao progresso e alvos de homogeneização e exploração. Tal dinâmica de objetificação e, em determinados contextos, de abjetificação, exige uma abordagem capaz de apreender as formas de constituição, classificação e hierarquização social que sustentam essa dominação.

Para tal, o artigo estrutura-se em três eixos principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção dedica-se a examinar a formação histórica do Brasil articulada ao processo de inserção subordinada no mercado mundial, com ênfase na colonização da Amazônia e suas feridas ainda abertas. A segunda parte concentra-se na questão agrária brasileira, situando a Amazônia como fronteira estratégica para a expansão do capital agropecuário e extrativista predatório. A terceira seção problematiza

os atuais mecanismos de governança ambiental, transformando a natureza em ativo financeiro e instrumentalizando o território amazônico na disputa geopolítica em torno da corrida verde. Conclui-se defendendo a importância de uma transição socioecológica ancorada na justiça territorial, soberania dos povos e superação da lógica de reprodução incessante do capital. Tal horizonte não se limita à mitigação dos efeitos da crise, mas convoca à construção de um paradigma em confluência com as múltiplas existências.

I. Entre o material e o simbólico: formação, acumulação e insurgências

Refletir sobre a magnitude da “História” exige uma consideração crítica daquilo que se apresenta como sua antítese: a “não história”, ou mais precisamente, as narrativas não contadas que são, muitas vezes, silenciadas pela visão hegemônica. Em vez de sucumbir à abstração de um universal, é preciso mergulhar na realidade concreta, reconhecendo as cicatrizes da opressão, as marcas da segregação, as violências infligidas e as exclusões sistêmicas (Fanon, 2008). Distante de uma concepção linear e monumental, que entende a história como sucessão de feitos grandiosos, adota-se uma abordagem relacional, que considera as múltiplas temporalidades e sujeitos envolvidos nos processos de co-constituição de mundos. Entre os quíchuas, povos indígenas amazônicos, o tempo desenrola-se no presente, desvinculado da lógica ocidental de progresso que obscurece ou apaga o passado (Schubert, 2021). Assim, a disputa em torno da região amazônica revela um confronto entre formas distintas de compreender o mundo e a própria história.

Segundo as grandes narrativas, a história fundacional da humanidade seria marcada por um estágio primitivo de caçadores-coletores que viviam em pequenos bandos, numa condição de inocência e igualdade. Esse estado de harmonia teria sido rompido com a Revolução Agrícola, e, posteriormente, com o surgimento das cidades, dando origem à civilização e ao aparecimento do Estado. A partir de então, emergem aspectos negativos da vida social, como o patriarcado, os exércitos permanentes, as execuções em massa e

a burocracia (Graeber; Wengrow, 2022). A crítica a essas narrativas não implica a reconstrução nostálgica de um passado idealizado. Ao contrário, parte-se do entendimento de que a história não constitui uma entidade predeterminada, mas resulta das relações sociais concretas, contraditórias e historicamente situadas, comportando-se como um processo dinâmico e aberto, análogo a um organismo vivo (Marx, 2013). Logo, reinterpretá-la exige deslocar seu eixo da centralidade do humano moderno ocidental para um campo mais amplo, onde há, ao mesmo tempo, agentes e agenciamentos, formando redes de interdependência mútua e contextualizadas.

A constituição histórica do Brasil no interior do capitalismo mundial tem sido objeto de vasta produção intelectual, marcada por abordagens que buscam apreender as determinações de ordem econômica, social e política que condicionaram o seu processo de formação. Uma linha interpretativa decisiva — na qual se inscrevem, com inflexões distintas, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Clóvis Moura — toma a economia colonial como parte de um arranjo histórico maior: a expansão do capitalismo comercial europeu e a formação do mercado mundial. Nessa chave, estrutura-se no território uma economia exportadora, monocultura latifundiária e utilização intensiva da mão de obra escravizada. Embora apresentem distinções teóricas e metodológicas entre si, compartilham o diagnóstico de que a colônia foi organizada como uma empresa voltada a produzir para fora. As contradições entre essa relação de dependência externa e as práticas locais de acumulação não invalidam o projeto colonial; ao contrário, revelam formas contraditórias pelas quais seu “sentido” histórico continuou a se realizar (Fragoso; Florentino, 2001; Prado Jr., 2011).

A expansão marítima europeia, iniciada no século XV, constituiu-se como uma reordenação violenta das fronteiras do continente, ancorando-se em uma racionalidade instrumental voltada à apropriação de recursos e à subjugação das populações. As ideologias modernas de liberdade, progresso e civilização serviram como dispositivos retóricos destinados a encobrir a

violência material e simbólica sobre a qual se erigiu o sistema colonial. À luz dessa leitura, torna-se problemático empregar o conceito de “civilização” para descrever a trajetória histórica da Europa Ocidental e América do Norte, cujas práticas estiveram associadas ao escravismo, colonialismo, fascismo e a diversas formas de violência sistematizada (Rodney, 2022). As “descobertas” dos séculos XV e XVI, celebradas como marcos civilizatórios pela narrativa ocidental, foram, na realidade, momentos fundacionais da acumulação primitiva, viabilizadas pelo saque das Américas e pela captura de corpos negros na África (Marx, 2013). Esses eventos foram decisivos para a formação do mercado mundial e transição para o capitalismo industrial, tendo as colônias operado como laboratórios de exploração, onde a coerção direta e indireta constituiu-se como tecnologia histórica de extração de excedentes.

O contato inicial entre europeus e povos americanos deu-se sob o signo do “interesse dos negócios”, relegando o ideal de povoamento a plano secundário (Prado Jr., 2011). As interconexões entre economias locais e mercados globais no capitalismo nascente a partir da expansão marítima provocaram uma ruptura na autocompreensão da civilização ocidental, ao confrontá-la com modos de existência que escapavam aos referenciais culturais e sociais europeus (Munanga, 2003). A justificativa da invasão estrangeira como missão evangelizadora converteu-se, na prática, em expropriação, dominação e genocídio em massa (Nascimento, 1978). A particularidade da colonização brasileira reside na extração de excedentes, tanto do trabalho quanto da natureza, sobretudo por meio da coerção e escravização de povos indígenas e africanos. A invasão e apropriação da terra associou-se a uma dependência estrutural em relação ao comércio europeu, instituindo um padrão de desenvolvimento refém dos ciclos econômicos internacionais. Como consequência, as atividades de subsistência e abastecimento interno expressaram-se de forma secundária e subordinada no interior da economia colonial (Furtado, 1974). Não por inexistirem, mas por se organizarem nas margens de um sistema que atende aos imperativos mercantis externos da economia atlântica moderna.

A Amazônia torna-se um espaço onde é possível compreender as contradições inerentes à lógica de acumulação incessante. Processos destrutivos, como o avanço da fronteira agropecuária, o desmatamento ilegal e a mineração, têm comprometido a integridade dos ecossistemas e ameaçado a continuidade dos modos de vida locais cujas existências estão vinculadas aos serviços ecossistêmicos da floresta. Tais serviços referem-se aos benefícios diretos e indiretos que os ecossistemas oferecem ao bem-estar humano, incluindo meios de subsistência, regulação climática, manutenção de solos, saúde, segurança alimentar e hídrica, bem como valores culturais (OMM, 2024). Entre esses grupos ameaçados, destacam-se povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e seringueiros, com outras formas de relação com o território e entre si. A Amazônia não se resume à abundância natural, mas constitui territorialidades em disputa, compreendidas como a dimensão vivida do poder, construída a partir das práticas sociais, identidades e relações cotidianas com o espaço, e onde se confrontam visões de mundo (Becker, 2010).

A estruturação político-econômica amazônica evidencia um processo contínuo de reconfiguração territorial articulado ao sistema colonial português. A partir da segunda metade do século XVII, sobretudo após a expulsão dos holandeses, a Coroa portuguesa intensificou o controle sobre a região, inserindo-a nos circuitos globais mercantis. A reorganização administrativa expressa na criação do estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654 e na posterior transferência da capital para Belém marcou uma inflexão política, estabelecendo redes de poder, controle fiscal e circulação de trabalho. Não apenas reforçava-se a presença lusitana, mas também se redefinia o sentido da colonização, do foco restrito da ocupação militar para a exploração econômica. A substituição das especiarias orientais por espécies vegetais nativas, as “drogas do sertão”, foi viabilizada pelos conhecimentos indígenas sobre o território e manejo, em contraste com os modelos de agricultura intensiva predominantes em outras partes da colônia. A exploração desses produtos, associada à vastidão do interior fluvial amazônico, o “sertão”, conformou uma lógica territorial, econômica e de trabalho compulsório

própria, que se afastava do tráfico transatlântico de africanos escravizados como única maneira de inserção colonial e combinava formas de produção híbridas de cultivo e extração (Chambouleyron, 2023).

Durante o século XVIII, as reformas pombalinas intensificaram o controle metropolitano da área amazônica por meio da centralização administrativa e do fortalecimento de companhias monopolistas, como a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, buscando dinamizar o fluxo mercantil e aumentar a rentabilidade colonial. A constituição de grandes companhias comerciais, além de controlar a produção e a circulação dos gêneros tropicais, passou a exercer papel determinante nas relações de poder locais. Embora culturas como o cacau, o algodão e o arroz tenham sido incorporadas e organizadas, prevaleceu o modelo de exploração sazonal e dispersa dos recursos naturais (Chambouleyron, 2023). Isso impôs obstáculos à consolidação de uma economia regional integrada e contribuiu para gargalos no povoamento e circulação local. A ocupação territorial, portanto, foi sustentada pela expropriação dos recursos naturais e pelo exercício da violência como mecanismo de manutenção da ordem colonial.

Nos relatos coloniais, a Amazônia era retratada como uma região de abundância não apenas de recursos naturais, mas também de populações indígenas, destinadas ao trabalho forçado, fortalecendo uma suposta identidade entre o Brasil histórico e o Brasil natural. A captura e a escravização marcaram o início de um longo processo de despossessão que atravessaria os séculos seguintes. A imposição de uma racionalidade eurocêntrica deslegitimava os saberes tradicionais ao mesmo tempo deles se apropriava. Nesse contexto, prevaleciam distinções entre as atitudes dos colonizadores civis e dos missionários jesuítas em relação à figura indígena, especialmente no debate se seriam ou não dotados de alma a fim de legitimar sua escravização ou conversão. A articulação entre a Igreja e as forças militares assegurou o disciplinamento cultural dessas populações, o controle populacional e a reprodução das hierarquias coloniais (Arbex Jr., 2005). Assim, os aldeamentos missionários, vinculados à política de catequese, foram estruturados como

núcleos produtivos e instrumentos de reorganização das populações originárias segundo os moldes da sociedade colonial. A instituição do Diretório dos Índios marcou uma mudança nas estratégias de controle estatal na região amazônica, adotando mecanismos diferenciados daqueles empregados na escravização de africanos. Embora essa política buscasse adaptar a exploração colonial às especificidades territoriais e aos conhecimentos indígenas, a resistência nativa, expressa em recusas à catequese, fugas e guerrilha, permaneceu como fator de tensão constante (Chambouleyron, 2023).

O povoamento da Amazônia foi impulsionado, em grande medida, por estratégias de controle de fronteiras e envio forçado de degredados, soldados e populações marginalizadas. O que aprofundou processos de fragmentação social e territorial, cuja heterogeneidade étnica, linguística e religiosa somava-se à sua condição periférica no projeto de integração colonial. Visão reiterada por narrativas historiográficas que, ao privilegiar o litoral atlântico como centro da “civilização”, relegaram a Amazônia à mera coadjuvante na formação histórica do país (Chambouleyron, 2023). Em contraposição a essas leituras, observa-se que, já no ciclo das drogas do sertão, a região foi incorporada aos circuitos mercantis internacionais como fornecedora de produtos nativos de alto valor comercial. No ciclo da borracha entre 1879 e 1912, alcançou também destaque mundial com o látex extraído da seringueira e advento da Segunda Revolução Industrial. A estreita articulação entre interesses militares e mercantis revela que a ocupação e a exploração beneficiaram setores vinculados ao aparato estatal-militar devido à razão geográfica e às elites comerciais em ascensão. A consolidação do poder desses grupos vinculou controle do território ao acesso privilegiado aos recursos naturais (Chambouleyron, 2023).

A complexidade socioecológica do território amazônico revela uma intrincada rede de interações entre rica biodiversidade, territorialidades e culturas. Desde o período colonial, práticas extrativistas ancoraram a mobilização de forças militares, colonos e populações indígenas submetidas a diferentes regimes de coerção e deslocamento forçado (Chambouleyron,

2023). Essa relação assimétrica intensificou-se nas fases posteriores de integração nacional, particularmente no século XX e na ditadura militar, quando a região passa a ser “conquistada” e “domesticada” como estratégica para o desenvolvimento econômico, reafirmando o mito da “terra sem povo” (Arbex Jr., 2005). Apesar da promessa de modernização, a extração de ferro, bauxita, ouro e outros minérios raramente reverteu-se em investimentos duradouros ou redistribuição de renda interna. O caso de Serra Pelada, nos anos 1980, mostra que o garimpo de ouro alcançou uma larga escala, em determinado momento, responsável por mais de 90% da produção nacional, mas ao custo de um regime de trabalho degradante, precário e perigoso (Monteiro *et al.*, 2010).

O avanço de grandes obras de infraestrutura, como a Transamazônica (BR-230) e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, reafirma uma lógica histórica de espoliação territorial. Esses empreendimentos atendem, prioritariamente, às exigências logísticas e energéticas de centros produtivos e industriais localizados fora da região, vinculados ao capital nacional e internacional, em detrimento das necessidades das populações locais. Como consequência, verifica-se o agravamento dos conflitos fundiários, a expansão desordenada de áreas urbanas, a degradação de ecossistemas e a destruição de vínculos históricos entre comunidades e seus territórios. Trata-se, portanto, de um processo já conhecido, baseado em modelos desenvolvimentistas que, embora apresentados como formalmente “novos”, reiteram erros históricos de negligência social e desestruturação territorial, sobrecarregando os serviços públicos, especialmente a segurança, diante da migração massiva e da precariedade de mecanismos de compensação (Reis; Souza, 2016).

Sob esse modelo, a região converte-se em um espaço geoeconômico funcional à expansão do capital, operando uma acumulação baseada na extração intensiva de recursos naturais e no uso transitório de força de trabalho. Os investimentos em infraestrutura — como rodovias, portos, hidrelétricas e corredores logísticos — são, assim, justificados por narrativas ancoradas em noções abstratas de “progresso” e “integração nacional”, descoladas das

realidades locais. Apesar de gerarem empregos de curta duração, tais iniciativas tendem a consolidar formas de ocupação desordenadas e predatórias, onde os ganhos econômicos concentram-se nas mãos de grandes corporações e elites empresariais. O resultado é a cristalização de economias de enclave, onde o território e suas vivências tornam-se submissos a interesses externos, sem promover a dinamização das economias locais e os direitos socioterritoriais (Aráoz, 2020). Ao invés de gerar autonomia, acirra-se a subordinação da Amazônia na economia-mundo, reproduzindo uma divisão internacional do trabalho que reserva ao território o papel de provedor de matérias-primas e espaço de sacrifício em prol do crescimento econômico.

A Amazônia é hoje atravessada por uma “cartografia da desigualdade” que remete à maneira como o sofrimento social, os custos ambientais e a perda de soberania são distribuídos de maneira seletiva e assimétrica (Aráoz, 2020). Como destaca Quijano (2010), a colonialidade é mais do que um resquício do passado; trata-se de uma matriz moderna de poder que hierarquiza corpos, saberes e territórios a partir de critérios racializados e eurocentrados. No contexto amazônico, tal racionalidade manifesta-se por meio de um padrão de desenvolvimento que atua como dispositivo de destruição sistêmica, onde a floresta é representada como espaço vazio, e os povos originários são desumanizados ou folclorizados. Suas práticas culturais, quando não criminalizadas, são esteticamente apropriadas sob uma ótica eurocêntrica ou transformadas em mercadorias exóticas, esvaziando seus significados e cosmologias próprias (Cabnal, 2010). Desmatar, nesse sentido, não implica apenas remover árvores, mas apagar corpos, línguas, memórias e mundos inteiros. Assim, a terra amazônica, tingida de vermelho, carrega as marcas do sangue derramado por indígenas, camponeses e trabalhadores explorados (Aráoz, 2020).

Sob uma perspectiva crítica e contracolonial, a noção de “civilização” deixa de se apresentar como sinônimo de progresso universal e passa a ser compreendida como um dispositivo ideológico historicamente acionado para legitimar e normalizar práticas de violência e dominação. A rotulação de certas

abordagens como “particularistas” ou “subjetivistas” não constitui um gesto neutro, geralmente decorre de um universalismo que reage defensivamente à possibilidade de perder sua posição hegemônica na definição do que conta como realidade concreta. Tal operação histórica teve como efeito a exclusão sistemática de modos de existência e de produção de conhecimento, empurrados para o campo do exotismo, do silenciamento ou mesmo do extermínio material e simbólico. Nesse terreno de disputa, afirmam-se narrativas originárias que não podem ser reduzidas a manifestações marginais, pois elaboram saberes complexos sobre orientação, astúcia e resistência. A figura do curupira, por exemplo, cujos pés apontam para trás, não expressa apenas uma inversão simbólica do percurso, mas encena uma estratégia concreta de sobrevivência diante de contextos marcados pela hostilidade e pela ameaça (Holanda, 1975). Em diferentes povos indígenas, o cuidado em confundir ou apagar rastros constitui uma prática coletiva de proteção frente às violências coloniais e à usurpação territorial. Essa inversão direcional confunde o invasor e rompe com a lógica linear da caça e do controle, construindo-se a partir da insurgência, camuflagem e reinvenção de caminhos.

No caso brasileiro, compreender os limites e impasses do desenvolvimento exige situar o país em uma longa trajetória de violências, que remonta à colonização, ao extermínio dos povos originários e à escravização de populações africanas. A sua inserção nas rotas do mercado mundial, assim como a modernização de caráter conservador, não rompeu com injustiças históricas; ao contrário, contribuiu para sua sofisticação com manifestações particulares e territorializadas. O comércio transatlântico de mercadorias e de pessoas transformadas em mercadoria, bem como as dinâmicas de acumulação a ele associadas, ancorou-se na exploração de territórios, corpos e saberes, onde outras formas de trabalho, outras ecologias e outras relações com o mundo se articulavam. Historicamente tratada como uma zona de fronteira, tanto política quanto geográfica, a Amazônia foi incorporada ao projeto colonial luso-brasileiro de maneira subordinada, operando como espaço de disputa entre o poder central e os sujeitos territorializados que nela produzem vida, cultura e conhecimento. No presente, essa condição

é reatualizada pela integração às cadeias globais de valor, sobretudo por meio da exportação de grãos, minérios e madeira, agora mobilizada sob o verniz discursivo do desenvolvimento sustentável, sem, contudo, alterar as relações de dominação existentes. Compreender os atuais desafios amazônicos exige enfrentar, ao mesmo tempo, sua herança colonial, os dispositivos neocoloniais em curso e as possibilidades de reinvenção em seu interior.

II. A terra dá, a terra quer, a terra toma

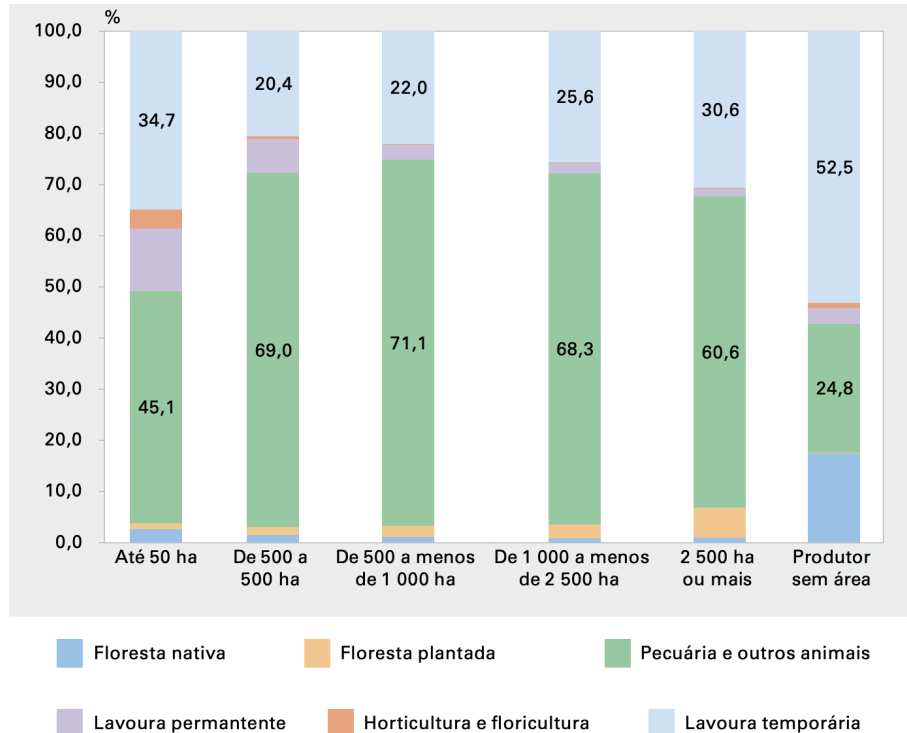
A relação entre os povos indígenas das terras baixas da América do Sul e o ambiente que habitam não se organiza segundo os pressupostos do pensamento ocidental moderno. Em diversas cosmologias ameríndias, a floresta não é percebida como um espaço inóspito ou virgem. Para muitos desses povos, ela é cultivada por muitas e mútuas mãos (Cunha, 2023). Entre os Wajãpi, o espaço propriamente humano restringe-se às roças e pousios, enquanto a mata é entendida como o domínio de outros sujeitos que a cultivam. Na cosmologia Jamamadi, não existe a noção de plantas silvestres. Tudo o que cresce na floresta é, de algum modo, cultivado. Entre os Jarawara, a ideia é semelhante, embora reconheçam resquícios de uma natureza autônoma (Cunha, 2023). Tal forma de manejo, anterior à chegada dos colonizadores europeus, evidencia a agência histórica das populações indígenas na transformação e adaptação do ecossistema amazônico. As cosmologias originárias mostram que a floresta é espaço relacional, território de sentido e sujeito de cuidado. Não surpreende, portanto, que etnógrafos atuantes na região amazônica se deparem com sistemas ontológicos nos quais tudo — de montanhas a lagos, de cultivares a animais — possui um “dono” em sentido duplo (Graeber; Wengrow, 2022). Esse pertencimento não corresponde a uma apropriação jurídica moderna, mas a uma relação onde domínio e cuidado entrelaçam-se em reciprocidade. A floresta, pensada como uma espécie de jardim ancestral, é formada por forças humanas e não humanas.

A narrativa dominante de preservação ambiental tem reproduzido, entretanto, lógicas coloniais e de dependência. A doutrina da *Terra Nullius*, que

historicamente legitimou a expropriação de territórios sob o argumento de estarem “vazios” ou “intocados”, continua a operar como justificativa para deslocamentos forçados, desconsiderando os laços históricos, espirituais e ecológicos que esses grupos mantêm com seus territórios (Manahan, 2023). A floresta amazônica abriga mais de 40 milhões de pessoas, incluindo cerca de 2,2 milhões de indígenas pertencentes a mais de 300 etnias, além de comunidades afrodescendentes e tradicionais cujos modos de vida estão ligados à manutenção da floresta em pé (Flores *et al.*, 2024). A problemática acerca do direito à terra insere-se de forma direta na gestão do território e na questão agrária ao longo do desenvolvimento capitalista, sobretudo no contexto latino-americano. Desde o final do século XIX, diferentes correntes têm refletido sobre o papel da estrutura fundiária nas dinâmicas de acumulação e transferência de valor entre os setores agrícola e industrial, ou entre campo e cidade (Prado Jr., 2011). No contexto atual, a ofensiva global do agronegócio recoloca a Amazônia como território em disputa, atualizando tais debates.

A expansão de monoculturas voltadas à exportação, como soja, milho e eucalipto, associada ao avanço de pastagens e atividades mineradoras, tem aprofundado processos de desterritorialização de povos originários e comunidades tradicionais no país. Entre 2018 e 2020, dados do IBGE indicam a continuidade dessa dinâmica, com a expansão de áreas agrícolas e pastagens sobre a vegetação nativa, acompanhada pela fragmentação de ecossistemas (IBGE, 2022). De acordo com dados da Oxfam (2019), menos de 1% das propriedades rurais concentram aproximadamente metade das terras produtivas no Brasil, situando o país entre aqueles com maior desigualdade no acesso à terra. Essa estrutura fundiária expressa um modelo extensivo e concentrado de uso do solo, fortemente orientado pela atividade pecuária. Aproximadamente metade dos estabelecimentos agropecuários brasileiros tem na criação de gado e outros animais sua principal atividade econômica, percentual que se eleva significativamente nos estratos de maior dimensão territorial. Nas propriedades com área superior a 2.500 hectares, mais de 60% do uso do solo é destinado à pecuária, conforme evidenciado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Proporção dos tipos de uso da terra por faixas de área dos estabelecimentos agropecuários – Brasil, 2017



Fonte: IBGE (2021)

Esse padrão de uso da terra torna-se ainda mais pronunciado em determinadas regiões do país, especialmente no Norte e no Centro-Oeste, que operam historicamente como frentes de expansão da fronteira agropecuária. Na Região Norte, a ampliação dessas atividades ocorre com impactos particularmente severos, dada a conversão direta de áreas florestais em pastagens. O estado do Pará posiciona-se como epicentro dessa dinâmica: em 2017, concentrava apenas 3,8% dos estabelecimentos rurais especializados na pecuária bovina, mas detinha 8,3% do rebanho nacional (IBGE, 2021). A desproporção entre número de propriedades e volume de produção explicita não apenas a concentração fundiária, mas também um modelo predatório, com fortes efeitos sobre os ecossistemas amazônicos e os modos de vida locais. No estado do Amazonas, dados

do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) reforçam essa interpretação. Os minifúndios representam mais de 70% dos imóveis rurais, mas ocupam apenas 12% da área cadastrada. Em contraste, menos de 3% das propriedades, classificadas como grandes, concentram cerca de 60% das terras registradas (Schwade, 2022). Essa desigualdade agrária revela uma dinâmica que extrapola a dimensão econômica, expressando relações de poder e processos sociopolíticos que reproduzem assimetrias e exclusões históricas.

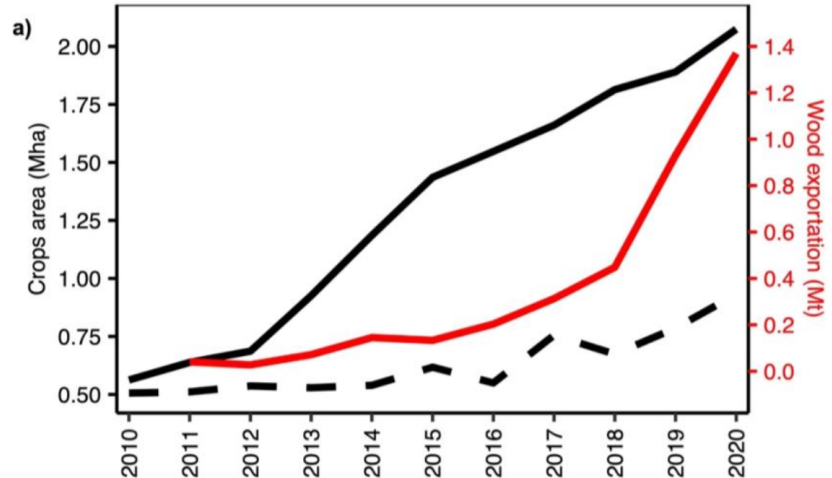
As formas de apropriação e uso da terra no Brasil, especialmente na Amazônia, seguem reproduzindo um padrão histórico de concentração fundiária e expropriação de territórios coletivos. A intensificação da pecuária sobre áreas de floresta significa, sobretudo, uma reconfiguração geopolítica e econômica do território, marcada pela financeirização da terra, pela ascensão das *commodities* agrícolas e pelo enfraquecimento dos direitos territoriais indígenas e de populações tradicionais (Yáñez; Moreno, 2023). A fronteira agrícola que avança sobre a floresta, em especial na faixa que liga os estados do Mato Grosso e do Pará, revela uma dinâmica que responde às exigências dos mercados internacionais e à valorização fundiária promovida pelo desmatamento ilegal. Nessa perspectiva, os dados sobre estrutura agrária brasileira evidenciam um modelo de desenvolvimento ancorado na concentração de terras, na padronização produtiva com menor diversificação alimentar e na subordinação dos territórios à lógica da acumulação externa. A terra deixa de ser, assim, espaço de reprodução da vida e passa a operar como ativo econômico, sujeito à valorização e à especulação nos mercados financeiros globais.

A Floresta Amazônica configura-se como um dos ecossistemas mais vitais do planeta, tanto por sua biodiversidade — que abriga cerca de 10% das espécies conhecidas — quanto por sua função na regulação climática global e na estabilidade dos ciclos hidrológicos e de carbono (Lovejoy; Nobre, 2018). Dentro desse bioma, os territórios indígenas legalmente reconhecidos destacam-se como áreas fundamentais para a conservação,

com sistemas de manejo que articulam conhecimento ecológico, territorialidade e reprodução da vida. Entre 2001 e 2021, as terras indígenas da Amazônia brasileira foram responsáveis por uma remoção líquida de aproximadamente 340 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera, representando uma contribuição decisiva para a mitigação das mudanças climáticas (Veit; Gibbs; Reytar, 2023). Apesar disso, esses povos seguem enfrentando processos de inviabilização e violação de seus direitos. A combinação entre desigualdades socioeconômicas, desvalorização de seus saberes e práticas e pressões externas sobre seus territórios gera um quadro persistente de injustiça socioambiental, onde a devastação da floresta implica a ruptura de sistemas alimentares, a erosão de saberes tradicionais acumulados e a desarticulação de laços comunitários.

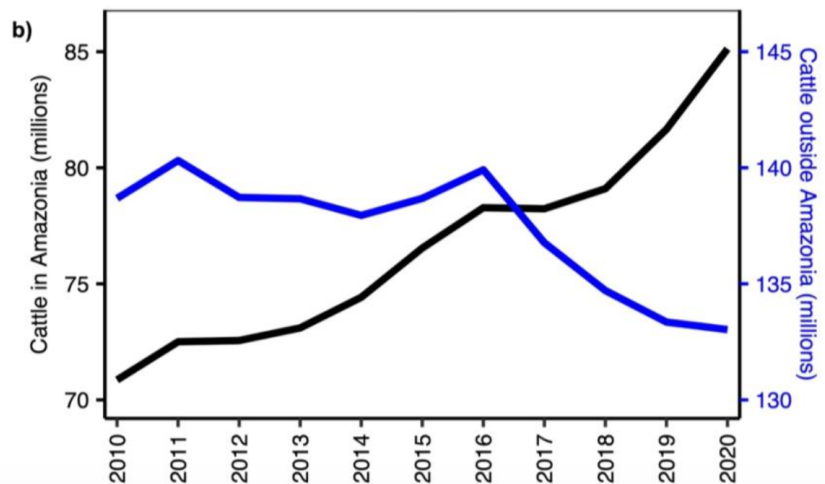
A análise dos Gráficos 2 e 3 reforça esse diagnóstico. O Gráfico 2 evidencia uma convergência entre o avanço das atividades agropecuárias e extrativistas e a intensificação dos processos de degradação ambiental na Amazônia. A partir de 2018, observa-se uma correlação direta entre o aumento da produção agrícola, especialmente de soja e milho, e a escalada das exportações de madeira nativa. Esse período também coincide com o desmonte de políticas públicas de proteção ambiental, favorecendo a ampliação de um modelo exploratório intensivo e desregulado (Gatti *et al.*, 2023). Entre 2010 e 2020, a área colhida de soja e milho na Amazônia cresceu, acompanhada por elevação expressiva das taxas de desmatamento, convertendo cada vez mais um dos maiores sumidouros de carbono do planeta em fonte líquida de emissões.

Gráfico 2 – Evolução da área colhida de soja e milho e das exportações de madeira. (2010-2020)¹



Fonte: Gatti et al. (2023).

Gráfico 3 - Dinâmica da Pecuária Bovina no Brasil (2010-2020)²



Fonte: Gatti et al. (2023).

¹ Evolução da área colhida de soja (linha preta), milho (linha tracejada) e exportações de madeira (linha vermelha).

² Evolução da produção de gado bovino dentro da Amazônia (linha preta) e em outros estados brasileiros (linha azul).

O Gráfico 3 complementa essa leitura ao demonstrar uma mudança na geografia da pecuária brasileira. Enquanto o rebanho bovino retrai-se em outras regiões do país, verifica-se sua expansão sobre a Amazônia, consolidando a floresta como nova fronteira da atividade pecuária. Esse deslocamento é impulsionado por práticas ilegais como a grilagem de terras públicas, o uso de queimadas e o desmatamento não autorizado, muitas vezes amparadas por expectativas de regularização fundiária e por falhas institucionais do Estado (Gatti *et al.*, 2023). Mesmo diante de uma infraestrutura regional precária, com deficiências logísticas e baixa capacidade de fiscalização ambiental, as atividades agropecuárias e madeireiras seguem sendo incentivadas por mecanismos econômicos distorcidos na região, como acesso facilitado ao crédito rural, isenções fiscais e tolerância institucional com ocupações ilegais (Gatti *et al.*, 2023). Tal cenário evidencia a centralidade da Amazônia nos arranjos contemporâneos de poder e avanço do capital, consolidando-a não como território de vida, mas como espaço de saques sucessivos.

A reestruturação imposta pela lógica do agronegócio transformou o perfil produtivo da Amazônia. A introdução de um modelo baseado na racionalização técnico-científica das práticas agrícolas, com foco na grande escala e na exportação, desarticulou sistemas agroflorestais tradicionais, marcados pela diversidade produtiva, pela segurança alimentar e pelo manejo sustentável dos recursos naturais. Essa transição consolidou a região como polo de exploração monocultural, funcional às demandas externas e dissociado das dinâmicas socioecológicas locais. Nesse processo, as formas de organização da propriedade rural atravessadas por padrões patriarcais e dinâmicas de herança excludentes passam, assim, a ser naturalizadas como expressões de uma suposta “ética cultural”, que é desigual, concentradora e expropriatória (Mies; Shiva, 2014).

A modernização da agricultura, difundida globalmente a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para a homogeneização dos agroecossistemas, substituindo paisagens agrícolas biodiversas por extensas áreas

destinadas à exportação de *commodities* (Mies; Shiva, 2014). Ao privilegiar critérios estritamente mercantis, esse modelo desconsidera os saberes tradicionais e os modos de vida em reciprocidade com o meio ambiente. Shiva (2003) denomina esse processo de “ideologia da monocultura”, uma racionalidade que extrapola os limites da produção agrícola e se projeta sobre os domínios do saber, do viver e do conhecer, impondo uma lógica que invalida a pluralidade epistêmica e cultural, bem como práticas sustentáveis de manejo e uso da terra.

Nesse cenário, o uso intensivo de agrotóxicos manifesta-se como forma de “colonialismo químico”, conforme caracterizado por Bombardi (2023). Países do Norte Global, ao proibirem determinadas substâncias nocivas em seus territórios, continuam a produzi-las e exportá-las para países do Sul Global, onde a legislação ambiental é mais permissiva e os mecanismos de fiscalização são mais frágeis. Esses territórios passam a operar como “máquinas produtivas”, dependentes de pacotes tecnológicos compostos por sementes transgênicas, fertilizantes químicos e agrotóxicos. Os impactos dessa toxicidade recaem de forma desproporcional sobre populações vulnerabilizadas, como mulheres, crianças, povos indígenas e pequenos agricultores que habitam áreas próximas às monoculturas. Contudo, seus efeitos extrapolam o espaço rural, atingindo cadeias alimentares e sistemas hídricos urbanos, ameaçando a saúde pública (Bombardi, 2023).

No caso da bacia do Xingu, os povos indígenas enfrentam um cerco socioambiental constante, marcado pela contaminação das águas por agrotóxicos, pela intensificação das queimadas anuais e pela degradação das condições de vida decorrente da alteração dos ciclos hidrológicos. Desde a entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2015, a concessionária Norte Energia desviou cerca de 70% da vazão do rio para fins de geração de energia. Esse novo regime hidrológico interrompeu as pirâmides e provocou mortandades de peixes e quelônios, além de comprometer a capacidade reprodutiva local das espécies aquáticas (Amazon Watch, 2023). O avanço do desmatamento e a fragmentação dos habitats naturais

ampliam interações desreguladas entre fauna silvestre, animais domesticados e populações humanas, favorecendo a disseminação de patógenos, o risco de surtos pandêmicos e desequilíbrios ecossistêmicos.

Diante disso, cientistas têm alertado que o bioma amazônico se aproxima de um ponto de não retorno, a partir do qual sua capacidade de regeneração poderá tornar-se irreversível (Amazon Watch, 2024). Entre os principais vetores, destacam-se o desmatamento e as mudanças no uso do solo, sobretudo aquelas associadas à expansão agropecuária, responsáveis por aproximadamente 73% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil em 2020 (Seeg, 2021). Apesar da criação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.187/2009), os níveis de emissão permanecem elevados, o que evidencia a limitada efetividade das políticas de mitigação vigentes. Essa inação compromete os ciclos biogeoquímicos e a estabilidade climática global, afetando de forma desproporcional os povos originários e comunidades tradicionais. Conforme destaca a Amazon Watch (2024), os povos indígenas, como os quáchuas de Sarayaku, são responsáveis pela gestão de cerca de 80% da biodiversidade remanescente do planeta, embora representem apenas 5% da população mundial. Seus saberes ancestrais e práticas constituem obstáculos ao extrativismo predatório, porém seguem sendo invisibilizados.

A ausência de um marco regulatório robusto, aliada à fragilidade das legislações ambientais, favorece impactos socioambientais mais agudos, como a contaminação de bacias hidrográficas, o desmatamento de ecossistemas vitais e a destruição de sítios de relevância cultural e arqueológica (Aráoz, 2020). Esses efeitos articulam-se à desestruturação de economias comunitárias e à promoção de deslocamentos forçados, contribuindo para redes de corrupção e violências que bloqueiam reformas agrárias e políticas voltadas a garantir direitos socioterritoriais. As relações continuam, assim, atravessadas por mecanismos de opressão, nos quais a racialização, a subordinação de gênero, a apropriação cultural e econômica e a precarização do trabalho constituem pilares indispensáveis ao capital. Essa dominância

tecnoprodutivo-social renova-se por meio de relações neocoloniais e dependentes, adaptadas às novas dinâmicas do mercado mundial. O extrativismo predatório, em sua face verde contemporânea, ainda que envolto em narrativas ambientalistas, preserva um sistema desigual, concentrador e monocultor com base em assimetrias históricas (Svampa, 2023). Especialmente nas regiões do Sul Global, como a Amazônia, observa-se, portanto, a reprodução de posições periféricas no circuito global da produção através de múltiplas violências que vão de encontro a sistemas vivos, práticas agroecológicas e formas alternativas de organização material da vida.

III. Retomada verde em cortina de fumaça cinza

No século XXI, a retórica da chamada “retomada verde” opera menos como ruptura e mais como uma rearticulação de dominações históricas. Sob o discurso da transição energética e tecnologia sustentável, reafirma-se um modelo que internaliza custos socioambientais sem romper com o capital fóssil. A modernização verde conduzida não implica superação da dependência material, mas sua reorientação para novos insumos minerais e financeiros. Marcada por processos de invisibilização de comunidades e ecossistemas, transformando seus territórios em zonas de sacrifício — áreas periféricas, distantes dos centros de poder, onde se concentram atividades de alto risco ambiental, sanitário e social (Fernandes, 2024). Nesse contexto, a convergência entre a digitalização produtiva, intensificação da exploração ambiental e precarização das condições de trabalho constitui uma das expressões mais sofisticadas da nova morfologia da acumulação. Ainda que se anunciem ganhos em termos de rastreabilidade, transparência e eficiência, tais promessas favorecem os interesses do capital transnacional sediado no Norte Global (Moreno, 2021). A economia verde, ao não reconhecer os limites do presente, renova relações predatórias sob novas roupagens tecnológicas e financeiras.

É nesse cenário que a proposta de descarbonização e os mercados de carbono emergem como engrenagem central da governança climática global que

estruturam a economia verde. Sua institucionalização ancora-se em dispositivos como o sequestro e armazenamento de carbono (CAC), certificações ambientais automatizadas, rastreamento digital e plataformas de verificação baseadas em blockchain. Apresentados como soluções técnicas para a crise em curso, operam, na prática, como dispositivos de mercantilização da vida, convertendo florestas, bacias hidrográficas e ciclos biogeoquímicos em unidades contábeis abstratas, passíveis de compra, venda e especulação (Moreno, 2021; Yáñez; Moreno, 2023). A difusão de selos de sustentabilidade, como indicadores de “carbono neutro” e mecanismos de compensação ambiental, consolida um novo regime de governança global que desloca o eixo da ação climática para a rentabilidade financeira e contabilidade do carbono (Oliveira, 2022).

Ao redirecionar o debate ecológico de uma perspectiva sistêmica para uma abordagem contábil, esvaziam-se as complexidades territoriais e socioculturais, convertendo-as em dados de performance e métricas negociáveis. A verticalização da governança socioambiental compromete os princípios de autodeterminação dos territórios, impondo diretrizes padronizadas e desvinculadas das realidades locais. Esse processo desconsidera saberes ancestrais, formas comunitárias de gestão e racionalidades não capitalistas, aprofundando a dependência tecnológica e normativa das economias periféricas sob ímpetos neocoloniais e padrões históricos de acumulação por despossessão (Yáñez; Moreno, 2023). A ascensão de sistemas internacionais de certificação ambiental, como Forest Stewardship Council (FSC) e Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC), evidencia as limitações de um modelo regulatório capturado por interesses corporativos. A recorrência de auditorias financiadas pelas próprias empresas certificadas fragiliza a credibilidade desses mecanismos e permite a legitimação de práticas ambientalmente controversas. As certificações passam a operar como dispositivos de blindagem reputacional, enquanto corporações pressionam pela flexibilização das normas ambientais. No Brasil, o caso de 54 empresas certificadas pelo FSC posteriormente multadas por desmatamento ilegal e

destruição de habitats de espécies ameaçadas explicita o descompasso entre discurso e prática efetiva (DW, 2023).

Nesse cenário, assiste-se à incorporação acelerada de tecnologias digitais de rastreabilidade por conglomerados agroindustriais, como ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Cofco International. Ferramentas como *blockchain*, contratos inteligentes, drones e algoritmos de crédito ambiental são integradas aos processos de monitoramento territorial para atender regulamentações internacionais. Essa digitalização inaugura uma nova etapa do processo de financeirização da terra, no qual dados sobre uso do solo, estoques de carbono e biodiversidade são convertidos em ativos financeiros negociáveis (Barros Júnior, 2021). Em territórios indígenas e tradicionais, a coleta e apropriação de dados ambientais, transformados em *tokens* ou ativos digitais, constitui uma forma de expropriação algorítmica que estende a lógica de mercantilização para o domínio tecnológico. Assim, reconfigura-se a soberania territorial, pois as práticas autônomas de gestão são substituídas por sistemas digitais corporativos e centralizados, e decisões sobre uso e valor da terra mediadas por plataformas transnacionais (Yáñez; Moreno, 2023).

A valorização organiza-se cada vez mais em torno do capital fictício, operando em escala global e ampliando as fronteiras da mercantilização da vida. Os mercados de compensação ambiental passam, assim, a fomentar circuitos secundários de especulação financeira, ao mesmo tempo que negligenciam as causas que ancoram o avanço do desmatamento ilegal, da agropecuária e mineração predatória e da grilagem de terras. No território amazônico, essa lógica impõe restrições ao uso dos recursos naturais pelas comunidades e aprofunda processos de expropriação territorial. Sob o argumento da descarbonização e proteção florestal, proliferam projetos que incentivam grandes barragens, monoculturas intensivas e atividades mineradoras, ampliando riscos socioambientais e ameaçando os ecossistemas e os modos de vida locais (Svampa, 2023). Os mercados verdes atuam como arenas globais de extração de valor, nas quais saberes, práticas e territórios

são cooptados e ressignificados pelo valor-mercadoria. Como resultado, comunidades indígenas, tradicionais e camponesas, antes fora do alcance do capital e reconhecidas como guardiãs da floresta, convertem-se em símbolos publicitários de sustentabilidade, enquanto sofrem múltiplas despossessões (Manahan, 2023).

Sob essa ótica, intensifica-se o debate em torno de uma arquitetura financeira internacional orientada por princípios da justiça socioambiental, da responsabilidade histórica dos países emissores e da transparência na destinação de recursos voltados às mudanças climáticas. O Fundo Amazônia destaca-se como um dos principais instrumentos de financiamento climático direcionado à proteção da floresta. Instituído pelo Decreto n.º 6.527/2008 e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo estrutura-se segundo o princípio do pagamento por resultados, alinhado às diretrizes do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Com contribuições majoritárias de países como Noruega e Alemanha, viabilizou, até 2020, 103 projetos, beneficiando cerca de 162 mil pessoas envolvidas em atividades sustentáveis, apoiando 190 unidades de conservação e cobrindo cerca de 65% das terras indígenas na Amazônia Legal (Talanoa, 2020). Apesar de sua relevância, o Fundo sofreu uma descontinuidade operacional entre 2019 e 2020. Tal interrupção revelou fragilidades institucionais vinculadas à dependência das políticas ambientais em relação à instabilidade político-administrativa interna. Ademais, projetos de REDD+ na Amazônia são criticados por reproduzirem assimetrias de poder ao restringirem a participação das comunidades locais, reduzidas a instâncias consultivas formais, com repartições de benefícios desiguais e pouco transparentes.

Nessa ótica, investimentos com base na responsabilização histórica dos maiores emissores e no fortalecimento da capacidade adaptativa dos territórios podem operar como mais do que simples mecanismos de compensação climática. Quando desenhados sob critérios mais robustos e redistributivos, têm potencial para impulsionar a regeneração ecológica de biomas

sob pressão e dinamizar economias locais, através da valorização de cadeias produtivas territorializadas e de baixo impacto com efeitos positivos sobre renda, segurança alimentar, saúde e bem-estar de populações cuja reprodução social depende diretamente da integridade dos ecossistemas (Fernandes, 2024). Territórios indígenas desempenham papel estratégico na regulação climática global, funcionando como alguns dos últimos sumidouros líquidos de carbono da Amazônia. Contudo, os recursos efetivamente destinados à gestão territorial e ambiental de comunidades indígenas, quilombolas e populações tradicionais ainda são insuficientes e, não raro, condicionados por agendas externas. Entre 2011 e 2020, menos de 1% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento voltada para o clima foi direcionada à adaptação e mitigação nas áreas sob gestão dessas populações (Veit; Gibbs; Reyntar, 2023). A crescente intermediação dos fluxos financeiros por conglomerados empresariais e por arranjos institucionais pouco transparentes tem gerado preocupações quanto à legitimidade das finanças sustentáveis e à internalização da natureza em contas nacionais. Amparadas por ferramentas de avaliação opacas, muitas vezes ocultam formas sofisticadas de *greenwashing* e promovem flexibilização de normas ambientais em prol da rentabilidade (Oliveira, 2022).

O aprofundamento da financeirização da natureza contribui para o esvaziamento das capacidades de governança ambiental, sobretudo em regiões de elevada sensibilidade ecológica, como a Amazônia. As atividades predatórias comprometem a autorregulação ecológica da floresta, aproximando a região de um ponto de não retorno. Estimativas projetam que, mantido o atual modelo de exploração, entre 10% e 47% da cobertura florestal da Amazônia poderá sofrer degradações irreversíveis até 2050 (Lovejoy; Nobre, 2019). Nesse processo, a literatura especializada identifica cinco vetores principais de estresse hídrico e climático. O primeiro é o aquecimento global, que altera o regime de evapotranspiração e os padrões de circulação atmosférica responsáveis pelos chamados “rios voadores”. O segundo, a redução da precipitação anual que favorece a substituição da floresta tropical por vegetações menos densas, com menor capacidade de retenção hídrica

e sequestro de carbono, descrito como “savanização”. O terceiro, a maior sazonalização das chuvas, que desequilibra o balanço hídrico e amplia a exposição a eventos climáticos extremos. O quarto é a expansão da estação seca ao elevar o risco de incêndios e a degradação florestal. Por fim, o quinto refere-se ao acúmulo do desmatamento, que compromete processos ecológicos essenciais como a ciclagem de nutrientes e o armazenamento de carbono (Flores *et al.*, 2024; Lovejoy; Nobre, 2019).

Diante disso, diversos estudos convergem na constatação de que o combate ao colapso socioecológico exige mais do que inovações tecnológicas. Mesmo nos cenários mais otimistas de descarbonização, será inviável conter o aumento da temperatura média global em 2°C sem transformações estruturais que promovam reformas institucionais e medidas redistributivas mais amplas (Hickel; Kallis, 2019). A confiança excessiva em soluções técnico-industriais, que se portam como técnicas de gestão de emissões ainda dependentes do capital fóssil, tende a obscurecer os efeitos destrutivos em cascata. Nesse contexto, a proposta de exploração de petróleo na Margem Equatorial da foz do rio Amazonas exemplifica a tensão entre os interesses econômicos, a atual demanda por energia e a responsabilidade histórica diante da crise climática. A região, que abriga o maior contínuo de manguezais do planeta, desempenha um papel-chave na regulação do carbono, proteção da biodiversidade marinha e garantia dos modos de vida das comunidades locais. Além disso, esses ecossistemas agem como barreiras naturais contra a erosão costeira e são mitigadores de eventos climáticos extremos (Pereira *et al.*, 2025).

Apesar dessa relevância, grandes corporações do setor energético, como a ExxonMobil, Chevron, TotalEnergies e a própria Petrobras, têm buscado obter licenciamento de blocos na região, com destaque para o FZA-M-59. A Petrobras sustenta que a iniciativa é ambiental e tecnicamente viável, tornando-se uma fonte de recursos para o desenvolvimento nacional. Essa justificativa, contudo, tem sido questionada por especialistas, organizações da sociedade civil e o próprio corpo técnico do Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sobretudo devido à insuficiência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) abrangente e de consulta livre, prévia e informada às comunidades potencialmente afetadas (Pereira *et al.*, 2025). Em meio a pressões políticas, científicas e técnicas, o Ibama aprovou, em 2025, o Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada (PPAF) apresentado pela Petrobras, o que permitiu avançar para a etapa subsequente de licenciamento. A aprovação não configura uma concessão da licença à exploração, a qual dependerá da verificação da efetividade do plano em campo. A tensão entre discurso institucional e prática torna-se mais evidente ao considerar que o Brasil, ao sediar a COP30, buscou projetar-se internacionalmente como liderança na transição energética, ao mesmo tempo que enfrentava pressões internas para expandir a exploração fóssil. Essa contradição ganhou novos contornos em 2026, quando a Petrobras teve que paralisar suas atividades no bloco FZA-M-59 em função de um vazamento de fluido de perfuração. Mesmo sob perspectivas desenvolvimentistas, persiste uma inserção internacional subordinada, que abdica das etapas de refino, processamento e inovação, aprofundando assimetrias estruturais, enquanto limita investimentos em pesquisa e desenvolvimento em prol da captura dos benefícios socioeconômicos associados à transição energética efetiva.

A crítica à mercantilização da natureza e à tecnocracia tecnológica no campo ambiental vai além do debate institucional. Ela é, na verdade, uma disputa ontológica e política sobre o futuro dos territórios, a autodeterminação dos povos e as condições de reprodução da vida em um sentido ampliado. Nesse contexto, emergem propostas como a tipificação do ecocídio como crime na categorização jurídica internacional, justamente por sua capacidade de responsabilizar Estados e corporações por danos socioambientais irreversíveis que atentam contra a paz, sobretudo em territórios tratados como zonas de sacrifício no modelo de desenvolvimento vigente (McElwee, 2024). A Amazônia constitui-se como um desses territórios, pois, apesar de suas riquezas ecológicas e culturais, continua enfrentando desafios que comprometem a economia local e acirram desigualdades históricas. Frente

a esse cenário, os modos de vida e as práticas das populações amazônicas emergem como resistência ativa ao capitalismo verde em voga, sustentado por soluções tecnocráticas, escalabilidade industrial, monocultura produtiva e combustíveis fósseis. Nesse sentido, o fortalecimento dessas lutas apresenta-se não apenas como alternativa ambientalmente viável, mas como um contraponto político e epistêmico ao extrativismo inerente ao capitalismo. Ao privilegiar circuitos curtos de produção e consumo, fomentar o cuidado com a terra e valorizar os saberes tradicionais, reconstrói-se o valor da vida em novos termos, desafiando a lógica predatória do capital.

Conclusão

Diante da confluência de crises que marcam o cenário contemporâneo, revela-se o esgotamento do paradigma hegemônico de desenvolvimento capitalista pautado em um crescimento ilimitado e acumulação incessante. A persistência da insegurança alimentar, exclusão social, violência estrutural e degradação ecológica não constitui uma anomalia do sistema, mas o resultado de uma racionalidade que naturaliza a desigualdade e reitera padrões históricos de injustiça e espoliação. Isso revela a incapacidade do capitalismo de responder ao colapso iminente, e sua atual readequação “verde” configura-se como uma expectativa irracional de sucesso futuro. Enfrentar esse cenário exige mais do que ajustes técnicos, requer uma inflexão radical no próprio entendimento de desenvolvimento. Uma transição socioecológica justa deve estar alicerçada em princípios redistributivos, ecológicos e na autodeterminação dos povos e territórios. Caminhos como a agroecologia, a soberania energética e a reforma agrária popular despontam como forças de uma nova economia pós-carbono, desde que desvinculados das engrenagens do capital. A retórica do “capitalismo verde”, fomentada por instituições financeiras e governos, tem operado como uma estratégia sofisticada de reenquadramento ideológico das crises em curso, conduzindo à paralisia política ou ao fatalismo. Sob esse disfarce, perpetuam-se formas de expropriação, mediadas por instrumentos como mercados de carbono

e compensações e certificações ambientais, que reduzem os ecossistemas a métricas de desempenho e excluem os verdadeiros sujeitos históricos da conservação: povos originários, comunidades tradicionais, agricultores familiares e os próprios ciclos ecológicos naturais.

A conservação da Amazônia situa-se como arena de conflitos multiescalares, tornando-se símbolo das contradições capitalistas, onde se combina avanço do fogo e capital fóssil, manejo predatório, estresse hídrico e perda de laços socioculturais. Embora elevada à condição de patrimônio da humanidade, a região segue como fronteira de exploração sob o ímpeto do agronegócio, da mineração e do desmatamento ilegal. Isso evidencia o abismo entre os interesses econômicos e as necessidades concretas locais, marcado por processos de colonialismo verde, racismo ambiental e desmonte das políticas públicas. A tecnologia, por si só, não é capaz de reverter a trajetória de colapsos localizados sem enfrentar as bases do capital extrativista, agora sob um manto “verde”. A luta que se trava não se limita ao âmbito técnico ou regulatório. Trata-se de uma batalha civilizatória sobre a própria definição de futuro possível. Em última instância, enquanto há tempo, é urgente reconceituar e potencializar o valor das múltiplas formas de vida.

Referências

- AMAZON WATCH. *Pulso, Xingu! O caminho para reviver a Volta Grande depois de Belo Monte*. 2023. Disponível em: <https://amazonwatch.org/>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- AMAZON WATCH. Relatório Anual 2022-2023. 2024. Relatório institucional. Disponível em: <https://amazonwatch.org/>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- ARÁOZ, Horacio. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.
- ARBEX JÚNIOR, José. Terra sem povo, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Maurício (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005. p. 21-66.
- BARROS JUNIOR, Orlando. O “ecossistema” financeiro de um agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil. In: MORENO, Camila et al. *O Brasil na Retomada Verde: integrar para entregar*. Brasília: Grupo Carta de Belém, 2021. p. 24-39. Disponível em: <https://br.boell.org/>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- BECKER, Bertha. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.
- BOMBARDI, Larissa. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Elefante, 2023.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ACSUR-LAS SEGOVIAS. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: ACSUR-Las Segovias, 2010. p. 6–25. Disponível em: <https://porunavidavivible.wordpress.com>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama social da América Latina e do Caribe 2023: Inclusão laboral como eixo-chave do desenvolvimento social inclusivo*. Santiago: United Nations, 2024.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/>. Acesso em: 30 mai. 2026
- CUNHA, Manuela. Anti-domesticação. *Piseagrama*, edição especial Vegetalidades, p. 34–45, 2023. Disponível em: <https://piseagrama.org/>. Acesso em: 03 mai. 2025.
- DW - Deutsche Welle Brasil. *As falhas de certificadoras que concedem selos verdes*. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Sabrina. “Just” Means “Just” Everywhere: How Extractivism Stands in the Way of an Internationalist Paradigm for Just Transitions. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, p. 1-19, 2024.
- FLORES, Bernado; MONTOYA, Encarni; SAKSCHEWSKI, Boris. et al. Critical transitions in the Amazon forest system. *Nature*, v. 626, p. 555-564, 2024
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRASER, Nancy. *Destinos do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*. Tradução de Diogo Fagundes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

- GATTI, Luciano V. et al. Increased Amazon carbon emissions mainly from decline in law of enforcement. *Nature*, v. 621, n. 1978, p. 318-323, 2023
- GRAEBER, David; WENGROW, David. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- HEAD, Lesley. *Hope and grief in the anthropocene: re-conceptualising human–nature relations*. London: Routledge, 2016.
- HICKEL, Jason; KALLIS, Giorgos. Is Green Growth Possible? *New Political Economy*, v. 25, n. 4, p. 469–486, 2019.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do espaço rural brasileiro: estrutura fundiária*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 mai. 2025.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- LOVEJOY, Thomas; NOBRE, Carlos. Amazon Tipping Point. *Science Advances*, v.5, n.12, eaba2949, 2019.
- MANAHAN, Mary. Soluciones basadas en la naturaleza: la mercantilización de la gobernanza ambiental mundial. In: LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary (eds.). *Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2023. p. 239-264.
- MAPBIOMAS. Terras indígenas no Brasil: cobertura e uso da terra, desmatamento e mineração (1991-2021). 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 01 mai. 2025.
- Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política - Livro I*. São Paulo: Boitempo, (1867)2013.
- McELWEE, Pamela. Ecocide: exploring the roots and current applications of the concept. *Containing Politics Dossier, Displacements*, 2024. Disponível em: <https://alameda.institute/>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. London: Zed Books, 2014.
- MONTEIRO, Maurílio de; COELHO, Maria Célia; COTA, Raymundo Garcia; BARBOSA, Estêvão José da. Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. *Revista Pós-Ciências Sociais*, São Luís, v. 7, n. 13, 2010.
- MORENO, Camila. Introdução: Retomada verde e financeirização 4.0 – o lugar do Brasil. In: MORENO, Camila et al. *O Brasil na Retomada Verde: integrar para entregar*. Brasília: Grupo Carta de Belém, p. 10-23, 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3.º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-Penesb-RJ, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Tatiana. Assetização da Natureza como Razão da Ex-A-Propriedade Neoliberal. In: MIOLA, Iagê Z. et al. (orgs.). *Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde*. São Paulo: Blucher, 2022, p. 27-62.
- OMM - Organização Meteorológica Mundial. *Relatório sobre o estado dos recursos hídricos globais 2023*. Genebra: OMM, 2024. Disponível em: <https://library-wmo-int>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- OXFAM. *Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira*. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/>. [Acesso em: 20 abr. 2024].
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- PEREIRA, Cássio; RODRIGUES, Domingos; SALM, Rodolfo; FEARNSSIDE, Philip. Amazon projects pose risks to Brazil and the world. *BioScience*, Oxford, p. 1–4, 2025. Disponível em: <https://academic.oup.com/>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73–117.
- REIS, João; SOUZA, Jaime. Grandes projetos na Amazônia: a hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 9, n. 2, p. 215-230, 2016.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África?* São Paulo: Boitempo, 2022.
- SCHUBERT, Janina. As cosmologias dos povos indígenas Kichwas e Waoranis, Buen Vivir e a iniciativa Yasuni-Itt. *Espaço Ameríndio*, v. 15, n. 3, p. 137-178, 2021.
- SCHWADE, Tiago. A estrutura fundiária do Amazonas segundo o Sistema Nacional do Cadastro Rural. *Revista GeoAmazônia*, v. 10, n. 20, p. 6–22, 2022.
- SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. *Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2020*. Observatório do Clima, 2021.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.
- SVAMPA, Maristella. Transición energética corporativa: el triángulo sudamericano del litio como caso testigo. In: LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary (eds.). *Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, p. 69-84, 2023.
- TALANOA. *A Política Nacional de Mudança do Clima em 2020: estado de metas, mercados e governança assumidos na Lei 12.187/2009*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.oc.eco.br>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- VEIT, Peter; GIBBS, David; REYTAR, Katie. Indigenous forests are some of the Amazon's last carbon sinks. *Insights Florestais*. World Resources Institute, 2023. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- YÁÑEZ, Ivonne; MORENO, Camila. Acumulación y desposesión por descarbonización. In: LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary (eds.). *Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, p. 121-140, 2023.

ELOHÁ CABREIRA BRITO
ANDRÉ REGO VIANA

NO MEIO DO CAMINHO TINHA RENDAS DE MONOPÓLIO: DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO POSTOS PELO “SORRISO DESFIGURADO” DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Recebido em 23/03/2025

Aprovado em 14/01/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1247

NO MEIO DO CAMINHO TINHA RENDAS DE MONOPÓLIO: DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO POSTOS PELO “SORRISO DESFIGURADO” DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

ELOHÁ CABREIRA BRITO

Pesquisadora (bolsista) do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Email: eloha.cabreira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7275-7657>

ANDRÉ REGO VIANA

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos sobre Estados e Instituições (Diest) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

Email: andre.viana@ipea.gov.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2998-061X>

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise crítica, com base na abordagem marxista, sobre a maior capacidade de agregação de valor dos intangíveis (serviços pré e pós-produção), associada ao progresso técnico, expressa na curva sorriso das Cadeias Globais de Valor (CGV). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, descritiva e fundamentalmente teórica, embora sejam indicadas algumas implicações para as políticas públicas. A principal contribuição desta análise consiste em investigar a essência do fenômeno, identificando os reais obstáculos ao desenvolvimento das economias periféricas, como a brasileira. Argumenta-se que as inovações tecnológicas, longe de elevarem a produtividade e o valor agregado desses serviços, têm consolidado monopólios que capturam rendas, em vez de segmentos competitivos geradores de lucros. As elevadas barreiras à entrada, somadas à menor lucratividade de curto prazo desses investimentos, em comparação com o setor agropecuário (que apresenta eficiência alocativa ricardiana) e com o setor financeiro (que se beneficia da elevada taxa de juros básica, propiciando maior rendimento associado à geração de capital fictício) na economia brasileira, sugerem que o investimento público constitui o único caminho viável para o crescimento e desenvolvimento. Esse caminho, porém, enfrenta desafios significativos, como a hegemonia neoliberal (que defende a menor intervenção do Estado na economia),

a polarização política e a falta de apoio popular a um projeto de desenvolvimento. Tal apoio poderia ser conquistado por meio de um plano de desenvolvimento nacional de Estado, orientado à adaptação do país às mudanças climáticas (que afetam a todos) e à geração de empregos decentes, cujos benefícios à população superariam aqueles associados à mobilidade ascendente nas CGV.

Palavras-chave: Cadeias Globais de Valor (CGV); análise marxista; inovação tecnológica; rendas de monopólio; desenvolvimento de economias periféricas.

Abstract

This article aims to present a critical analysis, based on the Marxist approach, of the greater value-adding capacity of intangibles (pre- and post-production services), associated with technical progress, expressed in the smile curve of Global Value Chains (GVCs). Methodologically, it is a bibliographic research of an exploratory, descriptive, and fundamentally theoretical nature, although some implications for public policy are indicated. The main contribution of this analysis is to investigate the essence of the phenomenon, identifying the real obstacles to the development of peripheral economies, such as the Brazilian economy. The article argues that technological innovations, far from increasing the productivity and added value of these services, have consolidated monopolies that capture rents rather than competitive segments that generate profits. The high barriers to entry, combined with the lower short-term profitability of these investments compared with the agricultural sector (which presents Ricardian allocative efficiency) and the financial sector (which benefits from the high basic interest rate, yielding greater returns associated with the generation of fictitious capital) in the Brazilian economy, suggest that public investment constitutes the only viable path to growth and development. This path, however, faces significant challenges, such as neoliberal hegemony (which advocates reduced state intervention in the economy), political polarization, and the lack of popular support for a development project. Such support could be built through a national state-led development plan oriented toward climate-change adaptation (which affects everyone) and the creation of decent jobs, whose benefits to the population would surpass those associated with upward mobility within GVCs.

Keywords: Global Value Chains (GVCs); Marxist analysis; Technological innovation; Monopoly rents; Development of peripheral economies.

I. Introdução

Desde a Terceira Revolução Industrial e, mais recentemente, a partir da difusão das novas tecnologias da Indústria 4.0 (Quarta Revolução Industrial)¹, o setor de serviços tem ampliado sua relevância para o crescimento e desenvolvimento das economias. Embora a indústria continue como o principal setor-chave para esses processos, é inegável que o surgimento de diversos serviços de alto valor adicionado, somado à maior integração entre setor industrial e serviços (processos nomeados como a servitização da manufatura²), evidenciam que diversos segmentos do setor de serviços se distanciam das características gerais historicamente atribuídas a esse setor (como reduzida produtividade, economia de subsistência etc.), aparentemente se aproximando do dinamismo associado ao setor industrial (Rodrik, 2014; Lavopa; Szirmai, 2018; Unctad, 2020; Brito, 2023; Brito, Dathein, 2024).

Paralelamente a essa literatura, na abordagem das Cadeias Globais de Valor (CGV), diversos segmentos do setor de serviços estão associados à maior capacidade de geração de valor adicionado do que as atividades produtivas (setor industrial). Esses segmentos, localizados nas extremidades da curva sorriso³, são compostos por atividades pré e pós-produção, como inovação/P&D, gestão de marcas etc. (Unctad, 2020).

Diante de tal contexto, este artigo tem como objetivo caracterizar a transformação de parte dos serviços de maior valor adicionado como monopólios (ou “quase-monopólios”) que possibilitam a apropriação de rendas

¹ Acelerada pelas medidas sanitárias de contenção da pandemia de Covid-19, ou seja, pelas medidas de distanciamento social, que impulsionou o uso de recursos tecnológicos na produção, como automação de fábricas, adoção do teletrabalho em diversos segmentos, bem como ampliou o comércio de produtos e serviços por meio de aplicativos e pela internet (expansão da economia de plataformas e e-commerce).

² A servitização da manufatura consiste no aumento da participação dos serviços no processo de produção e/ou nos produtos do setor industrial e agropecuário. Em outras palavras, trata-se da ampliação do valor adicionado da produção desses segmentos através da incorporação de serviços (Unctad, 2020; Baines *et al.*, 2009; Vandermerwe; Rada, 1988).

³ Representação gráfica da relação entre as atividades que compõem uma cadeia global de valor (nas etapas pré-produção, produção e pós-produção) e a sua capacidade de geração de valor adicionado (baixo, médio e alto) (Unctad, 2020). Sua origem é discutida adiante no artigo.

(através de patentes de tecnologia e da gestão de marcas), ao invés da caracterização *naive* de tais segmentos como setores competitivos que geram lucros normais. Isso é feito a partir da abordagem marxista sobre as rendas de monopólio (Viana, 2005; Paulani, 2016). Essa transformação, associada às mudanças produtivas e tecnológicas, torna a discussão sobre a capacidade de agregação de valor e elevada produtividade desses segmentos (destacada pela literatura da CGV) inadequada, pois seu maior valor adicionado decorre do poder de mercado e do preço de monopólio, ou seja, da capacidade de se apropriar de maior parcela de mais-valia criada pelos setores produtivos.

Ademais, busca-se analisar as implicações dessas transformações para a expansão da produtividade da economia brasileira e para o desenvolvimento do país. Seria possível expandir a participação relativa do país na oferta de serviços de alto valor adicionado (movendo-se para as extremidades da curva sorriso)? A mudança na posição da economia brasileira nas Cadeias Globais de Valor (CGV) possibilitaria a superação do subdesenvolvimento? Ou estamos diante de uma mistificação ideológica cuja busca pode ser melhor caracterizada como uma nova miragem, um engodo, diante da quase impossibilidade da superação de tal desafio? Como de praxe na teoria *mainstream* os debates sobre as CGV são eivados de componentes de cunho fortemente ideológicos que reforçam a concepção de mundo dominante, fazendo-se necessária sua crítica.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, descritiva e fundamentalmente teórica, ainda que contemple apontamentos preliminares sobre possíveis implicações para as políticas públicas, organizada em quatro seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção aborda a transformação do superlucro (lucro extraordinário), cuja base consiste nos diferenciais de produtividade (superior à média), em rendas de monopólio, cuja base consiste na propriedade privada sobre determinada técnica produtiva, tecnologia ou marca. A terceira seção aborda as transformações das CGV (alterações no formato da

curva sorriso), ocasionadas pelas mudanças tecnológicas, apresentadas pela literatura não marxista, seguida pela crítica marxista desse fenômeno e as implicações dessas transformações para o desenvolvimento de economias periféricas, como a brasileira. Tentamos assim esboçar, nas considerações finais, as características das políticas públicas necessárias à superação dessa condição com base na releitura dos conceitos aqui debatidos.

2. Pedras no caminho do desenvolvimento de economias periféricas: a transformação do superlucro em rendas de monopólio

Nas sociedades capitalistas a taxa de lucro é fundamental na determinação da produção e para impulsionar o processo de acumulação. Como ressalta Marx (2008, p. 338), ela consiste na “força propulsora da produção capitalista, só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro”. Portanto, o atendimento às necessidades humanas, bem como o desenvolvimento de setores estratégicos para o crescimento e desenvolvimento, só ocorre na medida em que proporcione lucros aos capitalistas⁴.

A concorrência impulsiona os capitalistas a buscarem ampliar continuamente sua lucratividade, através do aumento de sua produtividade acima da média do setor. Com o aumento da produtividade, o valor das mercadorias desse capitalista se reduz, mas, como aponta Marx (2016a, p. 368), “o verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é o valor individual, e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção”. Assim, como o lucro “normal” está relacionado ao tempo

⁴ A primazia do lucro no capitalismo, normalmente encoberta pelo véu da aparência, foi evidenciada recentemente com a divulgação de vídeos mostrando o descarte de alimentos nas lavouras de diversas regiões brasileiras, devido ao baixo preço de mercado desses alimentos em contexto de excesso de produção. Esse tipo de descarte, que causou revolta nas redes sociais, uma vez que poderiam ser destinados a instituições de assistência social, é, como apontam Belic e Frioli (2024), uma estratégia comum dos agricultores em momentos de excesso de oferta e reduzidos preços de mercado. A ausência de novidade aqui é denotada pelo fato de que tal prática foi parte constitutiva da política de defesa de preços do café instituída pelo convênio de Taubaté no início do século passado.

socialmente necessário à produção⁵, a obtenção de um lucro extraordinário (superlucro ou lucro acima da taxa média) está associada à produtividade superior à média (composição orgânica superior à média).

Esse superlucro, cuja base reside no diferencial de produtividade, tenderia a desaparecer com a difusão da técnica (ou tecnologia) que ocasionou o aumento da produtividade relativa desse capital e possibilitou uma produção com valor abaixo do preço de produção social. Isso porque, com a difusão da técnica e com o conseqüente aumento da produtividade média, o valor social (tempo socialmente necessário à produção da mercadoria) se reduz, igualando-se ao valor individual das mercadorias do capitalista que primeiro aplicou essa inovação no processo produtivo⁶.

Assim, a concorrência capitalista, além de nivelar a taxa de lucro, compele os capitalistas a continuamente aprimorar a técnica/tecnologia (produzir inovações⁷) com o intuito de obter um superlucro derivado dos diferenciais de produtividade (Marx, 2016a, 2015, 2016b, 2008, 2017, 2018; Schumpeter, 1982). Ao descrever a lógica do sistema capitalista, Marx (2011) ressalta que com o

⁵ Como mostra Marx (2008), a concorrência entre os ramos industriais leva a apropriação do lucro pelos capitais individuais não corresponder à produção de mais-valia desses capitais, mas a uma taxa geral de lucros, que tende a equalizar as diferentes taxas de lucro para que capitais de igual magnitude obtenham lucros iguais. Esse nivelamento das taxas de lucros é realizado pela venda das mercadorias pelo seu preço de produção (custo de produção, equivalente ao capital constante e variável, somado ao lucro médio), que não necessariamente corresponde ao seu valor (custo de produção + mais-valia). Os capitais com composição orgânica média apropriam-se de um lucro igual à mais-valia por eles produzida. Os capitais com composição orgânica superior apropriam-se de um lucro maior do que a mais-valia por eles produzida. Por outro lado, os capitais com composição orgânica inferior apropriam-se de um lucro menor do que a mais-valia por eles produzida. Portanto, como a taxa geral de lucros é taxa média ponderada de todas as diferentes taxas de lucro, ela é determinada pela composição orgânica dos capitais nos diferentes ramos (com suas respectivas taxas de lucro) e pela distribuição do capital total da sociedade entre esses diferentes ramos. Em outras palavras, “a taxa média de lucro depende do grau de exploração da totalidade do trabalho pela totalidade do capital” (Marx, 2008, p. 255).

⁶ O aumento da produtividade de um capitalista individual possibilita que esse reduza seu preço para realizar toda sua produção. Na ausência de monopólio sobre essa técnica, a concorrência impõe aos demais capitalistas a adoção desse novo método de produção para manutenção de sua lucratividade e sobrevivência no mercado, uma vez que a mais-valia varia na razão direta da produtividade do trabalho e o valor das mercadorias em razão inversa.

⁷ Adotamos o sentido schumpeteriano do conceito, que abrange cinco tipos de inovações: I) introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de bem; II) introdução de novos métodos de produção; III) abertura de novos mercados; IV) conquista de novas fontes de matéria-prima ou de bens semimanufaturados; e V) estabelecimento de novas formas de organização da indústria (Schumpeter, 1982).

desenvolvimento da acumulação capitalista o conhecimento científico e tecnológico amplia, cada vez mais, sua relevância para a expansão da produtividade e do progresso técnico. Isso porque, no modo de produção especificamente capitalista⁸, o principal motor do processo de acumulação, não mais consiste no trabalho imediato e na expansão da mais-valia absoluta (baseada no prolongamento da jornada de trabalho), mas no aumento da produtividade.⁹

Como destaca Paulani (2016), o conhecimento sempre integrou o processo produtivo (enquanto processo de produção de valor e de mais-valia), como elemento indispensável desse. Contudo, no capitalismo do século XIX analisado por Marx, o conhecimento integrava tal processo indiretamente, no capital constante (tecnologia, máquinas e equipamentos) e no capital variável (habilidade dos trabalhadores) utilizados na produção. O valor relativo da produção desse conhecimento não era incorporado ao valor das mercadorias, sua contribuição na geração de valor e mais-valia (bem como do lucro ou superlucro) era indireta, pela expansão da produtividade.

A novidade do capitalismo contemporâneo, segundo Paulani (2016, p. 530),

[...] é a existência de mercadorias feitas só de conhecimento. O setor paradigmático desse tipo de mercadoria é o setor de informática. Cabe então perguntar: o que é um software, ou produtos correlatos a esse, que empresas como a Microsoft e a Google vendem aos milhares todos os dias? É algo que tem a forma mercadoria, pois tem um preço e o acesso a ela depende do pagamento desse preço, mas que não tem valor, pois o tempo de trabalho necessário à sua reprodução é zero. Qual é o fundamento desse preço então?

⁸ O modo de produção especificamente capitalista é a produção capitalista baseada na maquinaria e na grande indústria, que possibilita a produção da mais-valia relativa como a forma geral de produção de mais-valia e nova alavanca do processo de acumulação capitalista (Marx, 2015).

⁹ Ressalte-se que, na atual fase do capitalismo, as mudanças tecnológicas (surgimento e difusão das economias de plataforma) e institucionais (reformas trabalhistas que “flexibilizam” / precarizam as relações de trabalho) têm contribuído para a regressão dessa tendência apontada por Marx. Isso porque o processo de acumulação nas economias de plataforma está apoiado, justamente, na extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e no retorno do trabalho por peça, que, segundo Marx (2008), é a forma que possibilita a maior exploração do trabalho pelo capital, ao tornar interesse do próprio trabalhador o prolongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho. Mais detalhes sobre os impactos dessas mudanças recentes do capitalismo e seu impacto sobre o mercado de trabalho, ver Gotijo (2023), Brito, Viana e Araújo (2024), Brito e Viana (2024) e Carvalho e Nogueira (2024).

Seu fundamento é uma renda do saber, uma renda absoluta, que, tal como a renda absoluta da terra que Marx diagnosticou, fundamenta-se pura e simplesmente na existência da propriedade.

Assim, com o desenvolvimento do sistema capitalista e o surgimento de novas tecnologias, cada vez mais dependentes de investimentos cumulativos em pesquisa e desenvolvimento, o próprio conhecimento científico foi transformado em propriedade privada geradora de rendas de monopólio, perdendo a característica de força social autônoma e gratuita, facilmente universalizável, destacada por Marx.

Viana (2005, p. 116) aponta que

o conhecimento científico, enquanto produto coletivo da humanidade, segue sendo a princípio um bem coletivo, e o desenvolvimento da mão de obra especializada, necessária à sua reprodução e aperfeiçoamento, segue, em decorrência, sendo largamente financiado pelo Estado como um “custo geral de produção” [...]. Porém, a pesquisa de tecnologias aplicáveis, bem como de conhecimento de campos genéricos (que podem vir a ser aplicáveis à transformação da natureza), sempre objetivando a produção de novas mercadorias que possam saciar necessidades humanas ou economizar trabalho na criação de valores de uso, passa a ser um campo de investimento de recursos por parte do capital.

Encontramos a discussão desse fenômeno (as patentes como forma de monopolização do conhecimento e a extração de rendas de monopólio a partir destas) já em Mandel (1982). O desenvolvimento das estratégias de constituição de cachos tecnológicos, registros conjuntos de patentes, bem como a regulação das regras em nível global a partir da Ompi (Organização Mundial de Propriedade Intelectual) e suas implicações nas relações entre as grandes corporações transnacionais, é vastamente discutido em Chesnais (1996) a partir de uma farta bibliografia.¹⁰

¹⁰ O progresso técnico também acarretou o surgimento de novas mercadorias, como os dados pessoais e comportamentais dos usuários de plataformas digitais (produzidos gratuitamente, pelos próprios usuários, ao acessarem a internet) que são comercializados pelas corporações do setor, principalmente para empresas de publicidade e propaganda (Zuboff, 2019). Mais detalhes sobre as alterações provocadas pelas novas tecnologias nas relações sociais de produção (inclusive sobre as novas formas de exploração do trabalho não pago) e consumo, ver Fuchs (2019) e Zuboff (2019).

Essas transformações ampliaram o papel fundamental dos Estados para o desenvolvimento científico e tecnológico, que também é destacado por pesquisas de outras linhas teóricas (não marxistas) como Amsden (2009) e Mazzucato (2014). A primeira autora atribui essa relevância ao Estado em razão do conhecimento “mais precioso de todos os ativos”, “chave para o desenvolvimento econômico, que envolve uma conversão da criação de riqueza centrada em ativos primários baseados em produtos na criação de riqueza centrada em ativos baseados no conhecimento”, não ser um “maná do céu”, ou seja, não estar disponível de forma universal e gratuita (Amsden, 2009, p. 21-22).

De forma semelhante a Amsden (2009), Mazzucato (2014) evidencia o papel empreendedor do Estado no desenvolvimento de inovações revolucionárias e do papel passivo do capital privado, que ingressa nesses setores posteriormente aos maiores investimentos e aos elevados riscos para colher os frutos das inovações financiadas pelo Estado, priorizando investimentos com menor risco e que apresentam retornos de curto prazo. Uma das principais críticas da autora é quanto a socialização dos riscos e a privatização das recompensas, ou seja, enquanto o Estado, enquanto gestor do fundo público, arca com os elevados custos e riscos do investimento em setores inovadores, o capital privado ingressa em tais setores na fase final (comercialização das tecnologias), após os investimentos de maior risco já terem sido realizados pelo Estado, e se apropria de todos os lucros ao registrar a propriedade intelectual sobre os produtos, vinculando sua marca, e ao lutar por menores impostos que incidiriam sobre as empresas.

Essa privatização das recompensas decorre do poder de mercado das empresas que detêm patentes sobre dada tecnologia:

No caso da tecnologia, a ciência aplicada ao processo produtivo, é a patente comercial que restringe a socialização da forma específica do processo de produção – ou do novo insumo ou ainda da nova mercadoria – para as demais empresas. A patente permite a seu detentor obter um ganho diferencial na produção ou “alugar” o conhecimento monopolizado. Esta nova forma de

propriedade engendra um novo tipo de “renda”, não menos real por ser abstrata, que constituem os royalties, os direitos da renda diferencial auferida como resultado do uso de um dado saber. Sua “valorização”, entretanto, se dá de forma indireta na venda do produto, a exemplo da renda da terra. A mera propriedade da patente não gera valor. São necessários o uso do conhecimento no processo produtivo concreto e a exclusão da possibilidade do uso deste mesmo conhecimento pela concorrência para que se gere a renda diferencial que justifica a remuneração do monopólio. Esta renda, no entanto, aparece como uma alta do lucro auferido pela empresa, sendo computada em pé de igualdade com o restante da mais-valia extraída. (Viana, 2005, p. 117)

Viana (2005) aponta que a legislação que consolidou as marcas e patentes como propriedade privada e possibilitou a seus detentores a extração de rendas de monopólio¹¹, decorreu da busca das empresas inovadoras por proteção a seus investimentos, em contexto de elevação dos custos em pesquisa e desenvolvimento necessários à inovação tecnológica.

Esse tipo de renda de monopólio tem a mesma base da renda fundiária no arcabouço de Marx (2008, 2017, 2018). Para esse autor, a propriedade privada da terra e a necessidade desse insumo à produção capitalista asseguram a renda da terra, podendo tal rendimento estar ligado à diferenciação do solo (renda diferencial) ou não (renda absoluta). A renda absoluta, decorrente da propriedade da terra ou força natural monopolizada, existe mesmo quando não há renda diferencial (oriunda da maior produtividade natural de diferentes solos/ maior fertilidade, no caso da renda diferencial tipo I, ou da maior intensidade em capital dos investimentos no mesmo solo, de modo a obter produtividade superior por meio de investimentos, no caso da renda diferencial tipo II)¹².

¹¹ “No caso da renda de monopólio, apesar de a mesma poder ser igualmente atribuída à mera propriedade, ela requer condições que estão diretamente ligadas ao processo de produção. É verdade que o produtor que se apropria dela não tem tal prerrogativa em função de ter introduzido alterações que tenham elevado a produtividade do trabalho. Mas ele assenta esse direito no fato de ter o monopólio de alguma condição de produção que possibilita o fabrico de bens excepcionais” (Paulani, 2016, p. 524).

¹² Mais detalhes sobre os diferentes tipos de renda e formas de apropriação pelos diversos ramos/capitais, ver Marx (2008, 2017, 2018), e para uma síntese sobre o tema ver Viana (2005) e Paulani (2016).

Contudo, diferentemente da terra, que é um bem cujo uso por um capitalista impede seu uso concomitante por outro (bens rivais), muitas tecnologias são bens com custo de reprodução zero e não rivais, de modo que as barreiras à sua difusão, bem como a base de sua renda de monopólio, são institucionais (legislação que impõe a propriedade privada sobre determinada tecnologia) (Paulani, 2016; Viana, 2005).

As diferentes legislações, ao permitirem a separação de um saber historicamente constituído pela humanidade como força produtiva e tornar as parcelas do saber assim registradas propriedade de algum indivíduo, autorizam, desta forma, a constituição de um monopólio. Como este monopólio permite a extração de um ganho diferencial, este ganho corporifica-se como uma renda aparentemente “externa” ao processo produtivo quando o uso da técnica é licenciado para outra empresa. Assim o superlucro parece ser produto da tecnologia e não da extração mais intensiva de mais-valia possibilitada por esta. A produção parece ser fruto do “capital intangível” e, devido a seu caráter diferencial, os rendimentos auferidos pelo seu uso serão divididos entre o proprietário da tecnologia e o licenciado. (Viana, 2005, p. 118)

Ainda segundo o autor, o estabelecimento do conhecimento técnico-científico como uma propriedade privada (institucionalização da propriedade intelectual) possibilita um “roubo social”, uma vez que essa legislação limita o acesso da humanidade e, principalmente, de outros capitalistas ao progresso técnico, a não ser que paguem uma renda para seu uso (royalties ou licenças de uso):

O “valor de uso” da patente sobre uma tecnologia é possibilitar à empresa que dela se utiliza impor a extração de um superlucro ao mercado por um determinado tempo, furtando ao restante da classe capitalista a cópia sobre seu novo processo ou produto. Assim sendo, tendo por base material o lucro diferencial obtido pela nova combinação produtiva, este “lucro” será computado como se oriundo do “segredo de fabricação”. Aqui, como na renda da terra, a aparência de que o royalty se origina da propriedade sobre a tecnologia dota a patente, na aparência, da capacidade de gerar a renda, independentemente de sua origem diferencial na produção concreta. [...] Como preço monopolista, o valor dos royalties está limitado pela disputa estabelecida no mercado pela

apropriação da mais-valia global subtraída à nivelção geral e retirada da circulação pelo processo da troca desigual. (Viana, 2005, p. 123)

Além da institucionalização da propriedade privada sobre tecnologias e técnicas produtivas, que possibilitaram a seus detentores a apropriação de rendas de monopólio, o desenvolvimento do capitalismo também levou ao surgimento de monopólio sobre marcas.

Hobsbawm (1995, p. 260) enfatiza como a demanda de alta tecnologia do período da Segunda Guerra Mundial “preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil”, a partir do desenvolvimento científico do período entreguerras ou do pós-guerra¹³. Entre as transformações ocasionadas por esse “terremoto tecnológico” das revoluções dos pós-guerras, o autor destaca três principais, que ampliaram as barreiras ao processo de convergência (*catching up*) das economias não desenvolvidas¹⁴, todas associadas à expansão dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento¹⁵. A primeira consiste na ampliação do acesso a bens de consumo nos países ricos e, em menor medida, nos países pobres, e na mudança cultural baseada na valorização de

¹³ “Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos” (Hobsbawm, 1995, p. 260).

¹⁴ É importante ressaltar, como observa Furtado (2024), que o padrão de desenvolvimento das economias centrais não pode ser generalizado. As economias periféricas devem, portanto, construir trajetórias próprias de desenvolvimento e de redução da dependência, considerando suas especificidades (históricas, culturais e estruturais) e as necessidades de sua população, em vez de simplesmente reproduzirem padrões externos acessíveis apenas a uma minoria privilegiada. Nesta perspectiva, o investimento em pesquisa e desenvolvimento é fundamental para a redução da dependência externa, articulando-se à necessidade de uma reorientação ideológica que valorize a cultura e a produção local. Ademais, como afirma ele (2024, p. 86), “a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados”. Portanto, “não se trata de ‘catching up’, mas de encontrar caminhos de desenvolvimento novos e relativamente autônomos” (Cassiolato et al., 2017, p. 24, tradução nossa).

¹⁵ “[...] quanto mais complexa a tecnologia envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo de percorrê-la. ‘Pesquisa e Desenvolvimento’ [R&D em inglês] tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico e, por esse motivo, reforçou-se a já enorme vantagem das ‘economias de mercado desenvolvidas’ sobre as demais” (Hobsbawm, 1995, p. 261). O autor ainda ressalta que a necessidade de contínuo investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nesse contexto transformou esses investimentos em parcela cada vez maior e mais indispensável a integrar os custos de produção. Viana (2005) aponta que os elevados custos de P&D se tornam barreiras à entrada de novos competidores nesse mercado oligopolista, reduzindo a concorrência.

contínuas inovações de produtos e serviços¹⁶. A segunda, associada à supervalorização no “novo”, consiste no aumento da complexidade tecnológica e de inovações no setor produtivo. A terceira consiste na ampliação da intensidade em capital (e conseqüente menor demanda por trabalho não qualificado e maior pelo altamente qualificado, de cientistas e técnicos).¹⁷

Diante dessa mudança cultural, além do aumento dos custos com P&D, o desenvolvimento de marcas se torna uma estratégia vital para o processo de acumulação capitalista. Isso porque, através da marca, as empresas buscam estabelecer um diferencial para suas mercadorias (mesmo que simbólico/ilusório) de forma a criar uma demanda fidelizada¹⁸ em um contexto de procura contínua por novidades. Trata-se como aponta Viana (2005, p. 125) da busca pela “cristalização do fetiche por uma determinada mercadoria na mente dos consumidores” que possibilite às empresas estabelecer um preço de monopólio com base na marca (“um monopólio socialmente instituído sobre a percepção subjetiva destes”). Assim, o custo com propaganda passa a ser tratado como investimento na criação de uma dimensão ideológica simbólica ou cultural, um significado, uma promessa de valor de uso (indicador de *status*, estilo, sofisticação, pertencimento a dado grupo e outras qualidades positivas) atrelado ao consumo de dada mercadoria (Fuchs, 2015; Viana, 2005).

¹⁶ “[...] a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos [...] até os computadores laptop. A crença era que o ‘novo’ equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado” (Hobsbawm, 1995, p. 261).

¹⁷ Oliveira (2015) também aponta as elevadas barreiras ao desenvolvimento das economias periféricas, como a brasileira, a partir da Terceira Revolução Industrial, em virtude das inovações tecnológicas e do próprio conhecimento técnico-científico serem caracterizados como descartáveis, efêmeros, incremental e protegido por patentes. As barreiras erigidas por essas transformações impõem às economias periféricas o papel de meras copadoras do efêmero. A produção da base técnico-científica dessas inovações (e não de meras cópias) exige um investimento descomunal em pesquisa e desenvolvimento nessas economias, com maturação de longo prazo, que só seria factível se coordenado (e em grande parte realizado) pelo Estado.

¹⁸ “[...] o desenvolvimento da marca tem um caráter cumulativo de viés nitidamente cultural, que torna tais marcas ‘patrimônio’ de suas empresas. Desta forma, marcas estabelecidas há muito tempo passam a contar com o efeito de ‘pai para filho’ do tipo: - ‘meu pai sempre teve um Volkswagen’. Efeitos estes que podem ser usados para explicar escolhas nem sempre racionais. Esta permanência social da marca possibilita que as empresas contem com uma parcela de mercado cativo, e sua diferenciação de preços passa na verdade a derivar do monopólio social sobre a marca. Este é um efeito indireto e dificilmente mensurável da propaganda, mas é visto como ‘propriedade intangível’ da empresa, sua clientela, ou na expressão contábil estadunidense – the goodwill” (Viana, 2005, p. 132).

A propaganda, ao impulsionar o consumo, produzindo necessidades (muitas delas ilusórias ou simbólicas), contribui para o processo de acumulação ao auxiliar na realização da produção. Ademais, embora não crie valor, possibilita, através do monopólio da marca, a apropriação de uma renda, em princípio, diferencial (superlucro), que se transforma em absoluta com a generalização dessas estratégias de diferenciação no mercado oligopolista (Viana, 2005).

O problema é que a aparência é tomada como essência, ou seja, assim como no caso do monopólio tecnológico, o monopólio (socialmente construído) da marca parece ter a capacidade de criar valor e não somente de possibilitar a apropriação de parcela do valor criado pelo trabalho produtivo de outros setores. Como destaca Viana (2005, p. 131):

Do ponto de vista da empresa, portanto, o gasto em propaganda aparece como algo produtivo – a alteração da subjetividade do consumidor. O produto passa a agregar uma nova “qualidade”, um valor de uso culturalmente modificado, que se confunde com o valor de uso do objeto, uma necessidade produzida para o espírito. Neste sentido, a propaganda parece efetivamente tornar-se parte do custo de produção da mercadoria.

A propaganda parece criar valor e o diferencial de preço dessas mercadorias aparece como “lucro”. Ademais esse monopólio também possibilita a obtenção de rendas derivadas do uso da marca por outras empresas (pagamento de royalties e licenças). Contudo,

[...] as rendas de monopólio, oriundas da propriedade capitalista instituída sobre as potências sociais relacionadas à tecnologia e às marcas, personificadas pelos royalties e licenças, são a forma de manifestação social de massas de mais-valia subtraídas à nivelção pela média, que se constituem a partir de superlucros, oriundos de monopólios construídos a partir da relação entre empresas e Estado, onde a superestrutura estatal é utilizada para garantir pela irradiação de seu monopólio social da força a exclusividade de tais marcas e processos. Também os royalties e licenças não são “produto” das tecnologias e marcas, mas aparecem como novos espécimes de rendas derivados do monopólio social garantido sobre estas forças materiais utilizadas na produção e circulação de mercadorias na forma da lei (Viana, 2005, p. 137).

Viana (2005) ainda destaca o resultado paradoxal da contínua necessidade de inovações para manutenção da competitividade no capitalismo: o foco excessivo de toda a cadeia produtiva na comercialização das mercadorias (realização do capital), deixando em segundo plano a produção das mercadorias. Esse resultado paradoxal, e suas implicações para o crescimento e desenvolvimento de economias periféricas como a brasileira, é assunto da próxima seção. Nela, discutem-se os principais obstáculos ao desenvolvimento dessas economias, evidenciando que a transformação do superlucro em rendas de monopólio torna ilusória a possibilidade de desenvolvimento por meio da mobilidade ascendente nas CGV¹⁹.

3. Entre aparência e essência: obstáculos estruturais ao desenvolvimento periférico e a ilusão da ascensão nas CGV diante da monopolização do superlucro

Smith (1983) e Marx (2016a, 2015, 2016b, 2008, 2017, 2018) associavam a capacidade e a velocidade de crescimento das economias (riqueza das nações ou processo de acumulação capitalista) com a participação relativa do trabalho produtivo no total de ocupados. Ou seja, para ambos os autores somente o trabalho produtivo tem por característica a capacidade de criar valor. Esses autores destacavam, de modo geral, a maior produtividade do setor industrial (a exemplo da fábrica de alfinetes), embora não qualifiquem quais atividades apresentariam maior impacto sobre o crescimento econômico.²⁰

¹⁹ Outras críticas à literatura das CGV, ver também Cassiolato *et al.* (2017).

²⁰ Embora esses autores considerem produtivo o trabalho nos setores agrícola e industrial destinados à comercialização (e não ao consumo próprio), divergem quanto às atividades do setor de serviços que classificam como produtivas. De modo geral, Smith (1983) considera produtivo somente o trabalho na produção de bens tangíveis e no comércio. Marx (2011, 2016b e 2017), por sua vez, considera produtivo o trabalho empregado nos setores agropecuário, industrial e serviços de transporte e comunicações, desde que orientado à comercialização e à geração de mais-valia. Mais detalhes sobre essa discussão, ver Brito (2023).

As discussões travadas nas décadas de 1970 e 1980 acerca das categorias de trabalho produtivo, improdutivo e indiretamente produtivo, as quais buscaram atualizar e refinar as formulações marxianas à luz do capitalismo contemporâneo, extrapolam o escopo deste estudo. Sobre essas contribuições, ver Bullock (1974), Gough (1974) e Tarbuck (1983).

Essa perspectiva foi sendo suplantada, de um lado, por teorias (de diversas correntes heterodoxas do pensamento econômico) que destacavam a relevância do setor industrial para o crescimento econômico e, do outro lado, no campo teórico neoclássico, pela concepção de que o crescimento está associado à especialização produtiva das economias nos segmentos que apresentam vantagens comparativas, quaisquer que sejam esses segmentos.

Como os dados empíricos do desempenho de diferentes países (centro e periferia ou desenvolvidos e subdesenvolvidos) evidenciaram que os setores têm impactos diferentes sobre o desempenho das economias²¹ (não corroborando, portanto, com a abordagem neoclássica), consolidou-se a perspectiva, apoiada em dados históricos, de que no sistema capitalista os processos de crescimento e desenvolvimento econômico estão associados à expansão do setor industrial²².

As características desse setor (especialmente de seus segmentos que empregam técnicas modernas, apresentam maior complexidade e sofisticação produtiva) explicam seu papel fundamental no processo de acumulação das economias capitalistas. Destacado pelas diferentes escolas como locus do progresso técnico, com produtividade superior, dinamismo, economias de escala, encadeamentos produtivos, intensidade em capital, efeito de transbordamento (ou *spillover*, relacionados à geração e transferência de habilidades, conhecimentos e treinamento), elasticidade renda da demanda, menor volatilidade dos termos de troca etc. (Smith, 1983; List, 1983; Marx, 2016a, 2015, 2016b, 2008, 2017, 2018; Kaldor, 1989; Blecker; Setterfield, 2019; Furtado, 2024; Rodríguez, 2009; Tavares, 2019; Lavopa; Szirmai, 2018; Brito, 2023).

²¹ List (1983), Kaldor (1989), Chang (2004) e a corrente estruturalista, como Furtado (2024), Rodríguez (2009) e Tavares (2019), são alguns exemplos.

²² Destaca-se que esse setor, normalmente, apresenta elevada participação relativa de trabalhadores produtivos.

Contudo, com o desenvolvimento tecnológico (especialmente, a partir da Terceira Revolução Industrial), o setor de serviço também passou a ser visto como relevante força motriz do processo de acumulação. Esse setor, que antes consistia no principal exemplo da doença de custo de Baumol²³, associado, portanto, à reduzida ou estagnada expansão da produtividade, foi diretamente afetado pelas transformações tecnológicas e organizacionais, em razão do surgimento e/ou expansão de segmentos com vínculos mais profundos com o setor industrial (e características mais próximas às de tal setor)²⁴. Isso porque as novas tecnologias ampliaram a comercialização de alguns segmentos dos serviços no mercado internacional, além de ampliarem sua produtividade, valor adicionado, ganhos de escala e competitividade (Rodrik, 2014; Hallward-Driemeier; Nayyar, 2018).²⁵

Essa transformação provocou profundas alterações no processo produtivo das economias, com a substituição do rígido modelo fordista (de linhas de produção) por um modelo com maior flexibilidade, otimização e automatização. As inovações digitais e redução dos custos de transportes possibilitaram a maior fragmentação da estrutura produtiva global, ou seja,

²³ Aumento (persistente, cumulativo e acima da inflação) do custo e preços de setores com crescimento lento ou estagnado da produtividade, como os serviços. De modo que a expansão relativa desses setores impacta negativamente sobre o aumento produtividade total do país e sobre o crescimento econômico (Baumol, 1967; Baumol *et al.*, 2012).

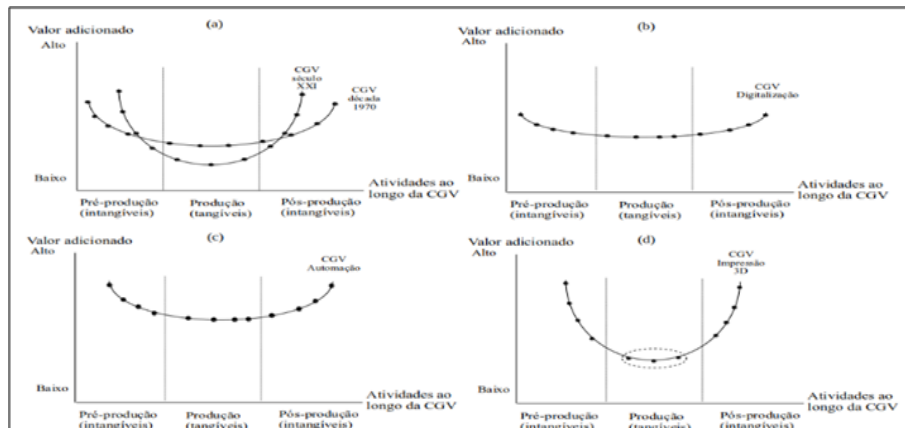
²⁴ Alguns desses serviços estão associados ao processo de terceirização de atividades antes realizadas pelo setor industrial, o serviço de suporte por exemplo (que, como abordaremos adiante, encontra-se nas extremidades da curva sorriso das Cadeias Globais de Valor, apresentando, portanto, maior valor adicionado que a produção industrial). Como aponta Chang (2013, p. 136), “uma parte pequena, porém não desprezível, da desindustrialização se deve a ilusões de ótica, no sentido que ela reflete mudanças na classificação estatística e não mudanças nas atividades autênticas. Uma dessas ilusões é causada pela terceirização de algumas atividades que são na realidade serviços na sua natureza física, mas costumavam ser prestados pelas próprias empresas industriais, com os seus recursos internos”.

²⁵ Ademais, como apontam Rodrik e Sandhu (2025), o setor de serviços (especialmente segmentos de menor dinamismo) também seria um setor estratégico, especialmente nas economias em desenvolvimento, para a expansão de vagas de emprego que não exigem alta qualificação. Contribuindo para reduzir o desemprego em maior medida que setores dinâmicos (como o industrial), que, apesar de associados a melhores oportunidades de emprego, possuem elevada intensidade em capital. Contudo, os autores apontam, como solução para o desemprego, ocupações precarizadas do setor de serviços. Um projeto de desenvolvimento, entretanto, deveria priorizar a criação de empregos decentes. Nessa perspectiva, os serviços de maior valor adicionado seriam mais desejáveis, pois, além de contribuírem com a ampliação de vagas de alta qualificação, poderiam dinamizar os processos de crescimento e desenvolvimento econômico.

possibilitaram o aumento do grau de fragmentação e distribuição geográfica das Cadeias Globais de Valor (CGV).²⁶ Essa fragmentação da estrutura produtiva foi motivada pela busca por maior lucratividade e competitividade das empresas através da redução de custos de mão de obra, aproveitamento dos incentivos/subsídios dos governos locais, conquistas de mercados, entre outros fatores (Drath; Horch, 2014; Costa, 2017; Hallward-Driemeier; Nayyar, 2018; Unctad, 2020; Brito, 2023).

O impacto do progresso técnico nas CGV pode ser observado pelas alterações no formato da “curva sorriso”, apresentada na Figura 1. Essa consiste na representação gráfica da capacidade de agregação de valor das atividades que integram uma cadeia global de valor, sejam elas pré e pós-produção (intangíveis, como inovação/P&D, gestão de marcas, funções de suporte, cadeia de fornecedores, distribuição, vendas, suporte pós-venda, propaganda) ou atividades de produção (tangíveis, como manufatura, montagem, embalagem, serviços integrados) (Unctad, 2020).

Figura 1 - Progresso técnico, incorporação dos serviços e evolução da curva sorriso



Fonte: Elaborada por Brito (2023, p. 99) com base em Hallward-Driemeier e Nayyar (2018) e Unctad (2020).

²⁶ “As cadeias globais de valor (CGV) consistem em redes globais de produção e comércio de bens e serviços das empresas multinacionais, distribuídas geograficamente, interligadas por diferentes meios legais (filiais, terceirização, parcerias etc.). Essas redes possuem três componentes principais: comprimento ou grau de fragmentação das cadeias, distribuição geográfica do valor agregado e estrutura de governança (nível de controle sobre os fornecedores externos)” (Brito, 2023, p. 98).

Ressalta-se que a curva sorriso foi originalmente proposta pelo fundador da Acer, Stan Shih, em 1993, para representar os diferentes níveis de valor agregado apropriado por cada tipo de atividade da indústria de computadores. De acordo com Shih, quanto maiores as barreiras à entrada e as capacitações da atividade, maior a apropriação de valor agregado. Nos extremos de sua curva sorriso encontravam-se as atividades de: fabricação de componentes chaves, *design*, desenvolvimento de *software* (de um lado), *marketing*, gestão de marca, serviços de logística e serviços ao consumidor (de outro). A menor capacidade de agregação de valor das atividades de montagem, centro da curva sorriso de Shih, explicava a tendência das grandes empresas da área (como Dell, Gateway e Compaq) a terceirizar essas atividades, concentrando-se nas dos extremos da curva (Dedrick; Kraemer; Tsai, 1999; Yan, Islam, 2011).

Posteriormente essa curva foi incorporada nas discussões acadêmicas sob a denominação padrão “curva sorriso” (Everatt *et al.*, 1999, *apud* Mudambi, 2008) ou “sorriso da criação de valor” (Mudambi, 2008), ilustrando a maior capacidade de agregação de valor das atividades baseadas no conhecimento em pesquisa e desenvolvimento (como *design* e P&D básica e aplicada) e em comercialização (*marketing*, gestão de marca, serviços de logística especializada e serviços ao consumidor), localizadas nos extremos da cadeia de valor adicionado, em relação às atividades manufatureiras e serviços padronizados, localizados no meio dessa cadeia (Mudambi, 2008).

A análise da distribuição geográfica das atividades que integram a curva sorriso reflete a heterogeneidade estrutural das economias e a divisão internacional do trabalho, isso porque, como aponta Mudambi (2008), a maior parte das atividades de alto valor adicionado (extremos da curva) está localizada nas economias desenvolvidas, enquanto as atividades de menor valor adicionado (meio da curva) estavam sendo transferidas para as economias emergentes.

Destaca-se que a curva sorriso amplamente difundida na literatura apresenta importantes alterações em relação à versão original. Isso porque,

originalmente, a curva de Shih descrevia as diferentes capacidades de *apropriação* (e não criação) de valor das atividades da indústria de computadores, como apontam Yan e Islam (2011), diferindo da descrição de Mudambi (2008) e Unctad (2020), segundo as quais tal curva retrata as diferentes capacidades de *geração* de valor. Ou seja, a concepção original se assemelha à nossa leitura do fenômeno, pondo em relevo o exercício do poder por parte das empresas a partir do controle sobre o processo.

As curvas (a) da Figura 1 apresentam o formato usual da curva sorriso na literatura da década de 1970 e sua evolução no século XXI em razão das inovações incorporadas ao processo produtivo, bem como do aumento da participação dos serviços na produção. As curvas (b), (c) e (d) da Figura 1 são projeções dos impactos da disseminação da digitalização (b), automação (c) e impressão 3D (d) sobre a capacidade de agregação de valor das atividades ao longo da CGV (Brito, 2023).

De modo geral, destaca-se a maior capacidade de agregação de valor das atividades pré e pós-produção (serviços) em relação às atividades produtivas, em todas as curvas apresentadas na Figura 1, bem como do aumento da importância relativa dos intangíveis, em virtude da adoção das novas tecnologias. Somente a automação ampliaria a capacidade de agregação de valor das atividades ligadas à produção, mas junto à das atividades pré e pós-produção, em razão do aumento de produtividade decorrente da substituição da mão de obra de baixa qualificação no processo produtivo pela máquina.

Entre as implicações dessas transformações para o crescimento e desenvolvimento dos países, especialmente os periféricos, destacam-se: (I) continuidade da relevância da manufatura²⁷, mas em conjunto com a

²⁷ A adoção da tecnologia de impressão 3D, que diferente das demais deve se restringir a alguns ramos, tende a reduzir a intensidade em mão de obra e a agregação de valor das atividades produtivas ao possibilitar a replicação da produção manufatureira automatizada em diferentes países. De modo geral, porém, o desenvolvimento de segmentos de serviços de alto valor agregado depende da existência de uma base industrial moderna e consolidada que demande tais serviços (Unctad, 2020; Brito, 2023). Como destacam Dosi, Riccio e Virgillito (2021), não há evidências de desindustrialização em segmentos mais intensivos em inovação, concentrados sobretudo em economias avançadas; esse processo atinge apenas os setores de menor conteúdo tecnológico.

expansão da relevância dos serviços (pré e pós-produção), que passam cada vez mais a integrar os processos produtivos industriais (servitização da manufatura); (II) aumento da concentração das atividades de maior valor adicionado em reduzido número de economias desenvolvidas²⁸, sede dos maiores provedores de plataforma digitais, e fragmentação da produção (tangíveis e intangíveis) de baixo valor agregado (padronizada); e (III) aumento da polarização do mercado de trabalho, em virtude da automação de diversas ocupações, especialmente industriais, e com criação, em menor medida, de novas ocupações de alta qualificação (Unctad, 2020; Brito, 2023).

Outras consequências dessas transformações para as economias em desenvolvimento (periféricas), a partir de uma análise estruturalista e neoschumpeteriana, são: (I) a possível mudança estrutural negativa (crescimento da parcela da mão de obra alocada em setores de baixa produtividade, reduzida sofisticação produtiva e capacidade inovativa) decorrente da automação e do retorno das plantas industriais para o país-sede; (II) os elevados (proibitivos) investimentos necessários para a implantação/expansão dos setores de maior dinamismo e o longo tempo de maturação desses investimentos, que não são atraentes para o capital privado; (III) as barreiras à entrada em segmentos oligopolizados com empresas consolidadas; (IV) a lucratividade relativa (com base na eficiência ricardiana) e o poder político do setor agropecuário²⁹ que se transforma em um obstáculo ao desenvolvimento de setores com eficiência dinâmica

²⁸ A automação reduz as vantagens de custo de mão de obra de economias periféricas e, em decorrência desse processo, tende a impulsionar o *reshoring* (retorno das fábricas ao país-sede) e a reindustrialização das economias centrais (Unctad, 2020).

²⁹ Na economia brasileira esse setor apresenta reduzido nível de ocupação, baixos salários e menor impacto sobre o crescimento econômico. Brito (2023) mostra os menores efeitos multiplicadores de produção, encadeamentos produtivos, nível emprego, salário, qualificação e formalização desse setor no país. Contudo, tal setor tem elevado poder político, que garante diversos benefícios fiscais (isenções, subsídios etc.) em relação aos demais setores da economia brasileira (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021). É importante destacar que no contexto de intensificação de eventos climáticos, que impactam negativamente sobre a produção do setor primário (ocasionando quebra de safras, por exemplo), pode ocorrer elevação dos preços de determinadas *commodities*, possibilitando superlucros para alguns produtores (grande prejuízo para os que perderam sua safra) e melhorando, temporariamente, os termos de troca das economias produtoras de tais mercadorias.

(schumpeteriana ou keynesiana)³⁰, em razão dos elevados ganhos de curto prazo; e (V) a manutenção de sua condição periférica, devido à posição desfavorável de inserção nas CGV (trocas e transferências desiguais)³¹ e aos menores benefícios (e maiores custos) associados a essa forma de inserção no comércio internacional.

Nessa perspectiva o caminho para o crescimento consistiria na promoção de uma mudança estrutural positiva, caracterizada pela expansão de segmentos com elevada produtividade, sofisticação produtiva e capacidade inovativa. Destacadamente os segmentos de maior dinamismo do setor industrial e serviços modernos (como os de tecnologia da informação e comunicação). Essa mudança estrutural não é automática e apresenta elevados custos, sendo essencial um papel ativo do Estado na promoção desse processo.

Contudo, tal literatura não aborda a essência do problema: as transformações tecnológicas e produtivas que alteraram o formato da curva sorriso das Cadeias Globais de Valor, não afetaram somente a capacidade de adicionar valor de diversos segmentos dos serviços, com ampliação da produtividade e da capacidade de geração de lucro e superlucro desses segmentos, mas, como visto na seção anterior, alteraram a própria natureza de seus rendimentos de lucros/superlucros às rendas de monopólio.

Esses rendimentos passam a decorrer da propriedade privada das novas potências produtivas monopolizadas (marcas e patentes), do poder de mercado e do preço de monopólio, e não mais de diferenciais de produtividade geradores de superlucros. Portanto, tais atividades auferem rendimentos elevados não devido a sua maior capacidade de criação de valor, ou superior produtividade, mas pela capacidade de apropriação baseada em um

³⁰ O *tradeoff* entre eficiência alocativa e eficiência dinâmica ocorre nas economias nas quais o padrão de acumulação de capital amplia a lacuna tecnológica, uma vez que a estrutura produtiva é especializada em segmentos com eficiência alocativa que geram lucros de curto prazo, que desincentivam o desenvolvimento de setores com eficiências dinâmicas (associadas à superior capacidade de inovação e/ou crescimento da demanda), dado que esses gerariam lucratividade no longo prazo (Dosi; Pavitt; Soete, 1990).

³¹ Sobre a diferença de trocas e transferências desiguais, ver Arrighi (1997) e Borges Neto (2011).

monopólio tecnológico ou de marca. O problema é que a aparência encobre a essência e essas rendas de monopólio aparecem, para a economia vulgar, como lucros derivados de diferenciais de produtividade das empresas desse segmento, de sua capacidade de criação de valor. Apesar de não gerarem lucros, mas sim rendas de monopólio, a expansão desse segmento na estrutura produtiva é fundamental pela sua maior capacidade de apropriação de elevada renda, como revela a curva sorriso das CGV.

Além disso, a menor lucratividade relativa e maior prazo de maturação dos investimentos no setor produtivo de alto dinamismo (capazes de impulsionar o crescimento e desenvolvimento econômico) da economia brasileira – em comparação com a taxa básica de juros da economia e com a maior atratividade de investimentos no setor financeiro (capital fictício), bem como em comparação com a eficiência alocativa e poder político do setor agropecuário – associada à maior capacidade de apropriação de rendas de monopólio (sobre o conhecimento/tecnologia ou marcas) por parte de poucas corporações dos países do centro, são os principais obstáculos ao processo de acumulação capitalista e ao desenvolvimento do país, e de outras economias periféricas³². Como aponta a abordagem marxista, a queda tendencial da taxa de lucro nas economias explica o baixo investimento nos setores produtivos (em consequência, os obstáculos à expansão da produtividade), a estagnação e as crises que são inerentes ao sistema, ou seja, trata-se da raiz de tais processos.

Assim, a abordagem marxista, ao analisar a essência da evolução do capitalismo, reconhece que a maioria das atividades das extremidades da “curva sorriso” não criam valor, mas se apropriam desse com base na institucionalização da propriedade intelectual (tratando-se, portanto, de rendas de monopólio e não de superlucros), que possibilitou a poucas empresas exercer domínio e impor barreiras à entrada no mercado (inibindo o surgimento de competidores). Soma-se, neste cenário, a menor lucratividade

³² Não considerando os impactos da extração, pelas nações imperialistas, de mais-valia (lucros e rendas) das economias periféricas. Mais detalhes sobre esse tema, ver Carchedi e Roberts (2021) e Hickel, Hanbury Lemos e Barbour (2024).

relativa de investimentos no setor produtivo, bem como o volume e tempo de maturação dos investimentos em intangíveis com maior capacidade de apropriação de rendas de monopólios, e vislumbram-se os imensos desafios para economias periféricas, como a brasileira, trilharem o tortuoso caminho para o desenvolvimento.

Os principais questionamentos que surgem diante desta análise, usando termos do *mainstream* econômico, são: como ingressar nesse mercado? como estimular a internalização da produção de segmentos oligopolizados que demandam altos investimentos (cumulativos) com retornos incertos e de longo prazo numa economia com elevada taxa básica de juros (que amplia o custo de oportunidade dos investimentos no setor produtivo), vantagens comparativas no setor agropecuário e maiores efeitos multiplicadores e encadeamentos produtivos em segmentos de menor dinamismo? a mobilidade ascendente (melhor posicionamento) nas CGV seria possível (e desejável) nas economias periféricas?

Enquanto a literatura *mainstream* ressalta as vantagens da inserção nas CGV, que possibilitariam o crescimento das economias, a literatura crítica, a exemplo de Selwyn (2019) e Campling e Quentin (2021), mostra como essas consistem em cadeias globais de exploração do trabalho e ampliação da desigualdade, tendo por base a apropriação, e não a criação das riquezas, a partir dos arranjos institucionais das relações de propriedade.

Nesse sentido, Selwyn (2019), a partir de uma análise empírica sobre as cadeias de vestuário e eletrônicos no Camboja e na China, denomina, às Cadeias Globais de Valor, Cadeias Globais de Pobreza, refletindo as reais consequências a essas economias de sua inserção nessas cadeias. A autora também contesta a perspectiva de que os reduzidos salários dos trabalhadores são resultados da menor produtividade das indústrias, ao mostrar que: (I) muitas empresas do Sul Global são mais produtivas que as do Norte Global que atuam no mesmo ramo; (II) a maior exploração do trabalho feminino; e (III) a maior exploração dos trabalhadores decorrente das estratégias de captura de valor das CGV.

Por outro lado, Campling e Quentin (2021), a partir de uma análise crítica das CGV (fundamentada na teoria do valor marxista, que se fosse representada graficamente teria o formato oposto da curva sorriso, como um invertido, uma vez que as atividades de maior valor adicionado da curva sorriso são as que produzem menor valor, enquanto as atividades de menor valor adicionado são as que produzem maior valor), com o arcabouço das Cadeias Globais de Riqueza (que retratam as rotas de acumulação do excedente para os proprietários de capital, que geram a menor incidência de impostos possíveis), descrevem as CGV como Cadeias Globais de Desigualdades, ao mostrar que essas refletem a extração e captura de valor em vez do processo de criação do valor excedente.

Como já visto, as economias desenvolvidas concentram as atividades das extremidades da curva sorriso, portanto, extraem/capturam valor das economias periféricas, que concentram as atividades que produzem maior parcela do valor excedente, mas de menor capacidade de apropriação desse valor.

Portanto, dada as diferentes condições de desenvolvimento das economias, de suas estruturas produtivas, forma de inserção no comércio internacional e poder de mercado, os ganhos do comércio e a difusão tecnológica não são igualmente distribuídos. Assim, as CGV são vantajosas para as empresas líderes, em sua maioria de países desenvolvidos, que ampliam seu poder de mercado e suas rendas de monopólio em razão dos menores custos com mão de obra, isenções/subsídios fiscais e conquista de novos mercados. A inserção das economias periféricas nessas cadeias ocorre em posições desvantajosas e, em vez de resultar em crescimento e desenvolvimento, contribui para a manutenção dessas economias em sua condição de subdesenvolvimento.

Isso posto, em virtude das características destacadas da economia brasileira, especialmente da menor lucratividade dos segmentos produtivos e de maior dinamismo (que possibilitariam uma melhoria na posição do país nas CGV), os caminhos possíveis para o crescimento e desenvolvimento

brasileiro passam necessariamente pelo investimento público em setores estratégicos para esses processos, bem como a coordenação dos esforços necessários para a mudança do atual padrão. Por sua vez o principal obstáculo associado a esse caminho é a propagação da ideologia neoliberal³³ dentro e fora da esfera política, a polarização política, a ausência de uma força política capaz de propor e executar um plano de desenvolvimento nacional de Estado, em contexto de inexistência de um pacto político e ausência de apoio popular a tal projeto.

Esse plano de desenvolvimento poderia ser construído, por exemplo, tendo como foco a adaptação do país às mudanças climáticas que, por afetarem direta ou indiretamente a todos, poderia ser usado para conquistar o apoio popular e político necessário. A crescente conscientização mundial da importância de realizar a transição para uma estrutura produtiva sustentável poderia consistir em um mercado potencial, com poucas empresas consolidadas e menores barreiras à entrada. Ademais, esses investimentos, se assim direcionados, poderiam contribuir com a expansão do emprego formal e decente na economia brasileira, bem como com a redução da desigualdade.

Assim sendo, uma estratégia de desenvolvimento com superação da dependência passaria necessariamente pela constituição de um projeto de nação com foco nas necessidades específicas da população brasileira, que se proponha a romper com o ciclo de reposição da relação colonial e neocolonial. Considerando-se que isso se daria dentro de uma economia capitalista, seria necessário o fomento para a constituição de empresas inovadoras de tipo schumpeteriano que se constituam em setores de tecnologia de ponta em conjunto com o esforço estatal de formação de cientistas e mão de obra qualificada para esse tipo de inovação, em especial no setor

³³ Como aponta Roberts (2024), o neoliberalismo “estrangulou” o processo de industrialização da economia brasileira ao sacrificar a indústria nacional e favorecer setores atrasados e o capital estrangeiro. E a propagação dessa ideologia para todos os aspectos da vida dos indivíduos, como destacado por Dardot e Laval (2016), junto a uma imagem de incompetência e corrupção de todas as ações e esferas da atividade pública, reduz o fundamental apoio popular a políticas de desenvolvimento de longo prazo da economia brasileira.

de energia renovável e biotecnologia que aproveite nossa diversidade natural onde jogam papel fundamental as universidades e o investimento público nestas.

Como complemento seria necessário o redirecionamento da produção agrícola à exportação de bens de maior valor agregado através de políticas de incentivo que substituam as atuais e que premiem o abandono do uso de pesticidas e a produção com tecnologia orgânica e sustentável, de forma a fazer uso dos atuais investimentos em infraestrutura para o escoamento de commodities, bem como a geração de energia limpa em suas diversas formas.

4. Considerações finais

Este artigo buscou investigar como a transformação de parte dos serviços de maior valor adicionado em monopólios (ou “quase-monopólios”), que possibilitam a apropriação de renda, tornou inadequada a discussão sobre a capacidade de agregação de valor e elevada produtividade desses segmentos, expressa na curva sorriso das Cadeias Globais de Valor (CGV). Essa transformação foi ocasionada pela evolução tecnológica e, principalmente, institucional, que transformou em propriedade privada o conhecimento científico, bem como pela revolução cultural (supervalorização da “novidade”) que ocasionou a busca por um rendimento diferencial com base na marca (também transformada em monopólio).

O resultado dessas transformações, encobertas sob o véu da aparência (como na abordagem da curva sorriso das CGV, que apontam a maior capacidade de agregação de valor dos serviços pré e pós-produção), é o foco excessivo na realização do capital em detrimento da produção (principal segmento com capacidade de criação de valor e valor excedente), que aparece na curva sorriso com menor capacidade de agregação de valor. Ademais, destacou-se que, em essência, a curva sorriso descreve as diferentes capacidades das atividades, ao longo das cadeias, de apropriação (e não de

criação) do valor excedente. Portanto, a discussão sobre maior produtividade e lucratividade dos intangíveis é inapropriada, constituindo-se antes num “sorriso desfigurado” quando entendemos seu real conteúdo. A leitura da curva sorriso deve retomar sua concepção original como apropriação de valor ao longo da cadeia produtiva em linha com o apontado por Chesnais (1996) na forma das “empresas rede” e desenvolvido por Viana (2005) e despidida de seus componentes ideológicos.

Isso não significa que tais atividades não sejam importantes, junto ao setor industrial (lôcus da inovação e cujo trabalho produtivo gera valor excedente), para o desenvolvimento das economias periféricas, mas o reconhecimento de que consistem em monopólios do conhecimento científico evidencia os maiores obstáculos a tal processo. Mais que isso, é necessário termos em conta, ao discutir estratégias de desenvolvimento e políticas públicas de âmbito nacional, que a indústria dinâmica (ou seu braço de serviços) não é nacional (ou o é em parte diminuta). Ainda que seja possível a negociação de transferência tecnológica num processo de capitalismo associado (numa estratégia muito utilizada, por exemplo, pelo Estado chinês, visando a incorporação da tecnologia e posterior superação da parceria).

Esse cenário, de elevadas barreiras à entrada em setores de maior dinamismo (seja pela capacidade de criação de valor ou de apropriação), somado às especificidades da economia brasileira (a alta lucratividade de curto prazo do setor agropecuário, e poder político desse, bem como a elevada taxa de juros básica da economia, que beneficia o setor financeiro por meio dos maiores rendimentos associado ao capital fictício), indica que os caminhos mais viáveis para a superação do subdesenvolvimento passam pelo investimento público nos setores estratégicos negligenciados pelo capital privado. Por sua vez, a elaboração, e, principalmente, a execução de um plano de desenvolvimento nacional de Estado, apresenta seus próprios desafios, como a propagação da ideologia neoliberal, a polarização política e a falta de apoio popular.

A crise climática, e seu impacto sobre a população brasileira, poderia ser a base de mobilização para a construção de um pacto social que possibilitasse a realização de um projeto de desenvolvimento nacional, desde que a população fosse convencida da necessidade desses investimento tanto para o desenvolvimento (razão demasiadamente abstrata para angariar apoio) quanto para a adaptação do país às mudanças climáticas, de forma a reduzir o impacto dos eventos extremos (enchente, alagamentos, calor excessivo, doenças etc.) no seu dia a dia, e para geração de empregos decentes, melhorando a forma de inserção no mercado de trabalho dos brasileiros, especialmente de classe média, cuja perda de rendimento foi um dos motivos para apoiar políticas de extrema direita (Singer, 2012; Pompeu *et al.*, 2023).

Referências

- AMSDEN, A. *A ascensão do “resto”*: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. 1. ed. Tradução: Roger M. Santos. São Paulo: Unesp, 2009
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. 2. ed. Tradução: Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997
- BAINES, T. S.; LIGHTFOOT, H. W.; BENEDETTINI, O.; KAY, J. M. The servitization of manufacturing: A review of literature and reflection on future challenges. *Journal of Manufacturing Technology Management*, v. 20, n. 5, p. 547-567, 2009
- BAUMOL, W. J. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. *The American economic review*, v. 57, n. 3, p. 415-426, jun. 1967
- BAUMOL, W. J.; FERRANTI, D.; MALACH, M.; PABLOS-MÉNDEZ, A.; TABISH, H.; WU, L. G. *The Cost Disease: Why Computers Get Cheaper and Health Care Doesn't*. New Haven London: Yale University Press, 2012
- BELIC, G.; FRIOLI, G. Vídeos mostram produtores descartando alimentos por excesso de produção. Estadão. 06/12/2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/descarte-alimentos-excesso-de-producao-governo-lula-entenda/?srsltid=AfmBOorf-roc-zV_iczoxwBDs6Cmal14MZIUveqCmouZeRBPRifn7hx5>. [Acesso em: 13/03/2025]
- BLECKER, R. A.; SETTERFIELD, M. *Heterodox macroeconomics: models of demand, distribution and growth*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2019
- BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, v. 33, p. 83-104, 2011
- BRITO, E. C. *A contribuição do setor produtivo moderno na determinação da estrutura ocupacional e dos episódios de crescimento e contração da economia brasileira no período 1950-2020*. 2023. Tese de doutorado em Economia do Desenvolvimento. PPGE-UFRGS, Porto Alegre, 2023
- BRITO, E. C.; DATHEIN, R. O papel do setor industrial como força motriz do crescimento no contexto da indústria 4.0 e da servicilização: uma análise para o Brasil e economias selecionadas (2010-2018). *Revista Orbis Latina*, v. 14, n. 3, p. 90-114, 2024
- BRITO, E. C.; VIANA, A. R.; ARAÚJO, L. R. C. A composição e evolução da estrutura de classes sociais do setor de serviços no Brasil (2012-2022). In: *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia Política*. Marabá: Enep, p. 1-23, 2024
- BRITO, E. C.; VIANA, A. R. Desintegração do trabalho assalariado e precarização: uma análise das condições de trabalho e habitação do autoemprego e pequenos empregadores no Brasil por grupos de renda (2016-2022). In: *Anais do 52.º Encontro Nacional de Economia*. Natal: Anpec, 2024
- BULLOCK, P. Defining productive labour for capital. In: *Bulletin of the conference of Socialist Economists*. v. 9, Autumn 1974
- CAMPLING, L.; QUENTIN, C. Global inequality chains: how global value chains and wealth chains (re) produce inequalities of wealth. In: PALPACUER, F.; SMITH, A. (eds.). *Rethinking value chains: Tackling the Challenges of Global Capitalism*. Bristol: Policy Press, 2021
- CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. The Economics of Modern Imperialism. *Historical Materialism*, v. 29, n.4, p. 23-69, 2021
- CARVALHO, S. S.; NOGUEIRA, A. O. *Você deve lutar pela xepa da feira e dizer que está recompensado*: evidências da plataformização e a precarização do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, Jan. 2024. (Texto para discussão, 2951)
- CASSIOLATO, J. E.; SOARES, M. C. C.; TAVARES, J. M. H.; GONZALO, M.; TOMASSINI, C. *The Need of an Alternative approach to GVC's literature*: Transnational Corporations and National Systems of Innovation in a Latin American perspective. Rio de Janeiro: RedeSist, Nov. 2017. (Texto para discussão DIT, 06/2017)

- CHANG, H. J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. 1. ed. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2004
- CHANG, H. J. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. Tradução: Cláudia G. Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013
- CHESNAIS, F. A. *Mundialização do Capital*. Tradução: Silvana F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996
- COSTA, C. Indústria 4.0: o futuro da indústria nacional. *Pós-Graduação em Revista – Posgere*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-14, set. 2017
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016
- DEDRICK, J.; KRAEMER, K. L.; TSAI, T. *Acer: An I.T. company learning to use information technology to compete*. Irvine: Center for Research on Information Technology and Organizations, University of California, 1999
- DRATH, R.; HORCH, A. Industrie 4.0: Hit or hype? *IEEE Industrial Electronics Magazine*, Toronto, v. 8, n. 2, p. 56-58, 2014
- DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. *The economics of technical change and international trade*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1990
- DOSI, G., RICCIO, F., VIRGILITTO, M. E. Varieties of deindustrialization and patterns of diversification: why microchips are not potato chips. *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 57, p. 182-202, 2021
- FUCHS, C. *Culture and economy in the age of social media*. New York, London: Routledge, 2015
- FUCHS, C. (ed.) *Digital objects, digital subjects: interdisciplinary perspectives on capitalism, labour and politics in the age of big data*. London: University of Westminster Press, 2019
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Ubu Editora, 2024
- GONTIJO, L. V. O trabalho em plataformas digitais e o salário por peça. *Laborare*, v. 6, n. 10, p. 128-149, jan./jun. 2023
- GOUGH, I. Marx's theory of productive and unproductive labour. *New left review*, v. 1, p. 47-72, 1972
- HALLWARD-DRIEMEIER, M.; NAYYAR, G. *Trouble in the making? the future of manufacturing-led development*. Washington: World Bank, 2018
- HICKEL, J.; HANBURY LEMOS, M. BARBOUR, F. Unequal exchange of labour in the world economy. *Nature Communications*, v. 15, n. 1, p. 6298, 2024
- HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia de Letras, 1995
- KALDOR, N. Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom. In: TARGETTI, F.; THIRLWALL, A. P. (ed.). *The essential Kaldor*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1989
- LAVOPA, A.; SZIRMAI, A. Structural modernisation and development traps. *An empirical approach. World Development*, v. 112, p. 59-73, Dec. 2018
- LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*. Tradução: Antônio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. Tradução: Carlos E. S. Matos, Regis C. Andrade e Dinah A. Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Vol. I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a

- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Vol. II. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II, Vol. III. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, Vol. IV. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, Vol. V. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, Vol. VI. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018
- MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. *Friedrich-Ebert-Stiftung—Agronegócio: um negócio global*, São Paulo, 2021
- MUDAMBI, R. Location, control and innovation in knowledge-intensive industries. *Journal of Economic Geography*, v. 8, n. 5, p. 699-725, 2008
- PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3 (144), p. 514-535, jul./set. 2016
- POMPEU, J. C. B.; VIANA, A. R.; MAGALHÃES, L. C. G; GONÇALVES, A. P. V. (org.). *Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2023
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2015
- ROBERTS, M. A 'middle income' or profitability trap? 2024. Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2024/08/17/a-middle-income-or-profitability-trap/>>. [Acesso em: 19/03/2025]
- RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Tradução: Maria A. B. Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009
- RODRIK, D. The past, present, and future of economic growth. *Challenge*, v. 57, n. 3, p. 5-39, May/Jun. 2014
- RODRIK, D.; SANDHU, R. Servicing development: productive upgrading of labor-absorbing services in developing economies. *Global policy*, p. 1-13, 2025
- SELWYN, Benjamin. Poverty chains and global capitalism. *Competition & Change*, v. 23, n. 1, p. 71-97, 2019
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. Volumes 1 e 2. Tradução: Luiz J. Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico*. Tradução: Maria S. Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982
- TARBUCK, K. J. Marx: Productive and unproductive labour. *Studies in Political Economy*, v. 12, n. 1, p. 81-102, 1983
- TAVARES, M. C. Alternativas para o desenvolvimento brasileiro. In: CHILIATTO LEITE, M. V. (org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade* (LC/TS.2019/27), Santiago: Cepal, 2019
- UNCTAD. International production: a decade of transformation ahead. In: UNCTAD. *International production beyond the pandemic*. World Investment Report 2020. Geneva: United Nations, 2020

VANDERMERWE, S.; RADA, J. Servitization of business: Adding value by adding services. *European Management Journal*, v. 6, n. 4, p. 314-324, 1988

VIANA, A. R. *O capital hegemom: crítica à economia apolítica*. 2005. Tese de Doutorado em Sociologia. FFLCH-USP, São Paulo, 2005

YAN, Q.; ISLAM, S. *Moving Up the Value Chain: How to Make the Smiling Curve smile?* Case studies of ICT firms from an emerging economy. Master Degree Project No. 2011:7. School of Business, Economics and Law, University of Gothenburg, Gothenburg, 2011

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019

DANIEL FERRER DE ALMEIDA

SOBRE O CÁLCULO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL: TÉCNICAS EMPRESARIAIS DE AMPLIAÇÃO DA MAIS-VALIA ABSOLUTA

Recebido em 09/02/2025

Aprovado em 14/01/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1228

SOBRE O CÁLCULO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL: TÉCNICAS EMPRESARIAIS DE AMPLIAÇÃO DA MAIS-VALIA ABSOLUTA

Resumo

O presente artigo examina a persistência das estratégias empresariais de ampliação da jornada de trabalho no Brasil, demonstrando como, apesar do avanço tecnológico e das sucessivas reformas legais, as formas de extração de mais-valia absoluta permanecem centrais na dinâmica contemporânea de acumulação capitalista. Retomando as categorias marxistas do valor e da mais-valia, o estudo articula fundamentos teóricos e cálculos técnicos sobre a duração efetiva do trabalho, distinguindo horas-relógio e horas-legais, bem como escalas que não se encerram em ciclos de sete dias. A análise evidencia que a reconfiguração das escalas de trabalho segue constituindo uma técnica relevante de dissimulação do tempo de trabalho e de compressão do valor da força de trabalho, com implicações diretas para a ação sindical e para o debate contemporâneo sobre a redução da jornada.

Palavras-chave: teoria do valor; jornada de trabalho; mais-valia; escalas; regulação trabalhista

DANIEL FERRER DE ALMEIDA

Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social (USP).
Professor da Escola Dieese de Ciências do Trabalho.

Email: daniel.ferrer.almeida@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3994-5158>

Abstract

This article examines the persistence of employer-led strategies to extend working time in Brazil, demonstrating how, despite technological advances and successive legal reforms, forms of extracting absolute surplus value remain central to the contemporary dynamics of capitalist accumulation. Drawing on Marx's categories of value and surplus value, the study articulates theoretical foundations with technical calculations of the effective duration of labor, distinguishing between clock-time hours and legal hours, as well as work schedules that do not align with seven-day cycles. The analysis shows that the reconfiguration of work schedules continues to constitute a relevant technique for concealing working time and compressing the value of labor-power, with direct implications for trade union action and for the contemporary debate on working-time reduction.

Keywords: value theory; working time; surplus value; shift schedules; labor regulation.

Introdução

O tempo de trabalho constitui, ao menos desde o advento do capitalismo industrial, uma das dimensões centrais da luta de classes. A limitação da jornada e a definição de seus parâmetros legais representam conquistas históricas da classe trabalhadora, mas também um terreno de permanente disputa, reconfigurado a cada transformação tecnológica ou jurídica. No Brasil, as reformas recentes – especialmente a de 2017 – e a crescente flexibilização das escalas revelam uma tendência de recomposição do tempo de trabalho em favor do capital, em um contexto de estagnação da produtividade e enfraquecimento da negociação coletiva.

A hipótese que orienta este artigo é a de que, sob o neoliberalismo, observa-se uma reatualização das estratégias de ampliação da mais-valia absoluta. Ou seja, o prolongamento da jornada e a intensificação do uso do tempo de trabalho se tornam novamente o eixo central da acumulação, substituindo parcialmente os ganhos de produtividade característicos da mais-valia relativa. A análise parte da teoria marxista do valor e da mais-valia, que permanece insubstituível para compreender a essência do processo de exploração, e alcança as práticas concretas de organização da jornada nas empresas brasileiras.

O artigo estrutura-se em duas partes. A primeira retoma os fundamentos da teoria do valor-trabalho e distingue as formas absoluta e relativa da mais-valia, introduzindo as mediações históricas que condicionam o uso do tempo de trabalho. A segunda parte examina as técnicas empresariais de ampliação da jornada, com base em exemplos de escalas e cálculos de horas-relógio e horas-legais. Busca-se, com isso, demonstrar como as estratégias de gestão do tempo operam como instrumentos de dissimulação da exploração e de erosão do direito à limitação da jornada, reinstaurando sob novas formas a velha lógica da mais-valia absoluta.

I. Um necessário preâmbulo sobre a teoria do valor-trabalho

Para as escolas de economia liberal (sobretudo neoclássicas), a lei da oferta e demanda determina o valor intrínseco das mercadorias. O que parece uma constatação simples e óbvia, em verdade apaga por completo o trabalho incorporado em cada mercadoria. Para a economia liberal um diamante é de grande valor pela sua própria natureza e escassez, por outro lado a abundância de carvão caracterizaria seu baixo valor. Ocorre que oferta e demanda não revelam o porquê de ser possível estabelecer uma determinada medida de equivalência entre diamantes e carvões.

Em uma sociedade capitalista de trocas mercantis universalizadas – isto é, com a divisão social do trabalho generalizada –, pode-se por hipótese trocar (leia-se, comprar e vender) carvões por diamantes e vice-versa. Se considerarmos o preço de venda do “maior diamante do mundo em estado bruto” em US\$ 53 milhões e o preço de venda da tonelada de carvão no mesmo período em US\$ 77,89, pode-se corretamente supor – pelas “leis de mercado” – uma troca justa e equivalente de 222 gramas de diamante por 680 mil toneladas de carvão, ou seja, estas mercadorias estão em uma razão de troca de 3,1 bilhões. Mas por que 3,1 bilhões e não 6,2 bilhões (ou mesmo 10 bilhões)?

Determinar o valor de uma mercadoria pelo ponto de encontro das curvas de oferta e demanda consiste em mera tautologia, ou seja, não revela o porquê de existir uma determinada razão de troca. Não se trata de um problema matemático, poder-se-ia da mesma forma determinar a relação de troca entre pães e carnes, entre camisetas e sapatos, entre açúcar e café, e daí por diante, mas precisa haver algo em comum a todas estas mercadorias para que elas possam ser trocadas em uma determinada razão de equivalência. Nitidamente este “algo em comum” não se dá por sua natureza

¹ Sobre o tema ver: G1. *Maior diamante do mundo em estado bruto é vendido por US\$ 53 milhões*. São Paulo, 26/09/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/maior-diamante-do-mundo-em-estado-bruto-e-vendido-por-us-53-milhoes.ghtml>>. [Acesso em: 15/08/2024].

físico-química – não é intrínseca à existência da mercadoria como pressupõe a economia clássica e neoclássica. O denominador comum a absolutamente todas as mercadorias é o trabalho humano, mais especificamente, o trabalho humano abstrato.

O processo e a técnica de trabalho para produção de roupas, por exemplo, são bastante diferentes do processo e da técnica para a produção de pães. Contudo, mesmo estes diferentes trabalhos concretos, possuem em comum o fato de representarem gasto de energia humana passível de mensuração pelo tempo de trabalho necessário às suas respectivas produções. Na didática marxiana, “alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano” (Marx, 1996a, p. 173).

Retomando o exemplo inicial, a razão de troca entre carvões e diamantes é determinada pelo que há de comum entre ambos, ou seja, pelo trabalho humano. Considerando o grau tecnológico médio da sociedade contemporânea, o tempo de trabalho humano necessário à produção de 222 gramas de diamante é o mesmo tempo de trabalho humano necessário à fabricação de 680 mil toneladas de carvão. Caso não existisse um parâmetro de igualdade, a troca seria impossível, percepção que já havia sido identificada por Aristóteles mesmo na antiga sociedade grega escravocrata, na qual as trocas mercantis ocupavam espaços ainda marginais da economia: “A troca’, diz ele, ‘não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade sem a comensurabilidade” (Marx, 1996a, p. 187).

O elevado valor do diamante, por assim dizer, se dá pela enorme quantidade de trabalho humano incorporado em sua produção; tratando-se de um “caso extremo”, pode-se por hipótese considerar inclusive o tempo de trabalho das gerações de trabalhadores dedicados à sua descoberta e extração:

(...) em 1823 a exploração de oitenta anos das minas de diamante, no Brasil, não alcançava sequer o preço do produto médio de 1,5 ano das plantações brasileiras de açúcar ou café, apesar de que ela representava muito mais

trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas o mesmo quantum de trabalho representar-se-ia em mais diamantes, e diminuiria o seu valor. Caso se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, o valor deste poderia cair abaixo do de tijolos. Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. (Marx, 1996a, p. 170)

Nesta apertada síntese, chega-se enfim à teoria marxista do valor: “o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano sobretudo”. O valor-trabalho que desvela a essência fundamental de todas as mercadorias, aquilo que lhes permite serem comercializadas em uma determinada medida de equivalência, não abdica da compreensão do papel das forças de oferta e demanda sobre o preço das mercadorias. Acontece que as pressões de oferta e demanda definem tão somente os preços conjunturais das mercadorias, que evidentemente orbitam seus respectivos valores. Na literalidade marxiana: “A suposição de que as mercadorias das diversas esferas da produção se vendem por seus valores só significa, naturalmente, que seu valor é o centro de gravitação em torno do qual giram seus preços e em relação ao qual suas contínuas altas e baixas se compensam” (Marx, 1986, p. 138).

Até aqui se supôs que todas as pessoas que se dirigem ao mercado, com o intuito de comercializar, têm alguma produção a oferecer, sejam diamantes, carvões, casacos, carnes, pães, açúcar, café etc.; entretanto, no modo de produção capitalista, a enorme maioria das pessoas não possuem qualquer coisa a oferecer no mercado em troca dos produtos que satisfarão suas necessidades diárias de sobrevivência. A estes resta unicamente oferecer suas potencialidades corpóreas e intelectuais, sua “capacidade de trabalho” ou “força de trabalho”. Atinge-se então a segunda condição *sine qua non* do sistema capitalista – além da generalização da troca mercantil –, a saber, o trabalho alçado à condição de mercadoria, ou, se se preferir, o assalariamento expresso pela compra e venda da mercadoria força de trabalho. Sobre esta *sui generis* mercadoria recairá o estudo que se segue.

1.1. Sobre a mais-valia absoluta e relativa

O valor de uso satisfeito na compra da mercadoria pão é o saciamento da fome, com a mercadoria casaco protege-se do frio, e mesmo a mercadoria diamante satisfaz alguma vaidosa necessidade do ego humano – nas palavras de Marx, “a natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (1996a, p. 165). Contudo, qual necessidade humana se pretende satisfazer quando da compra da mercadoria força de trabalho? A questão não diz respeito a um serviço humano, como a atividade de reparação, limpeza, atendimento burocrático etc.; para todos estes casos tome-se a expressão mercadoria como sinônimo de “bens e serviços”. A pergunta se refere à condição de assalariamento, à compra da mercadoria força de trabalho para a sua utilização em um determinado período de tempo. Quando comprada, a mercadoria força de trabalho é consumida junto às mercadorias meios de produção (estas também *sui generis* no sentido de o acesso pertencer exclusivamente a uma única classe social) com o objetivo da produção de excedentes que serão levados a mercado.

O trabalho humano – como visto anteriormente, essência do valor de todas as mercadorias – precisa estar materializado em algum suporte concreto. Aquele que compra força de trabalho e a emprega na produção de pães não o faz para satisfação da sua fome, mas sim para que seja extraído seu valor (substrato da riqueza capitalista) durante o processo de trabalho, que, por sua vez, se consubstanciará na forma de pães (em excedente). Na didática marxiana:

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. (Marx, 1996a, p. 285)

Se a sociedade mercantil capitalista é regida pelo princípio da troca de equivalentes (as mercadorias são trocadas por outras de mesmo valor), onde

então está localizada a valorização e a acumulação tipicamente capitalista? Esta contradição em termos se resolve na dupla natureza da mercadoria força de trabalho. A força de trabalho consiste na única mercadoria cujo valor de uso difere do valor de troca, ou seja, o valor que pode ser extraído de seu consumo no processo produtivo (materializado em pães, casacos, carvão, diamante etc.) é diferente do valor pelo qual se compra esta capacidade de trabalho em determinado período de tempo. Na precisão de Marx:

O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. (1996a, p. 311)

Imagine que um trabalhador empregado em uma panificadora necessite exclusivamente de dois pães por dia para a sua própria sobrevivência (naturalmente que sua sobrevivência diária depende de uma infinidade de outros itens, mas neste esforço didático será por ora apartada inclusive a forma monetária²) e suponha também que durante uma jornada de 8h ele é capaz de produzir dez pães. Sua jornada de trabalho é, portanto, composta por uma parcela de tempo dedicada à produção de valores necessários à sua própria subsistência e por outra parcela de tempo excedente na qual se produz mais-valores pertencentes ao capitalista proprietário dos meios de produção (estabelecimento, fornos, vitrines, ingredientes etc.). A mais-valia compreende justamente o valor criado no tempo de trabalho excedente (no caso, oito pães), que não resta ao trabalhador³. Por outro lado, o valor da

²“(…) o preço da mercadoria força de trabalho e o salário podem ser tomados como sinônimos, entretanto, no âmbito da reprodução das relações de produção, a ‘forma salário’ significa algo mais, pois ela transborda a precificação desta peculiar mercadoria na medida em que oculta a existência de trabalho excedente não-pago. Conforme Marx, esta ocultação se dá em função da forma monetária, a ‘forma salário extingue [...] todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. [...] aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado’ (Marx, 1996b, p. 169)” (Almeida, 2022, p. 260-261).

³“O lucro, tal como o temos inicialmente ante nós, é, portanto, o mesmo que a mais-valia, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, brota necessariamente do modo de produção capitalista” (Marx, 1986, p. 29).

força de trabalho equivale ao salário do trabalhador (que, no exemplo, corresponde a dois pães)⁴, ou seja, seu valor de troca é cinco vezes menor que seu valor de uso:

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*). (Marx, 1996a, p. 331)

Mantendo inalterado o grau tecnológico empregado nesta produção de pães, existem apenas duas maneiras de se ampliar a mais-valia extraída deste trabalhador, elevando a jornada de trabalho, o que naturalmente faz crescer o tempo de trabalho excedente em que não se produz para si próprio, ou aumentando o grau de exploração do trabalhador, fazendo com que se produza mais pães no mesmo período de tempo – esta seria, portanto, a mais-valia absoluta. Por outro lado, supondo mantida a jornada e o grau de exploração, o único modo de se elevar a mais-valia consiste na existência de algum incremento tecnológico no processo produtivo, por exemplo, a instalação de um forno capaz de assar mais pães por hora – esta, por sua vez, seria a mais-valia relativa:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (Marx, 1996a, p. 431-432)

⁴ Abdicando momentaneamente do esforço didático deste ensaio, mas mantendo o rigor materialista histórico-dialético: “Cada diferente força de trabalho requer uma diferente cesta de consumo, seus respectivos valores podem variar em relação à sua média histórica e a variação dos salários consiste apenas em um dos componentes internos desta equação ao lado da variação (ou maleabilidade) dos direitos sociais. Em sua globalidade, o valor da força de trabalho guarda correspondência com o tempo de trabalho necessário, com o capital variável, e, finalmente, com o somatório salários e direitos sociais” (Almeida, 2022, p. 253).

Observe que o crescimento da mais-valia relativa implica uma redução no valor das mercadorias produzidas, já que com o mesmo tempo de trabalho é produzida uma quantidade maior de bens. Se os dois pães necessários ao trabalhador têm agora um menor valor, por terem menos trabalho humano incorporado, conseqüentemente reduziu-se o valor da própria força de trabalho. A mais-valia é o segredo do modo de produção capitalista, pois a rigor não se trata do caso isolado de um trabalhador, consiste na apropriação privada do excedente de trabalho coletivo. A mais-valia revela como um sistema, cuja esfera da circulação se funda na troca de equivalentes, pode em escala ampliada acumular tamanha riqueza a partir da esfera da produção. Além disso, a mais-valia relativa diferencia estruturalmente o sistema capitalista de outros modos de produção e reprodução da vida. Alexandre Barbosa destaca, por exemplo, a diferença essencial entre os modos de produção brasileiros historicamente considerados:

A característica essencial das formações econômicas e sociais capitalistas é que elas criam não apenas um mercado interno pela “destruição de todos os ofícios subsidiários rurais”, como ressalta Marx, mas também em virtude de possibilidades expansivas próprias oriundas da acumulação de capital viabilizada pela redução dos custos do trabalho em virtude dos ganhos de produtividade. Não havia, pois, acumulação endógena de capital na colônia, mas tão somente esterilização de capital sob a forma do escravo. (2016, p. 9)

Entre a formulação marxiana da mais-valia e as configurações atuais do tempo de trabalho há um longo processo de mediações históricas, institucionais e tecnológicas. O desenvolvimento das forças produtivas e das formas de controle sobre o trabalho conduziu, ao longo do século XX, a uma crescente subordinação real do processo produtivo ao capital, sem que isso implicasse o desaparecimento das formas anteriores de dominação⁵.

⁵ Como afirma Marx, “A característica geral da subsunção formal continua sendo a direta subordinação do processo de trabalho – qualquer que seja, tecnologicamente falando, a forma em que se efetue – ao capital. Nessa base, entretanto, se ergue um modo de produção tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais: o modo capitalista de produção. Somente quando este entra em cena, se dá a subsunção real do trabalho ao capital” (1978, p. 66).

A subsunção formal, portanto, expressa a dominação do capital sobre um processo de trabalho ainda não transformado tecnicamente, enquanto a subsunção real representa a reorganização técnica, científica e temporal do trabalho, característica do modo capitalista de produção. No capitalismo contemporâneo, ambas coexistem: o domínio técnico e científico do capital sobre o trabalho se combina com mecanismos clássicos de prolongamento da jornada, de modo que a subordinação real não elimina, mas aperfeiçoa as formas de extração da mais-valia absoluta (Marx, 1996a; 1996b).

Como observa Sadi Dal Rosso (2017), o capitalismo contemporâneo opera um “ardil da flexibilidade” ao deslocar o foco da produtividade para o alargamento da disponibilidade temporal do trabalhador. A flexibilidade das jornadas, apresentada como conquista de autonomia, transforma-se em instrumento de controle e de intensificação do trabalho. O autor mostra que, sob a retórica de modernização, as empresas buscam transformar o próprio trabalhador em sujeito flexível, ajustando-o às demandas variáveis do capital sem reduzir a duração do tempo de trabalho. O resultado é o aumento da intensidade e da extensão da jornada, que passam a invadir o tempo de não trabalho, convertendo a promessa de liberdade em nova forma de subordinação temporal.

Na mesma direção, Ana Cláudia Cardoso (2013) demonstra que as novas tecnologias e os arranjos organizacionais de gestão promovem um “aprofundamento do processo de intensificação do tempo de trabalho”, agregando às antigas formas de exploração “estratégias técnico-organizacionais que têm como objetivo a intensificação do tempo de trabalho” (2013, p. 351-352). A autora observa que, desde os anos 1980, a flexibilização e a individualização dos tempos laborais deram origem a uma multiplicidade de formas de organização do trabalho profundamente desconstruídas dos ritmos sociais da vida. Esse processo amplia o poder do capital sobre as três dimensões fundamentais do tempo de trabalho – a duração, a intensidade e a distribuição –, combinando o prolongamento da jornada, o aumento do esforço exigido e a fragmentação dos horários.

Essa ambivalência – inovação técnica e precarização do tempo – também é analisada por Ricardo Antunes (2018), para quem a expansão das formas de trabalho flexível e intermitente dissolveu as fronteiras entre tempo de vida e tempo de trabalho, instaurando uma espécie de regime de subsunção permanente. O trabalho é, assim, continuamente reorganizado para produzir valor – não pela redução do tempo necessário, mas pela apropriação integral do tempo disponível do trabalhador.

Seria de se esperar que após décadas de legislação trabalhista – e mesmo mais de um século após os primeiros regramentos sobre os limites da jornada de trabalho – o capital estaria atualmente orientado pelas estratégias de crescimento da mais-valia relativa, isto é, direcionado a saltos tecnológicos que garantissem vantagens competitivas e redução – na terminologia liberal – do “custo do trabalho”. Todavia, os subterfúgios empresariais para o aumento das jornadas e da exploração do trabalho (ou seja, da mais-valia absoluta) permanecem contemporâneos na sanha capitalista pela expansão das margens de lucro e pela contenção do valor restado aos trabalhadores. É sob essa lógica que se inscrevem as técnicas empresariais de ampliação da jornada de trabalho examinadas a seguir, nas quais a aparente legalidade dos arranjos de escala oculta a essência econômica do processo: o controle do tempo como forma de extração e dissimulação da mais-valia.

2. Técnicas empresariais de ampliação da mais-valia absoluta

No Brasil, o Decreto n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1891, regulamentou apenas o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal⁶, tornando então a regulação dos limites da jornada de trabalho uma reivindicação histórica da classe trabalhadora brasileira. A própria greve geral de 1917 teve como bandeira de luta a jornada diária⁷ de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras. Reivindicação trabalhista e sindical em parte atendida pela Constituição federal de 1934, que definiu os limites de 8 horas diárias e 48 horas semanais. O padrão 8/48 representaria um avanço ainda mais significativo, não fosse o acréscimo da jornada extraordinária em até duas horas extras diárias mediante negociação coletiva, conforme redação original da CLT em 1943⁸. Este regramento fez com que na prática o trabalho efetivamente realizado oscilasse entre o limite inferior (8/48) e o limite superior (10/60).

A Constituição federal de 1988 reduziu a jornada de trabalho de 48 horas semanais para as atuais 44 horas e elevou o adicional de hora extra de 20% para 50%, o que, porém, não evitou um expressivo crescimento na utilização das horas extras. Desta forma, a redução da jornada normal de trabalho foi compensada em grande medida pela utilização de horas extras para

⁶ Decreto n.º 1.313, art. 4º: “Os menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderão trabalhar no máximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda de quatro horas o trabalho contínuo, e os do sexo masculino de 14 a 15 anos até nove horas, nas mesmas condições”.

⁷ No rigor etimológico, a palavra jornada deriva de “*diurnata*”, que por sua vez vem de “*diurnus*”, que significa “diário” ou “relativo ao dia”. No entanto, neste ensaio incorporou-se o uso corrente da expressão no meio trabalhista, que a toma por sinônimo de trabalho, requerendo, portanto, uma especificação subsequente de sua duração, como, por exemplo, “jornada diária”, “jornada semanal”, “jornada mensal” ou “jornada anual” – independentemente de eventuais pleonasmos.

⁸ CLT, art. 59: “A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado ou mediante contrato coletivo de trabalho. § 1.º: Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal”.

⁹ CF/88, art. 7.º: “XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal”.

complementação dos baixos salários. Em 1998, a Lei n.º 9.601 criou a possibilidade de implementação do banco de horas, que na prática reduzia o custo das empresas com o pagamento de horas extras. Finalmente, a Reforma Trabalhista de 2017, além de extinguir as horas *in itinere*, incorporou à CLT a possibilidade do prolongamento de jornada, da compensação diária, do banco de horas e da jornada 12h x 36h serem todos realizados por acordo individual, em uma clara ofensiva contra a negociação coletiva e a representação sindical¹⁰.

Ainda que tenha sido criada a brecha da negociação individual para o prolongamento da jornada, atualmente na maior parte dos casos – sobretudo nos setores industriais – as empresas se veem obrigadas a recorrer à negociação coletiva para a elaboração de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) que tratem da duração do trabalho¹¹. Muitos destes acordos de turnos e escalas diferenciadas são verdadeiros enigmas matemáticos preparados pelos empregadores para mascarar tentativas de distorção da jornada de trabalho.

Antes da apresentação dos cálculos, algumas notas metodológicas são necessárias. O Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reúne os contratos coletivos de trabalho registrados pelas entidades sindicais; entretanto, não é possível associar cada acordo, convenção ou cláusula a um universo de trabalhadores quantificável. Além disso, uma parcela significativa desses instrumentos não é registrada, configurando os

¹⁰ Importante destacar que a luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil consiste em uma reivindicação histórica, mas também contemporânea do movimento sindical; vide, por exemplo, a Pauta da Classe Trabalhadora elaborada no contexto da Conclat 2022 (Item 28). Ver também a PEC 148/2015 (Paulo Paim PT/RS), a PEC 221/2019 (Reginaldo Lopes PT/MG) e o PL 1105/2023 (Weverton Rocha PDT/MA). Mais recentemente, a deputada Erika Hilton (PSOL/SP) – em apoio ao Movimento “Vida Além do Trabalho” (VAT) – vem coletando assinaturas para propor uma PEC pelas 36 horas semanais e escala base 4x3, preservando a possibilidade de compensações mediante Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho. Ver ainda: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Luiz Marinho recebe representantes do Movimento “Vida Além do Trabalho”. Brasília, 23/05/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/luiz-marinho-recebe-representantes-do-movimento-vida-alem-do-trabalho>>. [Acesso em: 30/08/2024].

¹¹ Embora algumas empresas insistam de forma bastante presunçosa em firmar diversos acordos individuais – paradoxalmente com a quase totalidade dos empregados – como se assim estivessem desconfigurando o caráter coletivo da negociação e a prescindibilidade da representação sindical.

chamados “contratos de gaveta”. Diante disso, opta-se aqui por apresentar exemplos ilustrativos, com o objetivo de evidenciar os grandes traços desse tipo de negociação coletiva¹². Não se trata, portanto, de identificar violações de direitos trabalhistas em casos específicos, mas de demonstrar que as estratégias empresariais de prolongamento da jornada permanecem expedientes centrais de extração da mais-valia absoluta – complexos, dissimulados e de difícil deciframento inclusive para sindicatos com assessoria técnica especializada, quanto mais para o trabalhador individualmente considerado. Essa opacidade é o que confere relevância crítica ao tema, sobretudo diante das tentativas de retorno à matriz regulatória civilista que permeiam tanto a Reforma Trabalhista de 2017 quanto o atual debate sobre a “pejotização” em curso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Isto posto, o cálculo de horas líquidas trabalhadas (descontados intervalos) envolve fundamentalmente duas etapas. Na primeira etapa calculam-se as horas efetivamente trabalhadas durante uma única jornada e, na segunda, calculam-se as horas trabalhadas em uma semana. Esta tarefa de cálculo, que pode parecer simples à primeira vista, ganha significativa complexidade quando (I) as horas-relógio diferem das horas-legais e (II) quando a escala de trabalho não se encerra em um ciclo de sete dias. De modo geral, as técnicas empresariais de ampliação da jornada de trabalho – e, portanto,

¹² A Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais-MTE) não registra as escalas dos contratos de trabalho, mas tão somente as horas semanais contratadas, o que inviabiliza a construção de séries históricas sobre os diferentes regimes de tempo de trabalho. Para um detalhamento do estoque de horas contratadas, ver a Nota Técnica n.º 286 do Dieese (2025). Exemplos de acordos coletivos com cláusulas sobre escalas diferenciadas podem ser consultados no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego: <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo#>. A título ilustrativo, ver:

- Escala 6x3: Registro SP000941/2024; SP004000/2022.

- Escala 2x2: Registro MG002532/2024.

- Escala 4x4: Registro MG000031/2025 (https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/imagemAnexo/MR053027_20242024_09_20T14_08_10.pdf).

- Escala 5x1 2x1 5x1 3x1 4x2 2x1 (equivalente a uma 6x2): Registro MG000031/2025 (https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/imagemAnexo/MR053027_20242024_09_20T14_08_26.pdf).

- Escala 4x1 3x1 4x5 3x1 4x1 3x5 (equivalente a uma 6x4): Registro SP002054/2024.

da mais-valia absoluta – consistem na dissimulação de alguma dessas duas etapas para a composição das mais diferentes jornadas.

Na primeira etapa, a diferenciação da hora-relógio para a hora-legal ocorre basicamente em razão da redução da hora noturna, cujo cálculo inclusive está bastante pacificado. Inicialmente, observe a necessidade de transformar a hora sexagesimal em hora decimal para que assim possa ser realizado qualquer tipo de cálculo. Por exemplo, um trabalhador que entra às 8:00 e sai às 17:48, com 01:00 de intervalo, tem uma jornada diária de 8:48 (expressão sexagesimal) ou 8,80 horas (expressão decimal).

Para chegar à expressão decimal, basta dividir as frações de horas (ou seja, os minutos sobrantes que não chegam a completar uma hora) por 60. Isto porque cada hora possui 60 minutos; contudo, caso a hora trabalhada esteja no intervalo entre 22:00 e 5:00¹³ (CLT, art. 73, § 1º), cada hora será contabilizada como tendo 52,5 minutos; trata-se da redução da hora noturna. Justamente por esta razão que as horas-relógio podem diferir das horas-legais. Neste caso, divide-se toda hora trabalhada no intervalo mencionado por 0,875 (que corresponde à razão 52,5/60); desta forma, uma jornada de 8 horas-relógio trabalhadas integralmente no período noturno é legalmente contabilizada como uma jornada de 9,14 horas (ou 9:08¹⁴). Observe os exemplos da tabela a seguir:

¹³ Caso a jornada que se iniciou em horário noturno se prolongue além das 5 horas, o entendimento jurídico é que as horas trabalhadas além das 5 horas da manhã também devem ter a redução legal (CLT, art. 73, § 5.º). O art. 7.º da Lei n.º 5.889 /73 regula o trabalho noturno do empregado rural.

¹⁴ Para transformar as horas decimais em horas sexagesimais basta agora multiplicar as frações de horas por 60, no caso, $0,14 \times 60 = 8$ minutos.

Tabela 1 – Hipóteses de jornadas diárias

TURNNO	Entrada	Saída	Intervalo	Horas Relógio		Horas Legais	
				Hora Decimal	Hora Sexagesimal	Hora Decimal	Hora Sexagesimal
DIURNO	08:00	17:00	01:00	8,00	08:00	8,00	08:00
	08:00	17:48	01:00	8,80	08:48	8,80	08:48
	08:00	20:00	01:30	10,50	10:30	10,50	10:30
NOTURNO	22:00	07:00	01:00	8,00	08:00	9,14	09:08
	22:00	07:48	01:00	8,80	08:48	10,06	10:03
	18:00	03:00	01:00	8,00	08:00	8,57	08:34
	19:00	04:00	01:00	8,00	08:00	8,71	08:42
	20:00	05:00	01:00	8,00	08:00	8,86	08:51
	22:00	10:00	01:30	10,50	10:30	12,00	12:00

Elaboração própria.

Na tabela de hipóteses acima, merecem destaque os turnos da noite que se iniciam antes das 22:00, pois, apesar das horas-relógio coincidirem entre si (8h), verificam-se diferentes saldos finais de horas-legais. Isto porque, em cada uma das hipóteses sublinhadas, as horas da jornada que não sofrem incidência da redução noturna variam sensivelmente, impactando no saldo final de horas-legais. Nos demais exemplos do período noturno, o coeficiente da redução noturna é aplicado em todas as horas-relógio, que depois são transformadas em horas sexagesimais para facilitar a visualização e compreensão. Para finalizar esta primeira etapa do cálculo, cumpre sempre observar o exato período destinado aos intervalos de refeição e descanso, bem como se eles estão ou não compreendidos pelo período noturno, o que também poderá impactar no saldo final das horas-legais diárias.

A princípio, nenhum dos exemplos acima necessariamente extrapola a jornada semanal regulamentada em 44 horas, tendo em vista que mesmo a maior jornada diária hipoteticamente proposta (das 22:00 às 10:00, com 01:30 de intervalo, totalizando 12 horas-legais) pode estar abrangida por um contrato coletivo na escala doze por trinta e seis (CLT, art. 59-A), ou seja, um dia trabalhado e um dia folgado. Por outro lado, a menor jornada diária

considerada (8h) em uma escala 6x1 (seis dias trabalhados e um folgado) pode ultrapassar as 44 horas semanais. Portanto, cabe agora detalhar a estrutura de cálculo das diferentes composições de escalas, sendo esta a etapa decisiva na qual residem os maiores imbróglis matemáticos propostos pelas empresas para deturpação e dissimulação da jornada semanal.

Em todas as escalas que o ciclo de trabalho e folga se encerra dentro de sete dias, o cálculo da jornada semanal se vê bastante facilitado, bastando multiplicar a jornada diária pelo número de dias trabalhados. Por exemplo, supondo uma jornada de 8 horas na tradicional escala 5x2, tem-se as 40 horas semanais pela multiplicação de 5 dias por 8 horas. Mantendo-se a mesma escala 5x2, mas, com uma jornada diária de 8:48, atinge-se o limite de 44 horas semanais pela multiplicação de 5 dias por 8,80 horas.

Diversas escalas se encerram em ciclos de sete dias, tais como 6x1 (sábado fracionado), 4x3 (quatro dias trabalhados e três folgados), 3x1 2x1 (três dias trabalhados, um folgado, dois trabalhados e um folgado), 2x2 2x1 (dois dias trabalhados, dois folgados, dois trabalhados e um folgado), dentre outras. Independentemente de como os dias trabalhados e folgados se distribuem internamente nas referidas escalas, todas elas se encerram em um ciclo de sete dias, portanto, a jornada semanal sempre será calculada pela simples multiplicação dos dias trabalhados pela jornada diária, tal como exemplificado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Hipóteses de escalas semanais que se encerram em ciclos de sete dias

Escalas	5x2	5x2	6x1	4x3	3x1	2x2
					2x1	2x1
Jornada diária (horas decimais)	8	8,8	8	8,8	8,8	8,8
Ciclo (dias)	7	7	7	7	7	7
MMC (7)	7	7	7	7	7	7
Dias trabalhados	5	5	6	4	5	4
Dias de folga	2	2	1	3	2	3
Jornada Semanal (jornada diária x dias trabalhados / nº semanas)	40	44	44 (4h no sábado)	35,2	44	35,2
Jornada Semanal Noturna ¹	45,71	50,29	50,29	40,23	50,29	40,23
Com Revezamento de Turno ²	42,86	47,14	47,14	37,71	47,14	37,71

¹ Supondo a incidência de redução da hora noturna em toda a jornada semanal.

² Jornada semanal média na hipótese de revezamento entre os turnos diurno e noturno a cada fim de ciclo. Elaboração própria.

Apesar de todas as escalas da tabela anterior se encerrarem em ciclos de sete dias, existe uma variação da jornada semanal porque pode haver variação na quantidade de horas trabalhadas por dia ou na quantidade de dias trabalhados dentro do ciclo. Além disso, na maioria das escalas consideradas, a incidência da hora noturna em todo o período ultrapassaria o limite regulamentar de 44 horas semanais, problema que apenas pontualmente se resolve com a hipótese do revezamento de turno¹⁵.

¹⁵ O Aart. 7.º, XIV, da CF/88, assegura “jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva”. Porém, de acordo com o Dieese (2013, p. 6), “uma interpretação patronal muito comum atualmente – e que tem influenciado o próprio Judiciário Trabalhista em várias decisões –, os turnos fixos descaracterizariam o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, posicionando os trabalhadores fora do direito à jornada reduzida de seis horas. Na verdade, porém, o que caracteriza os turnos ininterruptos de revezamento é o fato de a empresa funcionar durante as 24 horas, quer as escalas de trabalho sejam fixas ou em rodízio de horários. Nos dois casos, os trabalhadores se revezam para assegurar o funcionamento contínuo da empresa. É óbvio que ininterrupto não é o trabalho dos empregados. Eles o interrompem a cada jornada de oito horas, naturalmente”. Ademais, no que se refere à saúde e segurança dos trabalhadores, “os turnos alternantes – de fato extremamente desgastantes para o trabalhador – ainda assim são menos prejudiciais do que os turnos fixos vespertinos e noturnos” (p. 9).

Entretanto, a grande maioria das escalas negociadas em contratos coletivos de trabalho não se encerram em ciclos de sete dias, o que complexifica substancialmente o cálculo da jornada de trabalho. Para se obter a jornada semanal no caso da escala 5x2 6x1 (sábado alternado), nota-se que o ciclo se encerra a cada 14 dias, ou seja, 2 semanas, bastando assim multiplicar os dias trabalhados pela jornada diária e, ao final, dividir pelo número de semanas alcançado pelo ciclo. Apesar do exemplo da escala de sábado alternado ser o mais simples, já é possível observar como nas escalas com ciclos diferenciados se faz necessária a identificação do menor múltiplo comum (MMC) entre o ciclo e a semana de sete dias.

Por exemplo, no caso da escala 6x2 (seis dias trabalhados e dois dias folgados), o ciclo se encerra a cada oito dias, desta forma será necessário encontrar o menor múltiplo comum entre 8 e 7, qual seja, 56. Em 56 dias (o equivalente a 8 semanas), tem-se 42 dias trabalhados e 14 dias folgados, portanto, a jornada semanal corresponderá à jornada diária multiplicada pelos dias trabalhados e, finalmente, dividida pelo número de semanas. Supondo 8h de trabalho na escala 6x2, calcula-se então: $(8 \times 42) / 8 = 42$ horas semanais¹⁶. Veja que para se obter a jornada semanal não é necessário fazer qualquer cálculo de jornada mensal ou anual; requer-se, porém, identificar o menor múltiplo comum (MMC) entre o ciclo de encerramento da escala e a semana de sete dias para assim aplicar adequadamente a seguinte fórmula: jornada semanal = jornada diária * dias trabalhados / n.º semanas.

¹⁶ Chegar-se-ia ao mesmo resultado caso a escala base fosse 3x1 ou ainda 6x1 6x1 6x4 (configuração comum às empresas mineradoras brasileiras).

Tabela 3 – Hipóteses de escalas diversas

Escalas	5x2	6x2	6x3	5x3	6x2	4x1
	6x1			6x1	5x2	4x2
Jornada diária (horas decimais)	8	8	8,8	8,8	8	8
Ciclo (dias)	14	8	9	15	15	11
MMC (7)	14	56	63	105	105	77
Dias trabalhados	11	42	42	77	77	56
Dias de folga	3	14	21	28	28	21
Semanas	2	8	9	15	15	11
Jornada Semanal (jornada diária x dias trabalhados / n.º semanas)	44	42	41,07	45,17	41,07	40,73
Jornada Semanal Noturna ¹	50,29	48	46,93	51,63	46,93	46,55
Com Revezamento de Turno ²	47,14	45	44	48,4	44	43,64

¹ Supondo a incidência de redução da hora noturna em toda a jornada semanal.

² Jornada semanal média na hipótese de revezamento entre os turnos diurno e noturno a cada fim de ciclo. Elaboração própria.

Na tabela acima são apresentadas outras configurações de possíveis escalas de trabalho; no entanto, trata-se de mera exemplificação, tendo em vista que a composição das escalas impostas pelas empresas aos trabalhadores habitualmente expressa um *mix* quase infinito de criatividade e – por vezes – perversidade dos departamentos de recursos humanos (ou “área de gestão de talentos”, após *rebranding* neoliberal). Apenas para detalhar um dos exemplos expostos acima, observe a escala 5x3 6x1 com jornada diária de 08:48, em que mesmo o turno diurno ultrapassa as 44 horas semanais (mais precisamente alcançando as 45,17 horas ou 45:10). A utilização de escalas diferenciadas, que se somam às jornadas diárias e que apenas parcialmente se realizam no período noturno, acaba por dificultar enormemente a demonstração do cálculo da jornada semanal e, por consequência, na mesma medida facilita a violação da legislação trabalhista por parte das empresas.

Nesta mixórdia matemática e jurídica em que as jornadas são acrescidas e dissimuladas, veja-se, por exemplo, o caso das escalas espelhadas cuja

base se encontra na escala 12h x 36h, um dia trabalhado e um dia folgado. A escala 12h x 36h (ou 1x1) encontra-se em equivalência com as escalas 2x2, 3x3, 4x4¹⁷, 2x1 1x2, 3x2 2x3; independentemente da configuração interna da escala ou da quantidade de dias que encerra o ciclo, tem-se sempre que metade dos dias são trabalhados e metade são folgados. Nestas composições de escala, comuns em empresas com revezamento de turnos, normalmente são praticadas jornadas semanais diurnas de 36,75 (36:45) horas-legais e noturnas de 42 horas-legais, considerando jornadas diárias de 10,5 (10:30) horas e intervalos de 1,5 (01:30) hora.

Não raramente empresas fabris apresentam escalas espelhadas “mensalmente ajustadas” ao revezamento de turno, o que na prática desconfigura a igualdade entre dias trabalhados e folgados dentro de um mesmo ciclo. Trata-se de tarefa relativamente simples desvirtuar uma escala espelhada 2x1 1x2, inserindo dois dias de trabalho a mais no final do segundo ciclo para um suposto “ajuste mensal”, o que na prática conformará uma escala 2x1 1x2 2x1 3x2, ou seja, uma escala 8x6 (ou, o que dá no mesmo, 4x3). Neste exemplo hipotético – ainda que recorrente –, considerando as mesmas 10,5 horas de jornada diária, ao desconfigurar a escala espelhada, estes trabalhadores terão acrescidas 5,25 (05:15) horas de jornada semanal no período diurno e 6 horas no período noturno (que inclusive atingirá uma jornada semanal de 48 horas-legais).

A legislação trabalhista brasileira não determina um limite para a jornada de trabalho mensal, toma-se o valor de 220 horas como referência mês em virtude do art. 64 da CLT, que utiliza este divisor para o cálculo do salário-hora: 44 horas semanais divididas por 6 dias (escala 6x1) correspondem às 7,33 horas diárias, que, multiplicadas por 30 dias do mês (média), perfazem as 219,99 horas mensais. Contudo, frisa-se que este divisor se aplica como referência para o cálculo do salário-hora, possuindo, portanto, outro objetivo legal que não o cálculo da jornada de trabalho em diferentes composições de escalas. Para se calcular uma estimativa da jornada mensal

¹⁷ Escala de trabalho também comum em mineradoras.

ou anual de qualquer trabalhador, deve-se primeiro percorrer o caminho descrito anteriormente, calculando a jornada diária e semanal, identificando o ciclo da escala de trabalho e o menor múltiplo comum com a semana de sete dias. Satisfeita esta etapa, pode-se estimar a jornada anual multiplicando a jornada semanal encontrada pelo número de semanas no ano ($52,1429 = 365 / 7$) e, finalmente, estimar a jornada mensal dividindo a jornada anual por doze. O itinerário do cálculo posto nesta exata ordem se faz necessário, pois nem todo mês possui quatro semanas, mas todo ano tem doze meses e toda semana sete dias.

Conclusão

Historicamente, a luta em torno da jornada de trabalho articula-se em três dimensões inseparáveis: duração, intensidade e distribuição. A duração refere-se à limitação do tempo total de trabalho; a intensidade, ao esforço despendido em cada unidade de tempo; e a distribuição, à forma como o tempo de trabalho é escalonado ao longo da semana e do mês – dimensão hoje central nas mobilizações pelo fim da escala 6x1, sintetizadas no Movimento Vidas Além do Trabalho (VAT). Essas três dimensões definem o campo político do tempo, no qual o capital busca expandir o controle sobre a vida e o trabalho, enquanto os trabalhadores lutam por reconquistar espaços de tempo livre.

A Reforma Trabalhista de 2017 representou uma inflexão decisiva nesse terreno. Ao permitir a prevalência do negociado sobre o legislado e legitimar acordos individuais para temas antes restritos à negociação coletiva – como as jornadas 12x36, a compensação de horas por acordo tácito e o banco de horas individual –, a reforma enfraqueceu profundamente o poder normativo dos sindicatos e fragilizou o controle social do tempo de trabalho. Em setores com forte dispersão da base laboral, como o comércio e os serviços, onde a escala 6x1 é amplamente praticada, essas negociações individuais ganharam enorme capilaridade, reforçando a

urgência de um arcabouço legal que ponha fim à escala 6x1 e restabeleça a centralidade da negociação coletiva.

Nas indústrias de transformação e na extração mineral, as negociações coletivas sobre escalas cumprem papel distinto e estratégico, podendo inclusive resultar em reduções efetivas da jornada média. A Constituição federal de 1988 estabelece limites máximos de 8 horas diárias e 44 horas semanais; no entanto, quando a escala de trabalho não se encerra em um ciclo de sete dias – como nas escalas 6x2, 6x3 ou 4x4 –, é necessário calcular o menor múltiplo comum (MMC) entre o ciclo da escala e o da semana civil, a fim de determinar a jornada média semanal real. É justamente nessa complexidade que se abrem as brechas para armadilhas negociais, por meio das quais as empresas propõem composições de escalas que mascaram aumentos de jornada e suprimem a redução da hora noturna, frequentemente sem qualquer forma de compensação.

Uma análise simples ilustra o problema: uma escala 6x2 com 8 horas diárias reduz a jornada diurna para 42 horas semanais, mas no turno da noite – das 22h às 7h – as horas legais totalizam 9h08min por dia, resultando em 48 horas semanais. Considerando o revezamento entre turnos, a média efetiva é de cerca de 45 horas semanais, o que evidencia como pequenas alterações nas escalas produzem distorções significativas na duração real do trabalho e nos custos laborais.

Outro elemento frequentemente negligenciado é o divisor 220 (art. 64 da CLT) utilizado para o cálculo do valor-hora. Mesmo os trabalhadores que cumprem rigorosamente 44 horas semanais não atingem 220 horas mensais efetivas, de modo que o divisor atua, na prática, como um mecanismo de compressão salarial. Quanto maior o divisor, menor o valor-hora – e apenas sindicatos com forte capacidade negocial conseguem pactuar divisores mais realistas, que funcionam, ainda que parcialmente, como compensação para as escalas diferenciadas e as jornadas irregulares.

O exame das técnicas empresariais de ampliação da jornada revela, portanto, que o prolongamento e a intensificação do tempo de trabalho

seguem sendo mecanismos estruturantes da acumulação capitalista. O capital contemporâneo não abandona a mais-valia absoluta: ele a sofisticou, dissimulando-a sob a forma da flexibilidade e da autonomia contratual. A luta em torno da jornada – em suas três dimensões – permanece, assim, como expressão viva da contradição entre o tempo do capital e o tempo da vida, e sua superação depende de um projeto de regulação e de organização coletiva capaz de restituir à classe trabalhadora o controle sobre seu próprio tempo.

Por mais que a perversidade das técnicas capitalistas de precarização do trabalho induza às metáforas histórico-críticas com os modos de produção servis e escravagistas, compete saber que – na exatidão do método marxista – o persistente rebaixamento das condições de trabalho e do próprio valor da força de trabalho consiste na própria essência de um sistema que alcança sua mais plena vitória na contemporaneidade. Trágica vitória diante da qual a distopia de uma tragédia climática global, capaz inclusive de encerrar a vida humana na Terra, se torna mais factível que a utopia do fim do sistema que lhe dá causa. Por esta razão fundamental que, no contexto das reformas de curto e médio prazo, a redução da jornada de trabalho se apresenta como uma das reivindicações mais urgentes da classe trabalhadora (Dieese, 2010), e, no imediato da contraofensiva tática, precisam ser frustradas quaisquer tentativas empresariais de ampliação da duração do trabalho impostas sem o conhecimento dos trabalhadores.

Referências

- ALMEIDA, Daniel Ferrer de. *Capital fictício e direitos sociais: uma contribuição à crítica marxista*. Marília: Lutas Anticapital, 2022
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração*. Estudos Avançados 30 (87), 2016
- BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. [Acesso em: 30/08/2024]
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Luiz Marinho recebe representantes do Movimento “Vida Além do Trabalho”*. Brasília, 23/05/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/luiz-marinho-recebe-representantes-do-movimento-vida-alem-do-trabalho>. [Acesso em: 30/08/2024]
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Sistema Mediador – Registro e consulta de instrumentos coletivos de trabalho*. Disponível em: <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>. [Acesso em: 29/10/2025]
- CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. Organização e intensificação do tempo de trabalho. *Revista Sociedade e Estado, Brasília*, v. 28, n. 2, p. 351-374, maio/ago. 2013
- Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). *Pauta da Classe Trabalhadora: emprego, direitos, democracia e vida*. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2022/CONCLAT-pautas-centrais-sindicais-07-abril/index.html?page=1>. [Acesso em: 09/02/2025]
- DAL ROSSO, Sadi. *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). *Jornada reduzida em turnos de revezamento: um direito ameaçado*. Estudos & Pesquisas, n.º 70, 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2013/estPesq70turnosRevezamento.pdf>. [Acesso em: 09/02/2025]
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). *Redução da Jornada de Trabalho: uma luta do passado, presente e futuro*. Nota Técnica n.º 87, 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2010/notatec87ReducaoJornadaTrabalho.pdf>. [Acesso em: 09/02/2025]
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). *Tempo de trabalho e tempo de descanso: uma luta histórica*. Nota Técnica n.º 286, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2025/notaTec286jornada.html>. [Acesso em: 30/10/2025]
- GI. *Maior diamante do mundo em estado bruto é vendido por US\$ 53 milhões*. São Paulo, 26/09/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/maior-diamante-do-mundo-em-estado-bruto-e-vendido-por-us-53-milhoes.ghtml>. [Acesso em: 15/08/2024]
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, Livro Primeiro, Tomo 1, 1996a
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, Livro Primeiro, Tomo 2, 1996b
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, Livro Terceiro, Tomo 1, 1986
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, Capítulo VI (inédito). Tradução de Eduardo Sucupira Filho e Célia Regina de Andrade Bruni. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978

VINICIUS BRANDÃO
CARMEM FEIJÓ

INVESTIMENTO PÚBLICO, MERCADO DE TRABALHO E AVANÇO DA FINANCEIRIZAÇÃO: UMA INTERPRETAÇÃO DO DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1981 A 2019

Recebido em 06/06/2025

Aprovado em 06/12/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1296

INVESTIMENTO PÚBLICO, MERCADO DE TRABALHO E AVANÇO DA FINANCEIRIZAÇÃO: UMA INTERPRETAÇÃO DO DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1981 A 2019

Resumo

O avanço das políticas de cunho liberal na economia brasileira entre as décadas de 1980 e 2010 contribuiu para que a busca pelo pleno emprego se torne um objetivo secundário nas políticas econômicas aplicadas no país. Nesse sentido, a prioridade da política econômica passa a ser o ajuste fiscal para geração de superávit primário, política institucionalizada com o tripé macroeconômico em 1999. Neste artigo, advogamos que a deterioração no mercado de trabalho brasileiro, bem como a queda substancial do nível de investimento, um dos principais determinantes para a geração de emprego, são resultado do avanço das políticas neoliberais desde os anos 1980, cujo objetivo é a redução do tamanho do Estado na economia. Com a implementação de políticas de restrição fiscal, abandona-se a função do investimento público como uma forma de impulsionar a economia, sobretudo em momentos de recessão econômica, nos quais há ausência do investimento privado devido à falta de expectativa de aumento da demanda nos períodos seguintes. Portanto, a gestão macroeconômica centrada na restrição fiscal para geração de superávits primários contribuiu para uma deterioração no mercado de trabalho, bem como contribuiu para que as recessões econômicas se prolonguem.

Palavras-chave: investimento público; financeirização; mercado de trabalho; desemprego; economia brasileira

VINICIUS BRANDÃO

Professor no Ibmec-Rio e Unigranrio-Afya, Pesquisador do Finde/UFF.

Email: v.brandao91@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5487-0448>

CARMEM FEIJÓ

Professora Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora CNPQ e Coordenadora do Finde/UFF.

Email: cbfeijo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6376-4599>

Abstract

The advancement of liberal policies in the Brazilian economy between the 1980s and 2010s contributed to the pursuit of full employment becoming a secondary objective in the economic policies applied in the country. In this sense, the priority of the economic policy becomes the fiscal adjustment for the generation of a primary surplus, an institutionalized policy based on the macroeconomic tripod in 1999. From the 1980s onwards, with the advance of this accumulation pattern, there is a instability in the Brazilian labour market, as well as a substantial fall in the level of investment, one of the main determinants for job creation. Thus, with the fiscal constraint, the function of public investment is abandoned as a way to boost the economy, especially in times of economic recession, in which private investment is absent due to the lack of expectations of increased demand in the following period. Therefore, this macroeconomic management centered on the fiscal constraint to generate a surplus contributes to a worsening in the labor market, as well as contributing to the economic recessions to continue.

Key words: public investment; financialization; labour market; unemployment; Brazilian economy

I. Introdução

O fim do Acordo de Bretton Woods e as crises do petróleo da década de 1970 marcaram o término do ciclo de expansão da economia mundial liderado pelo investimento e pelo fluxo de comércio. Nos países europeus, em particular, foi o período de reconstrução das economias abaladas pela guerra, e de consolidação de políticas de regulamentação do mercado de trabalho e que formaram o Estado de bem-estar social. Em parte dos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e no Leste Asiático, o pós-guerra foi o período de avanço da industrialização, com forte participação do Estado¹.

Após esse período de bonança na economia mundial, um novo ciclo se inicia, onde políticas de cunho liberal, ou seja, em defesa da redução da intervenção do Estado, se espalham, principalmente a partir da década de 1980. Nesse contexto, pode-se dizer que emerge, a partir de então, um novo padrão de acumulação de riqueza, o qual se convencionou chamar de financeirização, dada a crescente alocação de recursos em ativos financeiros em detrimento de investimentos em ativos físicos (Boyer, 2000). Tal padrão de acumulação é caracterizado pela centralidade das transações financeiras nas relações econômicas em âmbito geral, com reflexos significativos na orientação das políticas econômicas (Epstein, 2005).

O papel do investimento público neste contexto é questionado a partir de uma ótica liberal, visto como tomador de espaço da iniciativa privada, que por hipótese é mais eficiente e com potencial de aumentar o bem-estar social. Portanto, faz-se necessária a inclusão do debate entre a teoria keynesiana, especialmente a partir da escola pós-keynesiana, e a teoria liberal acerca do papel do gasto público no desenvolvimento econômico. Argumenta-se ao longo deste artigo que, pela perspectiva analítica liberal com o pressuposto da necessidade de redução dos gastos públicos

¹ Acerca do modelo de desenvolvimento na América Latina adotado entre o final da Segunda Guerra Mundial e os choques do petróleo da década de 1970, ver Bértola e Ocampo (2012, capítulo 4).

para aumentar a eficiência alocativa, perde-se um importante indutor de crescimento, principalmente nas economias em desenvolvimento em processo de *catching up*. Assim, neste artigo, resgata-se o arcabouço analítico pós-keynesiano acerca da importância do gasto público, em geral, e do investimento, em particular, em fomentar expectativas positivas sobre o desempenho da economia e sobretudo sua capacidade de induzir o aumento da demanda agregada. Nesse sentido, em períodos nos quais o investimento privado esteja estagnado, o grau de utilização da capacidade instalada baixo, e o mercado de trabalho com elevado desemprego, o investimento público deveria ser ampliado para fomentar a atividade econômica². Numa economia aberta, um setor público dinâmico reduz a dependência de um ciclo positivo de exportações.

Em relação ao debate sobre a financeirização na economia brasileira, utilizaremos a classificação de fases apresentada por Bruno *et al.* (2011) e Bruno & Caffé (2017), na qual o processo de financeirização no Brasil se inicia na década de 1980, mas possui uma transição importante na década de 1990, especialmente a partir da estabilização inflacionária. Durante a década de 1980, aumenta a relevância da apropriação financeira, refletida nos ganhos referentes ao imposto inflacionário, assegurados pelo mecanismo da correção monetária sobre contratos financeiros. A partir dos anos 1990, com a estabilização dos preços e o ambiente de liberalização financeira, os ganhos financeiros se deslocam para os ativos ligados ao endividamento público, mas nessa fase sob taxas de juros elevadas em comparação aos padrões internacionais. Além dessa divisão da análise entre pré e pós-estabilização inflacionária, a partir de Bruno & Caffé (2017), podemos apontar também para ampliação do espaço de valorização financeira ao longo das décadas de 2000 e 2010. Os autores apontam que a partir de 2004 a apropriação financeira,

² O debate sobre a capacidade do investimento público de gerar efeitos positivos no mercado de trabalho é inclusive anterior à teoria keynesiana. Richard Kahn (1931) apontava para os efeitos do multiplicador do emprego, no qual o investimento local atuaria para a criação de emprego e como indutor da economia local. O multiplicador de emprego de Kahn, inclusive, serviu como referência para Keynes na teorização do multiplicador keynesiano. Sobre esse tema ver também Kregel, 1988.

além de manter a apropriação derivada do endividamento público, avança sobre o endividamento privado, especialmente com as políticas de inclusão social via consumo³.

O desenho institucional da política econômica nos anos 2000 com a consolidação do tripé macroeconômico, na avaliação deste artigo, traz consequências negativas para o crescimento econômico e em especial para o funcionamento do mercado de trabalho. O desempenho do mercado de trabalho brasileiro, bem como os determinantes para o seu desempenho, são o foco central desta análise. Verifica-se que desde a década de 1980 o mercado de trabalho no Brasil ficou instável e especialmente a partir da década de 1990 há um aumento tendencial da taxa de desemprego. Esta tendência é interrompida entre meados dos anos 2000 e 2014, quando verificou-se um melhor desempenho do PIB, em particular no período entre 2006 e 2010, quando o nível de investimento agregado se expandiu de forma sustentada. Porém, a adoção de medidas liberais a partir de 2015-2016 leva a uma deterioração do mercado de trabalho, marcado pela elevação da informalidade.

Assumindo que o investimento possui alta correlação positiva com o desempenho do mercado de trabalho, analisa-se como a implementação de políticas macroeconômicas que limitam a capacidade de intervenção do Estado, inicia um encadeamento de fatores que afeta negativamente o nível de emprego no Brasil. Dessa forma, a partir de uma gestão macroeconômica, na qual a contenção fiscal para a geração de superávit primário é uma das prioridades da política econômica, a capacidade de investimento do Estado fica restrita, inclusive em períodos de crise⁴.

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de evidências estatísticas, a tendência ao aumento do nível de desemprego no Brasil no período 1981-2019.

³ Acerca da inclusão social via consumo no Brasil e financeirização das políticas sociais, ver, respectivamente, Kerstenetzky (2012) e Lavinias (2017).

⁴ A literatura aponta diversos estudos em defesa de políticas fiscais ativas para os países em desenvolvimento, bem como para o sucesso da adoção de políticas contracíclicas em períodos de recessão, como foi o caso brasileiro após a crise financeira internacional de 2008; ver também Ocampo (2011) e Paula *et al.* (2015).

Sua contribuição é apresentar uma análise macroeconômica do mercado de trabalho brasileiro, na qual se verifica que, em meio ao avanço de uma política macroeconômica de caráter liberal, há impacto negativo no mercado de trabalho devido à perda de autonomia da política econômica e à tendência de queda do investimento público. A referência teórica é o argumento pós-keynesiano em favor de política fiscal para a sustentação do pleno emprego e, portanto, o artigo compara o comportamento do investimento público e a geração de emprego.

Além desta introdução, o presente artigo apresenta mais duas seções. A segunda seção realiza um resgate teórico a partir do debate entre a tese da consolidação fiscal e da teoria de Keynes acerca da importância do gasto público e os desafios da política fiscal. Na terceira seção, é realizada uma análise de como o mercado de trabalho se comporta no Brasil entre as décadas de 1980 e 2010, perpassando pelas alterações macroeconômicas e na conjuntura do mercado de trabalho. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. O gasto público e o processo de financeirização

O papel do setor público na economia é tema recorrente de debate entre autores de tradição keynesiana, especialmente os pós-keynesianos, e autores com base teórica liberal, como as escolas monetarista e novo-clássica⁵. Mais recentemente, em relação ao segundo grupo de autores, esse debate é centrado na tese da consolidação fiscal expansionista⁶. Giavazzi & Pagano (1990), por exemplo, em influente artigo, argumentam que o ajuste fiscal é necessário para resgatar a credibilidade das políticas públicas e dessa forma

⁵ É importante ressaltar que a escola de pensamento novo-keynesiana no debate acerca da política macroeconômica se alinha em maior grau às escolas de pensamento de caráter liberal, ao defender a prioridade para o controle fiscal e a sustentabilidade da dívida pública. Os autores dessa vertente teórica inclusive são utilizados como base para as regras fiscais implementadas no Brasil a partir de 1999; ver Lopreato (2022).

⁶ A tese da consolidação fiscal expansionista ganhou mais espaço no debate econômico, sobretudo a partir da crise da Europa na década de 2010. Acerca do debate sobre os efeitos das políticas de austeridade impostas durante essa crise a países europeus como Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha, ver Heimberg (2017) e Blanchard & Leigh (2013).

trilhar o caminho para o crescimento econômico. Os autores apontam que a consolidação fiscal sinaliza para o setor privado que o gasto público em percentual do PIB será mantido em patamares baixos, ou seja, que a dívida pública é solvente.

A tese da consolidação fiscal está em acordo com a tese da existência do efeito *crowding-out* entre investimentos públicos e privados, ou seja, o aumento do investimento público “expulsa” o investimento privado. Essa tese é centrada no argumento de que os investimentos públicos reduzem o espaço para realização de investimentos privados, visto que o aumento da participação do setor público tenderia a gerar aumento na taxa de juros e nesse caso seriam competidores do setor privado no mercado de crédito. Além de competir com o investimento privado, o aumento do investimento público acarretaria a elevação do déficit público, o que por sua vez geraria uma pressão inflacionária⁷.

A tese da consolidação fiscal assume que a redução de forma persistente dos gastos públicos tende a fazer com que a economia experimente no longo prazo taxas menores de inflação e também taxas reais de juros reduzidas. As famílias, por sua vez, a partir da visão que sua renda real sofrerá um aumento, além de em tese terem acesso a linhas de créditos com menos custos, irão estimar um aumento persistente da renda e aumentarão tanto o seu consumo presente quanto o seu consumo futuro⁸.

Essa linha teórica é seguida por trabalhos posteriores. Alesina *et al.* (2017) apontam que a redução dos gastos públicos irá gerar, em um primeiro momento, um efeito negativo na demanda, o que tende a levar a economia

⁷ A tese do efeito *crowding-out* ganha espaço no debate econômico a partir da década de 1960 com os monetaristas e durante a década de 1970 com a escola novo-clássica. Acerca dos monetaristas ver Friedman (1962); sobre a escola novo-clássica ver Lucas (1983) e Lucas & Sargent (1981).

⁸ Para comprovar sua tese, Giavazzi & Pagano (1990) apontam que a partir de estudos sobre consolidação fiscal em pequenas economias europeias é possível verificar uma retomada do nível de atividade a partir de pressupostos não-keynesianos. Várias críticas se sucederam às conclusões dos autores. Ver, por exemplo, Perroti, 1999; e após a crise financeira de 2008, ver, por exemplo, Blanchard & Leigh, 2013; Jordá & Taylor, 2016, dentre outros.

a uma recessão. Todavia, segundo os autores, caso a redução dos gastos públicos seja permanente, essa medida irá gerar o crescimento do consumo privado, o que tende a compensar ao menos de forma parcial a redução dos gastos públicos. Ainda nesse trabalho, em consonância com Romer & Romer (2010), é assinalado que o aumento de impostos gera uma maior redução do produto quando comparada com a redução do produto gerada pelas reduções nos gastos públicos para efetivar a consolidação fiscal.

Um dos pressupostos fundamentais da tese da consolidação fiscal é a redução da participação do Estado na economia, a qual é retratada nos trabalhos supracitados a partir da redução do gasto público. Além disso, os trabalhos assumem que as expectativas dos agentes respondem de forma positiva a uma redução dos gastos públicos. A função do Estado dentro da economia e como a sua atuação impacta as expectativas dos demais agentes são dois pontos dessa linha teórica que contrastam diretamente com a tese pós-keynesiana⁹.

A relevância da demanda agregada e o papel das expectativas no processo de tomada de decisão dos agentes econômicos foram temas levantados com ênfase por Keynes na sua obra magna, a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Sobre o papel dos gastos públicos, Carvalho (2008) aponta que a visão de Keynes é fundada em duas bases: a primeira é a de que a expansão dos gastos públicos não provoca déficits fiscais necessariamente, dado que o crescimento da renda gerado pelo aumento dos gastos públicos gera um aumento na arrecadação de impostos. Já a segunda base do argumento é a de que a participação do Estado na economia para garantir a manutenção da demanda agregada reforça a expectativa positiva de crescimento e, assim, estimularia os gastos privados, o que evitaria, inclusive, a necessidade de realização de gastos públicos maiores. Nesse caso, os gastos públicos funcionariam como indutores dos gastos privados.

Keynes (1936), para explicar o princípio da demanda efetiva, aponta que o volume do emprego depende do nível da receita que os empresários esperam

⁹As expectativas nas escolas monetarista e novo-clássica são baseadas na lógica da racionalidade, ou seja, os agentes tomam sempre a melhor decisão. No caso das escolas de origem keynesiana, as expectativas são construídas sob incerteza, sendo essa um fator irreduzível do futuro.

receber a partir de determinada produção. Nesse sentido, as expectativas de lucro dos empresários são maximizadas no ponto de intersecção entre a oferta (custo de uso dos equipamentos de produção) e a demanda (baseada nas expectativas do empresário quanto à realização de lucros). Esse ponto de intersecção é justamente o ponto da demanda efetiva e também o ponto no qual se define o volume do emprego (Keynes, 1936).

Para facilitar a compreensão desse ponto, é possível tomar a composição do PIB pela ótica da demanda, a qual é formada pela soma do consumo das famílias, investimento privado, gastos públicos e exportações líquidas. O consumo das famílias é induzido em grande medida pela renda do trabalho, a qual depende do ritmo de crescimento corrente. Os demais componentes autônomos da demanda agregada são o investimento, as exportações e os gastos públicos. Considerando que as exportações dependem do ciclo de comércio externo, bem como da pauta exportadora de cada país, este é um ponto que não depende da gestão imediata da política econômica. Assim, resta ao gasto público e ao investimento a capacidade de estimular o crescimento da demanda agregada.

A lógica da teoria keynesiana de manutenção da demanda agregada e do pleno emprego a partir da indução do investimento público é corroborada por Kalecki (1954). O autor aponta que nos casos em que o governo efetua gastos públicos, especialmente em investimento em infraestrutura como escolas, hospitais e rodovias, ou subsidia o consumo da população menos favorecida, há uma tendência de elevação da demanda, o que induz maior mobilização de recursos e conseqüentemente elevação da oferta de postos de trabalho. Acerca da suposta inflação que seria gerada pelo aumento do investimento público, o autor pontua que não há razões para temer a inflação devido ao aumento da demanda, visto que o aumento da demanda seria coberto pelo aumento da produção, ou seja, pelo aumento da oferta¹⁰.

¹⁰Vale a ressalva que em cenários como o de aumento de demanda pode haver situações específicas, como baixa oferta de insumos para aumentar a produção ou necessidade de importação de insumos para esse processo.

Portanto, a partir da obra de Keynes e autores pós-keynesianos, ao analisar os efeitos gerados pela consolidação fiscal e, conseqüentemente, pela redução dos gastos públicos, verifica-se a retirada de um *push* importante da economia, o qual é capaz de induzir ao aumento da demanda e conseqüentemente ao aumento do investimento privado. A intervenção do Estado via investimento público é particularmente importante em momentos nos quais o nível de investimento privado está reduzido devido à percepção dos empresários de que não haverá aumento suficiente de demanda no período futuro.¹¹

Conforme mostra Carvalho (2008), a política econômica defendida por Keynes e seus seguidores é uma política que visa a manutenção da demanda agregada de forma a sustentar o pleno emprego. O gasto público, na versão keynesiana, não deve ser concorrente do setor privado, mas sim complementar a ele. A função do gasto público, como um *push* na equação da demanda agregada, atua como um estímulo na mobilização de recursos que estariam ociosos se as expectativas de crescimento da economia não são positivas à luz do setor privado.

A partir dessa perspectiva de análise, a busca por uma maior geração de empregos para se alcançar o pleno emprego é essencial, de forma a sustentar as expectativas positivas e potencializar o crescimento econômico. Com relação a esse debate, Kregel (2008) pontua que a criação de empregos é justamente a medida identificada por Keynes para julgar a eficiência da política fiscal realizada¹². Visto que a demanda da maior parte da população depende diretamente da renda do trabalho, a manutenção e expansão do crescimento da massa de salários é essencial para o avanço da economia.

¹¹ Vale observar que esse cenário é ainda agravado na fase atual do capitalismo, na qual o mercado financeiro, por um lado, oferece opções de curto prazo de valorização da riqueza na esfera financeira e que irão competir com o investimento produtivo e, por outro, as próprias empresas não financeiras são pressionadas pelos acionistas para apresentarem resultados no curto prazo (o que a literatura identifica com a maximização do valor do acionista).

¹² Diferentes autores vão apontar que o pleno emprego é factível e deve ser a prioridade dos países de forma a garantir melhor qualidade de vida para a população, ver Bhaduri (2005) e Minsky (1965; 1986).

Com a expansão da renda da parcela da população que possui uma alta propensão marginal a consumir, há uma tendência de aumento da demanda e, conseqüentemente, de aumento dos investimentos para suprir essa nova demanda.

3. Integração financeira e o mercado de trabalho no Brasil

O objetivo da presente seção é analisar a evolução do mercado de trabalho brasileiro frente às mudanças no arcabouço macroeconômico que impactaram a economia brasileira a partir da década de 1980. Nesse contexto, há o avanço do processo de financeirização na economia brasileira, o qual se manifesta de diferentes maneiras entre as décadas de 1980 e 2010. Dessa forma, visa-se apresentar como o mercado de trabalho brasileiro se comportou frente à alteração no padrão de desenvolvimento adotado na economia brasileira. Nesse sentido, a análise se divide em três grandes períodos, sendo o primeiro período o pré-estabilização inflacionária, entre 1981 e 1994. Já o segundo abarca os anos de 1994 a 2010, com objetivo de captar a mudança do arcabouço macroeconômico a partir do Plano Real e seus resultados até a década seguinte. Por fim, abordaremos a década de 2010, visto que esse é um período de alterações importantes na conjuntura do mercado de trabalho brasileiro e na própria política macroeconômica.

Em relação ao processo de financeirização no Brasil, é possível verificar indícios do avanço do padrão de acumulação financeirizado no Brasil a partir da década de 1980. Segundo Bruno *et al.* (2011), nesse período, verificou-se um processo de financeirização baseado nos ganhos inflacionários. Esse processo foi possível mediante um arcabouço institucional criado com a generalização de contratos monetários indexados, inclusive financeiros.

Após a interrupção do ciclo inflacionário com o Plano Real em 1994, inaugura-se no Brasil uma nova modalidade de ganhos dentro da esfera financeira, por intermédio das altas taxas de juros. O sucesso do Plano Real para encerrar o ciclo de alta inflação apoiou-se na âncora cambial, o que

implicou a manutenção de um elevado nível de taxa de juros para garantir o fluxo de capitais suficiente para a gestão monetária sob regime de câmbio fixo¹³. As altas taxas de juros reais praticadas a partir desse período no Brasil viabilizaram ganhos extraordinários dentro da esfera financeira. Dessa forma, a partir do momento no qual se encerra o ciclo de alta inflação e conseqüentemente os ganhos financeiros decorrentes da mesma, abre-se uma nova oportunidade a partir dos juros altos, permitindo que os ganhos decorrentes exclusivamente da esfera financeira não cessassem.

Elevados níveis de juros reais são uma característica da economia brasileira que se manteve ao longo das décadas seguintes, mesmo em momentos em que as taxas foram declinantes ao longo do tempo. Em janeiro 1999, após sucessivos ataques especulativos à moeda doméstica, o regime de câmbio passa para flutuante e o país adota o regime de metas de inflação e metas de superávit primário (Ferrari-Filho & Paula, 2006). Paula & Alves (2000) apontam que esse arranjo de política macroeconômica e a crescente integração financeira do país com a liberalização do fluxo de capitais têm como consequência a redução do espaço de política econômica, além de contribuir para o aumento da fragilidade externa. O avanço do processo de financeirização se manifesta via gestão das políticas macroeconômicas de forma muito conservadora, com o caráter de disciplinar a atuação do Estado, reduzindo seu espaço de intervenção e atuação contracíclica.¹⁴

3.1 Abertura econômica no Brasil pré-estabilização inflacionária (1981-1994)

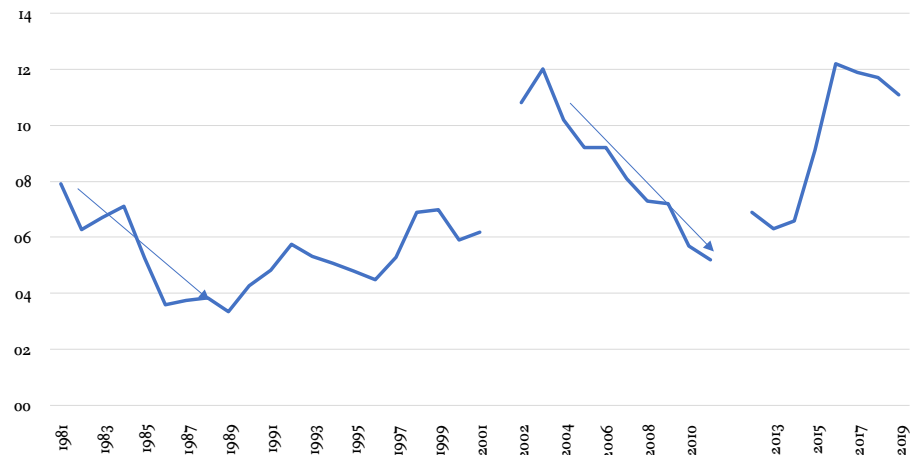
Em relação à análise da taxa de desemprego ao longo das décadas no Brasil, a metodologia e abrangência para mensuração desse índice pelo IBGE sofreu alterações importantes ao longo do tempo. A primeira pesquisa utilizada pelo IBGE é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), conhecida como PME Antiga, a partir de 1980, a qual utilizava dados de seis regiões metropolitanas

¹³ Acerca do Plano Real ver Carneiro (2002) e Filgueiras (2012).

¹⁴ Ver também Feijó & Lamônica (2019); Nassif et al., 2020.

(São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife). A primeira revisão completa dessa pesquisa foi realizada em 1982, tendo passado por revisões parciais em 1988 e 1993. Além disso, a pesquisa passou por uma revisão metodológica em 2002 com a alteração da PME Antiga para PME Nova e depois em 2012 com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (Pnad) que abrange todo o país e vigora até os dias atuais. Assim a PME Antiga foi descontinuada em 2002 e a PME Nova em 2016. Dessa forma, para efeitos de análise da tendência dessa variável ao longo do tempo, utiliza-se a série PME Antiga entre 1981 e 2001, a PME Nova entre 2002 e 2011 e a Pnad Contínua de 2012 a 2019; para todos os anos a referência é a taxa de desemprego no quarto trimestre. O Gráfico 1 apresenta as variações do impacto das alterações de metodologia ao longo do tempo, porém também permite mostrar a tendência da taxa de desemprego nos diferentes períodos (entre a década de 1980 e o final da década de 2010).

Gráfico 1: Taxa de Desemprego no Brasil (1981-2019)



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e Pnad Contínua - IBGE. Elaboração própria.

Quando analisada a variação da taxa de desemprego no Brasil durante a década de 1980, apesar da taxa média de crescimento do PIB (1,7%) mostrar uma queda expressiva em comparação à década anterior (8,7%), verifica-se uma tendência de queda do desemprego após a recessão nos anos de 1981 e 1983. A taxa de desemprego passa de 7,1% em 1984 e chega a atingir a

mínima de 3,3% em 1989. Com a recessão no início dos anos 1980, a taxa chegou a 7,9% em 1981, mas o aumento foi revertido a partir de 1984¹⁵.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender como a taxa de desemprego se manteve em um patamar baixo, mesmo o crescimento do PIB na década de 1980 tendo tido uma média reduzida. Sobre esse período, os investimentos realizados na década anterior sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) contribuíram para minimizar os efeitos da crise da década de 1980. Dessa forma, a maturação dos investimentos do II PND contribuiu para que os efeitos negativos no crescimento do PIB fossem minimizados; além disso, contribuiu para aliviar os efeitos da crise e a geração de superávit comerciais a partir de 1984 (Castro & Souza, 1988).

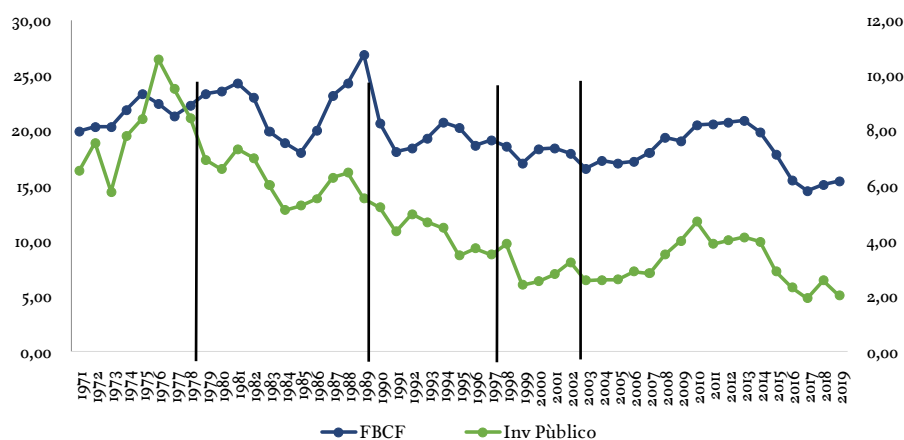
É importante tomar nota que a década de 1980 é uma década de transição, ou seja, apesar do ciclo de expansão econômica a partir do endividamento externo ter se encerrado em 1982 com a crise da moratória mexicana (Castro & Souza, 1985), não se verifica de imediato uma grande alteração na forma de gestão da política econômica. Esse fato é elucidado tanto pelos superávits comerciais gerados, sobretudo, pelos investimentos da década anterior como também pelo fato do nível de investimento público apenas iniciar a trajetória de queda quase ao fim da década de 1980.

O Gráfico 2 mostra que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em proporção do PIB, apesar de sofrer declínio na primeira metade dos anos 1980, se recupera nos anos seguintes e alcança a taxa de 26,8 % do PIB em 1989. Com relação ao investimento público, o movimento é similar ao da FBCF, sendo que a retomada do crescimento do investimento público se inicia já no ano de 1984 e perdura em ascensão até o ano de 1988. É justamente a partir de 1984 que há uma recuperação do crescimento da economia brasileira e também do mercado de trabalho. Dessa forma, mesmo sendo esse um período em que a economia brasileira convivia com alta taxa de inflação, o

¹⁵ Os efeitos do desemprego nesse período são mais agravados devido ao fato de que os trabalhadores não possuíam serviços de proteção social, como seguro-desemprego, por exemplo, o qual foi implantado em 1986.

PIB cresceu na casa de 7,9% nos anos de 1985 e 1986, o que reverbera de forma positiva no mercado de trabalho, o qual atinge a taxa de desemprego de 3,6% em 1986. Apesar dos problemas metodológicos com relação aos índices de desemprego do período, a tendência de queda no desemprego a partir de 1984 fica evidente no Gráfico 1. O incremento do investimento público e da FBCF após a recessão nos anos de 1981 e 1983 contribuiu de forma direta para que a economia brasileira se recuperasse a partir de 1984. Em suma, mesmo com o regime de alta inflação durante a década de 1980, a taxa de desemprego se manteve estável e em patamar reduzido, especialmente durante a segunda metade da referida década.

Gráfico 2: FBCF (Eixo primário) x Investimento Público (Eixo secundário) - 1971 a 2019 (% PIB)



Nota: A série de investimento público aglutina os investimentos realizados pelo Governo Geral e pelas empresas públicas federais.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE e Observatório de política fiscal – FGV/IBRE.¹⁶

A partir de 1988, observa-se uma trajetória descendente da taxa de investimento total e público que perdura até 2003, passa por um período de crescimento entre 2004 e 2010 (gráfico 2). Como aponta Orair (2016), a partir da crise da alta inflação na década de 1980, o Brasil inicia um ciclo de redução

¹⁶ A série histórica de investimentos públicos utilizada é uma concatenação entre a série Estatísticas do Século XX do IBGE e novos relatórios do IBGE a partir de 2011 realizada por Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair e disponibilizada pelo FGV/IBRE; as lacunas da série são estimadas pelos autores. A metodologia utilizada para essa estimativa está disponível em Orair (2016).

da participação do Estado na economia. Quando comparada a trajetória do investimento público e a trajetória do índice de desemprego, verifica-se que o início da tendência de alta na taxa de desemprego ocorre de forma simultânea à redução da participação do investimento público no PIB, ou seja, assim como o investimento público entrou em trajetória de queda a partir de 1988, a taxa de desemprego iniciou uma tendência de alta a partir de 1989 que se mantém em tendência de alta até 2003.

Apesar da abertura comercial e financeira ter iniciado durante o governo José Sarney (1985-1990) com medidas como a queda de barreiras à importação, é o governo Fernando Collor, de 1990 a 1992, que aprofunda o processo de abertura comercial e financeira. É importante notar que nesse período a alta inflação era o maior problema a ser combatido pela agenda econômica do Estado. Nesse sentido, foram adotados duas tentativas de plano de estabilização inflacionária, conhecidos como Planos Collor I e II, sendo que apesar desses planos ainda adotarem medidas como o congelamento de preços e no caso do primeiro plano foi adotado inclusive o congelamento de poupança, esses planos já tinham no horizonte a eliminação do déficit público¹⁷.

Durante a primeira metade da década de 1990, ainda sob alta inflação, há o aprofundamento do processo de privatizações. As privatizações passaram a abarcar estatais de setores importantes da economia brasileira como siderurgia, petroquímica e fertilizantes. Além disso, as medidas liberalizantes foram intensificadas, como a retirada de restrições de importações e de barreiras à entrada e saída de capitais. O conjunto de medidas adotadas durante o governo Fernando Collor tinham também como objetivo alcançar a consolidação fiscal, essa que como aponta Carneiro (2002) era essencial para implantação de um plano de estabilização inflacionária centrado em âncora cambial. Dessa forma, apesar de Fernando Collor ter sofrido *impeachment*

¹⁷ No Plano Collor I, entre as 13 principais medidas adotadas, três eram estritamente ligadas ao controle inflacionário, enquanto as restantes eram medidas de caráter liberalizante, como o plano de desestatização e a liberalização do câmbio. Sobre o Plano Collor I e II, ver também Bastos & Ferraz (2021).

em setembro de 1992, a política econômica iniciada durante o seu governo e continuada durante o período em que Itamar Franco esteve na Presidência da República serviria como base para a implantação do Plano Real em 1994.

3.2 Política macroeconômica e mercado de trabalho pós-estabilização inflacionária (1994-2010)

A implantação do Plano Real a partir de 1994 e o sucesso auferido na estabilização da inflação em tese concederiam maior segurança para os investimentos privados e, portanto, com o país livre do risco da hiperinflação, estaria apto a retomar uma trajetória de crescimento econômico sustentada. Todavia, como o plano de estabilização se apoiou na âncora cambial, a tendência à sobrevalorização real da taxa de câmbio e a manutenção das altas taxas reais de juros para atração de capital externo, conjugado com a agenda liberal de redução do papel do Estado na economia, deram início a um novo período da financeirização brasileira. A nova fase, segundo Bruno & Caffé (2017), é baseada na acumulação financeira em torno de títulos da dívida pública, que oferecem alta rentabilidade a baixo risco.

Essa nova manifestação do avanço da financeirização no Brasil irá gerar impacto direto no nível de investimentos do país. Feijó *et al.* (2016) apontam que a persistência de altas taxas de juros no Brasil afetará de forma negativa o nível de investimentos e a acumulação de capital. Esse impacto negativo ocorre devido à alta remuneração e segurança dos ativos financeiros indexados à taxa de juros, fator que impacta de forma direta a decisão dos investidores, os quais acabam naturalmente por migrar para o setor que tenha maior remuneração. A mobilização de capital para o setor com maior rentabilidade é comum a qualquer época do capitalismo; contudo, ressalta-se nesse ponto, assim como Bruno & Caffé (2017), que a alta remuneração dos títulos da dívida pública no Brasil veio acompanhada de liquidez; portanto, esses títulos são quase moeda.

Nesse sentido, a maior atratividade dos ativos financeiros de curto prazo e a alta liquidez tornam mais difícil o investimento produtivo, especialmente

em setores de maior intensidade tecnológica (Bruno & Caffé, 2017), visto que esse tipo de investimento detém um período de maturação mais longo, além de apresentar maior risco. Nesse cenário, além do Brasil se tornar dependente do apetite ao risco dos detentores de capital de curto prazo, há a elevação dos custos em relação ao serviço de dívida, dada a elevação dos juros para atração de capital.

Arelado à alta taxa de juros no Brasil, o câmbio sobrevalorizado por longo período afeta negativamente o processo de industrialização, na medida em que o acesso ao mercado externo fica comprometido, mesmo para as indústrias na fronteira tecnológica, da mesma forma que vaza demanda para o resto do mundo (Bresser-Pereira, 2009). De fato, desde a abertura econômica o peso da indústria de transformação (a que gera empregos, em maior proporção, de melhor qualidade) na matriz produtiva tem se retraído. Vale registrar que nos primeiros anos após a implantação do Plano Real há um crescimento das importações, como esperado. Em 1995 há o primeiro déficit comercial brasileiro desde 1980; nesse ano há um aumento de 46,8% das importações, enquanto as exportações cresceram 2,5%¹⁸. O processo de desestatização continuou durante a segunda metade da década de 1990; inclusive nesse período foi concluída a venda da Companhia Vale do Rio Doce e também a venda de parte das ações da Petrobras. Isso contribuiu para explicar a queda do investimento público em proporção ao PIB nesse período.

Ressalta-se que como a estabilização inflacionária ocorrida a partir da implantação do Plano Real foi acompanhada por uma queda no nível de investimentos e também pelo processo de desestatização, vale salientar também nesse período a continuidade na tendência de alta no nível de desemprego. A queda no nível de investimento e o processo de desestatização são centrais para diferenciar o desempenho do PIB e, consequentemente, do mercado de trabalho, entre o período imediatamente após o Plano Real e a década de 1980. Verificou-se que, apesar do alto índice de inflação e instabilidade na economia brasileira, a manutenção do nível de

¹⁸ Dados consultados no IBGE – Contas Nacionais.

investimentos contribuiu positivamente para o ritmo da economia nacional e também para os níveis de emprego, ao passo que durante a segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, apesar da estabilização inflacionária, verificou-se instabilidade econômica e elevação do patamar do desemprego no Brasil.

A crise cambial brasileira de 1999 marca o fim da âncora cambial e foi justamente a partir dessa crise que é instituído o regime de metas de inflação e de metas de superávit primário, formando, junto com o câmbio flutuante, o tripé de política macroeconômica. A economia brasileira durante o início dos anos 2000 continua marcada por baixo crescimento econômico e elevação na taxa de desemprego, mas a partir de 2004 se verifica uma melhora no crescimento do PIB brasileiro com o início do *boom* das *commodities* e com a elevação do nível de investimentos no país em relação à década anterior. Nota-se que, apesar da manutenção de altas taxas de juros, o *push* oriundo da demanda externa pelas *commodities* nacionais aumenta a atratividade da economia brasileira a novos investimentos.

A formação bruta de capital fixo passou de 17,3% do PIB em 2004 para 20,5% em 2010 (ver Gráfico 2), com destaque para o aumento do investimento público. A taxa de investimento público passou de 2,6% do PIB em 2004 para 4,5% em 2010; esse crescimento representou uma inflexão na trajetória desse indicador que estava em tendência de queda desde 1988. Como apontado por Reis *et al.* (2019), e também evidenciado no Gráfico 2, não se observa o efeito *crowding-out* do investimento privado pelo público na economia brasileira, especialmente no período entre 1981 e 2019. Muito ao contrário, no período entre 2004 e 2010 ambos crescem juntos, confirmando a hipótese keynesiana de que o investimento público deve complementar o investimento privado. Ao passo que, após 2011, a trajetória entre as duas taxas segue na direção de queda, com a queda do investimento público em proporção do PIB.

Todavia, vale ressaltar também que como o período entre 2004 e 2010, com o bom desempenho do balanço de pagamentos, é de maior bonança, o Brasil consegue alcançar superávits primários sucessivos. Dessa forma,

o aumento dos rendimentos da economia brasileira no período permitiu acomodar tanto um aumento no investimento público como a geração de superávits primário. Para além da geração de superávits primários, é importante tomar nota que a taxa de juros praticada no Brasil durante a primeira década do século XXI, apesar de ter incorrido em quedas com relação à década de 1990, continuaram em patamar elevado para os padrões internacionais, o que por sua vez garantiu a manutenção de uma alta remuneração para ativos com alta liquidez, como era o caso dos títulos da dívida pública brasileira.

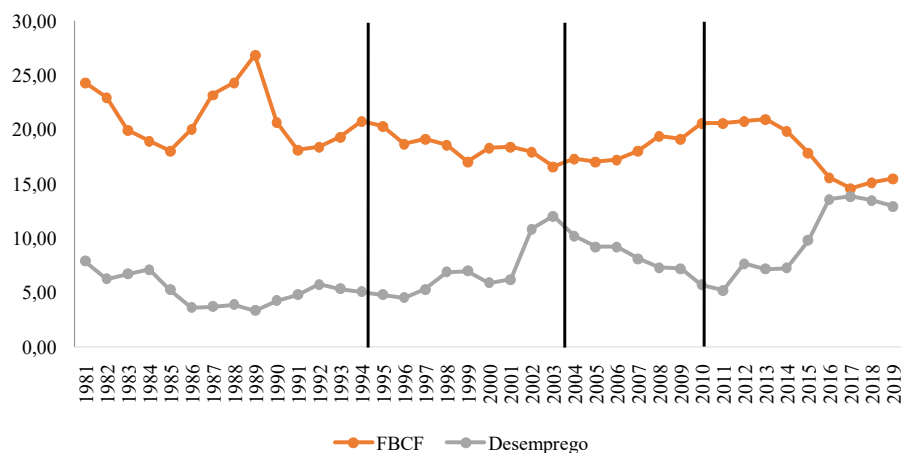
Dessa forma, o aumento dos investimentos de 2004-2010, em especial o aumento do investimento público, não está em desacordo com o arcabouço macroeconômico adotado a partir da década de 1990, porém atua de forma pró-cíclica e não contracíclica. Como apontam Ocampo & Vos (2008), os países integrados no mercado financeiro internacional de forma assimétrica perdem espaço para política fiscal contracíclica justamente por estarem subordinados à dependência dos fluxos de capitais e seguirem as regras pré-formatadas que atestam a necessidade de reduzir a taxa de inflação e restabelecer o equilíbrio fiscal em momentos de crise. Nos momentos de crise, inclusive, os argumentos da tese ortodoxa da necessidade de ajuste fiscal para o crescimento econômico sustentável ganham mais força; contudo, o que se verifica a partir da adesão a esse receituário é a piora nos índices de investimento público e privado e, conseqüentemente, a queda do crescimento econômico ou ainda o aprofundamento da recessão. Uma das manifestações institucionais desse padrão de política econômica é, justamente, a manutenção do tripé macroeconômico. Nesse sentido, a busca por baixas taxas de inflação, para as quais a taxa de juros elevada e o câmbio apreciado cumpriram papel importante, foi mantida com a busca por superávits primários, que foram alcançados graças ao crescimento econômico que abriu espaço fiscal para o governo realizar investimentos.¹⁹

¹⁹ Sobre a financeirização em economias periféricas e a perda de autonomia de política econômica, ver, dentre outros, Correa & Feijó, 2022; Kaltenbrunner, 2010; Bortz & Kaltenbrunner, 2018; Kaltenbrunner & Paineira, 2018; Ocampo, 2003; Bonizzi *et al.*, 2019

Acerca do período entre 2004 e 2010, no qual há a retomada tanto do crescimento da taxa de investimento como um todo e também do investimento público, verifica-se que esse é justamente o período no qual o mercado de trabalho passa por uma retomada e a taxa de desemprego entra em tendência de queda. O Gráfico 3 mostra uma relação positiva entre FBCF e nível de emprego. Essa tendência fica mais evidente a partir dos anos 2000, quando com o aumento da FBCF há uma queda na taxa de desemprego, e a partir da queda mais acentuada da FBCF em 2014 verifica-se o impacto negativo na taxa de desemprego.

Se analisados os períodos imediatamente após o Plano Real até 2004, visualizamos a partir do Gráfico 3 uma clara tendência de queda da FBCF e elevação do desemprego, sendo que essa tendência se inverte no período entre 2004 e 2010. Ainda em relação ao referido gráfico, verificamos que após 2010 a FBCF volta a cair e, em consequência, há uma elevação do desemprego. Nesse ponto, fica evidenciada a relevância da taxa de investimento em relação ao desempenho do mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 3: Taxa de investimento FBCF/PIB x Taxa de Desemprego (eixo da direita) - 1981 a 2019



Fonte: PME, Pnad Contínua e Sistema de Contas Nacionais – IBGE. Elaboração própria.

Além da elevação do investimento, a adoção de medidas de valorização da renda do trabalho, especialmente com relação ao salário mínimo, contribuiu para que houvesse aumento da demanda agregada e, conseqüentemente impacto positivo no mercado de trabalho²⁰, visto que o incremento de renda real se deu na parcela da população que possui uma maior propensão marginal a consumir. Além disso, como apontam Brito & Kerstenetzky (2019), a política de valorização do salário mínimo contribuiu para a redução da pobreza e da intensidade da pobreza, especialmente nas regiões mais pobres do país²¹.

Apesar do aumento dos investimentos e da melhora nas condições do mercado de trabalho e da queda em relação ao índice de desemprego, vale ressaltar a característica do emprego gerado e a queda da participação da indústria de transformação no PIB. O Gráfico 4 mostra que a participação da indústria de transformação no PIB passou de 18,7% em 1952 para 35,8% em 1985. A partir de 1986, inicia-se uma trajetória de queda da participação desse setor, o qual chega na casa dos 12% do PIB na década de 2010. Essa trajetória de queda de participação da indústria de transformação no PIB corrobora a tese da desindustrialização brasileira iniciada na década de 1980²².

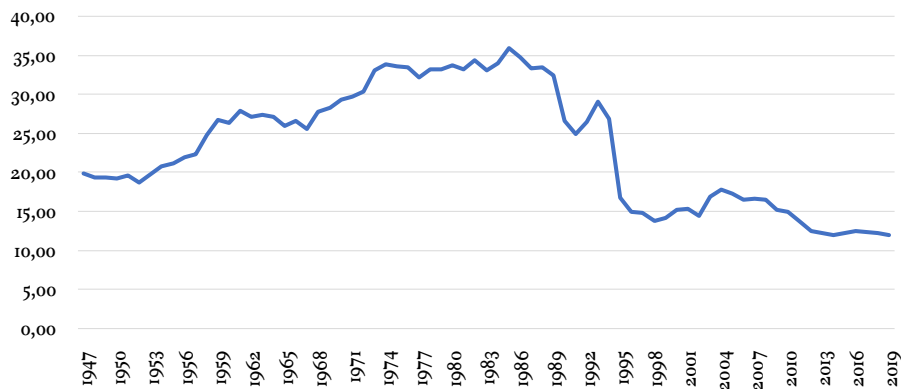
Vale ressaltar que mesmo durante o período entre 2004 e 2010, no qual as taxas de crescimento do PIB foram maiores do que na década de 1990, a indústria de transformação manteve a tendência de perda de participação no produto nacional. Os setores que ganham mais espaço em participação no PIB são os da indústria extrativa, o agropecuário e o setor de serviços, os primeiros potencializados pelo *boom* das *commodities* e o terceiro como resposta às políticas de valorização da renda e inclusão via consumo.

²⁰ Os reajustes no salário mínimo já incidiam em ganhos reais a partir de 2003; contudo, é importante ressaltar que a fórmula para reajuste do salário mínimo só é institucionalizada em março de 2007, quando é aplicada a MP 421, que instituiu a valorização permanente do salário mínimo a partir de uma regra de reajuste baseada na inflação entre os reajustes somada à variação do PIB de dois 2 anos antes. Essa regra foi atualizada em 2025, quando foi aplicado o limite de 2,5% no ganho real do reajuste do salário mínimo.

²¹ Acerca dos efeitos redistributivos e da elevação do consumo da população a partir da valorização do salário mínimo, ver também Kerstenetzky (2012).

²² Sobre o processo de desindustrialização na economia brasileira, ver Oreiro & Feijó (2010) e Bresser-Pereira & Marconi (2008), Morceiro (2012), dentre outros.

Gráfico 4: Participação % no PIB da indústria de transformação - 1947 a 2019



Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE. Elaboração própria.

Nesse sentido, quando analisada a década de 1980 e a década de 2000, há uma manutenção do nível de desemprego em um patamar bem inferior ao registrado nos anos 1990, ressalvadas as diferenças de metodologia na mensuração do desemprego. Destaca-se em comum nas décadas de 1980 e 2000 a boa performance das exportações, do investimento público e privado, ambos impactando positivamente o nível de emprego.

Além disso, quando se compara o nível de exportações entre as décadas de 1980 e 1990, não se verifica uma mudança importante no patamar das exportações brasileiras; pode-se verificar inclusive um leve aumento ao longo da década de 1990. Nesse sentido, não é possível atribuir ao setor externo a tendência de alta no desemprego durante a década de 1990, ao passo que durante essa década há uma tendência de queda do investimento público e FBCF em proporção do PIB.

O que a análise dos dados aponta é que no período entre 2004 e 2010, quando há retomada da taxa de investimento a despeito das taxas de juros mantidas em patamar elevado e do câmbio apreciado, há uma conciliação entre os interesses rentistas e a distribuição de renda por intermédio da inclusão social via consumo de massa, que é possibilitado pelo período de crescimento do PIB puxado pelo *boom* das *commodities* (Bruno, 2021). Dessa forma, o *boom* das

commodities e uma política econômica conjugando estabilidade com política social possibilitaram aumento do investimento agregado e melhoria no mercado de trabalho. Mesmo com a manutenção dos pressupostos do tripé macroeconômico na economia brasileira, do ponto de vista social expresso no desempenho do mercado de trabalho, o resultado foi positivo. Em resumo, apesar do papel importante das exportações entre 2004 e 2010, constata-se que a retomada do investimento público, atrelada às políticas de inclusão social, foi determinante para o melhor desempenho do mercado de trabalho.

3.3 O mercado de trabalho brasileiro na década de 2010

A economia brasileira passa a perder dinamismo a partir de 2011, acompanhando a contração do comércio internacional, em particular com a China, e o agravamento da crise financeira na área do euro. A opção de política econômica adotada, em particular de política fiscal, não visou usar o investimento público para manutenção do ritmo da economia, mas sim da desoneração fiscal²³, sobretudo da folha de pagamentos.

Serrano & Summa (2012) apontam que tanto a política fiscal quanto a monetária no início do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) visavam estimular o investimento privado a partir da redução de custos, tanto em relação a incentivos fiscais como em relação à redução da taxa de juros. Todavia, as medidas não lograram os efeitos esperados, visto que, apesar da redução dos custos para os investidores, a piora do cenário internacional e a queda do investimento público reduziram a expectativa de elevação da demanda dos investidores, o que tornou os investimentos no país menos atrativos.

Nesse sentido, tanto os efeitos de uma política de expansão fiscal baseada na redução dos custos para os empresários quanto a política monetária expansionista são limitados caso não haja a expectativa do aumento da demanda agregada²⁴. Apesar da medida de desoneração da folha salarial

²³ As desonerações fiscais estiveram presentes também nos dois mandatos anteriores, sob a presidência de Lula. Todavia, essa medida é intensificada pelo governo Dilma Rousseff em 2012.

²⁴ Ver Carvalho, L. (2018).

garantir que não houvesse redução dos postos de trabalho nos setores beneficiados, o investimento de longo prazo acaba por sofrer impacto negativo. Assim, o empresário não irá aumentar seus investimentos mesmo que os custos sejam reduzidos, e considerando que eles têm como manter a valorização de sua riqueza ao mobilizar seu capital para a esfera financeira. Nesse contexto, de piora do cenário externo e redução dos investimentos que poderiam compensar a queda da demanda externa pelos produtos internos, é deflagrada no Brasil a recessão econômica iniciada em 2015 com retração do PIB de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016.

Diferente da política adotada durante a crise financeira global de 2008, as medidas adotadas frente à recessão econômica iniciada em 2015 foram de redução dos investimentos públicos e ajuste recessivo. Portanto, o Brasil entra em uma trajetória de queda em relação ao PIB e inicia-se uma tendência de alta do desemprego no período. O investimento público se reduz, passando de 4% do PIB em 2014 para 1,9% em 2017 (ver Gráfico 2), enquanto o desemprego passou de 7,2% para 13,8% no mesmo período (ver Gráfico 1).

O aspecto duradouro da recessão se observa no mercado de trabalho. Na medida em que a economia demora em retomar o crescimento, o trabalhador desempregado tende a aceitar não apenas ocupações com rendimentos menores para se recolocar no mercado de trabalho, como também condições mais precárias de trabalho. É nesse contexto que há um crescimento da informalidade no período pós-2015. A partir da crise de 2015, a trajetória de queda dos empregados sem carteira assinada inverte a tendência dos anos anteriores e passa para uma trajetória de alta, como aponta a Pnad Contínua. A deterioração das condições do mercado de trabalho no Brasil ainda seria acentuada durante a década de 2010, com a Reforma Trabalhista de 2017, a qual entre outras medidas facilitou a contratação de trabalhadores em regime intermitente e desidratou a arrecadação dos sindicatos (Krein & Oliveira, 2019; Filgueiras, 2019), além do aumento da uberização dos postos de trabalho²⁵.

²⁵ Ver Abilio, 2019, e Filgueiras & Antunes, 2020

O aumento desse tipo de posto de trabalho segue a lógica da política econômica engendrada a partir da década de 1990. A partir da lógica de redução da participação do Estado na economia, o aumento dos empregos informais diminui as responsabilidades do Estado em relação à provisão de direitos trabalhistas garantidos pelo poder público. Além disso, a queda na arrecadação gerada também pelo menor recolhimento de impostos em relação aos trabalhadores informais em comparação com os trabalhadores formais colabora para fortalecer a retórica de escassez de recursos públicos para realização de política econômica ativa, sobretudo política fiscal expansionista.

Empregos de cunho intermitente e empregos informais possuem um caráter de maior vulnerabilidade, ou seja, em tempos de recuperação econômica a tendência é que mesmo esses postos de trabalho passem a ter maiores rendimentos; contudo, em caso de novo ciclo econômico negativo, esses trabalhadores tendem a ser mais afetados. Na prática, em caso de piora no cenário econômico, o trabalhador intermitente será contratado por menos horas de trabalho, já o trabalhador informal não terá nenhum tipo de direito em caso de perda do emprego, como multa por rescisão contratual, FGTS e seguro-desemprego.

A trajetória do mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2014 apontava para um cenário de baixo desemprego, o que tende a aumentar o poder de barganha dos trabalhadores. Kalecki (1943) já apontava que um cenário de pleno emprego tende a aumentar a força política dos trabalhadores e esse fator se apresenta como uma ameaça para os capitalistas. Nesse sentido, é possível visualizar especialmente a partir da década de 1970 um movimento de elevação do desemprego em prol do controle inflacionário, mas também como forma de disciplinar a classe trabalhadora e reduzir seu poder de barganha.

A flexibilização das relações de trabalho na segunda metade da década de 2010 no Brasil em meio a um cenário de alta no desemprego acaba por ser uma forma institucional de disciplinar o trabalhador para além da ameaça

do desemprego e assim forçá-lo a aceitar empregos de menor remuneração e menor qualidade. Setterfield (2006) visualiza esse movimento na economia dos EUA durante a década de 1990, enquanto nas décadas de 1970 e 1980 os EUA seguiram o mesmo caminho dos demais países da OCDE e sacrificaram postos de trabalho em prol de uma inflação menor; na década de 1990 foi verificada baixa inflação e baixo desemprego, visto que houve institucionalização da insegurança trabalhista, o que forçou os trabalhadores a aceitarem empregos de pior qualidade.

Ademais, a adoção da política econômica de caráter liberal implica a continuidade da contenção do investimento público, sob o argumento de que não existe espaço fiscal, pois houve “excessos” de gasto no passado. Dessa forma, não se verificam sinais robustos de melhora no mercado de trabalho em termos de qualidade de empregos. Além disso, como esses dois indicadores não apresentam sinais de melhora, o empresário não vislumbra a possibilidade de alta na demanda agregada, o que tende a manter os investimentos do setor privado estagnados. A regra fiscal que limita os gastos públicos por 20 anos²⁶ a partir de 2016, aprovada para dar confiança ao investidor, tampouco dinamizou o investimento. A recessão de 2015 e 2016 exemplifica a fragilidade no argumento neoliberal de que não há espaço para política fiscal devido aos excessos do passado. Carvalho, L. (2018) aponta que a redução dos investimentos públicos em 2015 e 2016 não aumentou a confiança dos investidores no Brasil e contribuiu para agravar o baixo crescimento da economia brasileira nesse período.

A alternativa por conter os investimentos públicos acaba por fazer com que a retomada da economia brasileira fique à espera de uma melhora no setor de exportações, ou seja, espera-se por um novo *boom* das *commodities*. Ao passo que se abre mão do investimento público como forma de induzir o crescimento econômico e a manutenção do consumo depende cada vez

²⁶ O Teto dos Gastos, como ficou conhecida a Emenda Constitucional aprovada em 2016 que limita o crescimento de despesas e investimentos públicos à variação do IPCA, é válido por 20 anos; contudo, o presidente da República a partir do décimo ano poderá alterar a regra de correção das despesas e investimentos públicos via projeto de lei complementar.

mais do endividamento dos indivíduos. O endividamento crescente das famílias sinaliza mais um aspecto do aprofundamento do processo de financeiraização da economia brasileira²⁷.

4. Considerações finais

O avanço das políticas de caráter liberal e em prol da consolidação fiscal alterou o foco da política econômica da busca pelo pleno emprego para a busca pela estabilização de preços. A nova lógica da política macroeconômica abandona o conceito no qual a demanda é o ponto crucial para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, a queda nos investimentos leva a um aumento no nível de desemprego e à queda da demanda agregada, na ausência de um *push* externo.

Verifica-se no Brasil, a partir da década de 1980, uma queda considerável da formação bruta de capital fixo e também dos investimentos públicos. O novo viés da política econômica brasileira é institucionalizado em 1999 a partir da criação do tripé macroeconômico, que consolida o processo de estabilização de preços. Dessa forma, o superávit primário, capaz de garantir o pagamento dos juros da dívida pública, passa a ser um dos focos da gestão macroeconômica no Brasil, juntamente com o regime de metas de inflação e câmbio flutuante.

A manutenção do tripé macroeconômico gerou impactos negativos no mercado de trabalho. Dada a importância da taxa de investimentos para o crescimento econômico e conseqüentemente para a geração de empregos, a queda nos investimentos e as restrições para o aumento dos investimentos públicos relacionados à lógica do tripé macroeconômico implicaram aumento tendencial do desemprego no período em questão.

O mercado de trabalho irá apresentar melhor desempenho entre os anos de 2004 e 2010, período que coincide justamente com a retomada do

²⁷Ver Martins *et al.* (2025) e Paim & Cunha (2025).

investimento público. Apesar de não haver mudança substancial na política macroeconômica, é importante ressaltar que esse período contribui para elucidar a importância do investimento para o desempenho do mercado de trabalho, relação essa que ficará evidente na década seguinte quando a queda na taxa de investimento é acompanhada pela elevação do desemprego.

Dessa forma, com a redução dos investimentos ao longo da década de 2010 e a impossibilidade do Estado realizar investimentos públicos para reaquecer a economia do país, há manutenção de altas taxas de desemprego e postos de trabalho precários, fatores que por sua vez tendem a prejudicar o nível de consumo pelo crescente endividamento das famílias e a dificultar uma retomada sustentável da economia. Nesse sentido, com os investimentos público e privado estagnados e a falta de perspectiva de aumento da demanda interna, a economia brasileira passa a ser cada vez mais dependente de um ciclo positivo das exportações das *commodities*.

Referências

- ABILIO, L. Uberização: Do Empreendedorismo Para o Autogerenciamento Subordinado. *Psicoperspectivas* 18, no. 3, 1–11, 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- ALESINA, A., BARBIERO, O., FAVERO, C., GIAVAZZI, F., & PARADISI, M.. The Effects of Fiscal Consolidations: Theory and Evidence. *NBER Working Paper Series* 23385, 2017. <https://www.nber.org/papers/w23385>
- BASTOS, C.P., & FERRAZ, F.A. Economia Brasileira na Primeira Metade dos Anos 1990: Inflação, Mudança Estrutural e Estabilização. In Araújo, V.L. & F. Mattos, F. *A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma - Novas Interpretações*. São Paulo: Hucitec, 387-423, 2021.
- BÉRTOLA, L., & OCAMPO, J.A. *The Economic Development of Latin America since Independence*. United Kingdom: Oxford University Press, 2012.
- BHADURI, A. *Desenvolvimento com dignidade: a busca do pleno emprego*. Brasília: Editora Thesaurus, 2005.
- BLANCHARD, O., & LEIGH, D. Growth Forecast Errors and Fiscal Multipliers. *American Economic Review* 103, no. 3, 117-120, 2013. <http://www.jstor.org/stable/23469713>
- BONIZZI, B., POWELL, J., & KALTENBRUNNER, A. Subordinate Financialization in Emerging Capitalist Economies: Papers in political economy GPERC69, disponível em: <https://gala.gre.ac.uk/id/eprint/23044/2019>.
- BORTZ, P. G. & KALTENBRUNNER, A. The International Dimension of Financialization in Developing and Emerging Economies, *Development and Change*, vol. 49, no. 2, 375-93, 2018. <https://doi.org/10.1111/dech.12371>
- BOYER, R. 'Is a Finance-Led Growth Regime a Viable Alternative to Fordism? A Preliminary Analysis'. *Economy and Society* 29, no. 1, 111-145, 2000. <https://doi.org/10.1080/030851400360587>.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. 'A Tendência à Sobreapreciação Da Taxa de Câmbio'. *Textos Para Discussão Escola de Economia de São Paulo* 183, 2009. <https://repositorio.fgv.br/items/d365b82d-215a-4cd9-a8f2-62c99defaef>
- BRESSER-PEREIRA, L.C., & N. MARCONI. Existe Doença Holandesa No Brasil? *Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo*, 2008.
- BRITO, A., & KERSTENETZKY, C.L. Has the Minimum Wage Policy Been Important for Reducing poverty in Brazil? A Decomposition Analysis for the period from 2002 to 2013. *Economia* 20, 27-43, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.econ.2019.02.002>
- BRUNO, M., & CAFFE, R. Estado e financeirização no Brasil: Interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, 26, 1025–1062, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art8>
- BRUNO, M., DIAWARA, H., ARAÚJO, E. REIS, A.C. & RUBENS, M. "Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas". *Revista de Economia Política* 31, no 5 (125), 730-750, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000500003>
- BRUNO, M. O Segundo Governo Lula (2007-2010). In Araújo, V.L. & F. Mattos, F. *A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma - Novas Interpretações*. São Paulo: Hucitec, 491-516, 2021.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CARVALHO, F.C. Equilíbrio Fiscal e Política Econômica Keynesiana. *Revista Análise Econômica* 50, no. 26, 7-25, 2008. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10906>
- CARVALHO, L. *Valsa Brasileira: Do Boom Ao Caos Econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTRO, A.B., & SOUZA, F.E. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, A.B., & SOUZA, F.E. O saldo e a dívida. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 8, n. 2, p. 270-285, 1988. <https://doi.org/10.1590/0101-31571988-2093>

CORREA, M., & FEIJÓ, C. Connecting financialisation and structural change: A critical appraisal regarding Brazil. *Cambridge Journal of Economics*, 46(5), 1005–1024, 2022. <https://doi.org/10.1093/cje/beac036>

EPSTEIN, G., (org.). *Financialization and the World Economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

FEIJÓ, C., LAMONICA, M.T. & BASTOS, J.C.A. Why Does the Investment Rate Not Increase? Capital Accumulation and Stabilization Policy in the 1990s and 2000s in Brazil. *Journal of Post Keynesian Economics* 39, no. 4, 539–561, 2016. <https://doi.org/10.1080/01603477.2016.1148616>

FEIJÓ, C & LAMÔNICA, M.T. Policy Space in a Financially Integrated World: The Brazilian Case in the 2000s. *Panoeconomicus*, vol. 66, n° 1, 51-67, 2019. DOI: 10.2298/PAN160502002F

FERRARI-FILHO, F., & L.F. PAULA. Regime Cambial, Conversibilidade Da Conta de Capital e Performance Econômica: A Experiência Recente Do Brasil, Rússia, Índia e China. In SICSU & F. FERRARI-FILHO (orgs). *Câmbio e Controles de Capitais: Avaliando a Eficiência de Modelos Macroeconômicos*, 184–221. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2006.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 1o ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FILGUEIRAS, V. As Promessas da Reforma Trabalhista: Combate ao Desemprego e Redução da Informalidade. In KREIN, J., OLIVEIRA, R. & FILGUEIRAS, V. (orgs). *Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 13-52, 2019.

FILGUEIRAS, V., & ANTUNES, R. Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. *Contracampo* 39, no. 1, 2020: 27–43. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

FRIEDMAN, M. *Capitalism and Freedom*. University of Chicago Press, 1962.

GIAVAZZI, F., & PAGANO, M. Can several fiscal contractions be expansionary? Tales of two small european countries. *NBER Working Paper Series* 3372, 1990. <https://www.nber.org/papers/w3372>

GOBETTI, S., & R. ORAIR. Flexibilização fiscal: Novas evidências e desafios. *Texto para Discussão Ipea* 2132, 2015. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5395/1/td_2132.pdf

HEIMBERG, P. Did Fiscal Consolidation Cause the Double-Dip Recession in the Euro Area? *Review of Keynesian Economics* 5, no. 3, 439–58, 2017. <https://doi.org/10.4337/roke.2017.03.06>

JORDÁ, O., & TAYLOR, A. The time for austerity: Estimating the average treatment effect of Fiscal Policy. *The Economic Journal*, 126(590), 219–255, 2016. <https://doi.org/10.1111/eoj.12332>

KAHN, R. The Relation of Home Investment to Unemployment. *The Economic Journal* 41, no. 162: 173–98, 1931. <https://doi.org/10.2307/2223697>.

KALECKI, M.. Political Aspects of Full Employment. *Political Quarterly* 14: 322–31, 1943. <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x>

KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. Tradução de Paulo de Almeida. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1954 [1985].

KALTENBRUNNER, A. International financialization and depreciation: the Brazilian real in the international financial crisis. *Competition and Change* 13 (3-4), pp. 294-321, 2010. <https://doi.org/10.1179/102452910X12837703615454>

KALTENBRUNNER, A. & PAINCEIRA, J. P. Subordinated Financial Integration and Financialisation in Emerging Capitalist Economies: The Brazilian Experience, *New Political Economy*, vol. 23, no. 3, 290–313, 2018. <https://doi.org/10.1080/13563467.2017.1349089>

KERSTENETZKY, C.L. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: A Reinvenção do Estado Social no Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Elsevier, 2012.

- KEYNES, J.M.A *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução de Mario R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1936 [1983].
- KREGEL, J. The Multiplier and Liquidity Preference: Two Sides of the Theory of Effective Demand. In BARRÈRE, A. (org). *The Foundations of Keynesian Analysis Proceedings of a Conference Held at the University of Paris I - Pantheon-Sorbonne*. New York: Palgrave Macmillan, 1988.
- KREGEL, J. The Continuing Policy Relevance of Keynes's General Theory. In FORSTATER, M. & WRAY, R. (orgs.) *Keynes for the 21st Century: The Continuing Relevance of The General Theory*, London: Macmillan, 127–144, 2008.
- KREIN, J., & OLIVEIRA, R. Para Além Dos Discursos: Impactos Efetivos da Reforma nas Formas de Contratação. In KREIN, J., OLIVEIRA, R. & FILGUEIRAS, V. (orgs). *Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 81–126, 2019.
- LAVINAS, L. *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. Palgrave Macmillan, 2017.
- LOPREATO, F. Regras fiscais: o olhar internacional e a experiência brasileira. *Texto para Discussão IE - Unicamp*, n° 426, 2022.
- LUCAS, R. Understanding Business Cycles. In LUCAS, R (org). *Studies in Business-Cycle Theory*. Cambridge: MIT Press, 1983.
- LUCAS, R., & T. SARGENT. *Rational Expectations and Econometric Practice*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1981.
- MARTINS, N., SARNO, P., & FEIJÓ, C. Household financial fragility in Brazil (2005–2023): A minskyan analysis. *Journal of Post Keynesian Economics*, 48(2), 149–171, 2025. <https://doi.org/10.1080/01603477.2024.2378744>.
- MINSKY, H. "The Role of Employment Policy." Hyman P. Minsky Archive 270, 1965. Available at "http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/270".
- MINSKY, H. *Stabilizing an Unstable Economy*. New York: McGraw-Hill, 1986 [2008].
- MORCEIRO, P. C. *Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- NASSIF, A., FEIJÓ, C., & ARAÚJO, E. Macroeconomic policies in Brazil before and after the 2008 global financial crisis: Brazilian policy-makers still trapped in the New Macroeconomic Consensus guidelines. *Cambridge Journal of Economics*, 44(4), 749–779, 2020. <https://doi.org/10.1093/cje/beaa014>
- OCAMPO, J.A., & VOS, R. 'Policy Space and the Changing Paradigm in Conducting Macroeconomic Policies in Developing Countries'. *BIS Papers No 36 New Financing Trends in Latin America: A Bumpy Road towards Stability*, 2008: 28–45. https://ipdcolumbia.org/wp-content/uploads/2024/08/Policy_Space_and_Changing_Paradigm_Macro_Policies_Ocampo_Vos.pdf
- OCAMPO, J. A. International Asymmetries and the Design of the International Financial System, pp. 45–74, in Berry, A.; Indart, G. (eds.), *Critical Issues in International Financial Reform*, New York, Routledge, 2003.
- OCAMPO, J.A. Macroeconomy for Development: Countercyclical Policies and Production Sector Transformation. *Cepal Review* 104, 7–35, 2011. <https://hdl.handle.net/11362/11501>.
- ORAIR, R. "Investimento Público no Brasil: Trajetória e relações com o regime fiscal". *Texto para Discussão Ipea* 2215, 2016. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/2/TD_2215_Sumex.pdf
- OREIRO, J.L., & FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política* 30, no 2 (118), 219–232, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>.

PAIM, B. & CUNHA, A. Renda, Consumo e Endividamento das Famílias: Metodologia e Análise do Crédito à Pessoa Física no Brasil de 2000 a 2021. In: *Anais do XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira*. 2025.

PAULA, L.F., & ALVES JR., A.J. External Financial Fragility and the 1998-1999 Brazilian Currency Crisis. *Journal of Post Keynesian Economics*, 589–617, 2000. DOI: 10.1080/01603477.2000.11490261

PAULA, L.F., MODENESI, A., & PIRES, M. The tale of the contagion of two crises and policy responses in Brazil: a case of (Keynesian) policy coordination? *Journal of Post Keynesian Economics*, 37, 408–435, 2015. <https://doi.org/10.1080/01603477.2015.1000118>

PEROTTI, R. Fiscal policy in good times and bad. *The Quarterly Journal of Economics*, 114(4), 1399–1436, 1999. <https://doi.org/10.1162/003355399556304>

REIS, C., ARAÚJO, E. & GONZALES, E. Public Investment Boosted Private Investment in Brazil between 1982 and 2013. *Journal of Economic Issues* 53, no. 3, 813-40, 2019. <https://doi.org/10.1080/00213624.2019.1644931>

ROMER, C., & ROMER, D. The Macroeconomic Effects of Tax Changes: Estimates Based on a New Measure of Fiscal Shocks. *American Economic Review* 100, 763–801, 2010. DOI: 10.1257/aer.100.3.763.

SERRANO, F., & SUMMA, R. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. *Oikos*, v. 11, n. 2, p. 166-202, 2012.

SETTERFIELD, M. Balancing the macroeconomic books on the backs of workers: a simple analytical political economy model of contemporary US capitalism. *International Journal of Political Economy*, v. 35, n. 3, p. 46-63, 2006. <https://doi.org/10.2753/IJP0891-1916350303>

ISABELA NOGUEIRA
CASSIANO SCHWANTES
ALEXIS SALUDJIAN

TRANSFORMAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E NAS FORMAS DE LUTAS TRABALHISTAS NA CHINA

Recebido em 31/07/2025

Aprovado em 03/11/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1312

TRANSFORMAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E NAS FORMAS DE LUTAS TRABALHISTAS NA CHINA

ISABELA NOGUEIRA

Professora adjunta do Instituto de Economia, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi), e coordenadora do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China), todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É membra do Nucrim (Núcleo de Crítica Social Marxista).

Email: isabela.nogueira@ie.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8223-7906>

CASSIANO SCHWANTES

Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Pepi/UFRJ), Pesquisador Associado do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China) e Especialista Residente no Observa China 观中国

Email: cassiano.correa@pepi.ie.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8052-6085>

ALEXIS SALUDJIAN

Professor associado do Instituto de Economia e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (Pepi), todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Niep/UFRJ (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo) e do Nucrim (Núcleo de Crítica Social Marxista).

Email: saludjian@ie.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6115-1417>

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir como as lutas e as formas de mobilização da classe trabalhadora urbana chinesa se transformaram entre 2010-2023 em consonância com a transformação na constituição desta classe no país. O artigo detalha como as agitações trabalhistas mudaram em termos de intensidade (quantidade), tipos (greves, protestos, bloqueio de estradas etc.), setor (primário, secundário e terciário) e regiões geográficas ao longo dos últimos 15 anos. Argumenta-se que as mudanças identificadas nas lutas se devem às mudanças na própria forma de constituição da classe trabalhadora, que transitou de uma forma semiproletarizada para uma precarização neoliberal.

Palavras-chave: classe trabalhadora; agitações trabalhistas; semiproletariado; precarização neoliberal; China

Abstract

The aim of this article is to examine how the struggles and forms of mobilization of the Chinese urban working class have transformed between 2010 and 2023, in accordance with changes in the class's own composition in the country. The article analyzes in detail how labor unrest has evolved in terms of intensity (volume), forms (strikes, protests, road blockades, etc.), sectors (primary, secondary, and tertiary), and geographic regions over the past fifteen years. It is argued that the observed transformations in labor struggles are closely tied to shifts in the very constitution of the working class, which has moved from a condition of semi-proletarianization to one marked by neoliberal precarity.

Keywords: working class, labor unrest, semi-proletarianization, neoliberal precarity, China

Introdução

As mudanças no regime de acumulação da China ao longo dos últimos quarenta anos implicaram, como era de se esperar, profundas transformações na relação capital-trabalho. Afinal, no curtíssimo espaço de quatro décadas, a China transitou de um modo de produção centralmente planejado e fechado para uma economia capitalista altamente regulada, mas, ao mesmo tempo, profundamente imbricada nas cadeias globais, levando milhões de trabalhadores chineses ao chão de fábrica mundial. Tal imbricamento ficou evidente nos anos seguintes à grande crise financeira dos Estados Unidos (2008), quando dezenas de milhares de trabalhadores chineses estamparam as capas dos jornais liderando greves em grande escala nas fábricas da Honda, Foxconn e Toyota e tantas outras (Chan e Pun, 2010; Lee, 2016 e 2018).

Tal protagonismo no chão de fábrica da manufatura global vem sendo, na última década, transformado pela consolidação de um regime de acumulação agora puxado pelas inovações e marcado por novas formas de constituição da classe trabalhadora chinesa. A China produtora de bugigangas baratas ficou no passado, e o país lidera a disputa tecnológica nos setores de ponta da quarta revolução industrial, da inteligência artificial às tecnologias ditas verdes. Nesse processo, também as formas de precarização e exploração do trabalho mudaram. Ao mesmo tempo que o país assistiu a um crescimento contínuo nos salários desde 2010 e a uma melhora na legislação e no regime de trabalho, também a informalidade e o trabalho por plataforma cresceram, introduzindo novas formas de precarização (Nogueira e Colombini, 2024).

Nada disso veio sem luta e sem acúmulos de novas contradições. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir como as formas de mobilização da classe trabalhadora urbana chinesa se transformaram entre 2010-2023 em consonância com a transformação nas formas de constituição desta classe no país. Há uma rigorosa e vasta literatura na sociologia do trabalho que tem discutido se e por que as lutas trabalhistas teriam

arrefecido desde 2015 na China (Pun, 2020; Chan e Pun, 2010; Pun e Lu, 2010; Silver, 2009; Lee, 2016 e 2018; Friedman, 2014). Mas, em geral, essas obras não relacionam as transformações recentes nas mobilizações com as transformações nas formas de constituição da classe trabalhadora de maneira mais ampla.

Para a análise aqui proposta, vamos utilizar o conceito agitações trabalhistas de Beverly Silver para se referir à totalidade das paralisações, greves, protestos e mobilizações que estão “enraizadas na condição proletária [...] e são compostas de resistências e reações dos seres humanos contra o tratamento como mercadoria” (Silver, 2005, p. 174). Este conceito é distinto das estatísticas oficiais chinesas. Em geral, os dados sobre “disputas coletivas trabalhistas” na China, disponíveis no Escritório Nacional de Estatísticas, englobam apenas processos judiciais que envolvem mediações trabalhistas. Protestos, greves e paralisações entram no termo “incidentes de massa”, um dado que deixou de ser divulgado oficialmente pelo governo desde meados da década de 2000, mas que ainda aparece em documentos e na mídia oficial.

Os dados sobre agitações trabalhistas disponíveis foram coletados da base de dados do China Labour Bulletin (CLB), uma organização da sociedade civil fundada em 1994, baseada em Hong Kong, e abruptamente fechada enquanto escrevamos este artigo, em junho de 2025. Apesar das limitações que discutiremos a seguir, os dados do CLB apontam para mudanças estruturais na intensidade, forma, setores e distribuição regional das agitações trabalhistas, as quais mudanças são corroboradas por outras investigações sobre o tema que usam outras fontes de dados.

Para relacionar as formas de mobilização da classe trabalhadora urbana chinesa com a mudança na sua constituição, este artigo foi dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na próxima seção, nós detalhamos como as agitações trabalhistas mudaram em termos de intensidade (quantidade), de tipos (greves, protestos, bloqueio de estradas etc.), de setor (primário, secundário e terciário) e de regiões entre 2010-2023 ou

em intervalos um pouco maiores ou menores a depender dos dados disponíveis. Em seguida, nós analisamos a fase de crescimento nas agitações, que vai até meados da década passada, à luz da categoria do semiproletariado, essencial na caracterização da classe trabalhadora chinesa nas décadas de 1990 e 2000. Em seguida, discutimos a fase de queda nas agitações, entre 2016-2023, e mostramos como ela está relacionada com a nova constituição da classe trabalhadora, agora muito próxima da precarização neoliberal com a qual estamos tão bem familiarizados no Brasil. A última seção sumariza nossas conclusões.

Transformações nas agitações trabalhistas na China entre 2010-2023

A partir dos anos 1990, conforme o modo de produção capitalista ganha forma na China (Medeiros, 2022), diferentes formas de agitações trabalhistas no campo e na cidade se intensificaram. Há inúmeros motivos para isso, inclusive o processo de demissão em massa das empresas estatais privatizadas, acelerada migração campo-cidade, expropriação de terras, consolidação dos regimes-dormitório nas fábricas, ausência de regulação trabalhista por mais de duas décadas e abusos repetidos por parte dos empregadores. Segundo dados oficiais levantados pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (Cass), em 1994, teriam ocorrido dez mil incidentes de massa no país tanto em áreas urbanas quanto rurais, um número que saltou para 60 mil em 2003, 87 mil em 2005, último ano em que o dado foi divulgado (Silver e Zhang, 2009; So e Chu, 2014).

Desde então, grandes episódios de agitações trabalhistas se intensificaram no país, em especial alguns anos após a crise financeira estadunidense de 2008, quando as fábricas chinesas integradas nas Cadeias Globais de Valor foram impactadas com queda nos volumes de exportação. Em 2010, o conhecido caso da Foxconn Technology Group, empresa taiwanesa de montagem de eletrônicos, tornou-se emblemático após o dramático suicídio de dez funcionários na fábrica em Shenzhen depois de intensas jornadas de trabalho, seguidos problemas com falta de remuneração e ausência

de benefícios trabalhistas básicos (Pun e Koo, 2015). No mesmo ano, em Foshan, Guangdong, 19 dias de greve tomaram a fábrica da Honda, exigindo aumento salarial e reforma democrática do sindicato. A greve na Honda tornou-se importante por conseguir alastrar sua mobilização também em outras fábricas de Guangdong, Hubei e Guangzhou, como na Toyota, Merry Electronics e Mitsumi Electric.

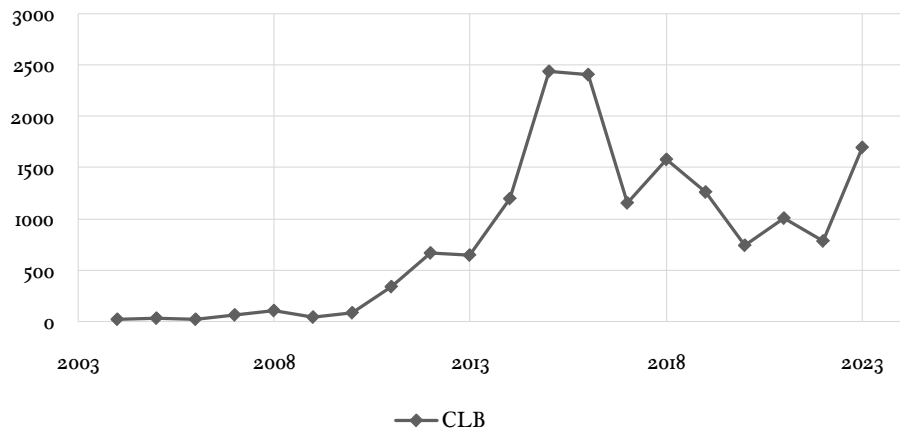
Na ausência de dados oficiais, a fonte mais sistemática de coleta de informações e estatísticas sobre agitações trabalhistas urbanas (protestos, greves, bloqueios de rodovias e paralisações) passou a ser o China Labour Bulletin (CLB), uma organização da sociedade civil fundada em 1994 pelo ativista de direitos trabalhistas Han Dongfang. O CLB apoiava movimentos trabalhistas na China com o objetivo de criar sindicatos representativos para além da All-China Federation of Trade Union, o sindicalismo oficial vinculado ao Partido Comunista Chinês. A organização era conhecida por monitorar disputas trabalhistas na China e por publicar regularmente um mapa das greves e paralisações pelo país, uma fonte conhecida de informação para acadêmicos e mídia. Em junho de 2025, enquanto escrevíamos este artigo, o CLB foi abruptamente fechado, seu site retirado do ar e suas mídias sociais apagadas. Em uma nota oficial, eles citaram “dificuldades financeiras e de dívida” e que, não podendo mais manter suas operações, haviam “decidido dissolver” (Radio Free Asia, 2025).

O CLB era um dos últimos grupos da sociedade civil que ainda operava em Hong Kong após a nova lei de segurança nacional imposta em 2020. Houve tentativas de manter a continuidade dos mecanismos de monitoramento por meio de projetos conjuntos com uma agência governamental alemã ligada a cadeias globais de suprimentos; contudo, essa articulação não avançou e, até o momento, não há mais informações sobre o abrupto fechamento da organização e/ou uma possível retomada dos trabalhos por outros meios (Han, 2025).

Os dados do CLB sobre agitações trabalhistas, que traziam números até 2024, eram significativamente menores do que os números oficiais da Cass de incidentes de massa, que pararam em 2005 (de maneira quase oficial, esse número foi calculado por autores chineses até 2011). Em primeiro lugar, a diferença entre os dados se deve ao fato de que os incidentes de massa registravam todo tipo de mobilização (“reuniões planejadas ou improvisadas que se formam devido a contradições internas”) e podem incluir discursos ou manifestações públicas, visitas coletivas a escritórios governamentais, confrontos físicos, manifestações públicas de queixas, assembleias, ocupações, demonstrações ilegais e outros comportamentos de grupo que são vistos como “perturbadores da estabilidade social” e que “obstruem o desempenho da administração governamental” (Tong, Lei, 2010, p. 488). Isso significava que a rubrica incidentes de massa registrava também mobilizações para além da questão trabalhista. Em segundo lugar, havia uma limitação metodológica importante na coleta de dados do CLB. As informações do CLB eram inicialmente levantadas por meio do monitoramento de redes sociais, e depois checadas por meio de fontes no local, mas muitas comunicações via redes eram apagadas antes de registradas.

De todo modo, apesar das limitações, os dados do CLB apontam para uma tendência em geral corroborada por muitos observadores e acadêmicos: as agitações trabalhistas passam a crescer de maneira significativa a partir de 2010, aceleram até meados da década passada, e assumem uma tendência de queda a partir de então. Em 2004, a base do CLB havia registrado apenas 24 agitações trabalhistas, contra 347 em 2011 e 2.440 no pico atingido em 2016. Em 2023, último dado disponível, esse número havia recuado para 1.701 agitações, o que, por outro lado, é um aumento súbito frente à tendência de queda que vinha desde 2017 (gráfico 1).

Gráfico 1: Número de agitações trabalhistas (protestos, greves, bloqueios de rodovias, paralisações) - China (2004-2023)



Fonte: China Labour Bulletin (CLB) 2024

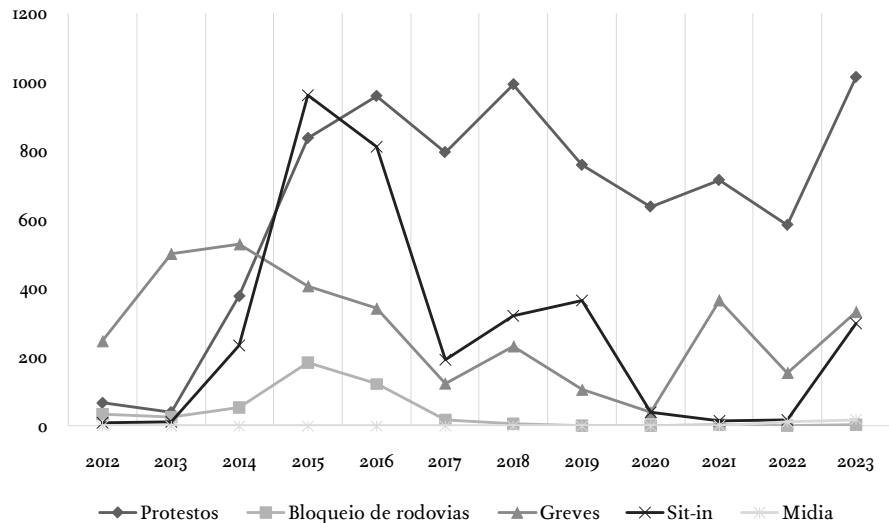
A maior parte das agitações trabalhistas registradas entre 2013-2023 eram de pequeníssimo porte, com predominância de protestos com até cem trabalhadores envolvidos (81%). Na sequência, vinham agitações trabalhistas com 101-1.000 trabalhadores, representando 16,68% do total. Entre 1.001-10.000 com 1,88% e, por último, protestos com mais de 10.000 trabalhadores representam apenas 0,04% das ocorrências (CLB, 2024).

Do ponto de vista dos tipos dessas mobilizações coletivas, as greves foram os principais mecanismos de mobilização no início da série, entre 2012-2014, chegando ao pico de 528 greves registradas em 2014. As greves tiveram um comportamento de queda até o piso de 2020, quando foram registrados apenas 39 episódios. E voltaram a crescer em 2023, para 331 greves. Em contrapartida, os protestos assumiram a liderança em 2016 e permaneceram no topo das agitações trabalhistas desde então, chegando ao pico de 1.013 episódios em 2023. Bloqueios de rodovias e manifestações por meio da mídia permanecem sempre próximos ao eixo horizontal, com pequena participação (gráfico 2).

De modo geral, a predominância a partir de 2016 dos protestos como mecanismos de luta da classe trabalhadora, ocupando a posição predominante da

forma sit-in, provavelmente está relacionada com a mudança setorial que as agitações trabalhistas estão passando. Agitações *sit-in* e greves são mais comuns em fábricas e indústrias do setor secundário e protestos são mais predominantes em indústrias de serviços do setor terciário, como plataformas, transportes e saneamento. Em 2023, quando se observou uma ascensão novamente das greves e protestos sit-in, a indústria manufatureira havia retornado disparadamente com as agitações trabalhistas pós-pandemia.

Gráfico 2: Tipos de agitações trabalhistas na China (2012-2023)

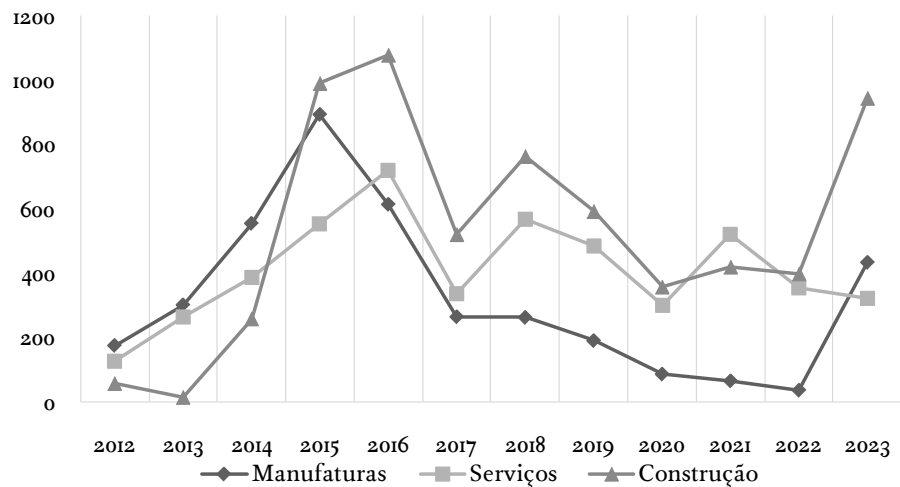


Fonte: China Labour Bulletin (CLB) 2024

Dentre as transformações setoriais e regionais, dois achados nos chamam especial atenção. Em primeiro lugar, durante a fase de crescimento no número total de agitações (2010-2016), o setor que liderou as mobilizações foi o secundário. O gráfico 3 ilustra justamente as mudanças na incidência de agitações trabalhistas por setor, com queda constante no protagonismo da manufatura entre 2015 e 2022 quando também houve queda no número geral de mobilizações (gráfico 1). Os casos já citados das grandes greves e protestos, entre 2008-2012, foram exemplos de grandes mobilizações da classe trabalhadora quando havia predomínio na organização coletiva no local de produção do setor secundário, nesse caso nas fábricas de eletrônicos e

automóveis. O setor manufatureiro permaneceu com grande número de agitações trabalhistas até 2015, quando arrefeceu perante os demais setores, sendo que serviços, incluídos transportes, assumiram dianteira nas agitações trabalhistas (gráfico 3).

Gráfico 3: Agitações trabalhistas por setor na China (2012-2023)



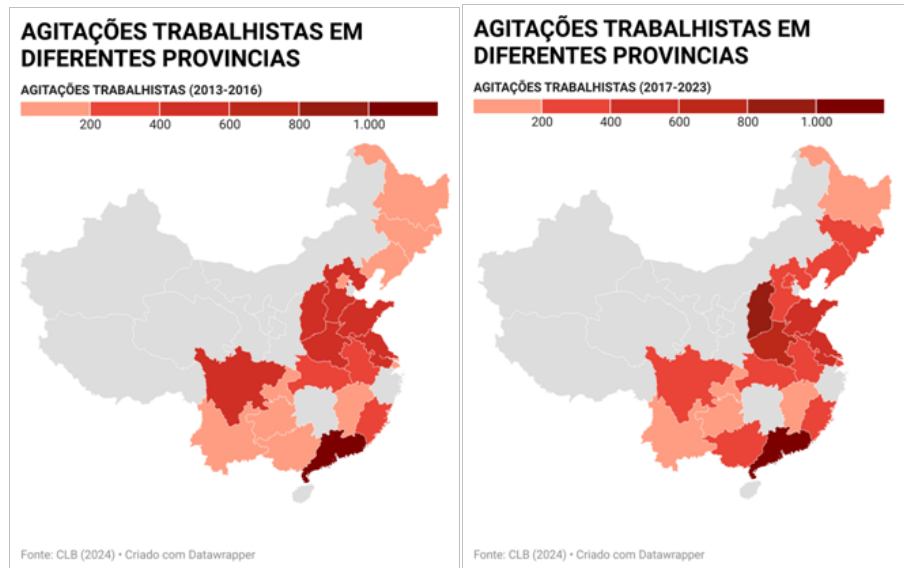
Fonte: China Labour Bulletin (CLB) 2024

Em segundo lugar, a análise dos dados também nos permitiu observar a interiorização das agitações trabalhistas. Ao analisarmos os mapas da figura 1, percebe-se, para além da província costeira de Guangdong¹, ao sul, onde se localiza a grande base manufatureira do Delta do Rio das Pérolas, houve um aumento significativo na proeminência de locais do interior como Henan e Shanxi, províncias que, segundo Huang, *et al.* (2022), estariam assumindo protagonismo na intensidade de protestos. Para além, o que se percebeu é um alastramento de agitações também no nordeste, em regiões como Jilin e Liaoning, onde historicamente trabalhadores das antigas SOEs (empresas estatais) industriais do período socialista eram ativos em termos de mobilização. Apesar da queda em comparação com

¹ “Empty the cage for new birds” é o plano de 2008 da província de Guangdong que objetivava deixar para trás as indústrias pesadas de manufatura para estabelecer indústrias de alta tecnologia. O plano em grande medida também pode vir a explicar a interiorização e a relocação de fábricas e indústrias dentro da China (Lu, 2024).

os protestos de 2010, o nordeste chinês hoje se concentra mais em indústrias de serviços e transportes, revelando agitações de pequena escala, mas crescentes ao longo dos anos (CLB, 2024).

Figura 1: Incidência de agitações trabalhistas por província em diferentes períodos (2013-2016 e 2017-2023)



Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do CLB (2024).

Por fim, outra tendência importante tem acompanhado as agitações trabalhistas desde a segunda metade da década passada. Tem ocorrido, nos anos recentes, um aumento significativo de processos trabalhistas na Justiça. Trabalhadores de serviços, geralmente, em conjunto da construção, sofrem com a subcontratação e com a fragmentação informal, o que leva a buscas por direitos legais nos tribunais. Nesse sentido, o Estado chinês tem tentado ampliar o escopo de resoluções para que agitações trabalhistas na forma de greves ou protestos não gerem desarmonias latentes (Guiheux, 2021; Kuruvilla, Zhang, 2016).

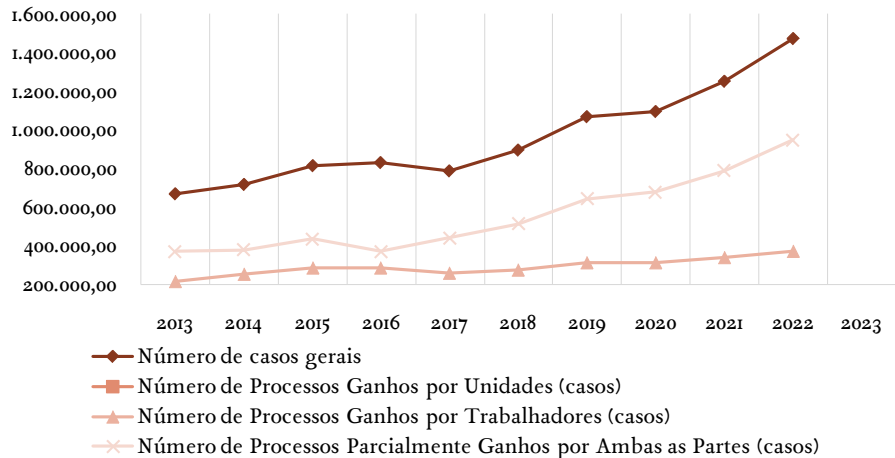
Com a explosão de agitações trabalhistas em 2008 e com a disseminação de protestos para regiões mais subdesenvolvidas na China, o aparato legal do Estado chinês tem reforçado a implantação de regimes jurídicos

trabalhistas de mediação e arbitragem. Chen e Tang (2013) ressaltaram que a criação desses aparatos não é somente para resolver violações do direito do trabalho cometidas, mas buscam também arrefecer as agitações trabalhistas das ruas.

Smith e Pun (2018) destacam como a governança das relações capital-trabalho por meio da institucionalização da luta de classes, ao mesmo tempo que conscientiza sobre direitos trabalhistas, também aliena, retirando a capacidade ativa dos trabalhadores na organização coletiva no local de produção e de trabalho. Segundo as autoras, novas disposições legais aprovadas desde 2008, testadas pelos trabalhadores nos comitês e tribunais de arbitragem de disputas trabalhistas e, particularmente, as vitórias dos trabalhadores, contribuíram para aumentar a conscientização dos trabalhadores sobre os direitos trabalhistas. No entanto, o poder político na China tem se esforçado para legitimar a governança, colocando as abordagens da luta de classes dentro da lei e criando arenas para mediar conflitos por meio dos tribunais, e não nas ruas (Gallagher, 2006; Gallagher e Dong, 2011).

Além disso, apesar de se perceber um aumento expressivo de casos submetidos no sistema jurídico trabalhista, partindo de 700 mil casos em 2013 para mais de 1 milhão em 2022, a maioria destes não são ganhos por trabalhadores e sim por ambas as partes. Os casos ganhos por trabalhadores em 2022 chegaram a aproximadamente apenas 400 mil, considerando um total de quase 1,5 milhão no mesmo ano (gráfico 4). Essa contradição se apresenta claramente quando a maioria dos casos são resolvidos via mediação ou arbitragem, na qual ambas as partes vencem. Os trabalhadores estão recorrendo cada vez mais à Justiça, nos últimos anos; contudo, suas vitórias são parciais ou limitadas em prol da neutralidade da balança capital-trabalho.

Gráfico 4: Número de casos e processos ganhos por categoria na China (2013-2023)²

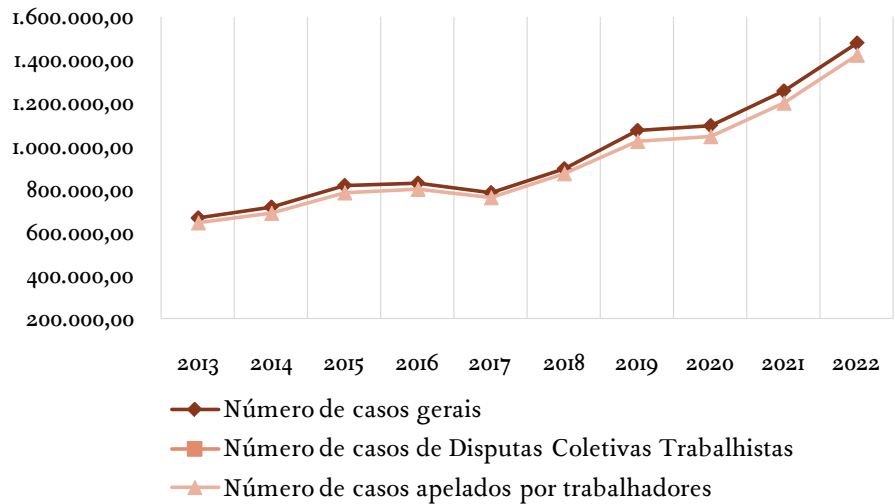


Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do NBS (2024).

Os dados também demonstram como os casos submetidos por trabalhadores são realizados de forma individual, não no formato de disputas coletivas trabalhistas. A quantidade de disputas coletivas trabalhistas chegou em 2022 no pico de 81 mil processos, enquanto que a totalidade dos casos chegou a aproximadamente 1,5 milhão (gráfico 5). Essa tendência individual segue a cartilha da judicialização da luta de classes, do momento em que a consciência coletiva deixa de se pautar na mobilização e serve para atender a agitações trabalhistas de interesses próprios, desmobilizando muitas vezes a própria forma de reivindicação. Chen e Tang (2013, p. 564) destacam que na maioria das situações, os trabalhadores buscam reparação de suas queixas como “demandantes individuais” por meio de procedimentos judiciais. “As queixas dos trabalhadores são enquadradas em termos legais.” Ou seja, os tribunais têm sido a principal instituição estatal identificada para lidar com tais reivindicações.

² I) Número de casos gerais corresponde ao número total de casos submetidos à corte trabalhista. II) Número de processos ganhos por unidades corresponde a casos vencidos por empresas e instituições (empregadores). III) Número de processos ganhos por trabalhadores são os casos vencidos por trabalhadores. IV) Número de processos parcialmente ganhos por ambas as partes são os casos em que houve mediação ou arbitragem e se chegou a algum acordo para ambas as partes serem beneficiadas.

Gráfico 5: Tipos de casos e quantidade apelada por trabalhadores na China (2013-2023)



Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do NBS (2024).

Em resumo, os dados apresentados nos permitem concluir que no lugar de greves em fábricas da região sul do país, mais industrializada, as mobilizações trabalhistas na China transitaram, a partir de 2015, para outras formas, sobretudo protestos nos setores de construção civil e serviços, e para um número mais variado de províncias no país, inclusive do interior. Essa transformação nas formas de agitações trabalhistas veio acompanhada de uma transformação quantitativa: as mobilizações reduziram de número desde 2017. Apoiados pelo Estado, os trabalhadores têm buscado mais a Justiça para reivindicar seus direitos, reduzindo o número de greves e outras mobilizações. Como resume Lee (2018), a arena legal tornou-se o principal local das lutas trabalhistas.

As duas próximas seções vão discutir as transformações nas formas de constituição da classe trabalhadora chinesa, e como elas se relacionam com as mudanças nas agitações trabalhistas.

O semiproletariado e a classe trabalhadora urbana chinesa (1990-2010)

As décadas de 1990 e 2000 foram de intensa mobilização social na China. Os “incidentes de massa”, tanto no campo como nas cidades, saltaram de 8.700 agitações em 1993 para mais de 87 mil em 2005, última vez que os dados oficiais foram divulgados. E teriam chegado a cerca de 200 mil em 2011 segundo estimativas de So e Chu (2014). Não por acaso o então presidente e secretário-geral do Partido Comunista Chinês Hu Jintao (2002-2012) elegeu a “sociedade harmoniosa” como seu *slogan* oficial (Nogueira, 2021). A estabilidade social era mandatória em um país marcado pela agitação popular.

Ao mesmo tempo que assistia ao aumento da sua renda, a classe trabalhadora chinesa também convivia com alta intensidade de exploração da sua força de trabalho e com um enorme vácuo de proteção social. Nas cidades, imperava o novo regime fabril das chamadas fábricas-dormitório, com multinacionais instalando-se na costa sem nenhum tipo de regulação ou proteção trabalhista. E por todo país o antigo sistema socialista de emprego vitalício nas cidades e comunas rurais no campo havia sido desmontado e nenhum esquema de proteção social, mesmo que precário, havia sido colocado no lugar até final dos anos 2000 (Nogueira, Bacil e Guimarães, 2020).

É neste contexto que surgiu o conceito de “semiproletariado” na literatura sobre formação de classe na China, tratando da constituição híbrida entre rural e urbano, sendo o trabalhador migrante sem registro de moradia urbana (sem *hukou* urbano) o grande protagonista. A classe trabalhadora migrante passou a se constituir como “famílias semiproletarizadas” (Pun, 2005), nas quais predominava um processo inacabado de proletarianização, com a geração mais velha trabalhando como agricultores no campo e a geração mais jovem trabalhando como migrantes nas cidades (Qi; Li, 2019). Os trabalhadores migrantes se viam impossibilitados de levar suas famílias para as zonas urbanas, uma vez que as remunerações geralmente não eram suficientes e os contratos de trabalhos tendiam a ser muito

curtos, institucionalizando uma espécie de “meio operário, meio agricultor” (*bangong bannong*) (Huang, 2006). A produção industrial se constituiu nas zonas urbanas, mas a reprodução dessa mão de obra passou a acontecer por meio de uma divisão intergeracional do trabalho em atividades agrícolas e não-agrícolas (Wen; Yang, 2016).

Como destacado por Nogueira e Colombini (2024), isso significa dizer que as primeiras gerações de trabalhadores rurais na China foram condicionadas a trabalhar na cidade, mas não exatamente a permanecer na cidade. O processo de proletarianização dos trabalhadores camponeses chineses, ligados às cadeias globais de valor, foi moldado por uma separação espacial da produção em áreas urbanas e da reprodução social no campo (Pun; Chan, 2013).

Essa separação de esferas só foi possível pelo surgimento de um regime de trabalho em dormitórios nas imensas fábricas transnacionais que passaram a se instalar nas cidades costeiras a partir da década de 1990 (Pun; Smith, 2007). Tendo como grande maioria operários migrantes vindos das zonas rurais, com contratos de curtíssimo prazo, sem direitos sociais e com baixas remunerações, as empresas transnacionais passaram a estabelecer regimes de trabalhos em larga escala em que os operários vivem em alojamentos próximos ou dentro da fábrica, organizados pela própria empresa ou pelas terceirizadas. Essa forma de contratação permitiu o acesso contínuo a novas reservas de mão de obra provenientes do campo, mesmo que não tivessem nenhum conhecimento da vida urbana, reduzindo as exigências salariais e inibindo a organização coletiva fora dos locais de trabalho (Smith, 2003).

A constituição da classe operária chinesa na sua forma semiproletarizada, juntamente com os regimes de trabalho dormitório, se tornaram a expressão mais nítida da “junção do capitalismo neoliberal combinado com os legados do socialismo de Estado” (Pun; Smith, 2007, p. 32, tradução nossa). Foi constituída uma enorme massa de trabalhadores migrantes livres disponível para vender sua força de trabalho ao capital global privado, mas sem direitos a benefícios sociais, o que lhes impôs um regime de trabalho

extenuante, com alta rotatividade, intensidade e baixa remuneração (Kuruvilla; Lee; Gallagher, 2011). É essencial destacar que, para os capitalistas, a semiproletarização lhes permitiu por um bom tempo pagar um salário abaixo do salário de subsistência (Qi, 2019), dado que parte da reprodução social desta força de trabalho estava garantida pelo trabalho no campo.

Não por acaso a dinâmica dos conflitos e das agitações trabalhistas nas cidades guardava intensa relação com as condições de vida no campo. Com políticas que levaram a uma melhora na remuneração e nos serviços públicos voltados ao camponês a partir de 2004 (como abolição de impostos agrícolas, abolição das taxas para enviar os filhos para a escola fundamental, preços e termos de troca mais favoráveis ao campo), houve melhora na condição de vida dos camponeses, o que fez com que a remuneração mínima paga nas cidades tivesse que subir para ser capaz de atrair novos migrantes (Majerowicz, 2022).

Com isso, os salários passaram a subir em toda a China a partir de meados dos anos 2000, inclusive entre trabalhadores migrantes (Qi, 2018; Cui; Meng; Lu, 2018; Rozelle *et al.*, 2020; Xia *et al.*, 2022). Entre 2009-2021, os salários médios nas zonas urbanas cresceram 124% em termos reais, sendo o crescimento da manufatura o mais rápido no período, de 154%, seguido por construção (125%) e serviços (114%) (NBS, 2024). Esses aumentos salariais não foram resultado “natural” de uma suposta curva de Lewis que estaria assistindo à escassez do trabalho na China, um argumento absolutamente estapafúrdio. Eles são sim resultado de intensa luta de classes, intensificação das agitações trabalhistas (gráfico 1) e respostas de políticas públicas do Estado a essas mobilizações.

Com a reforma do registro de moradia iniciada em 2006 e acelerada em 2014, muito da seguridade social que estava sendo construída passou a estar vinculada ao posto de trabalho, e não mais ao registro de moradia. A partir de 2014, trabalhadores migrantes passaram a ter direito a participar do sistema de previdência e do seguro-saúde urbanos, sendo responsabilidade do empregado e do empregador arcar com as contribuições da mesma maneira

que um trabalhador com *hukou* urbano. A diferença toda passaria a estar no tipo de trabalho. Alguém com relações de trabalho formais contribuiria para um sistema muito mais generoso, ao passo que um trabalhador do setor informal contribuiria para um sistema mínimo, sem contrapartida do empregador. “O *status* de emprego formal, ao invés do *hukou*, passou a ser a chave” para trabalhadores migrantes determinarem suas condições de vida (Tian *et al.*, 2022, p. 9).

O crescimento das agitações trabalhistas na China urbana até 2015 (gráfico 1) esteve profundamente enraizado na condição semiproletarizada da classe trabalhadora urbana precarizada, uma classe que fora constituída sem direitos e sem regulação trabalhista, submetida a um regime de exploração muito intenso do trabalho, e com salários tão baixos que não asseguravam nem sequer a reprodução social da força de trabalho, e que dependia ainda do trabalho no campo. Tratou-se de uma classe também altamente combativa na luta por condições mínimas de trabalho e remuneração. Não à toa as agitações trabalhistas estavam concentradas sobretudo na costa, nas províncias mais industrializadas e no setor manufatureiro (gráfico 3 e figura 1). Conforme a constituição da classe trabalhadora chinesa precarizada se alterou, também suas formas de mobilizações trabalhistas foram se transformando.

A precarização neoliberal do trabalho na era da informalidade, dos serviços e das plataformas

Ao longo da década passada, as agitações trabalhistas mais numerosas na China deixaram de acontecer nas fábricas e cresceram de importância junto aos trabalhadores do setor de serviços. É isso que mostram os dados da primeira seção deste artigo e que, de maneira estilizada, encheram as páginas dos jornais na última década. Em 2018, por exemplo, as principais agitações trabalhistas na forma de greves na China foram protagonizadas por trabalhadores de *delivery* de aplicativos, como foi o caso da Meituan em diversas cidades como Yunnan, Jiangsu, Shandong e Taiyuan (The New Lens, 2019).

Como destacam Nogueira e Colombini (2024, p. 9), “ao mesmo tempo que a condição de trabalho do semiproletariado se alterou dramaticamente, enfraquecendo o próprio sentido dessa categoria ao longo do tempo, a estrutura do emprego mudou de maneira acelerada nas cidades chinesas a partir de meados da década de 2010”. Em primeiro lugar, houve enxugamento no número de postos de trabalho na manufatura, contraposto por um crescimento brutal do setor de serviços, sobretudo de baixa qualificação. Em segundo, houve intenso aumento da informalidade no trabalho urbano total, o que inclui motoristas de aplicativos, entregadores, vendedores em barracas de comida e serviços domésticos (Xia *et al.*, 2022).

Nas cidades, o número de pessoas empregadas na manufatura caiu de 79,6 milhões em 2014 para 68,2 milhões em 2019, uma redução de 14%. No caso dos serviços de baixa qualificação, ao contrário, o número de pessoas empregadas saiu de 126,2 milhões em 2014 para 187,7 milhões em 2019, um salto de 49% (NBS, 2024). Com isso, a estrutura do emprego mudou radicalmente, e a China deixou de ser uma economia de baixos salários centrada na manufatura para se tornar uma economia com oferta amplamente majoritária de emprego de serviços (Nogueira e Colombini, 2024). Em 2019, das 434 milhões de pessoas trabalhando nas cidades (setor formal e informal), 302 milhões estavam no setor de serviços, contra 68 milhões na manufatura. Isso significa dizer que 70% do trabalho urbano na China era garantido pelo setor de serviços em 2019. A manufatura empregava 16% dos trabalhadores, contra 8% da construção civil no mesmo ano (NBS, 2024).

Nogueira e Colombini (2024) destacam que essa mudança na composição do emprego aconteceu sobretudo a partir de 2014 na China. Entre 2004-2013, a fatia da manufatura no emprego urbano total ficou praticamente estável, tendo saído de 25% do total para 24%. Da mesma forma, a fatia dos serviços no emprego urbano total também ficou estável, saindo de 57% para 58% no mesmo período. Entre 2014-2019, entretanto, houve uma mudança abrupta e a fatia da manufatura caiu de 23% para 16%, enquanto a fatia dos serviços disparou de 58% para 70% (NBS, 2024).

Tal expansão no setor de serviços veio acompanhada de um aumento expressivo da informalidade no mercado de trabalho urbano chinês (Nogueira e Colombini, 2024). O trabalho informal chegou a 60% do emprego urbano em 2019, maior percentual da série histórica, o que representa 262,6 milhões de trabalhadores. O emprego formal, por sua vez, esteve em tendência de queda desde 2015, tendo saído de 180,1 milhões de postos naquele ano para 171,6 milhões em 2019 (Nogueira e Colombini, 2024). Ou seja, ao mesmo tempo que os direitos e a seguridade de um trabalhador formal cresceram na China, o número de postos de trabalho foi sendo paulatinamente reduzido em termos percentuais e absolutos. Uma parte expressiva deste trabalhador informal de baixa qualificação está vinculado à economia de plataforma, atendendo empresas gigantescas na China de hoje como Alibaba, Didi, Ele.me, Jingdong, Meituan, Taobao e Tencent.

Conforme resumem Nogueira e Colombini (2024, p. 12):

[...] pouco tempo depois que os salários passaram a crescer de maneira sustentada e a regulamentação do trabalho melhorou as condições gerais do semiproletariado na China, novas formas de subsunção do trabalho ganharam forma. A queda no trabalho industrial e o rápido crescimento dos serviços informais geraram novas formas de exploração, subjetivação e constituição da classe trabalhadora. Ao invés de a precarização depender da fratura urbano-rural, agora a divisão aparece de maneira mais evidente entre trabalhadores formais e informais.

O crescimento da informalidade de serviços mudou a forma predominante do que é conhecido como trabalho precário na China, e aproximou o país de economias centrais e periféricas nos debates dominantes sobre os grandes temas globais sobre trabalho: economias de plataformas, informalidade, terceirização e precarização. Uma parte da informalidade atual é composta por participantes de mais longa data do mercado de trabalho urbano chinês: vendedores de rua, trabalhadores domésticos, trabalhadores autônomos com seus pequenos negócios de comida ou vendas, e mão de obra estudantil das escolas técnicas.

A novidade na China e em todo o mundo quando o tema é informalidade de serviços é a multiplicidade de trabalhadores de plataformas digitais, incluindo motoristas de aplicativos, entregadores de comida, transportadores para varejistas, e, também, prestadores de serviços de alta qualificação (designers, tradutores, engenheiros) que vendem seus serviços em plataformas e por projeto. A China detém atualmente a maior economia de plataforma do mundo – o que não é uma novidade em termos absolutos, mas é sim surpreendente em termos percentuais. Segundo o China Labour Bulletin, o número de trabalhadores na economia de plataformas cresceu de 50 milhões em 2015 para 84 milhões em 2020, o que representava 10% da população economicamente ativa (CLB, 2023), contra menos de 1% nos Estados Unidos e entre 3% e 5% na Europa (ILO, 2018). Isso significa dizer que, do total de trabalhadores informais na zona urbana na China, cerca de 30% estavam vinculados à economia de plataformas em 2020.

Nesse contexto, a fraca proteção trabalhista e a proliferação de práticas de contratação desregulamentadas têm sido acompanhadas, como em boa parte do mundo, pela promoção ideológica do trabalhador como um “empreendedor autônomo” ou “trabalhador autônomo”. Como resultado, o trabalho precário se expandiu sob diversas formas contratuais — incluindo contratos de “hora zero”, “gig”, “contrato independente”, “intermitente” e “flexível”. Essas modalidades implicam uma condição na qual o trabalhador, sob a forma de autonomia, permanece permanentemente disponível para o emprego, recebe remuneração apenas pelas horas trabalhadas e, muitas vezes, precisa exercer múltiplos empregos para sustentar sua subsistência (Antunes, 2018).

A nova classe trabalhadora urbana chinesa precarizada assumiu uma forma neoliberal e trabalha majoritariamente em serviços informais, o que significa que não tem contrato de trabalho, nem direitos trabalhistas, vive sob jornadas de trabalho extenuantes e recebe salários e benefícios sociais muito inferiores aos de seus colegas do setor formal. Em vez do controle sobre a classe trabalhadora por meio do sistema *hukou* (e, portanto, do

Estado), as novas formas de disciplina e controle se dão por meio do mercado e da noção de trabalhadores autônomos em regimes flexíveis (Nogueira e Colombini, 2024). O controle e a regulamentação do capital sobre o trabalho agora operam dentro do indivíduo, impulsionados pela lógica da competição imposta pela mercantilização da vida cotidiana (Colombini 2020).

Conclusões

Apesar dos aumentos de salários nos últimos quinze anos, novas formas de precarização do trabalho têm surgido na China e, com isso, as agitações trabalhistas têm se transformado no país. Tal qual no restante do mundo, a atual manifestação da precarização do trabalho na China pode ser identificada como uma precarização neoliberal. Em contraste com as formas anteriores de controle direto e disciplina exercidas pelas empresas e pelo Estado, a precarização neoliberal é caracterizada por um modo de controle do trabalho internalizado pelo trabalhador, produzindo uma forma de autodisciplina alinhada aos imperativos do capital.

Isso levou a grandes transformações nas formas como as agitações trabalhistas têm se apresentado na China. Durante a era de predominância do semiproletariado enquanto forma dominante de precarização do trabalho, nas décadas de 1990 e 2000, as agitações trabalhistas eram mais numerosas, concentradas no setor manufatureiro e na região costeira. O trabalhador migrante sem registro, sintetizado na categoria do trabalhador semiproletarizado, conviveu por duas décadas com uma remuneração abaixo do salário de subsistência, sem direitos e sem regulamentação trabalhista. Sua luta coletiva efetivamente transformou o cenário do mercado de trabalho no país, seja do ponto de vista salarial, seja do dos direitos e da seguridade mínima.

Isso não significou, entretanto, que a precarização do trabalho tenha desaparecido na China. Ela, na verdade, mudou sua forma de constituição. Quando a precarização do trabalho transitou para uma forma neoliberal,

marcada pela informalidade no setor de serviços, as agitações trabalhistas reduziram-se de número, passaram para o setor secundário, espalharam-se pelo país e, sobretudo, transitaram para disputas judiciais via tribunais de mediação de conflitos. Os casos submetidos por trabalhadores têm sido apresentados crescentemente de forma individual, não no formato de disputas trabalhistas coletivas. Essa tendência individual segue a cartilha da judicialização da luta de classes no momento em que a consciência coletiva deixa de se pautar na mobilização e busca atender interesses próprios. Também na China, a luta por melhorias nas condições trabalhistas paulatinamente vai deixando de atravessar uma constituição coletiva de classe, assumindo um caráter crescentemente individual.

Referências

- ANTUNES, R. *Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo, 2018
- CHAN, J.; PUN, N. Suicide as Protest for the New Generation of Migrant Workers: Foxcomm, Global Capital, and the State. *Asia-Pacific Journal*, v. 37, n. 8, p. 1-33, setembro 2010
- CHEN, F.; TANG, M. Labor Conflicts in China Typologies and Their Implications. *Asian Survey*. Vol. 53, Number 3, p. 559–583, junho 2013
- COLOMBINI, I. Form and Essence of precarization by work: from alienation to the industrial reserve army at the turn of the Twenty-Fist Century. *Review of Radical Political Economics*, v. 52, n. 3, p. 409-426, setembro 2020
- CUI, Y.; MENG, J.; LU, C. Recent developments in China's labor market: Labor shortage, rising wages and their implications. *Review of Development Economics*, v. 22, n.3, p. 1217-1238, maio 2018
- FRIEDMAN, E. *Insurgency Trap: Labor Politics in Postsocialist China*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2014
- GALLAGHER, ME. Mobilizing the law in China: 'Informed disenchantment' and the development of legal consciousness. *Law & Society Review*, v. 40, n. 4, p. 783–816, dezembro 2006
- GALLAGHER, ME.; DONG, B. Legislating harmony: labor law reform in contemporary China. In: KURUVILLA, S.; LEE, CK.; GALLAGHER, ME. (org.) *From Iron Rice Bowl to Informalization*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2011
- GUIHEUX, G. Changes in the world of work in China: from observations to theoretical questions. *La nouvelle revue du travail*, v. 19, novembro de 2021
- HAN, Dongfang. *My latest communication with the German BAFA*. 2025. <<https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:7354452730662309888/>>. [Acesso em: 27/07/2025]
- HUANG, P.C.C. Zhiduhua le de “Bangong Bannong” Gguomixing nongye (Institutionalized “Half Worker, Half Cultivator” Involved Agriculture). *Dushu*, 2, p. 30-37, 2006
- HUANG, G. et al. Where in China is the labour unrest rising? Visualising workers' collective actions in mainland China. *EPB: Urban Analytics and City Science*, v. 49, n.7, p. 2029–2031, agosto 2022
- KURUVILLA, S.; LEE, C.K.; GALLAGHER, M. *From Iron Rice Bowl to Informalization*. ILR Press, 2011
- KURUVILLA, S.; ZHANG, H. Labor Unrest and Incipient Collective Bargaining in China. *Management and Organization Review*, v. 12, n. 1, p. 159–187, março 2016
- LEE, C.K. Precarization or Empowerment? Reflections on Recent Labor Unrest in China. *The Journal of Asian Studies*, v. 75, n. 2, p. 317-333, maio 2016
- LEE, C.K. China's Precariat. *Globalizations*, v. 16, n. 2, p. 137-154, junho 2018
- LU, H. A new wave of strikes in low-end manufacturing industry in post-Covid China. In: *Labour Perspectives on China*. GLU Working paper n° 60, Global Labour University, junho, 2024
- MAJEROWICZ, E. Do campesinato ao exército industrial de reserva: proletarianização e determinação salarial na China. In: Majerowicz, E.; Paraná, E. (ed.). *A China no Capitalismo Contemporâneo*, São Paulo: Expressão Popular, 2022
- MEDEIROS, C. Desenvolvimentismo com Características Chinesas. In: MAJEROWICZ, E., PARANÁ, Ed., (Org.), *A China no Capitalismo Contemporâneo*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022
- NBS. National Bureau of Statistics of China: China Statistical Yearbook. 2024. Disponível em: <<https://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/yearbook/>> [Acesso em: 20/10/2024]
- NOGUEIRA, I.; COLOMBINI, I. Do semiproletariado à nova classe trabalhadora na China. *Economia e Sociedade*, v.33, n. 3, set/dez 2024

NOGUEIRA, I. O Estado na China. *Revista Oikos*. v. 2, n. 1, p. 6-16, jan./abr. 2021

NOGUEIRA, I.; BACIL, F.; GUIMARÃES, J.V. A caminho de um estado de bem-estar social na China? Uma análise a partir dos sistemas de saúde e educação. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 2, p. 669-692, mai/ago 2020

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal: Novo relatório da OIT mostra que 2 bilhões de pessoas estão no trabalho informal, a maioria em países emergentes e em desenvolvimento. OIT Brasil. 2018. Disponível em: <[OIT: quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal | Internacional Labour Organization](#)>. [Acesso em: 21/12/2024]

PUN, N. The new Chinese working class in struggle. *Dialectical Anthropology*, v. 44, p. 319-329, dezembro 2020

PUN, N.; KOO, A. A “World-Class” (Labor) Camp/us: Foxconn and China’s New Labor Migrants. *Positions: East Asia Cultures Critique*, v. 23, n. 3, p. 411-435, agosto 2015

PUN, N.; LU, H. Unfinished Proletarianization: Self, Anger, and Class Action among the Second Generation of Peasant-Workers in Present-Day China. *Modern China*, v. 36, n. 5, p. 493-519, julho 2010

PUN, N.; CHAN, J. The Spatial Politics of Labor in China: Life, Labor, and a New Generation of Migrant Workers. *South Atlantic Quarterly*, v. 112, n. 1, p. 179-190, janeiro 2013

PUN, N. SMITH, C. Putting transnational labour process in its place: the dormitory labour regime in post-socialist China. *Work, employment and society*, v. 21, n. 1, p. 27-45, março 2007

QI, H. Semi-Proletarianization in a Dual Economy: The Case of China. *Review of Radical Political Economy*, v. 51, n. 4, p. 553-561, setembro 2019

QI, H. The historical peak of the rate of surplus value and the “New Normal” of the Chinese economy: a political economy analysis. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, p. 1-22, 2018

QI, H.; LI, Z. Giovanni Arrighi in Beijing: rethinking the transformation. *Science & Society*, v. 83, n. 3, p. 327-354, julho 2019

RADIO FREE ASIA. *China labor rights group shuts down in latest setback for civil society in Hong Kong*. 2025. Disponível em: <<https://www.rfa.org/english/china/2025/06/13/china-labor-bulletin-shutdown-hong-kong/>> [Acesso em: 20/06/2025]

ROZELLE, S. et al. Moving Beyond Lewis: Employment and Wage Trends in China’s High and Low-Skilled Industries and the Emergence of an Era of Polarization. *Comparative Economic Studies*. v. 62, p. 555-589, outubro 2020

SILVER, B. J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. Tradução de Jesus Ranieri, 5a edição. São Paulo: Boitempo, 2005

SILVER, B.; ZHANG, L. China as an Emerging Epicenter of World Labor Unrest. In: HUNG, Ho-Fung. (ed.), *China and the Transformation of Global Capitalism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009

SMITH, C. Living at Work: Management Control and the Dormitory Labour System in China. *Asia Pacific Journal of Management*, v. 20, n. 3, p. 333-358, setembro 2003

SMITH, C.; PUN, N. Class and Precarity: An Unhappy Coupling in China’s Working Class Formation. *Work, Employment and Society*, v. 32, n. 3, p. 599-615, junho 2018

SO, A.; CHU, Y. Rising Class Conflict, Resilient Communist Party-State: Explaining the Chinese Puzzle. In: XVIII ISA World Congress of Sociology: Facing an Unequal World: Challenges for Global Sociology. Yokohama, 2014

THE NEWS LENS. *Food Delivery Drivers in 5 Cities Strike Over Post-New Year Pay Cuts*. 2019. Disponível em: <https://international.thenewslens.com/article/114906?utm_source=chatgpt.com>. [Acesso em: 28/06/2025]

TIAN, M.; *et. al.* Hukou reform and the “luohu” of rural migrants in urban China. *Sustainability*, v. 14, p. 1-10, 2022

TONG, Y.; LEI, S. Large-Scale Mass Incidents and Government Responses in China. *International Journal of China Studies*, v. 1, n. 2, p. 487-508, outubro 2010

WEN, T.; YANG, S. *Sannong yu Sanzhi [Three Rural Issues and Rural Governance]*. Beijing: Renmin University Press, 2016

XIA, Y.; *et. al.* Back to Cheap Labour? Increasing Employment and Wage Disparities in Contemporary China. *The China Quarterly*, v. 253, p. 231-249, dezembro 2022

CIRO DOMINGOS DE OLIVEIRA

AMBIVALÊNCIA, IRONIA E TRADUÇÃO DE
ENTFREMUNG E DE *ENTÄUSSERUNG* NOS
MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS DE MARX

Recebido em 18/04/2025

Aprovado em 10/12/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1257

AMBIVALÊNCIA, IRONIA E TRADUÇÃO DE *ENTFREMUNG* E DE *ENTÄUSSERUNG* NOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS DE MARX

Resumo

Este artigo visa elucidar os termos *Entfremdung* e *Entäußerung* em Marx, principalmente no contexto dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ou apenas *MEFs*. A explicação parte do pressuposto de que o entendimento correto dos significados possíveis que ambos os significantes podem abrigar é peça-chave para a compreensão correta do que eles dizem quando usados em texto, principalmente quando há neles profundidade conceitual. A conclusão é de que as traduções para “alienação” ou “estranhamento” (no caso de *Entfremdung*) e para também “alienação” ou “exteriorização” (no caso de *Entäußerung*) deixaram de perceber um uso ambivalente e também irônico dos termos. Assim, reduziram a crítica interna e ontológica de Marx a uma crítica externa e distante do procedimento comum ao autor. Além disso, tais opções levaram a ultraconceitualizações e outras más interpretações até razoáveis acerca dos termos que mais ajudaram a mistificá-los do que torná-los compreensíveis.

Palavras-chave: alienação; estranhamento; exteriorização; *Manuscritos Econômico-Filosóficos*; tradução

CIRO DOMINGOS
DE OLIVEIRA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (PPG-CP UFBA).

Email: c.dom.oliveira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0664-4331>

Abstract

This article aims to elucidate the terms *Entfremdung* and *Entäußerung* in Marx, primarily within the context of the *Economic and Philosophical Manuscripts* (MEFs, *if in portuguese*). The explanation proceeds from the assumption that a correct understanding of the possible meanings these two signifiers can hold is key to properly grasping what they convey when used in the text, especially when they carry conceptual depth. The conclusion is that translations such as “*alienação*” or “*estranhamento*” (in the case of *Entfremdung*) and “*alienação*” too or “*exteriorização*” (in the case of *Entäußerung*) have failed to perceive an ambivalent and also ironic use of the terms. Consequently, they have reduced Marx’s internal and ontological critique to an external and distant critique, contrary to the author’s usual procedure. Furthermore, such translation choices have led to overconceptualizations and other even reasonable misinterpretations of the terms, which have ultimately contributed more to mystifying them than to making them comprehensible.

Keywords: alienation; estrangement; externalization; Economic and Philosophical Manuscripts; translation

I. Introdução: em traduções conceituais, não se traduzem conceitos, mas *sentidos comuns*

Muito se escreveu, se especulou e se afirmou acerca dos termos polêmicos *Entfremdung* e *Entäußerung*, presentes tanto em Marx como em Hegel e em Lukács. O motivo da polêmica é que sua compreensão depende do entendimento correto de três temas conhecidamente complexos: os textos marxianos em seu devido contexto, a língua alemã e a tradução de textos conceituais. Um erro em apenas uma das pontas desse triângulo pode levar inequivocamente ao equívoco. Acredito que parte inicial do problema é não se compreender direito como funciona um texto conceitual e consequentemente como se deve traduzi-lo.

Exemplifico: quando um eugenista e um antirracista usam o termo “raça”, não estão usando o mesmo conceito; contudo, usam o mesmo termo oferecido pela língua. A principal razão disso é que não há em língua alguma uma palavra capaz de expressar sozinha um *significado mais profundo, conceitual*. A compreensão do conceito é alcançada por mediação do termo escolhido, que expressa um *sentido comum* (isto é, o que “raça” significa em português antes do conceito de “raça” significar qualquer coisa em qualquer teórico), junto ao próprio texto que o envolve. Por isso o termo pode ser o mesmo e ainda assim os conceitos podem ser diferentes. Por isso traduzir os conceitos corretamente quer dizer principalmente traduzir esses *sentidos comuns* escolhidos pelo autor, responsáveis pela mediação para o significado *mais profundo*. O contrário (e frequentemente feito) é ignorar as mediações do *sentido comum* e tentar traduzir diretamente o significado mais profundo. O problema é que a compreensão vem justamente da mediação que foi ignorada. A busca pela fidelidade conceitual por essa via se torna a garantia de seu próprio fracasso.

Tendo isso em vista, credita-se o entendimento correto (e consequentemente a tradução correta) ao processo que assim resumo: 1) entender o que significam os termos (*Entfremdung* e *Entäußerung*) em alemão, para então 2) entender quais *sentidos comuns* foram utilizados e daí 3) chegar à compreensão

correta dos *conceitos* a partir do uso dessas palavras no texto. Apenas de tal maneira é possível reproduzir com a maior fidelidade possível o caminho da compreensão feito na língua original (aqui, o alemão), mas agora na língua-alvo (aqui, o português). Esse sim é o papel do tradutor, a reprodução do *caminho*, não apenas do fim, pois ironicamente só assim se chega de fato ao *fim* almejado.

2. *Entfremdung*: a dúvida se *fremd* quer dizer *alheio* ou *estranho*

Não é nenhum absurdo que se pense nesses problemas de compreensão como meros distanciamentos da língua original. A passagem de uma língua para a outra, se o texto for minimamente complexo, cobra uma parte da mensagem como preço. A conclusão mais imediata (e mais ingênua) é a de que sair da tradução e ir ao original findaria o problema. Porém não. O original às vezes apenas explica por que tanta confusão. É como em um texto com a palavra *manga*. Apenas os demais elementos poderiam dizer se se fala de uma parte da roupa ou de uma fruta. Nada nesse conjunto de letras pode sanar essa dúvida. O caso de *Entfremdung* é similar.

Em primeira instância, seu significado nada mais é do que a substantivação do verbo *entfremden*, cujo sentido é “tornar algo *fremd*” [um adjetivo]. Isso se confirma nos dicionários mais atuais – como o *Duden* (2025d) e o *DWDS* (2025c) – quanto em outros mais próximos à época de Marx – como o *Dicionário dos irmãos Grimm* (2025b). O problema é que *fremd* pode ser *alheio* ou *estranho* e só os demais elementos podem indicar qual. Assim, os que entenderam *Entfremdung* vindo de *fremd-alheio*, optaram por traduzir *Entfremdung* para *alienação*, tornar alheio. Os que entenderam como *fremd-estranho*, fizeram-no para *estranhamento*, tornar estranho. Não há nada no nome *fremd* que bata o martelo.

Para começar os comentários pela escolha de *estranhamento*: há um problema crucial, mesmo que seus defensores estivessem certos, estariam errados. Ainda que *fremd* seja *estranho*, a escolha de *estranhamento* leva a

interpretações inoutragadas pelo termo em alemão. *Entfremdung* nesse caso seria *tornar algo estranho*, mas *estranhamento* não, significa *julgar algo enquanto estranho* (Estranhamento, 2025), completamente distinto.¹ *Estranhar* não possui sentido sequer parecido com o do verbo em alemão.² A sugestão dentro dessa premissa se bifurca: 1) já que inexistente palavra equivalente na língua portuguesa, usar um neologismo: *estranhação*; 2) deixar o sentido do verbo por extenso: *tornar estranho*.

Porém, se a dúvida é anterior, entre *fremd-albeio* (*alienação*) e *fremd-estranho* (*estranhamento* – sic), e não há como recorrer ao termo em alemão para decidir entre um ou outro, devemos observar seu uso em outros contextos para facilitar a compreensão.

Em seu uso mais geral, a opção por *alienação* se mostrará preferível. Os exemplos são os termos *Eltern-Kinder Entfremdung* (literalmente: *alienação pais-crianças*), versão em alemão de *alienação parental* (Toth, 2025); *Entfremdung* também no sentido de *alienação na Psicologia*; (*Entfremdung, Erlebnis*; 2025); por fim, também cumpre a função de ser *sinônimo de Veräußerung* (*alienação de bens*) (*Entfremdung*, 2025a). Todos esses exemplos, além do entendimento autoexplicativo do que significa *Entfremdung* na língua alemã e *alienação* na portuguesa, outorgam até aí a escolha de *alienação*.³ Até aí.

¹ O núcleo do equívoco é a formação intuitiva da palavra: se o adjetivo for *limpo*, para expressar a ideia de *tornar limpo* bastaria a mera transformação do adjetivo em verbo: *limpar*. Então se o adjetivo for *estranho*, *tornar estranho* seria também a simples transformação do adjetivo em verbo: *estranhar* e daí *estranhamento*. Contudo, *estranhamento* não significa *tornar estranho*. Há uma razoabilidade no erro, mas isso não torna o erro menos errado, apenas o errado mais razoável.

² A palavra em alemão mais apropriada para *estranhamento* é *Befremdung*, não *Entfremdung*.

³ A predileção por *alienação* ainda contaria com certo aval de Marx e de Engels. Segundo Lessa (revisor técnico da edição dos MEFs da Expressão Popular e tradutor de Lukács), em sua resenha sobre os *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social de Lukács*, tal escolha optaria “por manter a tradição aberta por Marx – por exemplo, na tradução para o francês do livro I de *O capital* e por Engels, na tradução ao inglês da mesma obra – de traduzir *Entfremdung* [*Entfremdung*, sem o erro de digitação] por *alienação*” [destaques do autor] (Lessa, 2011, p. 176). Contudo, há uma brecha clara no argumento: *alienação* não é uma palavra nem em inglês nem em francês. Nem sempre palavras de mesma origem possuem o mesmo sentido comum, que é o que realmente importa. Portanto, mesmo sendo um indicativo forte, *alienation* ou *aliénation* lá não implicam necessariamente *alienação* cá. Caso contrário, sair de *alt* (velho/antigo em alemão) para *alto* (em português) seria uma tradução correta, pois possuem similar grafia e mesma origem. Porém não é.

No que toca ao contexto marxiano, os trechos não são todos muito nítidos e alguns até permitem ambas as interpretações. Por exemplo, já na primeira seção do *primeiro manuscrito*, de nome *Remuneração pelo Trabalho*⁴, Marx afirma:

O aumento da remuneração pelo trabalho provoca no trabalhador a busca pelo enriquecimento do capitalista, mas que ele só pode satisfazer através do sacrifício da sua mente e do seu corpo. O aumento da remuneração pelo trabalho pressupõe a acumulação do capital e acarreta nela; assim, o produto do trabalho sempre se defronta com o trabalhador de modo mais *fremd* [fremder]. (2005, p. 9, tradução nossa)⁵

Não dá pra concluir nesse trecho se o *fremd* é *hostil*, *estranho* ou *alheio*, *distante*. Inclusive porque no fim ambos caminham para o mesmo *sentido comum*, o de não pertencer à realidade tangível do trabalhador, portanto, alheio e estranho a ela. Alguns outros, por sua vez, têm a benevolência de nos possibilitar uma interpretação mais nítida. Na seção seguinte, *Ganho do Capital*, ainda do *primeiro manuscrito*, há a pergunta “no que se calca o capital, isto é, a propriedade privada dos produtos de trabalho *fremd*

⁴ A palavra *Lohn* é usualmente traduzida para salário, assim como *Arbeitslohn* (“*Lohn* do trabalho [Arbeit]”). Como o significado na época se referia apenas ao dinheiro ganho pelo trabalho, preferiu-se traduzi-la para *remuneração* e não *salário*, já que *salário* é entendido como um tipo mais específico de remuneração, na qual há pagamento regular e fixo, mais restrito ao que *Lohn* significa. É até comum trabalhadores que ganham por comissão se referirem aos seus ganhos como “ganho X de salário mais uns Y de comissão”. Para *Marx*, e diria que até para a época, tanto um quanto o outro constituem o *Lohn*, de sorte que o todo é melhor referido como a remuneração que o trabalhador recebe. Assim, *Lohn* sai de *salário* e vira *remuneração*, *Arbeitslohn* deixa de ser *salário* e passa a ser *remuneração pelo trabalho*, *Lohnarbeit* passa de *trabalho assalariado* para *trabalho remunerado*, tal qual *Lohn für Stuck* e *Lohn für Zeit* saem respectivamente de *salário por peça* e *salário por tempo* e passam, respectivamente também, para *remuneração por peça* e *remuneração por tempo*. A troca também ajuda na compreensão de que importa pouco para a teoria se o trabalhador em questão recebe “salário” de maneira fixa ou se é contratado de maneira explícita. O que importa é que ele entra com o trabalho (mais a frente com a *capacidade de trabalho*) no processo de valorização do valor dominado por outrem e volta com a sua remuneração. Assim, certa polêmica conceitual acerca de “assalariamento disfarçado” se vê sem base, pois esse é apenas um tipo normal de *remuneração pelo trabalho*, como no caso de trabalhadores de aplicativos. Não importa se são ou não “assalariados”, são trabalhadores remunerados, como são os operários em uma fábrica aos moldes ditos tradicionais.

⁵ Die Erhöhung des Arbeitslohns erregt im Arbeiter die Bereicherungssucht des Kapitalisten, die er aber nur durch Aufopferung seines Geistes und Körpers befriedigen kann. Die Erhöhung des Arbeitslohns setzt die Häufung des Kapitals voraus und führt sie herbei; stellt das Produkt der Arbeit also immer fremder dem Arbeiter gegenüber.

[Produkten fremder Arbeit]?” (Marx, 2005, p. 20, tradução nossa).⁶ Fica claro que nesse caso o trabalho *fremd* é equivalente a *alheio*, pois se refere apenas ao trabalho de outra pessoa. Felizmente esse não é o único nessa mesma direção:

1. “o objeto que o trabalho produz, seu produto, defronta-se com o objeto como *fremd*, como um poder independente do produtor” (Marx, 2005, p. 56, tradução nossa).⁷ Se ser *fremd* significa ser *independente do produtor*, então mais uma vez há uma evidência a favor de *fremd-alheio* ao invés de *estranho*;
2. “quanto mais o trabalhador elabora a si, mais poderoso o mundo que ele engendra frente a si se torna *fremd*, objetivo” (p. 57, tradução nossa)⁸. Se *fremd* atua como similar a *objetivo*, significaria então *alheio*, pois fora do sujeito;
3. “significa não apenas que o trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas que o trabalho existe exteriormente a ele [o trabalhador], independentemente dele, *fremd* a ele” (p. 10, tradução nossa)⁹. Se *fremd* de algo é ser *independente de algo, exterior a algo*, então atua como semelhante de *alheio a algo*, não de *estranho, incompatível*;
4. “se o produto do trabalho é *fremd* a mim, defronta-me como um poder *fremd*, a quem então ele pertence?” (p. 64, tradução nossa)¹⁰ “Se a minha própria atividade não me pertence, é uma atividade forçada, *fremd*, a quem então ela pertence?” (p. 64, tradução nossa)¹¹. Nota-se como *fremd* tem relação com não ser próprio, ou seja, mais uma vez, mais para *alheio* do que para *estranho*.

⁶ Worauf beruht das Kapital, d.h. das Privateigentum an den Produkten fremder Arbeit?

⁷ Der Gegenstand, den die Arbeit produziert, ihr Produkt, tritt ihn als ein fremdes Wesen, als eine von dem Produzenten unabhängige Macht gegenüber.

⁸ Je mehr der Arbeiter sich ausarbeitet, um so mächtiger wird die fremde, gegenständliche Welt, die er sich gegenüber schafft

⁹ die Bedeutung, nicht nur, daß seine Arbeit zu einem Gegenstand, zu einer äußern Existenz wird, sondern daß sie außer ihm, unabhängig, fremd von ihm existiert

¹⁰ Wenn das Produkt der Arbeit mir fremd ist, mir als fremde Macht gegenübertritt, wem gehört es dann?

¹¹ Wenn meine eigne Tätigkeit nicht mir gehört, eine fremde, eine erzwungne Tätigkeit ist, wem gehört sie dann?

As evidências possíveis (os trechos, os usos em demais contextos e os cognatos em outras línguas escolhidos ou autorizados por Marx ou Engels) apontam em seu conjunto para *fremd-alheio*, de sorte que as opções como *estranhamento* ou *tornar estranho* (melhor) não possuem aval algum do texto. *Alienação*, por isso, é até aí uma opção superior. Até aí.

3. *Entäußerung*: parece com *Äußerung*, mas se aparência coincidissem com essência...

A palavra *Entäußerung* é formada pela união do prefixo *ent-* com a palavra *Äußerung*. Essa última, apesar de significar algo como *manifestação* (não no sentido de passeatas e protestos, mas no de expressar algo), foi traduzida extensivamente para *exteriorização* ou similar, graças à formação da palavra. *Äußerung* é a substantivação do verbo *äußern*, cujo significado é o de tornar *außer*, adjetivo que significa *exterior*, do *lado de fora*, *externo*. Portanto, se o significado é o de *tornar exterior*, a palavra seria *exteriorização*, *externação*, etc. O método de traduzir pela formação é, em seu cerne, um equívoco, pois palavras de sentidos parecidos possuem formações diferentes e vice-versa. Assim, através dele se eleva uma coincidência ao nível de uma necessidade.¹² Apesar disso, em *Äußerung* tem certa lógica. Visto que *manifestar algo* é basicamente *tornar algo exterior*, mesmo com um método que tende ao erro, nesse caso o resultado coincidiu. A opção por uma ou por outra é pouco objetiva, com prós e contras de relevância diminuta. Em português comum: tanto faz.

Entäußerung, pela semelhança na formação com *Äußerung*, teria sido traduzida para palavras também como *exteriorização*, *extrusão* ou similares; afinal, se a formação é semelhante, o significado também o seria (falso). Lessa, por exemplo, afirma que ela foi uma “tradução quase literal do alemão”

¹² Bom exemplo disso é *Zeitung*, que em alemão significa *jornal*, mas em sua formação é literalmente *temporização*, ou seja, aquilo que se compra para se colocar no tempo. Tem um pouco de sentido, mas seria absurdo dizer “comprou uma temporização” ao invés de “comprou um jornal”. Traduzir de tal jeito, então, é um absurdo ainda maior.

(2011, p. 176). Ranieri escolheu ora *alienação*, ora *exteriorização* (Marx, 2004). Em outros textos ocorreram escolhas parecidas, não dá pra dizer que o erro foi solitário. Na versão portuguesa do *Para a Questão Judaica*, há a escolha de *externamento* (Marx, 2009). Nas traduções de Hegel feitas por Paulo Meneses a escolha é por *extrusão* (Meneses, 2001). O problema é que *Entäußerung* não significa nada disso.

Quando consultamos os dicionários *atuais* de alemão, os significados divergem *radicalmente* daquele afirmado pelos defensores da semelhança com *exteriorização*.

1. O *Duden* o equipara a *Verzicht* (renúncia), a *Weggabe* (desfazimento, no sentido de se desfazer de algo, não de desconstruir, desmontar ou destruir o objeto) e a *Veräußerung* (alienação de bens). Aponta também, como seu possível sinônimo, *Trennung* (separação) (*Entäußerung*, 2025).
2. O *DWDS* afirma que é “correspondente ao significado de *entäußern*” (*Entäußerung*, 2025)¹³, o qual por sua vez seria *entsagen* (abdicar), *verzichten* (renunciar), *weggeben* (desfazer-se, de onde vem o supracitado *Weggabe*) (*entäußern*, 2025).
3. No dicionário de termos econômicos chamado *Wirtschaftslexicon* (literalmente “léxico da economia”), a *Entäußerung* é destinado o seguinte trecho:

Em Sociologia da Economia: *alienation*, na Teoria do Contrato Social da Filosofia Política Clássica, denominação para a transferência de todos os direitos do membro da sociedade para o Estado, ou seja, à representação da sociedade. [...] em grande parte *Entäußerung* se torna idêntico a *Entfremdung* em Marx. (*Entäusserung*, 2018)¹⁴

Quando nos debruçamos sobre dicionários *mais antigos e mais próximos à época de Marx*, a situação se repete.

¹³ entsprechend der Bedeutung von entäußern

¹⁴ In der Wirtschaftssoziologie: alienation, [1] in den Staatsvertragstheorien der klassischen Philosophie Bezeichnung für die Übertragung von allen Rechten der Mitglieder der Gesellschaft an den Staat bzw. an die Repräsentation der Gesamtgesellschaft (der Bürger entäussert sich seiner Rechte). [...] Weitestgehend wird hiermit bei Marx Entäusserung identisch mit Entfremdung.

1. No *dicionário dos Irmãos Grimm* [primeira publicação em 1854] a palavra, com a grafia da época, *entäuszerung*, é traduzida para *alienatio* do latim e o exemplo de uso tem o dinheiro enquanto objeto, a “*entäuszerung* do dinheiro” (*entäuszerung*, 2025, tradução nossa)¹⁵, é equiparada também a *Entsagung* (abdicção). (*Entäuszerung*, 2025) No caso do verbo *entäuszern*, *alienare* também é opção de tradução, e é equiparado a *entfremden* (verbo de onde vem *Entfremdung*), *veräuszern* (grafia mais antiga de *veräußern*, alienar um bem), *von sich geben* (dar de si), *wegbringen* (remover) e *entfernen* (distanciar ou excluir). (*entäuszern*, 2025)
2. No *Dicionário-Goethe* o sentido de *Entäußerung* também é o de *Aufgabe* (desistência), *Verzicht* (renúncia) e *Entsagung* (abdicção). (*Entäußerung*, 2025)
3. No *dicionário alemão* [1897], de *Paul Hermann*, o verbo *entäußern* é descrito novamente como “dar de si” (Hermann, 1897, p. 114, tradução nossa)¹⁶.
4. No *dicionário de bolso da língua latina* [1845], de *Gustav Eduard Mühlmann*, *Entäußerung* é traduzido para *alienatio*, equiparado a *Veräußern*. (Mühlmann, 1845, p. 356) O verbo *entäußern* por sua vez o é para *decedere* (renunciar). (p. 356)
5. No *dicionário da língua alemã e espanhola* [1831], de *Theresius von Seckendorf-Aberdar*, as alternativas para *Entäußerung* são *desaproprio*, *enagenación*, *enagenamiento*, *desapropriamento* (e com o detalhe de que é uma ação *freywillig*, grafia da época para *freiwillig*, que significa de *livre e espontânea vontade*, *voluntariosa*). (Seckendorf-Aberdar, 1831, p. 216) Para *entäußern*, além dos verbos que já foram citados em *Entäußerung*, há a opção de *desnudarse*. (p. 216)
6. No *dicionário italiano-alemão e alemão-italiano La Fontana Della Crusca ovvero* [1759], de *Nicolò di Castelli*, as alternativas para *Entäußerung* são

¹⁵ des geldes entäuszerung

¹⁶ es von sich geben

dilungamento, dilungazione, separazione, allontananza e discostamento.
(Castelli, 1759, p. 158)

7. No *dicionário completo inglês-alemão e alemão-inglês* [1823], de *Johann Christian Fick*, a palavra *Entäußerung* é opção para *to Estränge* (junto a *Entfremdung*, inclusive). (Fick, 1823, p. 233)
8. No *novo dicionário italiano-alemão e alemão-italiano* [1793], de *Annibale Antonini*, a primeira alternativa correspondente a *entäußern* é *spogliarsi volontariamente* (ênfase no cognato de *volontariamente*). (Antonini, 1793, p. 179) Para *Entäußerung* há as opções de *spogliazione, privazione volontaria di checchessia* (ênfase mais uma vez no equivalente a “voluntária”), *rinunzia* e até *spropriazione*. (idem, p. 179)
9. No feito por *Jakob Bayer* [1786] a palavra *Entäußerung* é equivalente a *Veräußerung* (alienação de bens), *Alienatio* e a *Enthaltung* (privação). (Bayer, 1786, 255).
10. No *dicionário de mão de alemão medieval vulgar* [1888], feito por *August Lübben*, *entäußern* é opção para a palavra *af-gân*, acompanhada por *verlassen* (abandonar), *aufgeben* (desistir) e *verzichten* (renunciar). (Lübben, 1888, p. 5)
11. No *dicionário de bolso do alemão culto medieval* [1885], por *Matthias von Lexer*, *entäußern* traduz *ânen* e é acompanhada por *verzichten* (renunciar), *beraubt sein* (estar privado de). (Lexer, 1855, p. 6)
12. O mesmo *ânen* aparece no *dicionário de alemão antigo* [1882], de *Oskar Schade*, onde *entäußern* aparece novamente ao lado de *verzichten* (renunciar), de *berauben* (privar), de *beraubt sein* (estar privado de) e de *entbehren* (dispensar). (Schade, 1882, p. 19)
13. No *dicionário de língua estrangeira para o povo alemão com 14.000 palavras estrangeiras* [1855], feito por *Joseph Dominik Carl Brugger*, *Entäußerung*, junto a *Veräußerung* (alienação de bens), aparece como alternativa a *Alienation*. (Brugger, 1855, p. 9)

14. No *dicionário de explicações germanizadas* [1886] de *Otto Sarrazin*, *Entäußerung* é – junto a outras como *Verzicht* (renúncia), *Niederlegung*, *Aufgabe eines Amtes* (renúncia, desistência de um condado), *Entsagung* (abdicação) – alternativa a *Abdication*. (Sarrazin, 1886, p. 1)
15. No *dicionário de língua estrangeira* feito por *Peter Friedrich Ludwig Hoffmann* [1867], *Entäußerung* aparece junto a *Veräußerung* (alienação de bens) como alternativa a *Aliënation*. (Hoffmann, 1867, p. 25)
16. No *dicionário alemão de pronúncia* [1915], de *Wilhelm Viëtor*, *Entäußerung* é usada como sinônimo de *Abalienation*, formado pela prefixação de *ab*¹⁷ com *Alienation*. (Viëtor, 1915, p. 1)
17. No *dicionário de mão de língua estrangeira em alemão escrito e informal* [1865], *Entäußerung* é tradução de *Aliënamënto* junto de *Wegschaffung* (ato de levar embora) e *Entfremdung* e de *Aliënation* junto a *Veräußerung* (alienação de bens). (S.I., 1865, p. 35)
18. Na *Real Enciclopédia para A Teologia e Igreja Protestantes* [1898], *Entäußerung Chrifti* é o equivalente a *Kenosis*, “o ato de se esvaziar de si mesmo, sem perder a própria identidade, para se fazer abertura ao outro e se encontrar no outro” (Dos Santos e Xavier, 2008, p. III). (S.I., 1898, p. 395) Inclusive, segundo Paulo Meneses, que foi tradutor de Hegel e padre, baseando-se em Enrique Dussel, a própria palavra *Entäußerung* teria sido introduzido no alemão por Martinho Lutero justamente para traduzir *ekénose*, donde *Kenose* é derivado, em Filipenses 2,7. (Meneses, 2001, p. 28)

Os sentidos de *Entäußerung*, em alemão, e de *exteriorização* e similares, em português, em muito pouco se aproximam, em quase nada. Enquanto em *Entäußerung* há o sentido de entregar algo *de modo voluntário*; de abdicar de algo de sorte que tal algo é perdido e causa uma ausência no antigo pertencedor e assim um distanciamento entre ambos (por isso tal palavra

¹⁷ O prefixo *ab-* traz a ideia de *separação*. *Schneiden* é cortar, *Abschneiden* é cortar de um jeito que o cortado se separe do original, cortar de tirar pedaço; *schließen* é encerrar, *abschließen* é tornar concluído, completo ou fechar; *sagen* é dizer, *absagen* é cancelar; etc.

também pode ser *alienação em termos jurídicos, de um direito, inclusive o de propriedade*, i.e., *alienação de bens*, sinônimo de *Veräußerung*). Por outro lado, *exteriorização* ou *extrusão* têm o foco em tornar o objeto exterior, não necessariamente distante, não necessariamente ausente e não necessariamente de modo voluntário. Ao exteriorizar minha opinião, por exemplo, não a perco. Ao exteriorizar minha força, não me torno fraco. Sem contar que passa longe de poder significar algo minimamente semelhante a *alienação em termos jurídicos*. *Äußerung* e *Entäußerung*, portanto, não chegam nem perto de ser sinônimos. As coincidências nominais não são evidência suficiente de significados semelhantes, tampouco para traduções parecidas.¹⁸ Seria o mesmo de tentar assemelhar os termos *capitão de fragata* e *cafetão de gravata*.

Se *Entäußerung* é a entrega do objeto em tom voluntário, podendo ele ser um bem ou um direito – donde sai a sua sinonímia notável com *Veräußerung* (alienação de bens) – e assim distanciaria o sujeito do objeto e traria a sua ausência, então a escolha por *exteriorização*, *externamento*, etc. é descartada. Já a de novo por *alienação* pode até não ser a correta, mas até aí é no mínimo bem sustentada. Até aí.

4. O caráter metonímico de alienação de bens

Em três traduções dos MEFs para o português a palavra *Veräußerung* (alienação de bens) foi traduzida para *venda*¹⁹. A escolha não se restringiu a elas. No *Para a Questão Judaica*, as traduções seguiram opções parecidas: Nélcio Schneider optou por “ato de vender” (Marx, 2010, p. 59),

¹⁸ Inclusive, o método na tradução de *Entäußerung* para exteriorização é usado de maneira injustificadamente inconstante. Seguindo-o, se poderia traduzir *Veräußerung* – alienação de bens – para alguma variação de exteriorização também; afinal, ela também é composta pela junção de um prefixo (*ver-*) com *Äußerung*, tal qual *Entäußerung*. Ao invés disso as traduções mantiveram suas escolhas mais próximas ao *sentido comum* e em sua maioria optaram por *venda*. Por que a origem em *außer* ou em *Äußerung* foi usada como base para a tradução em um caso e no outro não? Dois pesos pedem uma medida, não duas.

¹⁹ As três traduções em questão são a da Expressão Popular (Marx, 2015), da Boitempo (Marx, 2004) e a feita por Mônica Hallak em sua dissertação de mestrado. A escolha pode ser vista no artigo que sintetiza a dissertação, em (Da Costa, 2005).

Barata-Moura usou “venda” como uma opção viável para a mesma palavra, apesar de usar “alienação” como principal. (Marx, 2009, p. 80) Noutra tradução do *Para a Questão Judaica*, mas para o inglês, a escolha foi por *selling* [vender]. (Marx, 2025f)²⁰

Acredito que essas escolhas não foram apenas uma gambiarra bem-feita para escolher uma palavra próxima de *alienação* (transferência de propriedade) e evitar a confusão com *alienação* (separação do grupo, exclusão ou um conceito, assim dito). Na verdade, ocorreria um uso metonímico, sinedóquico, de *alienação de bens* para se referir a apenas um de seus tipos: a *venda*. Como ocorre com o termo *Jiu-Jitsu* (geral), que usualmente se refere apenas ao *Brazilian Jiu-Jitsu* (específico) e não a algum estilo japonês; ou com *hérnia* (geral), que usualmente se refere à *hérnia de disco* (específico), não à hérnia umbilical. A escolha para venda pelos tradutores acaba por expressar o sentido desse uso metonímico, estivessem eles conscientes disso ou não. Tal sinédoque fica explícita neste trecho d’*A Miséria da Filosofia* (originalmente escrito em francês):

Chegou, enfim, a época em que tudo aquilo que os homens tinham considerado como inalienável [*inaliénable*²¹] tornou-se objeto de troca, de tráfico, e podia ser alienado. É a época em que as próprias cousas que até então eram transmitidas, mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; ganhas, mas jamais compradas — virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc. — tudo passou enfim para o comércio. É a época da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, a época em que todas as cousas, morais ou físicas, tornando-se valores venais, são levadas ao mercado para serem apreciadas pelo seu mais justo valor. (Marx, 2025e)

Percebe-se que o *alienável* não incluiu a rigor toda e qualquer forma de alienação de bens. Referiu-se apenas a um de seus tipos, ao *comércio*. Tornar *alienável* vira sinônimo de dizer as coisas *que são levadas ao mercado, passadas ao comércio*. *Alienação* em *Marx*, por vezes, nada mais é do que *venda*.

²⁰ Selling [*Veräußerung*] is the practical aspect of alienation [*Entäußerung*]. (Marx, 2025f)

²¹ A comparação foi feita com o texto original em francês. (Marx, 2025d)

Esse uso está mais nítido em alguns fragmentos de três obras escritas após os *Manuscritos* (1844): no *Para a Crítica da Economia Política* (1859), n’*A Sagrada Família* (1845) e n’*O Capital* (1867). A ideia dos exemplos trazidos desses livros é apenas uma: mostrar como trocar *alienação* (com seu sentido por demais abrangente e inapropriado) por um sinônimo de *venda* (com seu sentido mais específico ao qual *alienação* no fim se referiria nesses contextos) é razoável, preferível. Tal troca torna os textos entendíveis e até auto-explicativos, o que antes era de compreensão complicada e que precisava de ultraconceitualizações (“faz sentido porque alienação é um conceito que na verdade quer dizer...”).

A seguir alguns trechos do *Para a Crítica da Economia Política* em que *Entäußerung* foi entendida por *alienação-venda* para mostrar como a retirada de *alienação* (*exteriorização*, inclusive, faria menos sentido ainda) e sua substituição os melhora em termos de compreensão. Como *venda* já abrange *Verkauf* (estritamente venda), optou-se por usar um outro sinônimo para não sobrecarregar a palavra em português e para respeitar a escolha menos usual. A escolha foi: *mercanciação*.²²

1. Portanto, se a mercadoria só pode se tornar valor de uso ao se efetivar como valor de troca, por outro lado, ela só pode se efetivar como valor de troca ao se comprovar como valor de uso em sua mercanciação [*Entäußerung*]. Uma mercadoria só pode ser vendida [*veräußert*] como valor de uso para alguém a quem ela é valor de uso, isto é, objeto de uma ambição particular. (Marx, 2025k, tradução nossa)²³
2. Claro que Stuart sabia muito bem que o produto em épocas pré-burguesas também recebe a forma de mercadoria e a mercadoria a forma de

²² Há momentos em que as palavras se referem de fato à transferência e a troca por um sinônimo de *venda* não é benéfica, como no caso do dinheiro, em que entregá-lo na venda não equivale a vender o dinheiro. Nessas exceções, sugere-se para *Veräußerung* e *Entäußerung* os termos *cessão* e *entrega*, um para um e outro para outro, para não causar confusão.

²³ Wenn die Ware daher nur als Gebrauchswert werden kann, indem sie sich als Tauschwert verwirklicht, kann sie sich andrerseits nur als Tauschwert verwirklichen, indem sie sich in ihrer Entäußerung als Gebrauchswert bewährt. Eine Ware kann als Gebrauchswert nur an den veräußert werden, für den sie Gebrauchswert ist, d.h. Gegenstand besondern Bedürfnisses.

dinheiro, mas ele certifica minuciosamente que a mercadoria como forma fundamental e elementar da riqueza e a mercanciação [*Entäußerung*] como forma dominante de apropriação pertencem apenas ao período de produção burguês, portanto, que o caráter do trabalho que coloca valor de troca é especificamente burguês. (Marx, 2025k, tradução nossa)²⁴

3. A configuração real na qual as mercadorias entram no processo de troca é a de seus valores de uso. Equivalente geral efetivo, elas só devem se tornar através de sua mercanciação [*Entäußerung*]. (Marx, 2025m, tradução nossa)²⁵
4. Enquanto no movimento M-D a mercadoria realiza tanto o seu preço quanto o valor de uso do dinheiro alheio [*des fremden Geldes*] através da mercanciação [*Entäußerung*] do valor de uso, no movimento D-M ela realiza seu próprio valor de uso e o preço da outra mercadoria através da mercanciação [*Entäußerung*] como do valor de troca. (Marx, 2025m, tradução nossa)²⁶

N’*A Sagrada Família* também há menção ao uso tanto de *Entfremdung* quanto de *Entäußerung* como sinônimos de *venda*. No caso de *Entfremdung*, principalmente quando essa vem acompanhada de *nationalökonomisch* (político-econômico ou ao modo da Economia Política), que é o que *Entfremdung* poderia significar dentro da Economia Política, ou seja, não como *alienação-separação*. Pelos mesmos motivos da escolha por *mercanciação*, dessa vez a escolha foi *comerciação*. A seguir, os trechos:

1. A classe possuidora e a classe do proletariado expõem a mesma autocomerciação das pessoas [*dieselbe menschliche Selbstentfremdung*]. Porém a primeira

²⁴ Steuart wußte natürlich sehr wohl, daß das Produkt auch in vorbürgerlichen Epochen die Form der Ware und die Ware die Form des Geldes erhält, aber er weist ausführlich nach, daß die Ware als elementarische Grundform des Reichtums und die Entäußerung als die herrschende Form der Aneignung nur der bürgerlichen Produktionsperiode angehören, also der Charakter der Tauschwert setzenden Arbeit spezifisch bürgerlich ist.

²⁵ Die reale Gestalt, worin die Waren in den Austauschprozeß eintreten, ist die ihrer Gebrauchswerte. Wirkliches allgemeines Äquivalent sollen sie erst werden durch ihre Entäußerung.

²⁶ Während die Ware in der Bewegung W-G durch Entäußerung als Gebrauchswert ihren eigenen Preis und den Gebrauchswert des fremden Geldes realisiert, realisiert sie in der Bewegung G-W durch ihre Entäußerung als Tauschwert ihren eigenen Gebrauchswert und den Preis der andern Ware.

classe se sente bem e se confirma nessa automercanciação [*Selbstentfremdung*], sabe da comerciação [*Entfremdung*] como seu poder próprio e possui em sua aparência uma existência humana; a segunda se sente aniquilada na comerciação [*Entfremdung*], enxerga nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. (Marx e Engels, 2025, tradução nossa)²⁷

2. Proudhon querer suspender o não ter e o modo velho de ter é ao todo idêntico a ele querer suspender a relação praticamente comerciada [*das praktisch entfremdete Verhältnis*] da pessoa com sua entidade²⁸, a ele querer suspender a expressão político-econômica da autocomerciação das pessoas [*der menschlichen Selbstentfremdung*]. Porém, por sua crítica à Economia Política ainda ser partidária dos pressupostos da Economia Política, a reapropriação do próprio mundo objetivo ainda é exprimida sob a forma político-econômica da posse. (Marx e Engels, 2025, tradução nossa)²⁹

²⁷ Die besitzende Klasse und die Klasse des Proletariats stellen dieselbe menschliche Selbstentfremdung dar. Aber die erste Klasse fühlt sich in dieser Selbstentfremdung wohl und bestätigt, weiß die Entfremdung als ihre eigne Macht und besitzt in ihr den Schein einer menschlichen Existenz; die zweite fühlt sich in der Entfremdung vernichtet, erblickt in ihr ihre Ohnmacht und die Wirklichkeit einer unmenschlichen Existenz.

²⁸ Há palavras que por serem homônimas pedem algum complemento para que a diferenciação entre elas se torne possível no texto, caso o contexto não baste. O exemplo de *manga* volta a ser conveniente. Para diferenciar qual das duas palavras se usa, pode-se por exemplo falar *de manga, a fruta, e manga de camisa*. Porém, quando esse mesmo texto é traduzido, esses complementos se tornam inúteis, quando não prejudiciais. Se traduzirmos para o inglês, por exemplo, não há mais homonímia para se preocupar, pois a primeira é *mango* e a segunda é *sleeve*. Julgo que o uso dos adjetivos *subjektiva* [*subjektiv*] e *objetiva* [*gegenständlich*] cumpra papel similar quando acompanham *Wesen*, que pode ser tanto *essência* quanto *entidade*. Se a *Wesen* é *subjektiva*, referir-se-ia à *essência*, pois pertence àquele “sujeito”. Se a *Wesen* for *objetiva*, referir-se-ia à *entidade*, pois é a *Wesen* que independe desse sujeito, por isso *objetiva*, como é o caso aqui da entidade humana, a própria humanidade, existente de modo independente de um sujeito humano singular, pois há outros que a compunham e a compõem. Traduzir os termos para *essência subjektiva* ou *objetiva* não faria sentido, tal como não faria sentido falar em *mango, the fruit*. O complemento deve ser suprimido na tradução a fim de se evitar confusões possíveis. No caso de não haver sinalização mais explícita de qual das palavras foi escolhida, há apenas uma opção: rezar para os Deuses do Contexto pedindo por iluminação no bom entendimento do texto. Espero que Eles tenham sido benevolentes com a interpretação escolhida aqui.

²⁹ Daß Proudhon das Nichthaben und die alte Weise des Habens aufheben will, ist ganz identisch damit, daß er das praktisch entfremdete Verhältnis des Menschen zu seinem gegenständlichen Wesen, daß er den nationalökonomischen Ausdruck der menschlichen Selbstentfremdung aufheben will. Weil aber seine Kritik der Nationalökonomie noch in den Voraussetzungen der Nationalökonomie befangen ist, so wird die Wiederaneignung der gegenständlichen Welt selbst noch unter der nationalökonomischen Form des Besitzes gefaßt.

3. Proudhon não é bem-sucedido em dar a esse pensamento uma execução correspondente. A noção de “posse igual” é, ainda ela mesma, a expressão político-econômica, comerciada [*entfremdete*] para o que é o objeto enquanto ser para a pessoa, enquanto ser objetivo da pessoa, simultaneamente a existência da pessoa para outra pessoa, sua ligação humana com outra pessoa, sua relação de pessoa com pessoa. Proudhon suspende a comercialização [*Entfremdung*] político-econômica dentro da comercialização [*Entfremdung*] político-econômica. (Marx e Engels, 2025, tradução nossa)³⁰
4. De um ponto de vista político-econômico, a crítica à Economia Política autentica todas as definições essenciais à atividade humana, mas apenas na forma comerciada, mercanciada [*in entfremdeter, entäußerter Form*], assim como ela aqui, p. ex., transforma o significado do tempo para o trabalho humano em seu significado para a remuneração pelo trabalho, para o trabalho remunerado. (Marx e Engels, 2025, tradução nossa)³¹
5. Eles [os trabalhadores comunistas que estão nos ateliês de Manchester e Lion, por exemplo] sentem bem dolorosamente a diferença entre ser e pensar, entre consciência e vida. Eles sabem que propriedade, capital, dinheiro, trabalho remunerado e similares não são devaneios ideais, e sim produtos muito práticos, muito objetivos de sua autocomercialização [*Selbstentfremdung*] [...]. (Marx e Engels, 2025, tradução nossa)³²

³⁰ Es ist Proudhon nicht gelungen, diesem Gedanken eine entsprechende Ausführung zu geben. Die Vorstellung des “gleichen Besitzes” ist der nationalökonomische, also selbst noch entfremdete Ausdruck dafür, daß der Gegenstand als Sein für den Menschen, als gegenständliches Sein des Menschen, zugleich das Dasein des Menschen für den andern Menschen, seine menschliche Beziehung zum andern Menschen, das gesellschaftliche Verhalten des Menschen zum Menschen ist. Proudhon hebt die nationalökonomische Entfremdung innerhalb der nationalökonomischen Entfremdung auf.

³¹ Die Kritik der Nationalökonomie auf nationalökonomischem Standpunkte erkennt alle Wesensbestimmungen der menschlichen Tätigkeit an, aber nur in entfremdeter, entäußerter Form, wie sie hier z.B. die Bedeutung der Zeit für die menschliche Arbeit in ihre Bedeutung für den Arbeitslohn, für die Lohnarbeit verwandelt.

³² Sie empfinden sehr schmerzlich den Unterschied zwischen Sein und Denken, zwischen Bewußtsein und Leben. Sie wissen, daß Eigentum, Kapital, Geld, Lohnarbeit u. dgl. durchaus keine ideellen Hirngespinnste, sondern sehr praktische, sehr gegenständliche Erzeugnisse ihrer Selbstentfremdung sind [...].

Noutros momentos ainda d'*A Sagrada Família* há também o uso de *Entäußerung* enquanto *alienação-venda*, isto é, enquanto *comercialização*:

No Proudhon crítico, “os antigos fundadores da propriedade passam batidos pela preocupação com a ambição deles que corresponde ao direito de propriedade, simultaneamente, o direito de mercenciar [*entäußern*], vender, presentear, adquirir e de perder, o que a igualdade, donde eles saíram, destruiu”.

No Proudhon real, os fundadores da propriedade não passam batido pelo curso do seu desenvolvimento na preocupação com sua ambição. Eles antes não o teriam antevisto, mas mesmo que pudessem tê-lo antevisto, as ambições atuais teriam alcançado a vitória. O Proudhon real está muito, mas muito distante mesmo para mercenciar [*entäußern*], vender e etc. o direito ao “direito de propriedade”, isto é, para contrapor o gênero às suas espécies. Ele contrapõe o “direito de receber uma parte da herança” ao “direito de mercenciá-la [*es zu entäußern*], etc.”, o que forma um progresso e uma oposição reais. (Marx e Engels, 2025, tradução nossa)³³

N'*O Capital* (no capítulo III, *O Dinheiro e A Circulação de Mercadorias*) também há ao menos uma breve menção em que *Entfremdung* aparece enquanto *alienação-venda*, não com seu outro uso, enquanto *alienação-separação*: “nós até aqui não conhecemos relação econômica alguma das pessoas fora a de donos de mercadorias, uma relação na qual eles só apropriam o produto do trabalho alheio ao comerciar [*entfremden*] os próprios.” (Marx, 2025c, tradução nossa)³⁴

³³ Bei dem kritischen Proudhon “übersahen die alten Begründer des Eigentums über der Sorge für ihr Bedürfnis, daß dem Eigentumsrecht zugleich das Recht zu entäußern, zu verkaufen, verschenken, erwerben und verlieren entsprach, was die Gleichheit, von der sie ausgingen, zerstörte”.

Bei dem wirklichen Proudhon übersahen die Begründer des Eigentums diesen seinen Entwicklungsgang nicht in der Sorge für ihr Bedürfnis. Sie hatten ihn vielmehr nicht vorhergesehen, aber selbst wenn sie ihn hätten vorhersehen können, selbst dann würde das gegenwärtige Bedürfnis den Sieg davongetragen haben. Der wirkliche Proudhon ist ferner zu massenhaft, um dem ‘Eigentumsrecht’ das Recht zu entäußern, verkaufen etc., d.h. um der Gattung ihre Arten entgegenzustellen. Er stellt das “Recht, sein Erbteil zu erhalten”, dem “Recht, es zu entäußern etc.” entgegen, was einen wirklichen Gegensatz und Fortschritt bildet.

³⁴ Wir kennen bisher kein ökonomisches Verhältnis der Menschen außer dem von Warenbesitzern, ein Verhältnis, worin sie fremdes Arbeitsprodukt nur aneignen, indem sie eignes entfremden.

O uso de *alienação* enquanto sinédoque, metonímia para *venda*, portanto, fica nítido por meio 1) do sentido da tradução alternativa em diversas obras e períodos do pensamento marxiano; 2) do trecho explícito da *Miséria da Filosofia* no qual *ser alienado* é sinônimo de *ser levado ao comércio* (não o genérico de transferência de posse ou propriedade); 3) da ampla escolha da tradução de *Veräußerung* (alienação de bens) para *venda* ou equivalentes, que expressaria a captação de tal sentido, estivessem seus tradutores consciente do uso metonímico ou não. Reitero: *alienação* (sic) às vezes é apenas *venda*. Nada mais.

5. Apesar de tudo, alienação é uma péssima escolha

Esses cognatos estrangeiros de *alienação*, tanto como ela mesma no português mais antigo ou mais nichado, traziam um significado de *transferência a outrem de um direito (inclusive o de propriedade); separação entre possuidor e possuído* (como no uso *psiquiátrico* do termo, onde o alienado é o separado do uso de sua razão); e principalmente *separação do grupo, um isolamento e exclusão*. Hoje, no português brasileiro, *alienação* se refere à adesão a uma perspectiva ilusória que afasta o problema imaginariamente, ainda que não em sua realidade. Os *sentidos comuns* não convergem o bastante para equivalerem. O ruído entre o uso atual e o que ela um dia pôde dizer e até hoje pode, mas apenas em contextos bem específicos, prejudica a compreensão correta.

O problema não é exclusivo do português. Segundo Maria Cristina Poli na introdução de seu artigo, Ricoeur já apontou problema semelhante na língua francesa, mas nesse caso um ruído oriundo da ultraconceitualização do nome (“da palavra”):

Na *Encyclopaedia Universalis*, Ricoeur indica que “a palavra ‘alienação’ [ou melhor dizendo, a sua equivalente em francês] é hoje, na língua francesa, uma palavra doente” (2002, p. 817). A “doença” em causa é a de um uso excessivo do conceito, abarcando um campo semântico excessivamente vasto. (Poli, 2005, p. 134)

A escolha por *alienação*, apesar de trazer certa noção de *tornar alheio* e de *transferência de direito*, isto é, de até ter certa outorga do dicionário, tem um uso muito *anti-idiomático* e traz um ruído enorme. O *sentido de separação* efetiva não é o referido primariamente por ela, o *sentido de separação do grupo* também não (usa-se *excluído*, *segregado*, *isolado*, *não alienado*). A noção de *alienação de bens* não cabe para o que é dito, já que o uso metonímico não é intuitivo ou atual (não à toa a troca por *mercanciação* ou *comerciação* foi preferida). Optar por *alienação* não passa os *sentidos comuns*. Seria fingir que o português é outro que não o existente. *Alienação* é evidentemente superior a *estranhamento* (ou *estranhação*) ou exteriorização, mas ainda é uma péssima escolha.

6. Não há uma *teoria geral da alienação* em Marx

Vários autores buscaram a tal teoria da alienação (sic), geralmente entendida como *Entfremdung*. Há quem diga que alienação enquanto conceito está presente até no Marx maduro. Há quem defenda que isso é pertencente apenas ao jovem. Há divergências até mesmo internas sobre a tal *teoria da alienação*, se se refere a um fenômeno típico das relações burguesas ou bem anterior a elas, se é algo necessariamente ruim ou neutro, etc. O que parece não ter sido cogitado é que *alienação* (*Entfremdung* ou *Entäußerung*) antes de ser um conceito é uma palavra. Assim, é plenamente possível que Marx tenha usado os termos originais em momentos específicos sem a necessidade de referência a um fenômeno maior de nível filosófico, cuja generalidade poderia se encontrar em análise mais minuciosa dos usos da palavra nos textos. Na verdade, essa análise inclusive aponta para o inverso.³⁵

³⁵ Enfatizemos: não há afirmação neste artigo contra a possibilidade efetiva de uma *teoria geral da assim chamada alienação*, seja *Entfremdung* ou *Entäußerung*. Há sim a de que essa teoria não se encontra no próprio Marx. Não é defendido aqui, em hipótese alguma, que se jogue fora as formulações de, por exemplo, Lukács sobre o tema. (Lukács, 2018) Apenas se afirma, no caso desse exemplo, que elas devem ser atribuídas a Lukács, não a Marx, tenha Lukács concordado com isso ou não, pois a vontade do autor é irrelevante perante o efetivado nos textos.

Tanto *Entfremdung* quanto *Entäußerung*, em uma parte considerável dos textos, têm apenas um sentido usual de *separação*, não fazendo referência necessária a qualquer fenômeno mais complexo. Mas como a escolha deficitária de palavras afastou o *sentido comum* contido no original, a mediação ficou prejudicada e a ultraconceitualização surgiu como alternativa para devolver a nitidez que a má escolha levou. Porém traz uma outra, não a que devia. A ultraconceitualização não foi nada além de conceitos subtraduzidos. Ironicamente, com eles ocorreu uma inversão da realidade onde o significado real foi alienado do leitor, a palavra ganhou uma autonomia imprópria e dominou a interpretação real com um outro significado, alheio e estranho ao próprio texto.

Tomemos então alguns exemplos mais concretos onde haveria o uso de *alienação-separação*: porém, usemos uma tradução alternativa para se referir à ideia de contida nos termos originais. Para tal se escolheu *apartação* (*Entfremdung*) e *desgarramento* (*Entäußerung*), em respeito ao estilo um pouco mais prolixo do que simplesmente *separação* (que seria *Trennung*, uma palavra mais banal).

No texto de 43, traduzido usualmente como *Para a Crítica da Filosofia do Direito* de Hegel, *Entfremdung* é às vezes a separação entre os interesses diversos que há no seio da sociedade civil, isto é, a apartação entre frações dentro de tal grupo. Nesse caso, *alienação* seria um termo tão incomum que desafiaria o entendimento do leitor de maneira desnecessária.

Na “subordinação” e “dependência”, Hegel desenvolveu o lado da identidade conflituosa ainda mais, especificamente o lado da apartação [*Entfremdung*] dentro da unidade, “mas por outro lado ele [o Estado] é propósito *imane*nte a ela e tem sua força na unidade de seu propósito final universal e dos interesses particulares dos indivíduos, onde eles têm obrigações nesse ponto contra ele tal qual eles têm simultaneamente direitos.” (Marx, 2025j, tradução nossa, grifos e aspas do autor)³⁶

³⁶ In der “Unterordnung” und “Abhängigkeit” hat Hegel die eine Seite der zwiespältigen Identität weiter entwickelt, und zwar die Seite der Entfremdung innerhalb der Einheit “aber andererseits ist er ihr immanenter Zweck und hat seine Stärke in der Einheit seines allgemeinen Endzwecks und des besonderen Interesses der Individuen, darin, daß sie insofern Pflichten gegen ihn haben, als sie zugleich Rechte haben.

Também há com outros sentidos, mas todos mediante o *sentido comum de separação*, como ao falar que a monarquia seria separada, distante, apartada do povo, e a república não:

A tarefa histórica consiste então na sua reivindicação, mas, ao mesmo tempo, as esferas particulares não têm consciência de que a entidade privada delas cai com a entidade diferente da constituição ou do Estado político, e de que sua existência outra não é diferente da afirmação de sua própria apartação [Entfremdung]. [...] A monarquia é a expressão completa dessa apartação [Entfremdung]. A *república* é a negação dele dentro da sua própria esfera. (Marx, 2025i, tradução nossa)³⁷

Ou o distanciamento que o Estado tem em relação à sociedade, pois é apartado dela:

A pessoa é o princípio real do Estado, mas a pessoa *que não é livre*. Ele é portanto a *democracia* da *falta de liberdade*, a da apartação executada [*die durchgeführte Entfremdung*]. (Marx, 2025i, tradução nossa, destaques do autor)³⁸

Em 43, no *Para a Questão Judaica*, *Entfremdung* aparece em vários contextos. Refere-se à exclusão do judeu da comunidade política (pois o Estado é cristão); também ao fato do Estado na forma de poder senhorial ser separado e distante dele, ao contrário supostamente do Estado oriundo da revolução política como representante da totalidade dos cidadãos; também à *apartação religiosa*, onde a pessoa, o humano, separa uma de suas partes e a atribui ao divino; ou até à separação que as pessoas sofrem causada pelo domínio do mercado enquanto forma de interação de uns com os outros, representado pela “vendição” (*Veräußerung*, alienação de bens), essa que seria responsável por tornar os indivíduos isolados, separados uns dos

³⁷ Die geschichtliche Aufgabe bestand dann in ihrer Revindikation, aber die besondern Sphären haben dabei nicht das Bewußtsein, daß ihr privates Wesen mit dem jenseitigen Wesen der Verfassung oder des politischen Staates fällt, und daß sein jenseitiges Dasein nichts andres als der Affirmativ ihrer eignen Entfremdung ist. [...] Die *Monarchie* ist der vollendete Ausdruck dieser Entfremdung. Die *Republik* ist die Negation derselben innerhalb ihrer eignen Sphäre.

³⁸ Der Mensch ist das wirkliche Prinzip des Staats, aber der *unfreie* Mensch. Er ist also die *Demokratie* der Unfreiheit, die durchgeführte Entfremdung.

outros e da natureza que os cerca, como se não estivessem filiados a uma entidade humana em comum e a essa natureza e tornam esses indivíduos também servos da ambição egoísta. Contudo, *alienação-separação* aparece também como *Entäußerung*, não só *Entfremdung*. Ou seja, tal como em *alienação-venda*, ambas, *Entfremdung* e *Entäußerung*, podem ser usadas de maneira sinonímica e o são. Os trechos:

No assim chamado Estado cristão, a *apartação* [*Entfremdung*] é vigente, mas o humano não.

[...]

A emancipação política é ao mesmo tempo a dissolução da velha sociedade, sob a qual se calca a entidade estatal apartada do povo [*das dem Volk entfremdete Staatswesen*], o poder senhorial. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa.

[...]

Por outro lado: se o judeu reconhece isto, a sua entidade prática, como nula e trabalha em sua suspensão [*Aufhebung*], trabalha para se livrar do seu desenvolvimento até aqui, na sua emancipação humana integral, e se volta contra a expressão prática mais elevada da autoapartação humana [*der menschlichen Selbstentfremdung*]

[...]

O dinheiro é a essência do trabalho humano e da sua existência que é dela apartada, essa entidade alheia o domina e o humano a adora.

[...]

O cristianismo é o pensamento sublime do judaísmo, o judaísmo é a aplicação utilitária comum do cristianismo, mas essa aplicação utilitária só pôde se tornar uma universalidade depois que o cristianismo, enquanto religião pronta, completou de modo teórico a autoapartação do humano de si e da natureza [*die Selbstentfremdung des Menschen von sich und der Natur theoretisch vollendet hatte*].

Só agora o judaísmo pôde chegar ao domínio universal e tornar o humano desgarrado [*entäußerten Menschen*], a natureza desgarrada [*entäußerte Natur*] venais, vendáveis, pôde levá-los à servidão da ambição egoísta, fazer deles objetos de transferência de vossa negociação.

A vendição [*Veräußerung*] é a prática do desgarramento [*Entäußerung*]. Como o humano, enquanto for religiosamente partidário, só sabe objetivar sua entidade ao fazê-la uma entidade fantástica e alheia, então esse humano só pode operar de modo prático sob o domínio da ambição egoísta, só pode gerar objetos de modo prático ao pôr os seus produtos, como a sua atividade, sob o domínio de uma entidade alheia e atribuir a eles o significado de uma entidade alheia – do dinheiro. (Marx, 2025h, tradução nossa)³⁹

Já em 44, no artigo publicado e usualmente traduzido por *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: Introdução*, como em 45 nas *Teses sobre*

³⁹ In dem sogenannten christlichen Staat gilt zwar die Entfremdung, aber nicht der Mensch.

[...]

Die politische Emanzipation ist zugleich die Auflösung der alten Gesellschaft, auf welcher das dem Volk entfremdete Staatswesen, die Herrschermacht, ruht. Die politische Revolution ist die Revolution der bürgerlichen Gesellschaft.

[...]

Andererseits: wenn der Jude dies sein praktisches Wesen als nichtig erkennt und an seiner Aufhebung arbeitet, arbeitet er aus seiner bisherigen Entwicklung heraus, an der menschlichen Emanzipation schlechthin und kehrt sich gegen den höchsten praktischen Ausdruck der menschlichen Selbstentfremdung.

[...]

Das Geld ist das dem Menschen entfremdete Wesen seiner Arbeit und seines Daseins, und dies fremde Wesen beherrscht ihn, und er betet es an.

[...]

Das Christentum ist der sublimen Gedanke des Judentums, das Judentum ist die gemeine Nutzenanwendung des Christentums, aber diese Nutzenanwendung konnte erst zu einer allgemeinen werden, nachdem das Christentum als die fertige Religion die Selbstentfremdung des Menschen von sich und der Natur theoretisch vollendet hatte.

Nun erst konnte das Judentum zur allgemeinen Herrschaft gelangen und den entäußerten Menschen, die entäußerte Natur zu veräußerlichen, verkäuflichen, der Knechtschaft des egoistischen Bedürfnisses, dein Schacher anheimgefallenen Gegenständen machen.

Die Veräußerung ist die Praxis der Entäußerung. Wie der Mensch, solange er religiös befangen ist, sein Wesen nur zu vergegenständlichen weiß, indem er es zu einem fremden phantastischen Wesen macht, so kann er sich unter der Herrschaft des egoistischen Bedürfnisses nur praktisch betätigen, nur praktisch Gegenstände erzeugen, indem er seine Produkte, wie seine Tätigkeit, unter die Herrschaft eines fremden Wesens stellt und ihnen die Bedeutung eines fremden Wesens - des Geldes - verleiht.

Feuerbach, a autoapartação religiosa volta a ser mencionada, isto é, o ato de se dividir, de partir-se e sua consequente atribuição dessa parcela rachada a forças divinas. No artigo de 44 também há a menção a uma apartação mundana de si, não religiosa, a autoapartação política. A seguir:

[No Para a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: Introdução*:] Assim, a tarefa da História, depois que o além da verdade sumiu, é estabelecer a verdade do aquém. Primeiramente, é tarefa da Filosofia, que está a serviço da História, depois que foi desmascarada a configuração sagrada da autoapartação humana [*der menschlichen Selbstentfremdung*], desmascarar a autoapartação em suas configurações não-sagradas [*die Selbstentfremdung in ihren unheiligen Gestalten*]. (Marx, 2025j, tradução nossa)⁴⁰

[Nas *Teses sobre Feuerbach*:] Feuerbach parte do fato da autoapartação religiosa [*der religiösen Selbstentfremdung*], da duplicação do mundo em um mundo religioso, imaginado, e um real. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano. Ele não enxerga que, após a consumação desse trabalho, o principal ainda permanece agindo. (Marx, 2025g, tradução nossa)⁴¹

Em 59, *Marx* usa *Entäußerung* para falar do dinheiro, que seria a existência separada, à parte, desgarrada das outras mercadorias, já que com ele se teria acesso a elas:

[...] o dinheiro, desenvolvido como a existência de todas as mercadorias desgarrada [*das entäußerte Dasein aller Waren*], em oposição ao meio de circulação, como a existência da mercadoria em sua forma sempre vendável de si. (Marx, 2025m, tradução nossa)⁴²

⁴⁰ Es ist also die Aufgabe der Geschichte, nachdem das Jenseits der Wahrheit verschwunden ist, die Wahrheit des Diesseits zu etablieren. Es ist zunächst die Aufgabe der Philosophie, die im Dienste der Geschichte steht, nachdem die Heiligengestalt der menschlichen Selbstentfremdung entlarvt ist, die Selbstentfremdung in ihren unheiligen Gestalten zu entlarven.

⁴¹ Feuerbach geht aus von dem Faktum der religiösen Selbstentfremdung, der Verdopplung der Welt in eine religiöse, vorgestellte und eine wirkliche Welt. Seine Arbeit besteht darin, die religiöse Welt in ihre weltliche Grundlage aufzulösen. Er übersieht, daß nach Vollbringung dieser Arbeit die Hauptsache noch zu tun bleibt.

⁴² das Geld, entwickelt als das entäußerte Dasein aller Waren im Gegensatz zum Zirkulationsmittel als dem Dasein der Ware in ihrer sich stets veräußernden Form.

Em 67, n' *O Capital* (especificamente nos capítulos XXII, *Transformação do Valor a Mais*⁴³ em *Capital*, e XXIII, *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*) a mesma *Entfremdung* é usada para se referir apenas à separação que ocorre do trabalhador com o produto do seu trabalho na forma de um meio de produção ou à separação que há do trabalhador de suas potências mentais, visto que ele é reduzido a um operador de máquinas, não possuindo sequer o controle intelectual do processo ao qual pertence:

1. Assim, o peso sempre crescente do trabalho passado, que colabora no processo de trabalho vivo sob a forma de meios de produção, é atribuído à sua configuração apartada do próprio trabalhador, cujo trabalho passado e não-pago é atribuído à sua configuração de capital. (Marx, 2025b, tradução nossa)⁴⁴
2. [...] todos os meios para o desenvolvimento da produção viram meios de dominação e de exploração dos produtores, mutilam o trabalhador, fazem dele uma pessoa em partes, humilham-no ao fazer dele um acessório de máquina, eliminam seu conteúdo com o sofrimento de seu trabalho, apartam-no [*entfremden ihn*] na mesma medida de suas potências mentais do processo de trabalho [...]. (Marx, 2025a, tradução nossa)⁴⁵

Percebem-se, numa abrangência de 24 anos de produção intelectual marxiana, três coisas: 1) tal qual já tinha sido mencionado, o termo *alienação*

⁴³ Por alguma razão os tradutores oscilaram ao traduzir *Mehrwert*, junção de *Mehr* (mais) com *Wert* (valor), entre mais antigamente para *mais-valia* e mais atualmente para mais-valor. O recurso de formação de palavras por justaposição (quando duas palavras se juntam sem perder certas letras que a compõem) é um recurso cotidiano no alemão, ao contrário do português, onde ele é extraordinário e, portanto, indicaria um significado igualmente extraordinário para justificar seu uso. Assim, o que é simples em *Marx*, um simples *valor a mais*, tornou-se uma nomenclatura estranha e até foi elevado à condição de conceito com *mais-valia* ou *mais-valor*. Curiosamente, a formação da palavra é a mesma de *valor de troca* (*Tauschwert*), a justaposição de *Tausch* (troca) com *Wert* (valor). Contudo, a tradução é corretamente feita, ao invés de repetir o procedimento insano de *mais-valor* e transformar *valor de troca* em *troca-valor*. Tal como não há *troca-valor*, e sim *valor de troca*, não há *mais-valor*, tampouco *mais-valia*, há apenas *valor a mais*.

⁴⁴ Das stets wachsende Gewicht der im lebendigen Arbeitsprozeß unter der Form von Produktionsmitteln mitwirkenden vergangnen Arbeit wird also ihrer dem Arbeiter selbst, dessen vergangne und unbezahlte Arbeit sie ist, entfremdeten Gestalt zugeschrieben, ihrer Kapitalgestalt.

⁴⁵ alle Mittel zur Entwicklung der Produktion schlagen um in Beherrschungs- und Exploitationsmittel des Produzenten, verstümmeln den Arbeiter in einen Teilmenschen, entwürdigen ihn zum Anhängsel der Maschine, vernichten mit der Qual seiner Arbeit ihren Inhalt, entfremden ihm die geistigen Potenzen des Arbeitsprozesses im selben Maße [...].

(seja para *Entfremdung* ou para *Entäußerung*) não cai bem no texto para expressar a ideia de *separação*, pois seu uso assim é *contraintuitivo* e seu significado mais comum de *ilusão* ou *enganação* conduz a confusões razoáveis não permitidas pelos termos originais (como o de *alienação religiosa* ser uma espécie de uso da religião para iludir, distinto da atribuição de parte da humanidade a algo alheio a ela). Mostra-se, portanto, necessário manter os *sentidos comuns* escolhidos e assim permitir a mediação correta para o bom entendimento em nível conceitual. 2) Os fragmentos em que há *alienação-separação* não indicam até aí (até aí) qualquer uso conceitual, mais profundo. Às vezes a interpretação correta do suposto conceito é a dele sequer ser um conceito e ser apenas uma palavra.⁴⁶ E, por fim, 3) *Entfremdung* e *Entäußerung* em Marx, mesmo com significados duplos de venda e separação, atuam em geral como sinônimos. Os que quiseram apontar diferenças, fizeram-no se calcando em concepções erradas do que cada palavra pode significar (principalmente *Entäußerung*). Tentaram em vão descobrir a enorme diferença entre um *murro* e um *soco*. E, pior, disseram que a encontraram.⁴⁷

7. Trabalho alienado (sic) é, antes de tudo, um conceito da Economia Política, não de Marx

Retomemos o principal contexto do artigo: os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Nele se constata um padrão na titulação e na temática das quatro seções do *Primeiro Manuscrito* (primeiro de três), onde está a do assim chamado *trabalho alienado* (sic). Essas seções seriam: 1) *Remuneração pelo Trabalho*; 2) *Ganho do Capital*; 3) *Renda da Terra*; por fim, 4) *O Trabalho Alienado* (sic) [*Die Entfremdete Arbeit*]. (Marx, 2005, p. V, tradução nossa)

⁴⁶ Pode-se argumentar que termos como “alienação religiosa” teriam essa profundidade, e não discordo, mas o “alienação” aí só cumpre o papel de ser sinônimo de separação, de modo que a *Entfremdung* desses termos não é por si só um “conceito”, apenas uma palavra que compõe esses conceitos.

⁴⁷ O entendimento de que *Entfremdung* e *Entäußerung* em Marx (em Marx) são sinônimas não é exclusivo deste artigo. Ele também está presente no supracitado *Léxico da Economia* (Entäusserung, 2018) e no artigo de Marcela D’Abbio (2015, p. 25).

Soa estranho a última seção e talvez a mais polêmica ser também a única que não faria referência a uma categoria da própria Economia Política, mas sim a uma supostamente marxiana.

A fuga do padrão também é incomum a Marx, se observada por um escopo mais amplo da obra do autor: a crítica marxiana em geral é a crítica interna, uma implosão conceitual. Aceita os conceitos como referentes a entidades reais, leva-os à realidade dessas entidades e os re preenche com suas verdadeiras delimitações. Há um exemplo magnífico desse *modus operandi* na seção *Renda da Terra*. Após evocar citações de *Adam Smith* para apontar as teses dele sobre o tema, Marx abre um parágrafo frasal e diz: “mas agora examinemos a renda da terra como ela se configura na circulação real” (Marx, 2005, p. 40, tradução nossa)⁴⁸. Marx não está aí questionando a entidade concreta apontada por Smith, a *renda da terra*, está apenas questionando que ela é como *Smith* diz que seria. Está dizendo: “Smith, renda da terra não é isso aí, mas isto aqui!”

A estranheza ganha mais corpo na própria seção aqui tomada como tópico. A implosão conceitual se confirma no *primeiro parágrafo* d’*O Trabalho Alienado* (sic), onde Marx afirma que *parte dos pressupostos da Economia Política*, que aceita *a sua linguagem* e daí vem a crítica:

Nós partimos dos pressupostos da Economia Política. Aceitamos a sua linguagem e as suas leis. Nós assumimos a propriedade privada, a divisão do trabalho, capital e terra, igualmente da remuneração pelo trabalho, do lucro do capital e da renda da terra tal como a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca, etc. A partir da própria Economia Política, com seu próprio discurso, mostramos que o trabalhador se rebaixa à mercadoria, à mais miserável das mercadorias; que a miséria do trabalhador está em relação inversa com o poder e com a grandeza de sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, assim, a terrível reprodução do monopólio; que, finalmente, a diferença do capitalista e do arrendatário, como do camponês e do

⁴⁸ Betrachten wir aber nun die Grundrente, wie sie sich im wirklichen Verkehr gestaltet.

trabalhador da manufatura, desaparece e toda a sociedade precisa se partir em duas classes, a dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedades. (Marx, 2005, p. 54, tradução nossa)⁴⁹

A tese aqui levantada, e também calcada no uso metonímico de *alienação*, é a de que o “alienado” em *trabalho alienado* nada mais é do que *alienado-vendido*, típico à Economia Política. O dito trabalho alienado, muito longe de ser uma categoria nominalmente marxiana, e que pediria uma explicação “do que é alienação em Marx”, é antes de tudo apenas o *trabalho comercializado, mercenciado*, isto é, *vendido*, contraposto ao trabalho servil e comum às relações feudais. Em Marx “a teoria é esbatida contra o telão do real” (Chasin, 1988), ele não está sugerindo um conceito de *trabalho alienado*, está tomando o conceito de *trabalho vendido* da Economia Política, chocando-o com a realidade e o preenchendo com o que encontra; está dizendo: “mas agora examinemos como o trabalho vendido se configura na realidade”. Afirmar o contrário disso é basicamente sugerir que não haveria aí, n’*O Trabalho Comercializado* (e não mais “Alienado”), uma crítica ao modo marxiano à Economia Política, e sim apenas mais uma externa e apenas às relações burguesas. Afinal, a própria Economia Política não estaria sendo criticada, somente substituída ou acrescida em categoria por uma outra supostamente original. Seria reduzir o potencial da teoria marxiana na vã intenção de aumentá-lo.

Observemos os fragmentos para trazer sustentação, onde é apontada a origem não-marxiana, mas político-econômica do trabalho “alienado”:

- i. Nós já proferimos o conceito deste fato: o trabalho comercializado, mercenciado [*die entfremdete, entäußerte Arbeit*]. Nós analisamos esse conceito, assim, analisamos somente um fato da Economia Política. [Enfatizo aqui o “da Economia Política”.]

⁴⁹ Wir sind ausgegangen von den Voraussetzungen der Nationalökonomie. Wir haben ihre Sprache und ihre Gesetze akzeptiert. Wir unterstellten das Privateigentum, die Trennung von Arbeit, Kapital und Erde, ebenso von Arbeitslohn, Profit des Kapitals und Grundrente wie die Teilung der Arbeit, die Konkurrenz, den Begriff des Tauschwertes etc. Aus der Nationalökonomie selbst, mit ihren eignen Worten, haben wir gezeigt, daß der Arbeiter zur Ware und zur elendesten Ware herabsinkt, daß das Elend des Arbeiters im umgekehrten Verhältnis zur Macht und zur Größe seiner Produktion steht, daß das notwendige Resultat der Konkurrenz die Akkumulation des Kapitals in wenigen Händen, also die fürchterlichere Wiederherstellung des Monopols ist, daß endlich der Unterschied von Kapitalist und Grundrentner wie von Ackerbauer und Manufakturarbeiter verschwindet und die ganze Gesellschaft in die beiden Klassen der Eigentümer und eigentumslosen Arbeiter zerfallen muß.

Continuemos vendo agora como o conceito do trabalho mercenciado, mercenciado [*der entfremdeten, entäußerten Arbeit*] precisa ser proferido e exposto na realidade. (Marx, 2005, p. 64, tradução nossa)⁵⁰

2. Assim como nós, a partir do conceito de trabalho mercenciado, mercenciado [*der entfremdeten, entäußerten Arbeit*], encontramos o conceito de propriedade privada através da análise, todas as categorias da Economia Política podem ser desenvolvidas com a ajuda desses dois fatores, e nós vamos reencontrar em cada categoria, como, p. ex., na negociação, na concorrência, no capital, no dinheiro, apenas uma expressão delimitada e desenvolvida desse primeiro fundamento. (Marx, 2005, p. 68, tradução nossa)⁵¹
3. Entretanto, nós ganhamos o conceito de *trabalho mercenciado* (de *vida desgarrada*) [*der entäußerten Arbeit (des entäußerten Lebens)*] da Economia Política como resultado do *movimento advindo da propriedade privada*. Porém, mostra-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como motivo, como causa do trabalho mercenciado [*der entäußerten Arbeit*], a propriedade privada é, ao contrário, uma consequência desse trabalho, como também os deuses *originalmente* não são a causa, mas o efeito do desvio do intelecto humano. (Marx, 2005, p. 66, tradução nossa, destaques do autor)⁵²

⁵⁰ Wir haben den Begriff dieses Faktums ausgesprochen: die entfremdete, entäußerte Arbeit. Wir haben diesen Begriff analysiert, also bloß ein nationalökonomisches Faktum analysiert.

Sehen wir nun weiter, wie sich der Begriff der entfremdeten, entäußerten Arbeit in der Wirklichkeit aussprechen und darstellen muß.

⁵¹ Wie wir aus dem Begriff der entfremdeten, entäußerten Arbeit den Begriff des Privateigentums durch Analyse gefunden haben, so können mit Hilfe dieser beiden Faktoren alle nationalökonomischen Kategorien entwickelt werden, und wir werden in jeder Kategorie, wie z.B. dem Schacher, der Konkurrenz, dem Kapital, dem Geld, nur einen bestimmten und entwickelten Ausdruck dieser ersten Grundlagen wiederfinden.

⁵² Das Privateigentum ergibt sich also durch Analyse aus dem Begriff der entäußerten Arbeit, d.i. des entäußerten Menschen, der entfremdeten Arbeit, des entfremdeten Lebens, des entfremdeten Menschen.

Wir haben allerdings den Begriff der entäußerten Arbeit (des entäußerten Lebens) aus der Nationalökonomie als Resultat aus der Bewegung des Privateigentums gewonnen. Aber es zeigt sich bei Analyse dieses Begriffes, daß, wenn das Privateigentum als Grund, als Ursache der entäußerten Arbeit erscheint, es vielmehr eine Konsequenz derselben ist, wie auch die Götter ursprünglich nicht die Ursache, sondern die Wirkung der menschlichen Verstandesverirrung sind.

Marx, portanto, não está propondo um novo conceito, está propondo uma revisão de um conceito já estabelecido. O termo “trabalho alienado” apaga as referências de onde Marx o herda e assim torna impossível a discussão e as críticas internas que o autor propõe. A originalidade real de Marx é desrespeitada em prol de uma outra inexistente.

8. A ironia na utilização da ambiguidade e a crítica nela contida

Em todo *O Trabalho Comerciado* as palavras para se referir a tal *trabalho* foram justamente aquelas que também serviriam para o sentido de *separação*. O trabalho *vendido* nos MEFs é *entfremdet* ou *entäußert*, mas nunca *veräußert* (que pode ser *venda*, mas jamais *separação*). A palavra *Veräußerung* e semelhantes sequer aparecem em todo o *Primeiro Manuscrito*. A razão aqui apontada por trás dessa escolha é a possibilidade do uso da *ambiguidade* que *Entfremdung* e *Entäußerung* oferecem. Ambas podem ser tanto *venda* quanto *separação*. Assim, Marx ironiza e mediante ela também expõe a ligação que há entre certas *separações* (como a separação do trabalhador do produto do trabalho, do humano individual de seu gênero, etc.) e a *venda*, defendida pela Economia Política.

Acompanhemos a linha de raciocínio seguida por Marx:

1) *Há elementos que a Economia Política toma equivocadamente como contrapostos, mas que possuem um elo: o sistema do dinheiro*. Tais não se opõem por outros elementos contingentes e intencionais típicos da sociedade *feudal* (posição da Eco. Pol.), mas se ligam de maneira necessária decorrentes da própria sociedade *burguesa* (posição de Marx). O elo entre eles seria exposto pelo *sistema do dinheiro*, logo é ele que serviria de ponto de partida para a compreensão correta. Neste mesmo fragmento há pela primeira vez na seção o uso de *Entfremdung* (o título *Die Entfremdete Arbeit* não foi sequer dado pelo próprio Marx) e usado como *separação*, não como *venda*, pois é igualado a *Trennung* [*separação*]. A seguir:

Exatamente pela Economia Política não compreender o nexo do movimento que ela pode novamente contrapor, por exemplo, a teoria da concorrência à teoria do monopólio, a teoria da liberdade de comércio à teoria da corporação, a teoria da divisão da posse da terra à teoria da grande propriedade de terra, pois concorrência, liberdade de comércio, divisão da posse da terra estão desenvolvidas e compreendidas apenas como consequências contingentes, intencionais, forçadas do monopólio, da corporação, da propriedade feudal, não como suas consequências necessárias, inevitáveis, naturais.

Assim, temos agora que compreender, com o sistema do dinheiro, o nexo entre a propriedade privada, a ganância, a separação do trabalho, capital e propriedade da terra, da troca e concorrência, do valor e desvalorização do humano, do monopólio e concorrência, etc., de toda essa apartação [*dieser ganzen Entfremdung*]. (Marx, 2005, p. 55-56, tradução nossa)⁵³

2) *Adiciona-se detalhe ao ponto de partida: o fato atual da separação entre o trabalhador e a riqueza que ele produz.* Marx afirma que não se deve partir disso, de “um estado originário inventado” (Marx, 2005, p. 56, tradução nossa)⁵⁴ onde a propriedade privada já existe. Afinal, não se deve tomar “sob a forma de fato, de resultado, o que ele [o economista político] deve deduzir” (Marx, 2005, p. 56, tradução nossa)⁵⁵. Deve-se partir de um fato da Eco. Pol. que seja “atual” (Marx, 2005, p. 56, tradução nossa)⁵⁶, a própria separação entre produtor (trabalhador) e produto (objeto oriundo do seu trabalho). Essa *distância* entre ambos torna o trabalhador mais pobre apesar da riqueza produzida.

⁵³ Eben weil die Nationalökonomie den Zusammenhang der Bewegung nicht begreift, darum konnte sich z.B. die Lehre von der Konkurrenz der Lehre vom Monopol, die Lehre von der Gewerbefreiheit der Lehre von den Korporation, die Lehre von der Teilung des Grundbesitzes der Lehre vom großen Grundeigentum wieder entgegenstellen, denn Konkurrenz, Gewerbefreiheit, Teilung des Grundbesitzes waren nur als zufällige, absichtliche, gewaltsame, nicht als notwendige, unvermeidliche, natürliche Konsequenzen des Monopols, der Korporation und des Feudaleigentums entwickelt und begriffen.

Wir haben also jetzt den wesentlichen Zusammenhang zwischen dem Privateigentum, der Habsucht, der Trennung von Arbeit, Kapital und Grundeigentum, von Austausch und Konkurrenz, von Wert und Entwertung der Menschen, von Monopol und Konkurrenz etc., von dieser ganzen Entfremdung mit dem Geldsystem zu begreifen.

⁵⁴ einen nun erdichteten Urzustand

⁵⁵ in der Form der Tatsache, des Ereignisses, was er deduzieren soll

⁵⁶ gegenwärtigen

Não nos desloquemos, como o economista político quando quer explicar, a um estado originário inventado. Tal estado originário não explica nada. Ele meramente empurra a questão a uma distância cinza, nebulosa. Ele imputa sob a forma de fato, de resultado, o que ele deve deduzir, especificamente a relação necessária entre duas coisas, por exemplo, entre a divisão de trabalho e troca.

[...]

Nós partimos de um fato atual, da Economia Política.

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais engorda sua produção em potência e abrangência. (Marx, 2005, p. 56, tradução nossa)⁵⁷

3) *Esse ponto de partida apenas expressa que a forma de apropriação do “estado político-econômico” (isto é, das relações econômicas na época da Economia Política, da economia burguesa) é a apartação, o desgarramento que existe entre os que produzem (os trabalhadores) e os produtos. Nesse ponto já há certa ironia na escolha dos termos, pois poderiam significar comercialização, mercanciação, venda. Perceber-se-á pela comparação com o trecho do Para a Crítica da Economia Política, onde Entäußerung é usada de maneira clara como venda, como comercialização.*

[Para A Crítica:] Claro que Stuart sabia muito bem que o produto em épocas pré-burguesas também recebe a forma de mercadoria e a mercadoria a forma de dinheiro, mas ele certifica minuciosamente que a mercadoria enquanto forma fundamental e elementar da riqueza e a mercanciação [Entäußerung] enquanto forma dominante de apropriação pertencem apenas ao período de

⁵⁷Versetzen wir uns nicht wie der Nationalökonom, wenn er erklären will, in einen nun erdichteten Urzustand. Ein solcher Urzustand erklärt nichts. Er schiebt bloß die Frage in eine graue, nebelhafte Ferne. Er unterstellt in der Form der Tatsache, des Ereignisses, was er deduzieren soll, nämlich das notwendige Verhältnis zwischen zwei Dingen, z.B. zwischen Teilung der Arbeit und Austausch.

[...]

Wir gehn von einem nationalökonomischen, gegenwärtigen Faktum aus.

Der Arbeiter wird um so ärmer, je mehr Reichtum er produziert, je mehr seine Produktion an Macht und Umfang zunimmt.

produção burguês, portanto, que o caráter do trabalho que coloca valor de troca é especificamente burguês. (Marx, 2025k, tradução nossa)⁵⁸

[*Manuscriptos Eco.Fil.:*] Esse fato não expressa nada além de: o objeto que o trabalho produz, seu produto, defronta-o [o trabalhador] como uma entidade alheia, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixa em um objeto que é feito enquanto coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece no estado da Economia Política enquanto desefetivação do trabalhador, a objetivação enquanto perda do objeto e servidão a ele, a apropriação enquanto apartação, enquanto mercanciação. [*die Aneignung als Entfremdung, als Entäußerung.*]

[...]

Tanto a apropriação do objeto aparece como apartação [*Entfremdung*] que, quanto mais objetos o trabalhador produz, menos ele pode possuir e mais cai sob o domínio do seu produto, do capital. (Marx, 2005, p. 56-57, tradução nossa)⁵⁹

A partir desse ponto a ironia se estabelece e com ela a crítica: a *venda* (*Entfremdung* ou *Entäußerung*) traria consigo a *separação* (também *Entfremdung* ou *Entäußerung*, mas jamais *Veräußerung*, por isso ela sequer aparece nesse manuscrito).

4) *A separação até aqui tratada é consequência da venda que ocorre no próprio processo produtivo: a venda do trabalho, portanto, a crítica adentra o processo produtivo.* Aqui Marx não só afirma o nexo entre ambas as alienações, mas vai um

⁵⁸ Stuart wußte natürlich sehr wohl, daß das Produkt auch in vorbürgerlichen Epochen die Form der Ware und die Ware die Form des Geldes erhält, aber er weist ausführlich nach, daß die Ware als elementarische Grundform des Reichtums und die Entäußerung als die herrschende Form der Aneignung nur der bürgerlichen Produktionsperiode angehören, also der Charakter der Tauschwert setzenden Arbeit spezifisch bürgerlich ist.

⁵⁹ Dies Faktum drückt weiter nichts aus als: Der Gegenstand, den die Arbeit produziert, ihr Produkt, tritt ihn als ein fremdes Wesen, als eine von dem Produzenten unabhängige Macht gegenüber. Das Produkt der Arbeit ist die Arbeit, die sich in einem Gegenstand fixiert, sachlich gemacht hat, es ist die Vergegenständlichung der Arbeit. Die Verwirklichung der Arbeit ist ihre Vergegenständlichung. Diese Verwirklichung der Arbeit erscheint in dem nationalökonomischen Zustand als Entwirklichung des Arbeiters, die Vergegenständlichung als Verlust und Knechtschaft des Gegenstandes, die Aneignung als Entfremdung, als Entäußerung.

[...]

Die Aneignung des Gegenstandes erscheint so sehr als Entfremdung, daß, je mehr Gegenstände der Arbeiter produziert, er um so weniger besitzen kann und um so mehr unter die Herrschaft seines Produkts, des Kapitals, gerät.

passo além, consegue dizer também que a *separação* (*entfremdet* ou *entäußert*) só é possível mediante a produção a partir do trabalho *vendido* (também *entfremdet* ou *entäußert*). É o seguimento do raciocínio que já germinava no *Para a Questão Judaica*, onde “a vendição é a prática do desgarramento” (2025h, tradução nossa)⁶⁰. Mas se antes a crítica estava na circulação, no processo de troca, com o elo na *vendição* (*Veräußerung*), agora pela primeira vez a crítica é levada *ao processo de trabalho, às relações de produção*. A seguir:

Examinamos até agora a apartação [*Entfremdung*], a comercialização do trabalhador [*Entäußerung des Arbeiters*] apenas seguindo um único lado, especificamente a relação dele com o produto do seu trabalho. Porém a apartação [*Entfremdung*] se mostra não somente no resultado, mas no ato da produção, dentro do próprio processo produtivo. Como o trabalhador poderia defrontar o produto de maneira alheia à sua atividade se não se apartasse de si no próprio ato da produção? [*wenn er im Akt der Produktion selbst sich nicht sich selbst entfremdete?*] O produto é só e somente só o resumo da atividade, da produção. Assim, se o produto do trabalho é a mercanciação, [*Entäußerung*], então a própria produção precisa ser o desgarramento em ato [*tätige Entäußerung*], a mercanciação da atividade [*Entäußerung der Tätigkeit*]. Na apartação do objeto do trabalho [*Entfremdung des Gegenstandes der Arbeit*] apenas se resume a comercialização, a mercanciação na própria atividade do trabalho [*Entfremdung, die Entäußerung in der Tätigkeit der Arbeit selbst*]. (Marx, 2005, p. 59, tradução nossa)⁶¹

E então, finalmente, Marx faz com o conceito de *trabalho vendido* o mesmo que teria feito com Smith na seção da *Renda da Terra*, “agora examinemos como o trabalho vendido se configura na realidade”. Não à toa a pergunta inicial à descrição real é “no que consiste *agora* a comercialização do trabalho”, pois é o repreenchimento do conceito, mas *agora* com suas delimitações reais. A seguir:

⁶⁰ Die Veräußerung ist die Praxis der Entäußerung

⁶¹ Wir haben bisher die Entfremdung, die Entäußerung des Arbeiters nur nach der einen Seite hin betrachtet, nämlich sein Verhältnis zu den Produkten seiner Arbeit. Aber die Entfremdung zeigt sich nicht nur im Resultat, sondern im Akt der Produktion, innerhalb der produzierenden Tätigkeit selbst. Wie würde der Arbeiter dem Produkt seiner Tätigkeit fremd gegenüber treten können, wenn er im Akt der Produktion selbst sich nicht sich selbst entfremdete? Das Produkt ist ja nur das Resümee der Tätigkeit, der Produktion. Wenn also das Produkt der Arbeit die Entäußerung ist, so muß die Produktion selbst die tätige Entäußerung, die Entäußerung der Tätigkeit, die Tätigkeit der Entäußerung sein. In der Entfremdung des Gegenstandes der Arbeit resümiert sich nur die Entfremdung, die Entäußerung in der Tätigkeit der Arbeit selbst.

No que consiste agora a mercanciação do trabalho? [*Entäußerung der Arbeit*]

Primeiramente, no trabalho ser extrínseco ao trabalhador, isto é, não pertencer à sua essência, por isso ele não se afirma em seu trabalho, mas se nega, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve energia física e mental alguma, mas castiga o seu físico e arruína a sua mente. Por isso o trabalhador só se sente consigo fora do trabalho e no trabalho se sente fora de si. Em casa, quando não está trabalhando, ele é, e quando está trabalhando, ele não está em casa. Por isso seu trabalho não é de livre-vontade, mas forçado, é trabalho compulsório. Por isso o seu trabalho não é a satisfação de uma ambição, mas é apenas um meio para satisfazer ambições exteriores a ele. Sua alheidade emerge puramente do trabalhador, assim que passa a não existir qualquer coerção, física ou outra, fugir do trabalho tal qual o diabo foge da cruz. O trabalho extrínseco, o trabalho no qual a pessoa se aparta, é um trabalho do autossacrifício, do castigo. Por fim, a extrínsecidade do trabalho para o trabalhador aparece no que não é propriamente seu, mas de outrem, no trabalho não pertencer a ele, no trabalhador não se filiar a si mesmo no trabalho, mas a outrem. Assim como na religião, a atividade de si da fantasia humana, do cérebro humano e do coração das pessoas, surte efeito de maneira independente do indivíduo, isto é, como uma atividade alheia, divina ou diabólica, a atividade do trabalhador não é sua autoatividade de si. Ela pertence a outrem, ela é a perda de si mesmo. (Marx, 2005, p.59-60, tradução nossa)⁶²

⁶² Worin besteht nun die Entäußerung der Arbeit?

Erstens, daß die Arbeit dem Arbeiter äußerlich ist, d.h. nicht zu seinem Wesen gehört, daß er sich daher in seiner Arbeit nicht bejaht, sondern verneint, nicht wohl, sondern unglücklich fühlt, keine freie physische und geistige Energie entwickelt, sondern seine Physis abkasteit und seinen Geist ruiniert. Der Arbeiter fühlt sich daher erst außer der Arbeit bei sich und in der Arbeit außer sich. zu Hause ist er, wenn er nicht arbeitet, und wenn er arbeitet, ist er nicht zu Hause. Seine Arbeit ist daher nicht freiwillig, sondern gezwungen, Zwangsarbeit. Sie ist daher nicht die Befriedigung eines Bedürfnisses, sondern sie ist nur ein Mittel, um Bedürfnisse außer ihr zu befriedigen. Ihre Fremdheit tritt darin rein hervor, daß, sobald kein physischer oder sonstiger Zwang existiert, die Arbeit als eine Pest geflohen wird. Die äußerliche Arbeit, die Arbeit, in welcher der Mensch sich entäußert, ist eine Arbeit der Selbstaufopferung, der Kasteiung. Endlich erscheint die Äußerlichkeit der Arbeit für den Arbeiter darin, daß sie nicht sein eigen, sondern eines andern ist, daß sie ihm nicht gehört, daß er in ihr nicht sich selbst, sondern einem andern angehört. Wie in der Religion die Selbsttätigkeit der menschlichen Phantasie, des menschlichen Hirns und des menschlichen Herzens unabhängig vom Individuum, d. h. als eine fremde, göttliche oder teuflische Tätigkeit, auf es wirkt, so ist die Tätigkeit des Arbeiters nicht seine Selbsttätigkeit. Sie gehört einem andern, sie ist der Verlust seiner selbst.

5) O trabalho “alienado” (*vendido*), agora como ele de fato seria, modifica a relação da pessoa com o mundo e o torna um mundo “alienado” (*separado*). Como o trabalho consiste na atividade prática humana fundamental, base de todas as outras, a relação do trabalho enquanto trabalho *vendido* (*entfremdet* ou *entäußert*) torna o seu produto um produto não só *vendido* como também *separado* (também *entfremdet* ou *entäußert*). Assim, a *venda* na atividade fundamental torna a relação com o mundo enquanto um mundo *separado* (*entfremdet* ou *entäußert*, tal qual o vendido). A seguir:

Nós examinamos ali o ato da comercialização [*Entfremdung*] da atividade prática humana, o trabalho, segundo dois lados. 1. A relação do trabalhador com o produto do trabalho enquanto objeto alheio, poderoso frente ao trabalhador. Essa relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo sensorial exterior, com os objetos da natureza como um mundo que se contrapõe de maneira alheia, hostil ao trabalhador. 2. A relação do trabalho com o ato da produção dentro do trabalho. Essa relação é a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma alheia, à qual ele não se filia, a atividade enquanto sofrimento, a força enquanto impotência, a procriação enquanto castração, a própria energia física e mental do trabalhador, sua vida pessoal – pois o que a vida é a vida senão atividade? – como uma atividade – como uma atividade que não pertence ao trabalhador, é independente dele, é voltada contra ele mesmo. A automercanciação, a autoapartação [*Selbstentfremdung*] tal qual acima a apartação da coisa [*die Entfremdung der Sache*]. (Marx, 2005, p.60-61, tradução nossa)⁶³

Por fim, 6) Como o mundo a partir do trabalho *vendido* (*entfremdet*, *entäußert*) é um mundo *separado* (*entfremdet*, *entäußert*, *jamais veräußert*), também o são o gênero humano (a própria humanidade), o outro humano (uma pessoa) e a natureza:

⁶³ Wir haben den Akt der Entfremdung der praktischen menschlichen Tätigkeit, die Arbeit, nach zwei Seiten hin betrachtet. 1. Das Verhältnis des Arbeiters zum Produkt der Arbeit als fremden und über ihn mächtigen Gegenstand. Dies Verhältnis ist zugleich das Verhältnis zur sinnlichen Außenwelt, zu den Naturgegenständen als einer fremden, ihm feindlich gegenüberstehenden Welt. 2. Das Verhältnis der Arbeit zum Akt der Produktion innerhalb der Arbeit. Dies Verhältnis ist das Verhältnis des Arbeiters zu seiner eignen Tätigkeit als einer fremden, ihm nicht angehörigen, die Tätigkeit als Leiden, die Kraft als Ohnmacht, die Zeugung als Entmannung, die eigne physische und geistige Energie des Arbeiters, sein persönliches Leben – denn was ist Leben [anderes] als Tätigkeit – als eine wider ihn selbst gewendete, von ihm unabhängige, ihm nicht gehörige Tätigkeit. Die Selbstentfremdung, wie oben die Entfremdung der Sache.

Agora nós ainda temos que ver uma terceira delimitação do trabalho comercializado [*der entfremdeten Arbeit*], oriunda das duas até então.

O humano é uma entidade do gênero, não apenas quando faz do gênero, tanto o seu próprio quanto a do resto das coisas, o seu objeto de modo prático e teórico, mas – e isso é apenas uma expressão para a mesma coisa –, mas também quando se relaciona consigo mesmo enquanto do gênero atual, vivo, quando se relaciona consigo enquanto uma entidade universal, por isso, livre.

[...]

O trabalho comercializado [*die entfremdete Arbeit*] aparta [*entfremdet*] a pessoa da natureza, de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, então ele aparta [*entfremdet*] a pessoa do gênero; faz da pessoa, do gênero, um meio da vida individual. Primeiramente aparta vida do gênero e vida individual, e secundariamente faz da última em sua abstração um propósito da primeira, igualmente em sua forma abstrata e apartada [*in seiner abstrakten und entfremdeten Form*].

[...]

Assim o trabalho comercializado [*entfremdete*] faz:

3) da entidade genérica do humano, tanto a natureza quanto sua capacidade mental genérica, uma entidade alheia a ele, um meio de sua existência individual. Tal trabalho aparta o humano do próprio ventre, como da natureza exterior a ele, como de sua entidade mental, sua entidade humana. (Marx, 2005, p. 61-64, tradução nossa)⁶⁴

⁶⁴ Wir haben nun noch eine dritte Bestimmung der entfremdeten Arbeit aus den beiden bisherigen zu ziehn.

Der Mensch ist ein Gattungswesen, nicht nur indem er praktisch und theoretisch die Gattung, sowohl seine eigne als die der übrigen Dinge, zu seinem Gegenstand macht, sondern — und dies ist nur ein anderer Ausdruck für dieselbe Sache —, sondern auch indem er sich zu sich selbst als der gegenwärtigen, lebendigen Gattung verhält, indem er sich zu sich als einem universellen, darum freien Wesen verhält.

[...]

Indem die entfremdete Arbeit dem Menschen 1. die Natur entfremdet, 2. sich selbst, seine eigne tätige Funktion, seine Lebenstätigkeit, so entfremdet sie dem Menschen die Gattung; sie macht ihm das Gattungsleben zum Mittel des individuellen Lebens. Erstens entfremdet sie das Gattungsleben und das individuelle Leben, und zweitens macht sie das letztere in seiner Abstraktion zum Zweck des ersten, ebenfalls in seiner abstrakten und entfremdeten Form.

[...]

Die entfremdete Arbeit macht also:

3) das Gattungswesen des Menschen, sowohl die Natur als sein geistiges Gattungsvermögen, zu einem ihm fremden Wesen, zum Mittel seiner individuellen Existenz. Sie entfremdet dem Menschen seinen eignen Leib, wie die Natur außer ihm, wie sein geistiges Wesen, sein menschliches Wesen.

4) Uma consequência imediata da pessoa estar apartada [*daß... entfremdet ist*] do produto do seu trabalho, da sua atividade vital, da sua entidade genérica, é a apartação de uma pessoa da outra. Se o humano se contrapõe a si mesmo, então o outro humano está contraposto a ele. O que, da relação da pessoa com o seu trabalho, com o produto do seu trabalho e consigo mesma, vale da relação da pessoa com outra pessoa, como com o trabalho e com o objeto do trabalho de outra pessoa.

Em geral, a tese de que a pessoa está apartada [*entfremdet*] da sua entidade genérica quer dizer que uma pessoa está apartada [*entfremdet*] da outra, como cada um deles da entidade humana. (Marx, 2005, p. 64, tradução nossa)⁶⁵

Conclui-se desta seção que: 1) há um duplo sentido possível nas palavras em alemão. Nota-se pela coerência nos trechos em que tal tese foi considerada e aplicada. Tal duplo sentido é aproveitado em um uso crítico e irônico para criticar a categoria de *venda* (*Entfremdung*, *Entäußerung* ou até *Veräußerung*) como raiz de várias *separações* (*Entfremdung* ou *Entäußerung*, mas jamais *Veräußerung*). 2) Apesar de haver crítica ao fenômeno da *apartação* ou do *desgarramento* (de *Entfremdung* ou de *Entäußerung*), o uso dessas palavras nem sempre pode ser englobado em um único “conceito”, capaz de ser teorizado em geral. Certas *separações* são oriundas da forma de trabalho *vendido* ou da *venda* como forma de circulação dominante, raciocínio que germina no *Para a Questão Judaica* e floresce nos *MEFs*. Mas outras não. Outras são anteriores a tudo isso, como a *apartação religiosa*. Algumas são meramente fenômenos da diversidade de interesses na sociedade civil. Outras são apenas referentes à *apartação* que ocorre entre Estado e sociedade, e por aí vai. Não dá para tomar como uma *teoria geral* porque não se propõe a explicar um fenômeno geral cujas

⁶⁵ 4) Eine unmittelbare Konsequenz davon, daß der Mensch dem Produkt seiner Arbeit, seiner Lebenstätigkeit, seinem Gattungswesen entfremdet ist, ist die Entfremdung des Menschen von dem Menschen. Wenn der Mensch sich selbst gegenübersteht, so steht ihm der andre Mensch gegenüber. Was von dem Verhältnis des Menschen zu seiner Arbeit, zum Produkt seiner Arbeit und zu sich selbst, das gilt von dem Verhältnis des Menschen zum andren Menschen, wie zu der Arbeit und dem Gegenstand der Arbeit des andren Menschen. Überhaupt, der Satz, daß der Mensch seinem Gattungswesen entfremdet ist, heißt, daß ein Mensch dem andern, wie jeder von ihnen dem menschlichen Wesen entfremdet ist.

expressões são suas espécies, seus particulares, como faz, por exemplo, Lukács na *Grande Ontologia* (2018).

Infelizmente, a ironia de Marx não pôde ser traduzida sem sérios danos à mensagem que se proporia (a ligação entre *alienação-venda* e *alienação-separação*), pois, se mantivermos os mesmos significantes, o texto se torna confuso devido ao fato da palavra que tornaria isso possível (*alienação*) não expressar bem os devidos *sentidos comuns* (*separação* e *venda*). O máximo que é possível, se prezarmos pela continuidade desses sentidos para que a apreensão conceitual correta se efetive, é usar dois sinônimos de *separação* e dois de *venda*. Assim, o restante do texto é suficiente para elucidar a ligação entre ambos. Em prol da tenacidade conceitual, opta-se por sacrificar parte do recurso estilístico (a ironia). O contrário, por mais que a intenção não seja essa, mostrou-se na verdade um sacrifício de ambos, não reproduz nem a tenacidade conceitual porque foge dos sentidos comuns e tampouco a ironia, portanto, uma alternativa objetivamente inferior.

Para além do já dito, constata-se um outro fato importante. Marx não faz uma ligação forte entre as palavras e os conceitos. Ou seja, não dá pra ver uma palavra e ter certeza que um conceito específico foi usado só ao vê-la. *Entfremdung* e *Entäußerung* são usadas para indicar tanto *alienação-venda* como *alienação-separação*. Enquanto *alienação-separação* não é sequer unificada em uma única palavra, *alienação-venda* é ainda menos reservada em termos de palavras, pode ser referida por *Entfremdung*, *Entäußerung* e também *Veräußerung*.

9. Seção final: o resumo da ópera

Sintetiza-se aqui a linha de raciocínio, sem que se explicitem as evidências, pois essas já foram apontadas no decorrer do texto.

A argumentação se inicia pela explicação de como se realiza o entendimento dos chamados “textos conceituais” e conseqüentemente de como se deve traduzi-los. Os conceitos são bem entendidos através do *sentido comum* das palavras que os abrigam. Se *liberdade* é algo em um autor e outra coisa

distinta em outro, é porque *liberdade* quer dizer algo antes de virar um conceito em quem quer que seja. Tal *sentido comum* é uma mediação necessária e é ela o alvo da tradução, para assim poder reproduzir o caminho da compreensão tal qual quis o autor original. O inverso, a tentativa de traduzir diretamente o conceito, ignora a mediação necessária. O traduzido termina por sobrescrever e assim distorcer o escrito, o segundo autor rouba um espaço do primeiro. Dito isso, deve-se analisar primeiro o que *Entfremdung* e *Entäußerung* podem dizer (os *sentidos comuns*) para assim entender o que Marx quis dizer mediante tais palavras (os supostos conceitos).

Pela análise de *Entfremdung*, conclui-se que a palavra em alemão não é tão precisa, pois significa *tornar fremd* [um adjetivo], esse que por sua vez pode ser *alheio* ou *estranho*. A opção por *estranhamento* foi descartada mesmo se *fremd* for *estranho*, pois *estranhamento* não significa *tornar estranho*, mas *se sentir estranho perante algo*, bem distinto. Ademais, os usos da palavra em alemão, junto aos trechos, favoreceram até aí a tese de *fremd-alheio*, portanto, de *Entfremdung* como *alienação*. Mas até aí.

Pela análise de *Entäußerung*, constatou-se que a interpretação de tal palavra como *exteriorização* ou semelhante não condiz com a realidade. O argumento da semelhança entre *Äußerung* (supostamente *exteriorização*) e *Entäußerung* eleva uma coincidência nominal ao nível de similaridade significacional. Um erro. O sentido de *Entäußerung* é totalmente distinto do de *exteriorização* e cia., é o de *cessão* ou *entrega*, isto é, o de passar algo para outrem de modo voluntário e de sorte que, ao fazê-lo, haja uma ausência no sujeito do objeto passado (cedido, entregue) e conseqüentemente uma distância entre ambos, o que possibilita inclusive a sinonímia com *Veräußerung*, *alienação em termos jurídicos*. *Alienação* também casa melhor até aí. Mas até aí. Sendo, inclusive, sinônimo de *Entfremdung*. Sobre o sentido de ambas como *alienação de bens, em termos jurídicos*, esse possui um caráter metonímico, *sinedóquico*, e mediante esse o verdadeiro sentido seria apenas um de seus vários tipos possíveis: o de *venda*. Ou seja, por vezes a *alienação seria apenas venda*. Nada mais.

A palavra alienação em português, apesar do já dito, não é comumente usada para os *sentidos comuns* referidos por Marx, os de *separação*, de *venda*. Constatase então que, mesmo superior às alternativas *estranhamento* e *exteriorização* e cia., *alienação* é uma péssima escolha. Torna trechos obtusos e leva a ultraconceitualizações (“faz sentido porque alienação é um conceito que na verdade quer dizer...”). Essas compõem os motivos do ocultamento de quando por vezes “alienação” era apenas “separação”, sem significado conceitual e sem necessidade de uma suposta *teoria da alienação de Marx*. A originalidade de fato de Marx foi assim trocada por outra inexistente.

Para evitar essas confusões, optou-se por traduzir, quando *separação*, *Entfremdung* para *apartação* e *Entäußerung* para *desgarramento*, e, quando *venda*, *Entfremdung* para *comerciação* e *Entäußerung* para *mercanciação*. Apenas com respeito a tais *sentidos comuns* (não viáveis em alienação) se torna possível a compreensão correta.

Dito isso, constatou-se 1) pelos próprios *MEFs*, 2) pelo uso metonímico de “alienação” como *venda* e 3) pelo procedimento comum de Marx ao criticar um conceito que: o conceito de *trabalho alienado* (sic) nada mais é do que o de *trabalho vendido*, um conceito não “de Marx”, mas da Economia Política e que Marx estaria apenas refazendo de maneira realista. Marx não criou um conceito novo, apenas mostrou como o trabalho comerciado se configura na realidade. Daí viria o uso irônico dos termos que podem significar tanto *venda* quanto *separação* (*Entfremdung* e *Entäußerung*). Pelo uso da ambiguidade, Marx faz a ligação entre o fato da venda como forma dominante de apropriação, de circulação e como presente no próprio processo de trabalho e o fato de certas separações que há entre o trabalhador e seu produto, entre a pessoa e sua entidade genérica, entre a humanidade e a natureza, etc. Tal raciocínio já germinava no *Para a Questão Judaica*, mas ganhou notoriedade e maior robustez nos *MEFs*.

Por fim, ao se retirar os falsos sentidos comuns das palavras em questão e trocá-los pelos verdadeiros; ao se compreender a metonímia de “alienação” como referente por vezes apenas à *venda*; ao se jogar fora as

ultraconceitualizações que não passavam de subtraduções e ao se perceber a ironia no uso da ambiguidade das palavras analisadas, conclui-se que: *não há um “conceito de alienação”, e sim, mediante o uso irônico da ambivalência das palavras Entfremdung e Entäußerung, uma análise crítica, em nível filosófico, do fenômeno da venda, em uma configuração historicamente delimitada enquanto fonte de certas separações. É isso o que há em Marx. Em Marx.*⁶⁶

⁶⁶ É conhecido que o par conceitual *Entfremdung-Entäußerung* (talvez até a tríade, se contarmos com *Außerung* também) existe em Hegel e que há certa referência a ele no uso do par em Marx. Contudo, se a escolha marxiana de palavras fazia referência a Hegel, a análise dos autores aponta para uma não-referência no que toca aos conceitos. Marx ali usa um vocabulário similar ao hegeliano, não uma constelação conceitual similar à hegeliana. Inclusive porque ambas as palavras possuem sentidos diversos nos autores em questão.

Se em Marx ambas são sinônimas, usadas para evocar os mesmos sentidos comuns (venda e separação), em Hegel as nuances entre ambas de significados, de sentidos comuns, são utilizadas também conceitualmente. *Entfremdung* e *Entäußerung* são gêmeas idênticas e como tais possuem diferenças sutis. Marx as usou geralmente enquanto iguais, Hegel o fez enquanto ligeiramente diferentes.

Entfremdung é uma palavra que leva a atenção do leitor/ouvinte ao objeto. Após uma *Entfremdung*, o objeto se torna *fremd*, é ele o protagonista da mensagem. *Entäußerung*, por sua vez, puxa a atenção para o sujeito. Se Carlos realiza uma *Entäußerung*, sabe-se agora que Carlos possui um vazio, uma ausência do que foi “entäußerado”, o estado do objeto não é relevante, pois é Carlos, o sujeito, que é o protagonista da mensagem, não o objeto. Além disso, em *Entäußerung* há um tom voluntário que inexistente em *Entfremdung*. Não que *Entfremdung* possua um tom compulsório, mas o caráter volitivo não é necessário, e sim contingente. Se considerarmos que a palavra é a junção do significante com o significado, podemos até dizer que, apesar dos mesmos nomes, dos mesmos significantes, em ambos os autores não há sequer as mesmas palavras.

Por isso se em Marx os sentidos comuns tanto de *Entfremdung* como de *Entäußerung* são os de criar algum tipo de separação entre as entidades referidas – muitas vezes ambas as palavras separadas apenas por vírgula –, em Hegel o caráter de tornar algo *fremd* é enfatizado no uso de *Entfremdung* e o caráter volitivo de *Entäußerung* também ganha importância. Na literatura acadêmica italiana há quem já tenha chegado a conclusão similar. A escolha ficou, em português, como “renúncia”. Observemos o que diz Marcella D’Abbio, traduzido por Vielmi Fortes: “em Hegel, ao contrário [do que há em Marx], as duas noções se apresentam como diversas, por isso não seria possível falar unitariamente de uma ‘Entäusserung-Entfremdung’, como fazem muitos intérpretes. Não apenas, mas além desta diferença entre as duas noções, a ideia da ‘Entäusserung’ se configura em Hegel de tal forma que afloram nela também aspectos positivos: Entäusserung significa, de fato, não ‘estranhamento’, mas ‘renúncia’, e tal renúncia permite, em certas condições, a realização de uma situação melhor” (D’Abbio, 2015, p. 25).

Inclusive, esse é talvez um dos problemas da tradução mais ortodoxa de *Entäußerung* em Hegel, cunhada por Paulo Meneses. Meneses traduziu ora para extrusão (a maior parte das vezes) e ora para alienação (no contexto da *Filosofia do Direito*, quando ela significa alienação em termos jurídicos, de bens, *Veräußerung*). Já foi visto aqui que as traduções oriundas da similaridade com *exteriorização* não possuem aval linguístico. No caso de Meneses, há um argumento além, que apela para o sentido conceitual. A “‘Entäusserung’ requer força, ou que ela mesma é força” (Meneses, 2001, p. 37). Ele usa o critério de “caracterizar a Entäusserung pela força que implica” (p. 36). Ora, tradução conceitual não deve ser feita diretamente pelo sentido conceitual, mas pelo sentido comum, esse que serve de mediação escolhida

pelo autor até o conceito. Não se trata aqui de negar a apreensão categorial feita por Meneses (que na verdade é muito convincente e bem sustentada em referências diretas e indiretas à obra hegeliana que ele mesmo traduziu). Trata-se de afirmar que ele escolheu uma palavra que possui um sentido comum radicalmente contrário ao feito por Hegel e que isso possui implicações no entendimento feito mediante tal tradução. Os sentidos usados por Hegel são os de *cessão* ou o de *entrega*, onde há perda do objeto, tom voluntário e até sinonímia com a alienação em termos jurídicos (*Veräußerung*). É muito diferente dizer que em uma *cessão*, *entrega* ou *renúncia*, “em vez de um esvaziamento, empobrecimento, temos uma força que faz o que é puramente interior” (ibidem, p. 36), de dizer que isso tudo ocorre em uma *extrusão*. Assim como dizer que o “‘Fazer-se coisa’, ‘Suportar o ser’, ‘Pôr-se como substância efetiva’, ‘Criar seu mundo’” (p. 37) se dá mediante *cessão* ou *entrega* é diferente de dizer que isso se dá mediante uma *extrusão*. Na ânsia de tornar a apreensão do conceito mais imediata ou mais nítida, fizeram-no apenas mais distante do dito por Hegel. Ironicamente, tais traduções pecam ao ignorar o papel *fundamental* da mediação.

Além disso, Meneses comete na tradução para *extrusão* um erro técnico patente: ele passa também os complementos verbais do alemão, onde eles estão certos, para o verbo traduzido em português, onde eles não têm o mesmo sentido. O verbo *entäußern* pede em sua conjugação um pronome reflexivo e o uso de um indicador de posse entre o verbo e o objeto (pode ser tanto o caso genitivo quanto a preposição de posse *von*). Assim, Meneses traduz para “se extrusa de sua personalidade” (p. 37), o que, ainda que *Entäußerung* fosse *extrusão*, deveria ser “extrusa sua personalidade”, sem o pronome reflexivo (o pronome *se*) e sem a indicação de posse (a preposição *de*). Afinal, o verbo “extrusar” em português não os pede como complementos, ao contrário de *entäußern* em alemão. Seria o equivalente a traduzir o “*look at me*” para “olhe em mim” ao invés de “olhe para mim” com o argumento de que “*at*” pode ser corretamente traduzido para “em”. De fato o é, mas aí ele é só um complemento verbal, não cabendo, portanto, tradução autônoma dele.

A sugestão aqui é a de traduzir em Hegel (em Hegel) *Entfremdung* para *afastamento*. *Alienação* não é das piores escolhas aqui, o contexto é bem mais gentil para desfazer certos equívocos, mas definitivamente não é a melhor, nem mesmo apelando para certa literalidade (*alheamento* cairia melhor, com esse critério). Para *Entäußerung*, por sua vez, sugere-se *cessão* ou *entrega*, pois ambas cumprem as duas funções, de *renúncia* e de *alienação em termos jurídicos*, tal qual Hegel queria, tornando a mensagem traduzida mais fiel à original.

Sobre a possível acusação das traduções diferentes em Hegel e em Marx apagarem certa referência, mesmo que nominal, não há bem uma defesa, mas uma justificativa: não é possível manter os mesmos nomes sem que se violem os sentidos comuns escolhidos pelos autores. E seria inútil manter referência com conceitos errados. Usando de um exagero, seria como traduzir em ambos os autores *Entfremdung* para *pudding de leite* e *Entäußerung* para *torta de morango*. Evidente que a tradução é horrível, mesmo que os termos se repitam, pois só faz sentido manter a referência se antes se mantiver a possibilidade de bom entendimento dos *sentidos comuns*, o que aqui não foi possível. Esse pedaço da mensagem é o preço que o tradutor paga pela tradução feita. Ainda que caro, vale a pena que seja pago.

Referências (dicionários)

ANTONINI, Annibale. *Nuovo Dizionario Italiano-Tedesco E Tedesco-Italiano*. Lipsia: Nella Libreria Di Caspar Fritsch. 1793. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10587925?q=entau%C3%9Fferung&page=1064,1065>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

BAYER, Jakob. *Jacobi Bayer Paedagogus Latinus Germanae Juventutis Sive Lexicon Germanico-Latinum Et Latino-Germanicum*. Mainz: Alef. 1786. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11762414?q=entau%C3%9Fferung&page=266,267>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

BRUGGER, Joseph Dominik Carl. *Fremdwörterbuch für das deutsche Volk mit 14000 Fremdwörtern*. Heidelberg: Buchhandlung von Bangel und Schmitt. 1855. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10583490?q=ent%C3%A4u%C3%9Fferung&page=20,21>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

CASTELLI, Nicolò di. *La Fontana Della Crusca ovvero: il Dizionario Italiano-Tedesco e Tedesco-Italiano già del Signor Nic. Di Castelli: ora dagl' infiniti errori delle precedenti Edizioni con singular fatica purgato, accresciuto, accentuato e migliorato per tutto secondo L'ortografia moderna cioè secondo la nuova Edizione del Vocabolario della Crusca da Carlo Coutelle*. Leipzig: in der Weidmannschen Buchhandlung. 1759. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10523944?q=entau%C3%9Fferung&page=1206,1207>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

ENTÄUSZERN. In: DEUTSCHES WÖRTERBUCH VON JACOB GRIMM UND WILHELM GRIMM. Disponível em: <<https://woerterbuchnetz.de/?sigle=DWB&lemid=E04539>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

ENTÄÜßERN. In: DWDS. Disponível em: <<https://www.dwds.de/wb/ent%C3%A4u%C3%9Ffern#d-l-1>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

ENTÄÜßERUNG. In: DUDEN. Disponível em: <<https://www.duden.de/rechtschreibung/Entaesuszerung>> [Acesso em: 17 de abril de 2025a].

ENTÄÜßERUNG. In: DWDS. Disponível em: <<https://www.dwds.de/wb/Ent%C3%A4u%C3%9Fferung>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025b].

ENTÄÜßERUNG. In: GOETHE-WÖRTERBUCH. Disponível em: <<https://woerterbuchnetz.de/?sigle=GWB&lemid=E02068>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025c].

ENTÄÜSSERUNG. In: WIRTSCHAFTSLEXIKON. 2015. Disponível em: <<http://www.wirtschaftslexikon.co/d/entaeusserung/entaeusserung.htm>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

ENTÄUSZERUNG. In: DEUTSCHES WÖRTERBUCH VON JACOB GRIMM UND WILHELM GRIMM. Disponível em: <<https://woerterbuchnetz.de/?sigle=DWB&lemid=E04540>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

ENTFREMDEN. In: Deutsches Rechtswörterbuch - DRW. Disponível em: <<https://drw.hadw-bw.de/drw-cgi/zeige?index=lemmata&term=entfremden>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025a].

ENTFREMDEN. In: DEUTSCHES WÖRTERBUCH VON JACOB GRIMM UND WILHELM GRIMM. Disponível em: <<https://woerterbuchnetz.de/?sigle=DWB&lemid=E04773>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025b].

ENTFREMDEN. In: DWDS. 2025. Disponível em: <<https://www.dwds.de/wb/entfremden>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025c].

ENTFREMDEN. In: DUDEN. Disponível em: <<https://www.duden.de/rechtschreibung/entfremden>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025]d.

ENTFREMDEUNG, ENTFREMDEUNGERLEBNIS. In: DORSCH Lexicon der Psychologie. Disponível em: <<https://dorsch.hogrefe.com/stichwort/entfremdung-entfremdungserlebnis>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

ESTRANHAMENTO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/PeyL/estranhar/>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

FICK, Johann Christian. *A compleat dictionary English-German and German-English. I, The English-German Part*. Erlangen: Palm. 1823. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10582104?q=entau%C3%9Ferung&page=260,261>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

HERMANN, Paul. *Deutsches Wörterbuch*. Halle a.S: Niemeyer. 1897. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11814262?q=entau&page=130,131>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

HOFFMANN, Peter Friedrich Ludwig. *Gedrängtes, aber vollständiges Fremdwörterbuch zur Erklärung und Verdeutschung aller in der Schrift- und Umgangssprache, in den Zeitungen, sowie in den verschiedensten bürgerlichen und geschäftlichen Verhältnissen vorkommenden fremden Wörter und Redensarten*. Leipzig: Brandstetter. 1867. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11000638?q=ent%C3%A4u%C3%9Ferung&page=32,33>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

LEXER, Matthias von. *Mittelhochdeutsches Taschenwörterbuch*. Leipzig: Hirzel. 1885. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11023335?q=ent%C3%A4u%C3%9Fern&page=18,19>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

LÜBBEN, August. *Mittelniederdeutsches Handwörterbuch*. Leipzig: Soltau. 1888. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11023642?q=ent%C3%A4u%C3%9Fern&page=18,19>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

MÜHLMANN, Gustav Eduard. *Handwörterbuch der lateinischen Sprache. 2, Deutsch-Lateinisch*. Würzburg: Stahel. 1845. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10586218?q=entau%C3%9Ferung&page=354,355>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

SARRAZIN, Otto. *Verdeutschungs-Wörterbuch*. Berlin: Verlag von Ernst & Korn, (Wilhelm Ernst). 1886. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11023546?q=ent%C3%A4u%C3%9Ferung&page=14,15>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

SCHADE, Oskar. *Altdeutsches Wörterbuch. I, [A - O]*. Halle a. S.: Verl. der Buchhandlung des Waisenhauses. 1882. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11023549?q=entau&page=166,167>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

SECKENDORF-ABERDAR, Theresius von. *Wörterbuch der deutschen und spanischen Sprache*. Nürnberg: Campe. 1831. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11050862?q=entau%C3%9Ferung&page=226,227>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

S.I. *Handbuch der Fremdwörter in der deutschen Schrift- und Umgangssprache*. Leipzig: Arnold. 1865. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11763120?q=ent%C3%A4u%C3%9Ferung&page=42,43>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

S.I. *Realencyklopädie für protestantische Theologie und Kirche. 5, Dositheos - Felddiakonie*. Leipzig: Hinrichs. 1898. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11856256?q=ent%C3%A4u%C3%9Ferung&page=402,403>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

VIËTOR, Wilhelm. *Deutsches Aussprachewörterbuch*. Leipzig: Reisland. 1915. Disponível em <<https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11126922?q=ent%C3%A4u%C3%9Ferung&page=26,27>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

Referências (outras)

CHASIN, José. *Superação do Liberalismo—transcrição literal das aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. De Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988*. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/chasin/1988/02/liberalismo.pdf>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

D'ABBIERO, Marcella. A “alienação” em Hegel: usos e significados de Entäußerung, Entfremdung, Veräußerung. Tradução de Ronaldo Vielmi Fortes. *Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 19, p.19-31, abr./2015.

DA COSTA, Mônica Hallak. A diferença entre as categorias de alienação e estranhamento nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de Karl Marx de 1844. *Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 3, p.1-7, out./2005.

DOS SANTOS, Eduardo; XAVIER, Donizete José. A Descida do Deus trindade – A Kénosis da trindade. *Revista de Cultura Teológica*, v. 16, n. 62, p.111-123, jan./mar. 2008.

LESSA, Sérgio. Resenha de: LUKÁCS, György. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010, 414p. *Critica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.32, 2011, p.175-177.

LUKÁCS, Georg. *Para Uma Ontologia do Ser Social vol 14*. Tradução de Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas. 2018.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

MARX, Karl. *Das Kapital - Der Akkumulationsprozeß des Kapitals - 22. Das Allgemeine Gesetz der kapitalistischen Akkumulation*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20241221230702/http://mlwerke.de/me/me23/me23_605.htm>. [Acesso em: 16 de abril de 2025a].

MARX, Karl. *Das Kapital - Ware und Geld - 3. Das Geld und die Warenzirkulation*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20241221220753/http://www.mlwerke.de/me/me23/me23_109.htm>. [Acesso em: 16 de abril de 2025c].

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

MARX, Karl. *Misère de la philosophie (I. I)*. Disponível em <<https://www.marxists.org/francais/marx/works/1847/06/kml18470615d.htm>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025d].

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: resposta ao senhor Proudhon - § I. — Oposição do Valor de Utilidade e do Valor de Troca*. Tradução de Miguel Macedo. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/cap01.htm>>. [Acesso em: 17 abr. 2025e].

MARX, Karl. *Ökonomisch-Philosophische Manuskripte*. Hamburg: Felix Meiner Verlag. 2005.

MARX, Karl. *On The Jewish Question*. Tradução de desconhecido. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/jewish-question/index.htm>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025f].

MARX, Karl. *Para A Questão Judaica*. Tradução de José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

MARX, Karl. *Sobre A Questão Judaica*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial. 2010.

MARX, Karl. *Thesen über Feuerbach (Fassung 1888)*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20241204124124/http://www.mlwerke.de/me/me03/me03_533.htm>. [Acesso em: 17 de abril de 2025g].

MARX, Karl. *Zur Judenfrage*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20241205201632/http://www.mlwerke.de/me/me01/me01_347.htm>. [Acesso em: 16 de abril de 2025h].

MARX, Karl. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Kritik des Hegelschen Staatsrechts*. Disponível em <https://web.archive.org/web/2024120414035/http://www.mlwerke.de/me/me01/me01_203.htm>. [Acesso em: 16 de abril de 2025i].

MARX, Karl. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Kritik des Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20241204120909/http://www.mlwerke.de/me/me01/me01_378.htm>. [Acesso em: 17 de abril de 2025j].

MARX, Karl. *Zur Kritik der Politischen-Ökonomie - Erstes Kapitel*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20241216182524/http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_015.htm>. [Acesso em: 16 de abril de 2025k].

MARX, Karl. *Zur Kritik der Politischen-Ökonomie - Zweites Kapitel*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20231001044119/http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_049.htm>. [Acesso em: 16 de abril de 2025m].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Die Heilige Familie - IV Kapitel*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20240520144751/http://www.mlwerke.de/me/me02/me02_019.htm>. [Acesso: em 16 de abril de 2025].

MENESES, Paulo. Entfremdung e Entäusserung. *Ágora Filosófica*, n° 1, p.27-42 jan-jun/2001

POLI, Maria Cristina. “Alienação” na psicanálise: a pré-história de um conceito. *Psychê*, n° 16, p. 133-152, jul-dez/2005.

TOTH, V. *Parental-Alienation-Syndrom oder Wie Kinder zu Opfern ihrer Eltern werden können - Law & Beyond*. Disponível em: <<https://www.lawandbeyond.at/parental-alienation-syndrom-oder-wie-kinder-zu-opfern-ihrer-eltern-werden-koennen/>>. [Acesso em: 17 de abril de 2025].

DEPENDENCY IN THE TWENTY-FIRST CENTURY? THE POLITICAL ECONOMY OF CHINA-LATIN AMERICA RELATIONS.

STALLINGS, Barbara. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, 95p.

Recebido em 24/07/2025

Aprovado em 30/09/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1308

Esta resenha trata do livro *Dependency in the Twenty-First Century? The Political Economy of China-Latin America Relations*, publicado em 2020 por Barbara Stallings. Apesar dos cinco anos desde seu lançamento, a obra permanece relevante diante do atual cenário político global, especialmente das relações entre Estados Unidos, China e suas respectivas zonas de influência. O foco recai sobre a crescente presença chinesa na América Latina, tradicionalmente sob influência dos EUA. Stallings possui ampla formação: é bacharel em Ciência Política (Mount Holyoke College), mestre em Estudos Latino-Americanos (Stanford) e doutora em Economia (Cambridge) e Ciência Política (Stanford), lecionando atualmente na Brown University, EUA. O livro é composto por sete seções, incluindo-se a introdução e a conclusão (esta última tendo por título “On Dependency”), cujo objetivo principal é avaliar a utilidade de uma versão reformulada da teoria da dependência para analisar as relações entre China e América Latina.

Logo no início, a autora destaca o retorno da teoria da dependência em estudos recentes, ainda que dividida entre críticas e defensores. Stallings apresenta a estrutura do livro e sua abordagem metodológica, baseada em análise qualitativa. A metodologia é clara e replicável, sendo aplicada para sustentar sua tese central: que a dependência continua útil como lente analítica para entender as novas configurações do sistema internacional, sobretudo na interação entre China e América Latina.

A segunda seção aborda a construção, difusão e declínio da teoria da dependência entre os anos 1960 e 1990, tanto na academia quanto no debate

IGOR SEREJO VALE ARCOS

Doutorando do curso de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (PPGCPRI/UFPB).

Email: igorserejo.va@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3300-8258>

político. Suas origens combinam tradições marxistas e estruturalistas, que buscavam explicar por que países em desenvolvimento não convergiriam com os desenvolvidos no século XX. A vertente marxista enfatizava forças externas e o papel da burguesia local como entraves ao desenvolvimento, minimizando a agência de atores nacionais. Já a abordagem mais difundida, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, é vinculada ao estruturalismo e incorpora elementos históricos para explicar como o sistema capitalista internacional condiciona o desenvolvimento, sem ignorar o papel de atores domésticos. Nos anos 1970, Immanuel Wallerstein expandiu a teoria com seu sistema-mundo, introduzindo os conceitos de centro, periferia e semiperiferia, este último próximo ao desenvolvimento dependente de Cardoso e Faletto. A teoria da dependência teve ampla aceitação e foi aplicada a contextos africanos, asiáticos e até do Leste Europeu, onde surgiu a ideia de “dependência socialista”. Contudo, mostrou limitações explicativas no Leste Asiático, onde o papel das instituições e da política interna foi crucial. Na década de 1990, a teoria perdeu força diante de críticas como a falta de especificidade conceitual, a ausência de critérios metodológicos claros para identificar dependência e a ênfase excessiva nas relações internacionais em detrimento das dinâmicas políticas internas. Após apresentar as críticas, a autora propõe três mecanismos da dependência. O primeiro são os Mercados (*Markets*), que representam o contexto econômico em que atuam os países em desenvolvimento, com destaque para exportações e finanças. O segundo é a Alavancagem (*Leverage*), quando atores políticos ou econômicos influenciam o comportamento de outros. O terceiro é a Conexão (*Linkage*), formada por relações nas quais países dependentes alinham seus interesses aos de potências. Esses mecanismos, que operam de forma sobreposta e simultânea, fundamentam a análise qualitativa dos casos examinados pela autora ao longo da obra.

A terceira seção analisa a relação entre EUA e América Latina no pós-Segunda Guerra. Embora a região não fosse prioridade para os EUA, já havia uma histórica dependência, desde a Doutrina Monroe até a diplomacia do dólar. Diante da necessidade de desenvolvimento, os países latino-americanos

adotaram a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), influenciada pela Cepal. O modelo impulsionou o crescimento industrial, especialmente no Brasil e no México, mas também trouxe ineficiências, baixa competitividade e aumento da desigualdade. A autora explica que nos anos 1970 o nacionalismo e o choque do petróleo levaram ao endividamento externo crescente. A crise da dívida de 1982 revelou a fragilidade da região e iniciou a “década perdida”, marcada por recessão e políticas de austeridade. Com isso, a ISI foi substituída pelo Consenso de Washington, baseado na liberalização, estabilização macroeconômica e privatizações. Apesar de algum crescimento, o período foi instável e agravou a desigualdade social. Nesse contexto, a teoria da dependência ganhou força ao explicar como os mercados financeiros, os credores internacionais e as conexões entre elites locais e atores externos condicionaram as decisões econômicas e políticas na América Latina. A autora apresenta a dependência, envolvendo os EUA e a América Latina, em dois períodos distintos, o primeiro de meados do século XX até os anos de 1980, cuja base é a ISI, e o segundo sendo o novo modelo do Consenso de Washington, conforme a tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Dependência envolvendo os Estados Unidos e a América Latina

Mecanismos da Dependência	ISI (1950-80)	Novo Modelo (1980-2000)
Mercados	Médio	Alto
Alavancagem	Médio (político)	Alto (econômico)
Conexões	Baixo	Médio

Fonte: Adaptado de Stallings (2020)

Na quarta seção, a autora discute a ideia de uma “dependência com características chinesas”. Partindo da premissa de que o sistema mundial persiste enquanto os atores mudam, ela analisa a transição de hegemonia: da Grã-Bretanha para os EUA no pós-guerra e, atualmente, dos EUA para a China, emergente como potência regional e possível hegemom global. A

China, segundo a autora, diferencia-se dos modelos britânico e americano ao exercer sua influência por meio de mecanismos de alavancagem e conexões regionais, especialmente no Sudeste Asiático e na África Subsaariana (ver Tabela 2). Após o “século de humilhação”, as reformas econômicas promovidas por Deng Xiaoping em 1978 levaram à criação de uma economia de mercado socialista e a um crescimento acelerado. A entrada do país na OMC em 2001 ampliou o acesso da China aos mercados globais. Nas relações com países africanos e asiáticos, a autora identifica padrões semelhantes aos da dependência colonial, com foco na extração de matérias-primas, ainda que sob o discurso da Cooperação Sul-Sul. Assim, ela sugere que, mesmo com uma retórica alternativa, o modelo chinês reproduz dinâmicas assimétricas tradicionais, indicando uma nova forma de dependência sob a ascensão chinesa.

Tabela 2 - Dependência envolvendo China, o Sudeste Asiático e a África Subsaariana, 1980–2018

Mecanismos da Dependência	Sudeste Asiático	África Subsaariana
Mercados	Baixo	Baixo
Alavancagem	Alto (político)	Médio (econômico)
Conexões	Baixo	Baixo

Fonte: Adaptado de Stallings (2020)

A quinta seção analisa o histórico das relações entre China e América Latina, com foco no período pós-2000. Até então, o comércio era limitado, mas em duas décadas a China tornou-se o principal parceiro comercial de vários países sul-americanos. Esse crescimento acelerado levanta questões sobre os custos e benefícios dessa relação e sobre a utilidade da teoria da dependência para compreendê-la. Durante o “boom chinês” (2003–2013), o comércio bilateral saltou de US\$ 12 bilhões para US\$ 268 bilhões, concentrando-se em Brasil, Chile, Venezuela e Peru (80% das exportações). Isso impulsionou o crescimento econômico e reduziu pobreza e desigualdade na região. No

entanto, a dependência de exportações de matérias-primas expôs vulnerabilidades, especialmente após a desaceleração da economia chinesa entre 2014 e 2018. O PIB regional cresceu apenas 0,8%, com aumento do desemprego e vinte milhões de pessoas retornando à pobreza. Além da instabilidade econômica, há preocupações estruturais e ambientais. A indústria latino-americana sofre com a concorrência de produtos chineses baratos, provocando medidas antidumping, como no Brasil. Investimentos chineses em infraestrutura, como portos, levantam temores de uso dual (civil e militar). Exemplos como o lítio chileno mostram foco chinês na extração primária, sem incentivo à agregação de valor local. Embora o discurso seja de cooperação Sul-Sul, a China pouco contribui para diversificação produtiva ou investimentos recíprocos, atribuindo às nações latino-americanas a responsabilidade por superar os desafios da relação.

A sexta seção analisa o modelo de atuação da China na América Latina, destacando quatro estratégias principais que estruturam sua presença na região desde os anos 2000. A primeira é a diplomacia multilateral, expressa na criação de instituições como o Fórum China-Celac, na emissão de *white papers* sobre América Latina e Caribe e na participação chinesa em organizações regionais como a OEA (como observadora) e o BID (como membro), visando legitimar sua presença e moldar uma ordem internacional favorável. A segunda estratégia é a diplomacia bilateral, centrada em visitas presidenciais regulares, acordos de cooperação, aumento do investimento direto estrangeiro e oferta de empréstimos. Após o fim do *boom* chinês, essa via ganhou força como forma de mitigar os efeitos negativos do novo cenário econômico e ampliar a atuação chinesa para além do comércio de matérias-primas. A terceira é a diplomacia pessoa a pessoa, que reforça laços culturais e educacionais por meio de bolsas de estudo, intercâmbios acadêmicos, Institutos Confúcio e promoção da Cooperação Sul-Sul. A China busca, assim, formar aliados e moldar percepções favoráveis entre elites e sociedades locais. A quarta estratégia envolve relações de segurança e defesa, com venda de equipamentos militares, intercâmbios com forças armadas, participação em missões da ONU e projetos sensíveis, como a estação espacial na

Argentina. Essa área, embora menos visível, tem crescido, especialmente com países críticos aos EUA.

Na última seção, a autora retoma o entendimento de que o conceito de dependência é essencial para entender o desenvolvimento da América Latina, especialmente em suas relações com os EUA e, mais recentemente, com a China. A análise deve considerar a inserção sistêmica dos países, os mecanismos de influência das potências hegemônicas e a interação entre fatores internos e externos, como propõe Fernando Henrique Cardoso. A ascensão da China reconfigura as relações centro-periferia, oferecendo oportunidades, mas também impondo limites, sobretudo pela ênfase na exportação de matérias-primas e pouca atenção a direitos trabalhistas e ambientais. Na América Latina, a influência chinesa varia: países com instituições frágeis (América Latina-1¹) enfrentam maior alavancagem, enquanto aqueles com maior estabilidade (América Latina-2²) são mais afetados pelos mercados (Tabela 3):

Tabela 3 - Dependência envolvendo a China e a América Latina, 2003-18

Mecanismos da Dependência	América Latina-1	América Latina-2	
	2003 – 2018	2003-2013	2014-2018
Mercados	Baixo	Médio	Médio
Alavancagem	Médio (econômico)	Baixo	Baixo
Conexões	Baixo	Baixo	Médio

Fonte: Adaptado de Stallings (2020)

O impacto é ambíguo: embora tenha estimulado o crescimento, a relação com a China contribuiu para a desindustrialização e a volatilidade econômica. A principal lição é que os países latino-americanos devem fortalecer instituições e diversificar parcerias para assegurar um desenvolvimento mais inclusivo e soberano.

¹ Países que aceitam as regras chinesas.

² Países que seguem padrões internacionais de governança transparente.

QUINCAS BORBA: ROMANCE DA MODERNIZAÇÃO TARDIA

CORDEIRO, Rogério. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, 228p.

Recebido em 03/10/2025

Aprovado em 22/01/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1340

A trama econômica em Machado de Assis

O livro de Rogério Cordeiro (2022), *Quincas Borba: romance da modernização tardia*, trata, num nível novo de compreensão teórica, a problemática da economia política em Machado de Assis, abordando especialmente (mas não apenas) seu segundo romance da fase madura. O tema não é novo na crítica, que conta com o seminal *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, de Raymundo Faoro (2022), no qual a questão é desdobrada a partir da contraposição entre o estamento e a ascensão conciliada de classes burguesas, tratando, a partir de sua chave de interpretação do Brasil, uma oposição de classe que, salvo erro meu, foi primeiro diagnosticada por Astrogildo Pereira (2022) no livro *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Se em Astrogildo temos o insight do problema, em Faoro encontramos uma descrição extensiva da obra de Machado a partir do posicionamento econômico de seus personagens, operando com cortes transversais que, se não acabam por finalizar uma interpretação de obras específicas, termina por oferecer uma visão ainda poderosa do conjunto da obra machadiana. Faoro dá atenção detida ao problema propriamente econômico que Astrogildo trata de maneira superficial, interessado mais nas contraposições de classe em sentido cultural e ideológico. O estudo de Roberto Schwarz (2012) introduziu a noção de *forma artística no debate*, alterando o nível de exigência nos quais Faoro e Astrogildo operavam.

FILIPE DE FREITAS GONÇALVES

Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Email: freitas.goncalves@ufrgs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2808-0746>

O livro de Rogério Cordeiro retoma a discussão propriamente econômica, mas opera teoricamente dentro do campo aberto nos estudos machadianos por Schwarz. Se é essa sua posição relativa no interior do ambiente crítico, um de seus maiores feitos é o de não ter repetido o argumento do crítico paulista. Pelo contrário, o estudo do professor Cordeiro parte do princípio de que o romance a ser analisado tem como matéria, diferentemente do *Brás Cubas* analisado por Schwarz, o processo de desenvolvimento da economia capitalista em ambiente periférico. Nas palavras do autor, trata-se de “(...) analisar pelo prisma do romance os transtornos inerentes à inserção do país na corrente de modernização capitalista que se espalhou na segunda metade do século XIX me valendo de pormenores densos e significativos” (p. 13). Os “pormenores” são então sumariados e servem como resumo de seu argumento, detalhadamente desenvolvido nos capítulos seguintes:

(...) o cão Quincas Borba (alegoria do capital preso a ditames regressivos de valoração), a ética de Palha (alegoria da racionalidade da economia de concorrência), a solidão de Sofia (alegoria do sujeito alienado sob domínio do fetichismo), a loucura de Rubião (alegoria de impasses reais que expõem o revés brasileiro) e o humanismo (alegoria do sistema global de circulação de mercadorias e ideias)” (p. 13).

A citação deixa clara a vinculação teórica do autor ao marxismo na interpretação dos fenômenos econômicos, mas revela também a chave formal que passará a utilizar na interpretação do fenômeno no interior da obra de Machado, tomada como objeto artístico e não confundida com outra forma discursiva qualquer: a alegoria. Reconhecidamente um problema teórico de grandes proporções, a alegoria será tratada não pela retomada erudita do debate histórico, mas pela retomada de seu uso, na obra de Machado, conjugado ao tratamento de questões econômicas. A escolha é acertada e produz o longo primeiro capítulo, “O historicismo do método literário”, em que o autor, no lugar da dispersão teórica muita vez improdutiva, procura traçar o percurso do uso de alegorias para tratar problemas econômicos na obra objeto de seu trabalho. Dito de maneira simples, Rogério Cordeiro encontra na articulação entre alegoria e economia política um método (não

científico, mas estético) que Machado desenvolve ao longo de sua carreira para figurar artisticamente as contradições da vida brasileira encaradas como “totalidade estruturada” (p. 24).

A análise começa por mostrar que Rubião e Palha representam polos opostos em relação à vida econômica: enquanto o ex-professor de Barbacena é o representante de uma mentalidade desvinculada das dinâmicas modernas do capitalismo, Palha é a encarnação da lógica capitalista que surfa na crise de 1864. Enquanto Rubião esbanja sua fortuna em empreendimentos que não lhe rendem a valorização do capital, Palha é o banqueiro esperto que faz o exato contrário. Visto dessa forma, o romance poderia ser lido como a história da ascensão de formas modernas de encarar a vida econômica em detrimento da decadência de formas pré-capitalistas. Se, de fato, isso é parte do entrecabo, Rogério Cordeiro dá um passo além e observa que o *modo de instalação entre nós das dinâmicas capitalistas passa pelo tratamento do capital (alegorizado pelo cão) por uma disciplina não-capitalista*: trata-se de uma “(...) ausência de disciplina, agastando o capital numa farrá de consumo e aparências para os quais a necessidade de valorização não existe” (p. 84). Ou seja, a aplicação capitalista do dinheiro em Palha pressupõe o modo não-capitalista da aplicação do dinheiro em Rubião, o que desautoriza o polo moderno de que Palha é o representante. O banqueiro passa a figurar, portanto, como alguém que dá “(...) vida à estratégia das elites monetárias de repor o atraso, saturando o setor comercial em detrimento da macro conversão econômica, que, em termos capitalistas, significa substituir a primazia da exportação de primários em favor da construção de um parque industrial diversificado e integrado” (p. 76). Trata-se da reposição do atraso brasileiro em sua manifestação econômica, figurado agora não pelos termos do próprio atraso (como era o caso do Brás Cubas), mas da modernidade instalada ou em estado de instalação. Nesse processo, nos diz o autor, “(...) os mecanismos de superação histórica são abortados por dentro” (p. 117), ou seja, figuram como a consolidação de uma modernidade não-capitalista, ora porque está eivada do comportamento antivalorização do capital de Rubião, ora porque está realizada na forma inefetiva (porque

não produtiva) de Palha. Para usar uma fórmula que o autor introduz depois, trata-se de representar uma “(...) burguesia sem capitalismo” (p. 144).

Sofia será lida como uma alegoria do fetiche, resultado da sociedade capitalista importado junto das dinâmicas burguesas. Nesse ponto, a análise que faz o autor da cena em que mulher e marido discutem a possibilidade de jogar com o amor de Rubião pela companheira do amigo é fundamental, porque revela, a um só tempo, a dinâmica real do processo de alienação dos sujeitos e as soluções ideológicas que eles encontram para si como forma de mascarar esse processo que, objetivamente, está em curso. Nessa dinâmica, a subjetividade dos sujeitos históricos aparece cindida pela sociedade da mercadoria: “(...) quanto mais Sofia procura se afirmar como sujeito, mais ela se torna objeto de si mesma, porque os parâmetros que balizam suas iniciativas de ação e que realimentam sua consciência sobre elas determinam limites de compreensão”, diz o autor para, logo na sequência, concluir: “Esse é um dilema que a sociedade moderna despertou e ao mesmo tempo dirimiu, criando fantasmagorias que se confundem com a autoconsciência social do indivíduo” (p. 157).

A loucura de Rubião será interpretada como alegoria que capta os “(...) restos de significação que se despedaçaram pelo caminho” (p. 172) do processo modernizador, que vai da origem rural e humilde do personagem até a sensação de propriedade em seu ápice na corte. Rogério Cordeiro relaciona a crise financeira do Credit Mobilier com os acontecimentos da crise de 1864 no Brasil, dando coerência história ao procedimento de Machado, que aproximava Rubião de Napoleão III, assim como este estaria fixado na figura de seu tio, Napoleão Bonaparte. No conjunto, o delírio do personagem introduzia na dinâmica da prosa literária os processos de financeirização que estavam em curso e que, na interpretação do autor, andam junto do processo de alegorização de obras artísticas. Tanto a forma do romance quanto os jogos intertextuais que o texto coloca em operação ganham em concretude histórica e deixam de ser simples recursos retóricos de composição para se transformarem em disciplina estruturada da obra capaz de

captar as dinâmicas reais, isto é, o caráter de atraso do próprio processo de desenvolvimento econômico moderno.

O último capítulo do livro, dedicado ao Humanitismo, aborda um problema já amplamente tratado pela crítica de uma perspectiva nova, porque procura integrar não apenas a crítica às ideologias que então grassavam no país, como também “(...) o método de acumulação em escala global a partir da lógica da concorrência” (p. 188), ou seja, para além da sátira em relação ao barateamento do pensamento contemporâneo quando chegava ao país por vias tortas para justificar a situação brasileira, o construto machadiano se transforma numa crítica incisiva ao próprio processo global, que, à sua época, passava do modelo concorrencial para o monopolista. É instigante a intuição crítica de que o Humanitismo, embora apareça no *Memórias Póstumas* apenas em seu final, disciplina a exposição da matéria desde o início, o que dá centralidade fundamental ao elo que une os dois primeiros romances maduros do escritor.

No conjunto, o livro apresenta uma interpretação nova do romance e abre caminho para a relação entre economia e literatura, levando os dois termos da conexão a sério. Não se trata de simplesmente perscrutar as representações dos fenômenos econômicos nas obras literárias, nem de procurar de maneira determinista o enquadramento econômico que torna essa ou aquela tendência possíveis. Trata-se de encontrar a forma literária que apreende o movimento real da economia, encarada não como pressuposto ou como tema, mas como matéria mesma da obra artística.

Referências

- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- PEREIRA, Astrogildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 2012.

AUTOMAÇÃO E O FUTURO DO TRABALHO

BENANAV, Aaron. Tradução de Renata Falavina. São Paulo: Boitempo, 2025, 274p.

Recebido em 20/10/2025

Aprovado em 22/01/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1343

A obra *Automação e o futuro do trabalho*, de Aaron Benanav, publicada originalmente em 2020, está disponível ao público brasileiro e lusófono por meio de uma cuidadosa edição da Editora Boitempo, com tradução de Renata Falavina, integrando, com destaque, mais um lançamento de fôlego da coleção “Mundo do Trabalho”, sob a coordenação de Ricardo Antunes. De forma geral, o livro se destaca por confrontar uma narrativa amplamente difundida na teoria social na qual as flutuações do desenvolvimento econômico, do emprego e da produtividade do trabalho parecem ter como único fator determinante a automação tecnológica. Tal noção fetichizada da tecnologia é refutada por Benanav ao propor uma interpretação mais ampla que abandona o teorismo por meio de uma minuciosa análise de evidências empíricas, e desmonta de forma qualificada esse discurso, reorientando o foco da análise para as transformações fundamentais do capitalismo.

A estrutura formal da obra é composta por seis capítulos, além de um posfácio e seções auxiliares. A edição brasileira da obra conta com dois elementos analíticos adicionais que não estão presentes na publicação estadunidense: (a) uma apresentação, escrita por Murillo van der Laan, que situa a obra como uma resposta à miséria estrutural do trabalho precarizado e à insuficiência das soluções tecnocráticas diante do esgotamento do modelo capitalista vigente; e (b) o prefácio inédito escrito por Benanav no qual o autor atualiza o debate à luz dos avanços recentes na inteligência artificial generativa, demonstrando como a nova onda de

VINÍCIUS DE OLIVEIRA SANTOS

Pesquisador de Pós-Doutorado em Sociologia na Unicamp

Email: vinicius.oliv.san@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0630-4406>

otimismo tecnológico retoma, em essência, as mesmas promessas e temores do passado, repetindo o discurso da automação com roupagem contemporânea. O autor questiona as estimativas alarmistas sobre a substituição massiva de empregos e demonstra que as transformações no mundo do trabalho estão mais relacionadas à reorganização da força de trabalho do que à eliminação da demanda por trabalho vivo.

O ponto de partida analítico da discussão do livro é a elaboração da crítica ao chamado discurso da automação, responsável por consolidar um imaginário no qual a automação tecnológica levaria necessariamente a uma catastrófica substituição de trabalhadores, à obsolescência de diversas ocupações e à estagnação dos salários. Benanav polemiza com autores como Erik Brynjolfsson, Andrew McAfee, Martin Ford, Nick Srnicek e Alex Williams, que, embora com abordagens distintas, compartilham a hipótese da diminuição da demanda por trabalho vivo no capitalismo contemporâneo. O autor evidencia, se valendo de uma ampla análise de dados, como essas projeções desconsideram aspectos centrais da estrutura do trabalho real. Em suma, Benanav expõe que a evidente baixa na demanda por trabalho em setores automatizados se reflete também no aumento do subemprego em outros ramos, demonstrando que o capital não pode se eximir de absorver trabalho vivo.

O argumento de Benanav se torna ainda mais consistente em sua análise sobre a chamada desindustrialização do trabalho, entendida como o declínio da participação da indústria no emprego global. Com base em análise empírica de séries históricas, o autor mostra como as economias centrais e, posteriormente, também as periféricas, experimentaram um processo generalizado de desindustrialização. Esse fenômeno, segundo ele, não se deve à automação, mas à sobrecapacidade instalada na indústria mundial, resultante da saturação dos mercados, da intensificação da concorrência global e da queda da taxa de investimento produtivo. A estagnação do setor industrial em escala global tem como consequência a migração de força de trabalho para o setor de serviços, que, por suas características, possui menor capacidade de absorção de mão de obra, menor produtividade e elevada

informalidade. Com isso, não apenas o desemprego cresce, mas também o subemprego, a informalidade e as formas precárias de inserção laboral, que levam ao que o autor nomeia de estagnação pós-industrial.

A discussão proposta por Benanav guarda imensa relevância e originalidade ao transcender a explicação da desindustrialização da manufatura como consequência única da automação. O autor sustenta que, desde a década de 1970, o sistema capitalista tem enfrentado um processo persistente de desaceleração do crescimento, marcado por um quadro de sobrecapacidade produtiva global, ou seja, a existência de um excesso de células produtivas em relação à capacidade real de absorção de mercadorias pelos mercados. Um dos elementos centrais dessa análise – onde reside uma das teses mais inovadoras do livro – é o papel limitado do setor de serviços como substituto à dinâmica de crescimento anteriormente sustentada pela indústria fabril. Benanav demonstra que, embora o setor de serviços tenha se tornado o principal absorvedor de força de trabalho, ele é estruturalmente distinto em termos de produtividade e capacidade de expansão. Ao contrário da indústria fabril, que apresenta ganhos de escala, padronização e possibilidade de automação mais direta, o setor de serviços caracteriza-se por tarefas que são, em grande parte, intensivas em trabalho, de baixa produtividade média e de difícil mecanização. A estagnação global não pode, portanto, ser explicada unicamente pelo excesso de automação, mas sim por um modelo produtivo exaurido, cujos setores dinâmicos perderam tração e foram substituídos por formas de ocupação com menor potencial produtivo.

Valendo-se de uma rigorosa análise de dados, Benanav reforça sua tese central ao argumentar que o problema fundamental do mundo do trabalho contemporâneo não reside na substituição do trabalho humano pelas máquinas, mas sim na baixa demanda estrutural por força de trabalho. Ele demonstra que o crescimento do emprego, mesmo durante períodos de expansão econômica, tem sido insuficiente para absorver a mão de obra disponível, o que resulta em altos níveis de desemprego e subemprego. Logo, ao contrário do que sugerem as narrativas apocalípticas sobre automação,

o capital não está expulsando força de trabalho porque estão adotando tecnologias de automação, mas sim porque as economias não estão crescendo o suficiente para criar novos postos de trabalho estável.

Mediante um cenário de constrangimento da produtividade global do capitalismo, a obra também oferece um interessante diálogo com as principais propostas apresentadas por diferentes correntes para enfrentar a crise de excedente global de trabalho. A ideia de estimular o crescimento por meio da ampliação da demanda, segundo o autor, esbarra na realidade de uma economia que não consegue mais se expandir no nível do pós-segunda guerra. A consequência é a crescente dificuldade de absorção de força de trabalho, independentemente do volume de recursos injetados pelos Estados. Benanav dedica atenção especial à proposta de renda básica universal (RBU), amplamente defendida tanto por setores da esquerda quanto da direita. Embora reconheça os potenciais benefícios distributivos da RBU, Benanav argumenta que ela não altera os problemas fundamentais do capitalismo contemporâneo. A transferência direta de renda poderia aliviar a pobreza, mas, em um cenário de estagnação estrutural, seus efeitos seriam meramente paliativos, não resolvendo os problemas fundamentais ligados à escassez de empregos de qualidade, à estagnação e à forma de organização do sistema produtivo.

A análise crítica das condições reais não impediu que Automação e o futuro do trabalho abordasse a necessidade de vislumbrar um horizonte emancipatório. Benanav resgata debates socialistas e comunistas que, desde o século XIX, conceberam a emancipação humana como resultado da reorganização verdadeiramente democrática da produção. Em lugar de uma automatização total, que libertaria os seres humanos por meio da eliminação do trabalho, o autor propõe uma redistribuição do tempo de trabalho, com redução da jornada, ampliação do tempo livre, planejamento orientado às necessidades sociais com total aproveitamento da força de trabalho que hoje em dia compõe a superpopulação relativa. Retomando Marx, Kropotkin e Cabet, destaca que a liberdade verdadeira só pode ser alcançada para além das medidas redistributivas, tendo como cerne a reorganização das formas de produção social.

O núcleo político da argumentação de Benanav sustenta que apenas a ação coletiva organizada tem potencial para conduzir a sociedade a um futuro pós-escassez. Recusando as promessas tecnocráticas e a confiança excessiva na automação como força transformadora autônoma, o autor reafirma que transformações sociais emancipadoras exigem lutas concretas, mesmo que estas, no presente, enfrentem enormes dificuldades diante da ofensiva neoliberal. Há uma emergência de novas formas de mobilização social após a crise de 2008, marcadas por greves, ocupações e protestos de alcance global. Essas ações, embora ainda frágeis frente ao poder do capital, evidenciam uma ampliação dos horizontes políticos, indicando uma disposição coletiva para enfrentar as condições de crescente desigualdade. Benanav destaca que os movimentos sociais contemporâneos, ainda que não disponham da mesma conexão produtiva dos antigos operários industriais, podem desenvolver novas formas de ação adaptadas a uma economia marcada pela fragmentação e pela precarização do trabalho. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas por essas lutas — com destaque para a dificuldade de articular a reprodução social à reorganização da produção —, o autor reafirma a necessidade de que elas avancem rumo a um projeto capaz de disputar a tarefa histórica de conquistar as infraestruturas da produção.

A obra se destaca por uma escrita clara, rigorosa e fundamentada. Benanav alia domínio técnico dos dados a uma argumentação acessível, tornando o livro legível tanto para especialistas quanto para o público mais amplo interessado nos dilemas do trabalho e da economia contemporânea. A tradução brasileira cumpre o papel de preservar o tom didático e o conteúdo analítico da versão original. Em síntese, *Automação e o futuro do trabalho* é uma contribuição relevante e oportuna para os estudos críticos do trabalho. Ao rejeitar explicações simplistas, Aaron Benanav oferece uma análise complexa, empírica e teoricamente consistente sobre a crise do emprego, recolocando o debate sobre tecnologia, produtividade e desigualdade em seu devido lugar: nas estruturas do capitalismo global.

CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações. Fica a cargo do comitê editorial a decisão acerca de eventuais exceções a estas regras.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores(as).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das Diretrizes para Autores(as)].

DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP) publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português (leia o tutorial específico para esta modalidade) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver Sobre a Revista), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

6. Assegurando a avaliação cega por pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

7. Regras de Formatação. Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos.

- Fica a cargo do comitê editorial decidir de eventuais exceções a estas regras.

Normas para citação no interior do artigo

1) Utilizar sempre a notação americana, ou seja, logo após observação acerca do(a) autor(a) ou a citação direta ou indireta de uma de suas obras, colocar entre parênteses sobrenome do(a) autor(a), ano de publicação da obra e página onde se encontra a citação. A depender da redação, o nome do(a) autor(a) pode ficar fora dos parênteses. Em caso de autor(a) estrangeiro(a) e tradução própria, escrever “tradução nossa” fechando o parêntese.

Exemplos

a) Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (Lukács, 2013, p. 474-479)

b) Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico.

c) Como disse o mesmo autor anos depois, “diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro”. (Marx, 2013, p. 327)

2) Não utilizar notas de pé de página para informações relacionadas a referências bibliográficas, salvo se tratar de sugestões de leitura e/ou de autores/obras não citados no corpo principal do texto, como nos exemplos abaixo:

Exemplos de notas de pé de página com referências:

Sobre o tema ver também Wallerstein (2003) e Chesnais (2003).

Em outras obras, o autor também trata do tema. Conferir Furtado (1961 e 1967).

Normas para referências ao final dos artigos

Norma geral: nos destaques de livros, revistas etc., utilizar sempre itálico, nunca negrito. Nunca usar ponto final.

Livros

Autor. Título em itálico. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

Livros com subtítulo

Autor. Título em itálico e subtítulo sem itálico precedido de dois pontos. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

Livros traduzidos (com nome do(a) tradutor(a), inclusive quando se trata de tradução para outra língua, como do alemão para inglês, francês, espanhol etc.)

Autor. Título em itálico. Tradutor. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018

Capítulo de livro

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: organizador do livro. Título do livro, em itálico. Tradutor (quando for o caso). Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005

Artigo em periódico

Autor do artigo. Título do artigo. Nome do periódico (em itálico), volume (quando houver), número, páginas do artigo, mês e ano de publicação

Exemplo:

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 247-272, maio/ago 2008

Artigos em anais

Autor do artigo. Título do artigo. In: Nome do evento que gerou os anais. Cidade onde ocorreu o evento. Editora (se houver), páginas do artigo, ano de publicação

Exemplo:

DUFOURT, D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation éstatique. In: Colloque État et Régulations, Lyon, 1980. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, p. 49-72, 1980

Teses, dissertações e monografias

Autor. Título em itálico. Tipo de trabalho (tese, dissertação ou monografia e área de conhecimento). Instituição onde foi defendida, cidade, ano.

Exemplo:

TEIXEIRA, Rodrigo A. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. Tese de doutorado em economia. IPE-USP, São Paulo, 2007

Outros documentos

Instituição ou órgão veiculador. Título em itálico. Cidade da publicação: instituição ou órgão veiculador, ano.

Exemplo:

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

Materiais de blogs ou sites

1) Com autoria:

Autor. Título (em itálico). Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

PRADO, Eleutério. *Crise e corrupção na economia vulgar*. 2023. Disponível em: <<https://eleuterioprado.blog/>>. [Acesso em: 25/11/2023]

2) Com entidade:

Instituição ou órgão veiculador. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

IPHAN. *Cais do Valongo (RJ)*. 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>>. [Acesso em: 25/10/2022]

3) Com dados:

Instituição responsável. Caminho de Acesso. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm6.xls>. [Acesso em: 21/09/2020]

Referências sobre mesmo autor

Repetir o nome do autor em todas as referências.

Exemplo:

POSTONE, Moishe. Labour and the Logic of Abstraction: An Interview. *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.

